

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SOBRE AS AMÉRICAS - CEPPAC

MARIA LUIZA NOGUEIRA PAES

**A PAISAGEM EMOLDURADA: DO ÉDEN IMAGINADO À RAZÃO DO
MERCADO**

Um estudo sobre os Parques Nacionais do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do
Iguaçu, no Brasil

Tese apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-
Graduação sobre as Américas da Universidade de
Brasília, como requisito à obtenção do Título de
Doutor em Estudos Comparados sobre as Américas.

Orientador: **Professor Doutor Paul Elliott Little**

Brasília – DF
Agosto de 2003

**A PAISAGEM EMOLDURADA: DO ÉDEN IMAGINADO À
RAZÃO DO MERCADO**

Um estudo sobre os Parques Nacional do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do
Iguaçu, no Brasil.

Paes, Maria Luiza Nogueira.

A paisagem emoldurada: do Éden imaginado à razão do mercado - um estudo sobre os Parques Nacionais do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguaçu, no Brasil, Brasília, Unb, 2003. 292 p., il. (Tese de Doutorado)

1. Meio Ambiente. I. Título

CDU 504

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paul Elliott Little (DAN) – (Orientador)

Prof. Dr. Paulo Nogueira-Neto

Prof. Dra. Miriam Rejowski

Prof. Dr. José Augusto Drummond

Prof. Dr. Henyo Barretto Filho

Tese aprovada em Brasília – DF, aos 30 de agosto de 2003.

O aprendizado das ciências e das artes requer mais do que ver a natureza. No exercício conjunto de muitos corpos e espíritos é que se destaca sua beleza. Os significados a ela atribuídos pertencem mais ao estado da alma que a fria apreensão intelectual. É o caso de cada um se perguntar que sentimento suscita olhar a natureza. De minha parte relembro meu pai Virgílio, um incansável plantador de árvores que amava o cheiro de terra molhada, minha mãe Elohá, uma apreciadora das artes musicais, meus filhos e “filhos” Liliana e Fernando, Maurício e Aninha, e minhas netas Raquel e Beatriz, que ainda amam as terras do sertão jaguaribano. Com essa forma de ver a natureza e a vida obtive a energia para dar continuidade aos estudos e a eles dedico o presente trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paul Elliott Little, orientador da tese, por sua paciência, confiança e importante contribuição.

Ao Professor Gerardo Budowsky, por orientar a pesquisa de campo na Costa Rica.

Aos Professores Benício Schmidt, Danilo Nolasco e Eurico dos Santos, pelas contribuições em distintos momentos.

À Bete, pela contribuição e os inúmeros debates. Às amigas e companheiras de trabalho Leo e Neta, pela freqüente interlocução e incentivo ao conhecimento.

À Xuxa, Silvana, Inês e Maria, por sua colaboração para o desfecho dessa tese.

Aos amigos e companheiros de doutorado, em especial à Miriam Jimeno, Natalia, Ladislao, Pilar e Renata.

Aos servidores dos Parques Nacionais Vulcão Poás e do Iguaçu pela recepção e apoio.

À Ana Luiza Baez, Denia e para Julio Cesar, Nazira, Carmen, Isabel, Gisella, Paula, Dulce, Betânia, Graça, Marlene, Raimunda e Souza, por mostrar-me como Costa Rica é bela.

À administração do IBAMA, pelo apoio para a realização do curso e, à CAPES, pela concessão da Bolsa Sandwich que viabilizou a pesquisa de campo.

RESUMO

Esta tese trata da construção da paisagem, definida em diferentes momentos históricos como objeto da interpretação de uns, da contemplação de outros e, também, como objeto de consumo. Para tanto, a autora analisou parte das mudanças das sociedades européias do século XIII até os dias atuais. A sua conclusão é que a preocupação de grupos sociais, pertencentes a diferentes estratos, para com as perdas das florestas e de elementos da natureza que foram objetos de sua apreciação resultou na classificação de cenários paisagísticos, inexistentes até então. Nesse processo manifestou-se uma tendência a valorizar fragmentos da natureza considerados esteticamente belos, fazendo com que, gradativamente, se transformassem em uma mercadoria *sui generis* para a contemplação do belo, que nesse caso são as paisagens. Para o estudo comparativo foram selecionadas áreas naturais conservadas possuidoras de atrativos paisagísticos excepcionais: o Parque Nacional Vulcão Poás, na Costa Rica, e o Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil. Da aliança entre o setor público e o empresarial resultou a sua definição como destino do “turismo na natureza”, nacional e internacional. Nesses casos tem-se um exemplo significativo da institucionalização da paisagem como um bem público e de sua transformação em um bem de consumo. Assim desloca-se o foco da atenção da natureza conservada para o comércio turístico da paisagem.

ABSTRACT

This thesis is about landscape construction, defined in different historical moments as an object of the interpretation of some, the contemplation of others and, also, as an object of consumption. Aiming at such argument, the author analyzed part of the changes that took place in European societies from the 13th century until present days. Her conclusion states that the concern of social groups of different classes with the losses of forests and of natural elements, which she had been observing, resulted in the classification of landscape scenarios, inexistent until that moment. In this process, a tendency to value fragments of nature considered esthetically pleasant, gradually transforming them into unique merchandise for the contemplation of the pleasant, which in this case are the landscapes. For the comparative study, the following natural areas, keepers of exceptional landscape attractions, were chosen: the Vulcão Poás National Park, in Costa Rica, and the Iguazu National Park, in Brazil. From the alliance between the public and the entrepreneur sectors resulted their definition as destiny of “natural tourism”, nationwide and abroad. In these cases lie a significant example of the landscape establishment as a public asset and its conversion into a consumption asset. Thus, the focus is drawn back from the preserved nature to the tourist commerce of the landscape.

RESUMEN

Esta tesis trata sobre la construcción del paisaje, definida en distintos momentos históricos como objeto de interpretación de unos, de contemplación de otros y también como objeto de consumo. De tal forma, la autora analizó parte de los cambios de las sociedades europeas del siglo XIII hasta los días actuales. Concluyó que la preocupación de los grupos sociales de diferentes estratos, frente a las pérdidas de las florestas y de elementos de la naturaleza que fueron objetos de aprecio, resultó en la clasificación de escenarios paisajísticos inexistentes hasta entonces. En ese proceso se reveló una tendencia a valorizar fragmentos de la naturaleza considerados estéticamente bellos, que paulatinamente se transformaron en una mercancía *sui generis* para la contemplación de lo que se denominaba como tal -bello-, que en este caso serían los paisajes. Para el estudio comparativo fueron elegidas áreas naturales conservadas, poseedoras de atractivos paisajísticos excepcionales: el Parque Nacional Volcán Poás, en Costa Rica y el Parque Nacional do Iguaçú, en Brasil. De la alianza entre el sector público y el empresarial resultó su definición como destino de “turismo en la naturaleza”, nacional e internacional. En tales casos se tiene un ejemplo significativo de la institucionalización del paisaje como un bien público y de su transformación en un bien de consumo. Así, se disloca el foco de atención de la naturaleza conservada para el comercio turístico del paisaje.

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS MAIS UTILIZADAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: PAISAGEM: REALIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	11
1. A construção da natureza na paisagem: entre encobrir e desvendar	15
CAPÍTULO II: PARQUE NACIONAL: O LUGAR DA NATUREZA SELVAGEM	33
2.1 Yellowstone e Yosemite: os lugares da natureza selvagem	35
2.2 A difusão da idéia de parque nacional	38
2.3 Parques Nacionais da Costa Rica	44
A variedade tropical no espaço de um jardim	44
Da economia ao ambientalismo: distintas concepções da natureza	49
A institucionalização dos parques nacionais	57
Vulcão Poás: o cenário do imaginário turístico	61
Parque Nacional Vulcão Poás: uma nova visão do cenário	65
2.4 Parques Nacionais do Brasil	69
A destruição da natureza exuberante	69
Parque nacional como instrumento de conservação ambiental	71
A implantação dos parques nacionais	78

Cataratas do Iguaçu: um breve roteiro histórico	82
Parque Nacional do Iguaçu: sob o “brilho” das Cataratas	85
CAPÍTULO III: O TURISMO EM BUSCA DA NATUREZA	96
3.1 Aspectos históricos da produção do destino turístico	98
3.2. A organização da atividade turística	101
3.3 Da beleza natural ao cenário paisagístico	105
3.4. Atividade turística na Costa Rica	111
Explorações e descobertas na natureza	114
Do ecoturismo ao turismo convencional	118
Turismo e Meio Ambiente: a aliança entre o setor público e empresarial	122
3.5 Atividade turística no Brasil	131
A estruturação política e econômica do turismo	137
A nova configuração territorial do turismo: entre o público e o privado	141
CAPÍTULO IV: TURISMO NOS PARQUES NACIONAIS VULCÃO POÁS E DO IGUAÇU	148
4.1 O desenvolvimento turístico do Parque Nacional Vulcão Poás	148
O atrativo turístico Vulcão Poás	152
O Parque Nacional Vulcão Poás nos roteiros turísticos	164
Questões administrativas da área de uso público	169
4.2 O desenvolvimento turístico do Parque Nacional do Iguaçu	175
As Cataratas do Iguaçu nos roteiros turísticos	184
Nova administração da área de uso público	188
Das Cataratas no Parque ao Parque Nacional das Cataratas	192
4.3 Os parques nacionais como atrativos para o turismo de massa	200

CAPÍTULO V: O CONSUMO DA PAISAGEM	204
5.1 O consumo no turismo	206
5.2 A apresentação da paisagem pelo guia do turismo	215
5.3 Atividades turísticas nos parques	226
O turista e a paisagem: a emoção de ver e sentir	232
Olhares de tantas paisagens e paisagens de tantos olhares	239
A constante busca de novas paisagens	246
CONCLUSÃO	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263
LISTA DE ENTREVISTADOS	281
ANEXOS	283

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS MAIS UTILIZADAS

ACCVC – *Área de Conservación Cordillera Volcánica Central*

CATIE – *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza*

CCT – *Centro Científico Tropical*

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DPN – Departamento de Parques Nacionais

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

DIREC – Diretoria de Ecossistemas (pertencente ao Ibama)

DPRE – Departamento de Parques e Reservas Equivalentes

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

FPN – *Fundación de Parques Nacionales*

FUNDECOR – *Fundación Cordillera Volcánica Central*

ICT – *Instituto Costarricense de Turismo*

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IUCN – *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais)

MINAE – *Ministerio del Ambiente y Energía*

MIRENEM - *Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas*

MMA – Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

OET – *Organización de Estudios Tropicales*

PNI – Parque Nacional do Iguaçu

PNVP - Parque Nacional Vulcão Poás

SEMA – Secretaria Nacional do Meio Ambiente

SINAC – *Sistema Nacional de Áreas de Conservación*

SPN – Serviço de Parque Nacional

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

WWF – *World Wildlife Fund* (atual Fundo Mundial para a Natureza)

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia nº 01 – Visitantes ao lado da cratera do Vulcão Poás, no início do século XX.	153
Fotografia nº 02 – Turistas entrando no Parque Nacional Vulcão Poás, na década de setenta.	153
Fotografia nº 03 - Turistas no mirante da cratera do Vulcão Poás, em janeiro de 2001.	154
Fotografia nº 04 – Placa informativa situada na entrada do Centro de Visitantes	154
Fotografia nº 05 – Vista da entrada do Centro de Visitantes.	156
Fotografia nº 06 – Vista do mirante da cratera do Vulcão Poás.	156
Fotografia nº 07 - Vista da cratera do Vulcão Poás em um dia claro.	158
Fotografia nº 08 – Vista da Lagoa Botos, em um dia claro.	158
Fotografia nº 09 – Vista da cratera em um dia nublado.	159
Fotografia nº 10 – O contraste entre a área coberta por vegetação e a cratera.	159
Fotografia nº 11 – Início da chegada das nuvens que encobrem o vulcão.	160
Fotografia nº 12 – O encobrimento da cratera pelas nuvens.	160
Fotografia nº 13 – Vista da Trilha da Lagoa Botos.	161
Fotografia nº 14 – Turistas no mirante da cratera do Vulcão Poás.	162
Fotografia nº 15 – Turistas se dirigindo à cratera do Vulcão Poás.	162
Fotografia nº 16 – Guia e turistas no mirante da cratera do Vulcão Poás.	163
Fotografia nº 17 – Turista situado no velho mirante, à beira do Rio Iguazu.	163

Fotografia nº 18 – Vista da sede do Parque construída nos anos quarenta.	176
Fotografia nº 19 – Vista das Cataratas do Iguaçu, desde as passarelas.	176
Fotografia nº 20 – Vista das Cataratas desde o barco, no Passeio do Macuco.	177
Fotografia nº 21 – Turistas defronte aos Saltos Floriano e Deodoro.	177
Fotografia nº 22 – Vista da Garganta do Diabo.	178
Fotografia nº 23 – Vista das Cataratas do Iguaçu.	178
Fotografia nº 24 – Vista das passarelas no Rio Iguaçu.	179
Fotografia nº 25 – Vista das Cataratas em um dos mirantes.	179
Fotografia nº 26 – Vista das Cataratas de outro mirante.	185
Fotografia nº 27 – Vista panorâmica da entrada no “novo” Parque Nacional do Iguaçu.	185
Fotografia nº 28 – Vista do Edifício Ambiental.	194
Fotografia nº 29 – Vista do ônibus de dois andares.	195
Fotografia nº 30 – Vista do ônibus de dois andares	195

INTRODUÇÃO

A paisagem, que há muitos séculos vinha sendo objeto da interpretação dos artistas e da apreciação dos viajantes, na contemporaneidade é destacada pela exotividade, raridade ou por valores excepcionais. Se a “beleza artística” é a “bela” representação de uma coisa que pode até ser “feia”, em termos de definição cultural, a natureza apresenta uma propriedade que é denominada “beleza natural”. No trabalho do artista para reproduzi-la, tem-se uma base conceitual prévia necessária à classificação e posterior seleção de elementos para a composição de cenários. Na apreciação dos viajantes, uma “beleza natural” é para ser contemplada, servindo de fonte de reflexão e cotejo entre o desconhecido e o conhecido, o exótico e o usual, o novo e o antigo.

A paisagem, como dito acima, um objeto da interpretação de uns, um objeto da apreciação de outros e transformada também em objeto de consumo, é a razão deste estudo. Pouco se tem a esse respeito nas obras da sociologia da arte e de outras especializações.

O interesse nessa questão é produto das minhas vivências nas artes plásticas e na área de gestão ambiental. Aparentemente distintas, elas significam para mim maneiras distintas e complementares de apreensão da natureza, suscitando a motivação para o estudo deste tema, o qual parte da seguinte indagação: o que significa paisagem para pessoas que vencem longas distâncias para vê-las?

Considero relevante relatar certas experiências, para situar o leitor acerca da escolha do tema e da definição do próprio objeto do trabalho. No período compreendido entre os anos 1960 a 1980, dediquei-me às artes plásticas e à arquitetura, quando pude apreciar a beleza da paisagem em muitos quadros expostos

em museus, além de procurar na natureza uma fonte de inspiração e criação. Em 1986, comecei a trabalhar na área ambiental e, a partir de 1991, com as questões relativas aos parques nacionais, acompanhando, em parte, as atividades turísticas ali praticadas.

À época, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, era alvo da ação depredatória dos extrativistas de flores e cristais. Diante da necessidade de solucionar o problema, elaborei o projeto para implantação do “Curso de Conductor de Visitantes”, preparando pessoas das comunidades vizinhas, dentre elas alguns extrativistas, para acompanharem turistas dentro do parque. O curso foi depois oferecido em mais cinco parques de diferentes estados, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis – IBAMA. Tal prática foi inovadora, uma vez que os moradores, detentores do conhecimento dos regimes dos rios, da vegetação e dos animais, tiveram o saber reconhecido e muitos deles, conforme observei, puderam com isso manter o seu sustento.

Outros fatores despertavam a atenção das pessoas para com a proteção de áreas naturais. O ano de 1991 era de preparação para a Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, um evento ímpar para os ambientalistas em termos de novas propostas. Os movimentos ambientalistas multiplicavam-se em todo o país e o tema ambiental tornou-se prioritário nos meios de comunicação e educação, o que levou a uma maior visitação de parques nacionais.

Nesse contexto, intrigava-me o fato de o país ter atrativos turísticos excepcionais nos parques e não ser considerado um destino turístico internacional na natureza. Outros países, como a Costa Rica, situado na América Central, tiveram esse reconhecimento desde o início dos anos oitenta.

No tocante à pesquisa dos parques no Brasil, segundo um levantamento feito pelo IBAMA, nos anos de 1991 a 1994, os de maior visitação internacional e nacional localizavam-se junto aos grandes centros urbanos. Esses eram

os do Iguaçu, no Paraná, da Tijuca, Itatiaia e Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro, além do parque de Brasília, no Distrito Federal. Aqueles situados na Amazônia e no Pantanal eram os de menor visitação.

Diante disso eu me perguntava sobre o porquê dessa preferência turística. Busquei informações na bibliografia disponível e observei que as dificuldades de acesso e as grandes distâncias faziam com que a procura se concentrasse nos atrativos localizados nas imediações desses centros. Uma outra resposta seria a busca por cenários paisagísticos excepcionais. Para reforçar tal pressuposição, muitas vezes ouvi dos visitantes nos parques que eles se “sentiam no paraíso” ao contemplarem as paisagens do Pico da Bandeira, das cachoeiras da Chapada dos Veadeiros, da baía dos golfinhos de Fernando de Noronha, dentre outras.

Encontrei-me diante de questões que só poderiam ter respostas em um estudo mais aprofundado, incluindo pesquisas relativas ao campo da sociologia e do turismo, dados os padrões socioculturais dos visitantes de diferentes origens. O desejo de realizar a pesquisa tornou-se possível nesses últimos anos, quando da definição do meu tema de tese para a conclusão do Curso de Sociologia, no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC, na Universidade de Brasília.

No que se refere à paisagem, o que observei nos trabalhos realizados nos parques é que o apreço pela natureza, por parte dos turistas, estava restrito a alguns locais específicos, tidos como belos e atraentes para o turismo. Como nesses casos está presente o chamado “turismo na natureza” e, de forma particular, esse é interpretado como sendo o “ecoturismo” e até o “turismo de aventura”, preoquei-me com a distinção formal entre tais segmentos.

O turismo é um setor da economia que, nos últimos trinta anos, tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, dentre elas a geografia, antropologia, psicologia, sociologia e economia. No âmbito social é crescente o

interesse pelos aspectos relativos ao deslocamento de pessoas, aos serviços ofertados e os seus efeitos econômicos e socioculturais.

Entendo como sendo o “turismo na natureza” a atividade econômica de serviços que faz uso indistinto das áreas naturais, conservadas ou não, cujos atrativos caracterizam-se por sua beleza cênica e/ou pelas facilidades para a prática de atividades de aventura, pesca, escalada, caminhada, observação de animais, dentre outros.

O “ecoturismo” é um segmento específico desse turismo. Ele se distingue como uma “viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer e de estudar ou admirar paisagens, a fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente”, segundo Héctor Ceballos-Láscurain (1996: 21), que nomeou e qualificou esse tipo de atividade. O ecoturismo é valorizado por aqueles que desejam conhecer seres da natureza e usufruir alguns momentos nas áreas naturais conservadas. Ressalto que esse segmento exige guias peritos, o conhecimento prévio de dados ambientais, a conformação de pequenos grupos e a manutenção das condições ecológicas locais, o que eleva os custos operacionais e financeiros da viagem. Dada a sua especificidade, é praticado por especialistas e naturalistas, embora muitos turistas denominem de “ecoturismo” as suas viagens aos parques nacionais e outras áreas conservadas.

O turismo de aventura não exige áreas naturais conservadas e implica no exercício de esportes como escalada, caminhadas, canoagem, dentre outros.

Neste estudo, comparo as atividades de “turismo na natureza” praticadas nos Parques Nacionais do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguaçu, no Brasil, observando os cenários paisagísticos diferenciados e a apreciação dos mesmos pelos turistas. Procuro analisar o turismo nesses locais no contexto histórico das transformações econômicas.

Quanto ao tema do “turismo na natureza”, refere-se tanto à área turística, quanto à ambiental, podendo ser considerado na perspectiva de uma pesquisa multidisciplinar, dadas as contribuições da Sociologia e do Turismo, na qual estão inseridas também as questões ambientais.

A cada dia surgem novas interpretações desse tipo de turismo no mercado, não sendo um fenômeno delimitado a esse ou aquele país. São essas transformações que vêm favorecendo a entrada dos parques nacionais no mercado mundial do turismo. Isso me leva a indagar sobre o que tem atraído as atenções dos turistas para essas áreas e que imagens são utilizadas e/ou elaboradas pelas agências de turismo e pelas instituições governamentais, ambientais e turísticas, nesse processo. Sendo assim, escolhi a categoria parque nacional como unidade de análise por sua divulgação e adoção em quase todo o mundo contemporâneo. Isso me permite manter, mais ou menos uniforme ou fixa, uma base conceitual para um estudo comparativo.

Com o objetivo de compreender as similitudes e diferenças das imagens elaboradas e das percepções e significados do mundo natural, cabe analisar as representações sociais acerca da paisagem por meio dos discursos dos visitantes nos parques nacionais em questão. Para a pesquisa adotei a observação participante e, procurando maior interação no universo de pesquisa, fiz entrevistas e um *survey*. A comparação vai permitir sistematizar com maior propriedade os dados e elaborar a análise, porquanto possibilita cotejar informações. Neste estudo, o emprego do método comparativo é indicado em se tratando de uma análise qualitativa que envolve classificações. Tomei como referência, ainda, alguns autores que abordam esse método, o que vem a seguir:

Para Émile Durkheim (1984: 121), a “sociologia comparada não é um ramo particular, mas sim a própria sociologia na medida em que deixa o aspecto descritivo e aspira explicar os fatos”. Outros autores, a exemplo de Theda Skocpol e Margaret Somers (1980: 178), defendem a comparação na atualidade por possibilitar

uma compreensão maior da dinâmica societária e das transformações das estruturas culturais e sociais em suas épocas.

Segundo Giovanni Sartori (1994: 31-33), qualquer que seja a generalização dos problemas de pesquisa ou o interesse que move o investigador para compreendê-los, o método comparativo é sempre útil para discernir semelhanças e diferenças entre um caso e outro; orientar o pesquisador numa análise mais profunda; explicar um fenômeno determinado, entre outros pontos.

Laura Nader (1994: 87), ao tratar do “conhecimento comparativo”, argumenta que, na atualidade, as situações transcendem as fronteiras do microcosmo para incorporarem experiências comuns em locais dispersos. Ao invés de procurar justapor componentes únicos de uma área, deve-se buscar uma aproximação orientada no sentido de descobrir, por exemplo, o impacto da história nacional na história local, a qual, por sua vez, reverbera de volta na cultura nacional. Daí propor deixar de lado o uso da comparação controlada e incluir outras dimensões compartilhadas da experiência humana. Para a autora, a comparação controlada não esclarece as condições de um mundo que vem sendo crescentemente caracterizado pela interdependência no contexto das relações globais de poder. Como solução, apresenta o uso da comparação de forma histórica, funcional e de contraste, para não inibir as questões relativas à dinâmica das interações.

A comparação aqui justapõe elementos sobre os interesses dos setores de turismo e meio ambiente no que se refere às áreas estudadas que, eram de início, atrativos turísticos e, posteriormente, foram transformados em parques nacionais. A seleção das áreas de estudo se justifica pela atração que os cenários das crateras ativa e inativa (Lagoa Botos) do Vulcão Poás, na Costa Rica, e das Cataratas do Iguaçu, no Brasil, exercem no turismo nacional e internacional, fazendo desses parques os mais visitados dos respectivos países. Tais aspectos se coadunam aos meus interesses de encontrar parques nacionais que reúnem qualidades como: intensa visitação, nacional

e internacional, paisagens cênicas excepcionais e infra-estrutura de recepção turística próxima aos centros urbanos.

Durante a investigação de campo, acompanhei turistas e guias, o que me possibilitou obter depoimentos das experiências de viagem, não somente desses, mas também de outros envolvidos nas atividades, a exemplo dos funcionários dos parques. Complementarmente, participei de algumas viagens aos parques promovidas por agências de viagens, na qualidade de “turista”. O objetivo era ampliar o conhecimento das atividades e, concomitantemente, observar os turistas e guias desde o início da viagem. Parti do princípio de que tais observações me auxiliariam na análise dos comportamentos dos visitantes e das atividades ali praticadas, o que de fato ocorreu.

Realizei a pesquisa de campo do Parque Nacional Vulcão Poás, na Costa Rica, entre dezembro de 2000 a abril de 2001, com a permanência de dois a quatro dias por semana no local. Tal período correspondeu à temporada alta do turismo, o que colaborou para o conhecimento dessa atividade. No Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil, os trabalhos foram realizados no período de fevereiro a março de 2002, que correspondeu ao final da temporada alta do turismo. A estadia no alojamento de ambos os parques possibilitou-me acompanhar o fluxo de entrada dos turistas ou grupos de turistas, a permanência e saída dos mesmos desses locais visitados.

As entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente. Aquelas que foram feitas com os turistas, guias e agentes de recepção de turismo tiveram uma duração máxima de quinze minutos, devido às suas condições de viagem e ao pouco tempo de sua estadia nos parques. Conquanto a maioria dos entrevistados tenha sido solícita, alguns manifestaram seu desagrado pela interrupção das atividades programadas em face do tempo e da abordagem por uma estranha. A aproximação foi feita nos locais de alimentação, isto é, na cafeteria do Centro de Visitantes do Parque Nacional Vulcão Poás, na Costa Rica, e em Porto Canoas, no Parque Nacional do

Iguaçu. O mais difícil foi conseguir entrevistas com turistas que faziam as excursões nos navios cruzeiros, devido ao tempo mínimo de permanência no parque.

Logo no início do levantamento de campo na Costa Rica, constatee a necessidade de me dirigir primeiro ao guia das excursões antes de entrevistar o turista. Para o guia interessava que o grupo não fosse molestado e que o tempo previsto de visita ao parque fosse mantido. Dessa forma, consegui realizar o meu trabalho com ambos, guia e turista. A maioria das entrevistas foi realizada nos respectivos parques.

As entrevistas realizadas com a consultora de ecoturismo, os proprietários de agências de turismo, os funcionários dos parques e ex-dirigentes das instituições ambientais e turísticas foram não-diretivas e duraram cerca de uma hora, pois precisei ouvir os relatos acerca do envolvimento de cada um nos processos ambiental ou turístico.

Optei por nomear os turistas pelo primeiro nome, embora muitos tenham completado o seu sobrenome nos questionários ou omitido seu primeiro nome. Somente os guias, agentes de turismo e funcionários ou ex-dirigentes têm identificação completa.

Foram aplicados 100 questionários com turistas, na Costa Rica, e 120, no Brasil. Entretanto, na Costa Rica, os primeiros 35 questionários foram constantemente adaptados, tendo em vista a diversidade de nacionalidades, as especificidades desse tipo de turismo e o meu desconhecimento do país e da cultura local. Esse instrumento foi formulado em três idiomas: inglês e espanhol nos dois parques, acrescentando-se o português, no caso brasileiro. O objetivo de seu emprego foi completar os dados das entrevistas que, quase sempre, eram realizadas em um tempo mínimo (de dez a vinte minutos). Elaborei o questionário com questões fechadas e abertas. A categorização se deu por temas referentes aos dados demográficos; ao conhecimento ambiental; às motivações e aos interesses de viagem, à percepção da natureza e à satisfação com a viagem.

Além desses dados, fiz anotações em diário de campo e consultei documentos relativos aos parques e ao turismo nos dois países. O material da Costa Rica era escasso, pois somente consegui o Plano de Manejo do Parque Nacional Vulcão Poás em três versões, os recortes de jornais noticiando as erupções do Vulcão Poás e as visitas ao parque e a legislação referente à criação do mesmo. Afora isso, consegui obter, junto ao Instituto Costarricense de Turismo, informações acerca das agências de turismo e da legislação. Nas bibliotecas do Instituto de Aprendizagem, da Universidade da Costa Rica, da Universidade Para La Paz e do *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseño* – CATIE, tive acesso às monografias dos alunos do Curso de Turismo da Universidade das Américas e às dissertações de mestrado dos alunos dos Cursos de Ciências Políticas e Antropologia.

Quanto ao Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil, as informações obtidas nos Relatórios de Atividades de seus primeiros administradores foram de extrema importância para compreender a gestão dessa área no período entre 1940 e 1962. No geral, as informações escritas acerca dessas áreas também são escassas e já não é possível contar com o depoimento de pessoas da época. Nesse caso, foram utilizadas as informações existentes nos periódicos e nas monografias dos alunos do Curso de Turismo, da Universidade do Oeste do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, e nas dissertações de mestrado e teses de doutorado dos cursos de Sociologia e Antropologia, da Universidade de Brasília.

Acrescente-se a esse material, as pesquisas realizadas junto às bibliotecas do Ministério de Meio Ambiente e Energia, na Costa Rica, e do Ministério de Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, no Brasil e, ainda um arquivo de fotografias de ambos os parques.

A elaboração do trabalho segue esta ordem:

O primeiro capítulo trata, inicialmente, da criação da paisagem nas artes plásticas, buscando-se referências teóricas e históricas. Tenta-se compreender o significado e a importância da paisagem para as culturas européias.

O segundo capítulo analisa a necessidade de proteger áreas naturais conservadas ao longo dos tempos por meio da invenção de Parque Nacional. Procura, ainda, fazer as conexões entre o modelo de Yellowstone e outros processos de criação, implantação e gestão. Este capítulo divide-se em uma parte teórica, inicialmente, e uma análise da implantação dos parques estudados.

No terceiro capítulo, faz-se uma análise histórica do processo de desenvolvimento do turismo internacional e da procura por novas atrações em ambientes conservados nos países estudados.

O quarto capítulo trata especificamente das atividades turísticas praticadas nos países estudados, com base em dados das pesquisas ali realizadas.

No último capítulo tem-se a análise do consumo no turismo e, mais especificamente, o consumo da paisagem; a apresentação dos dados do *survey* e o tratamento dos dados dos discursos dos guias e turistas acerca da paisagem nos parques.

CAPÍTULO I

PAISAGEM: REALIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A idéia da paisagem teve origem e foi desenvolvida na Europa, conforme pode ser observado nas obras de Kenneth Clark (1961), Simon Schama (1996) e Keith Thomas (1996), dentre outros autores, para os quais sua história foi marcada pelas questões críticas da relação entre a paisagem, a exploração da natureza e a modernidade. A partir do século XIII ficou evidente que algumas sociedades da Europa modificaram o seu “*modo de ver*” e de se relacionar com o mundo externo e que essa mudança resultava das novas categorias de classificação de imagens culturalmente definidas, as quais, posteriormente, foram denominadas como paisagem.¹

Neste trabalho, tomo a paisagem como um espaço territorial alcançado pela visão, em que se tem um conjunto integrado entre os elementos criados pela natureza e pela ação humana, com formas, cores e movimentos diferenciados, apreendidos cultural e sensivelmente. A cada mudança social correspondem padrões específicos de classificação da paisagem, significando um ordenamento estético de recortes do cenário natural.

Assim, para compreender sociologicamente tais questões buscam-se referências teóricas e conceituais que expliquem categorias de pensamento e transformações históricas. No sentido de abordar a paisagem como categoria social,

¹ No caso deste trabalho, como existem referências à expressão “cenário paisagístico” como uma montagem ou abstração de elementos da natureza nos quadros pictóricos, me refiro à paisagem e ao cenário paisagístico como termos similares.

observam-se nas obras de Émile Durkheim e de Serge Moscovici as concepções diferenciadas de representação que podem auxiliar na compreensão da paisagem.

Para Durkheim (1982: 14), as representações são coletivas, sendo em si o produto de uma imensa cooperação que se estende tanto no tempo como no espaço, quando diferentes espíritos associaram, misturaram e combinaram as suas idéias e os seus sentimentos para elaborá-los, significando um acúmulo de experiências e de saberes de numerosas gerações que configuraram sua experiência e saber. Nas representações se concentra um capital intelectual muito mais rico que o individual. No entendimento do autor, “as categorias sociais são representações essencialmente coletivas, traduzem por isso, antes que nada, estados da coletividade, dependem do modo como esta está constituída, organizada, de sua morfologia, de suas instituições religiosas, morais, econômicas, etc.”

É o caráter social que permite compreender a razão da necessidade das categorias e o porquê de as sociedades usarem de representações para construírem o mundo real de forma não necessariamente consciente no plano individual.² Isso significa que os esquemas ou conteúdos de pensamento podem ser enunciados desde o ponto de vista individual, mas encontram-se adstritos às normas sociais, as quais, por sua vez, são condicionadas e interiorizadas, não de forma consciente e, sim, de modo a fazer com que um grupo ou uma sociedade partilhe de um sistema de representações e de valores, sem serem necessariamente explicitados (Durkheim, 1968: XXV).

Contudo, Moscovici (1994) argumenta que as representações existem nas dimensões sociológicas e psíquicas, o que significa dizer que remetem às sociedades e ao espaço do ator social que busca dar sentido, interpretar e construir o seu mundo, ou seja, as representações estão fundamentadas na comunicação social e nas interações decorrentes das atividades dos indivíduos e grupos articulados na linguagem e nas instituições da cultura.

Em sua explicação, se todas as culturas têm instituições e normas formais que conduzem à individualização e socialização, isso denota a existência de uma tensão entre o individual e o coletivo, e “as representações que elas elaboram carregam a marca dessa tensão, conferindo-lhes um sentido e procurando mantê-la nos limites do suportável” (In: Lima, 1999: 29). É a idéia do conflito que faz com que se compreenda o dinamismo da sociedade e a mudança das partes que a compõem. O papel da representação social é articular o espaço do conflito e das interações sociais, ou seja, ligar o processo de transformação cognitiva do ator social ao sistema de pensamento social preexistente.

Entende-se que a abordagem de Moscovici tem elementos que não servem à análise deste trabalho, uma vez que a dimensão psíquica e o espaço do ator social que busca construir o seu mundo, conforme argumenta o autor, contraria o embasamento sociológico de que “o homem pensa em comum com os outros, em sociedade” (Mauss, 1999: 374), e que a construção do mundo pelo ator social decorre dos condicionamentos adstritos às normas sociais, não de forma consciente, como esclarece Durkheim.

A paisagem como representação social da natureza surgiu na Europa no momento histórico em que começaram a ocorrer mudanças nas relações do modo de produção feudal para o capitalista. Naquele tempo, perdas do mundo natural foram observadas em alguns países e, concomitantemente, as elites feudais e os burgueses que, até então, temiam as florestas e desprezavam os seus habitantes, passaram a construir a paisagem nos quadros, jardins e praças. No entendimento de Dennis Cosgrove (1998: XIX) a idéia da paisagem resulta da experiência de sociedades européias no que se refere ao ambiente e às relações culturais geradas fora dessa experiência. Ele chamou a atenção para a possibilidade de os artistas reproduzirem os

². O tempo é uma representação coletiva resultante das inferências e classificações de dados elaborados pelas sociedades quando passaram a correlacionar a ordem do mundo natural ao social, o que resultou no calendário de festas, ritos e cerimônias, uma divisão ordenada em dias, meses, anos, etc.

recortes de elementos da natureza por meio da utilização de novas técnicas de visão e representação, como a perspectiva linear.

A paisagem, na condição de representação, revela as concepções que fundamentam no mundo certos comportamentos sociais, a exemplo da construção de jardins, das viagens para apreciar montanhas, dentre outros. Tais concepções resultam de experiências e elaborações socioculturais de sociedades distintas configuradas na seleção, qualificação, classificação e hierarquização de elementos naturais, os quais acabam por impor limites às formas específicas ou diferenciadas do mundo natural.

Na construção da paisagem atuam as “velhas criaturas da cultura [...] arrastando atrás de si as lembranças das gerações anteriores” (Schama, 1996: 23). A natureza idealizada na memória transforma-se em mito da nação, torna os lugares sagrados e paradisíacos e até associa o mito pagão da árvore ao da cruz verdejante cristã. Para encontrá-la, “no mínimo parece correto reconhecer que é a nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem” (Schama, 1996: 20). Por isso, Schama enfatiza que:

“Paisagem é cultura antes de ser natureza; um *constructo* da imaginação projetado sobre matas, água, rocha. [...] No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário” (1996: 70, grifo do autor).

A sociedade, para compreender o mundo material objetivo, busca estabelecer relações entre ele e a categoria denominada de natureza, como o fez o geógrafo Alexander Von Humboldt. Interessado em comparar as paisagens das Américas e da Europa, destacou a vegetação como indicador de análise. Em suas palavras:

“Muito do caráter das diferentes partes do mundo depende das aparências externas, embora a linha das montanhas, a fisionomia das plantas e animais, a forma das nuvens e transparência da atmosfera

componham a impressão geral: ainda assim não deve ser negado que *o elemento mais importante nessa impressão é a cobertura da vegetação*” (In: Sauer, 1998: 54, grifo nosso).

A sua descoberta é importante porque chama a atenção para a vegetação como um dos indicadores que determinam o clima, os recursos hídricos e a fauna, ou seja, a vegetação é um dos elementos essenciais na comparação entre paisagens.

Da mesma forma, o geógrafo Carl Sauer (1998: 24), ao dizer que “cada paisagem é individual”, possibilita estabelecer relações entre paisagens ou entre as formas que a compõem. Para isso, existem os conhecimentos da geografia, do paisagismo e outros que fazem interpretações diferenciadas, ressaltando valores simbólicos ou culturais e mesmo as características da topografia do terreno e/ou dos recursos hídricos e da vegetação.

1.1 A construção da natureza na paisagem: entre encobrir e desvendar

Aqui é possível observar o processo de construção da paisagem, promovido ao longo dos últimos 500 anos, pelas sociedades ocidentais européias e de seus descendentes nas Américas. Interessa compreender de que forma tais sociedades têm observado as paisagens e, sob a sua inspiração, criado objetos artísticos ou lugares que os aproximem do restante da natureza. Interessa ainda descobrir como estas sociedades transformaram certos recortes da natureza em cenário paisagístico e motivo de deleite, de início nas artes criadas pelas elites e depois no cotidiano dos demais estratos sociais (Clark, 1961).³

Para os fins deste trabalho, considera-se que a paisagem exprime um modo das sociedades verem e perceberem fragmentos da natureza cuja composição de forma, cor e textura é considerada esteticamente bela. Assim, nomeia-se como

paisagem tanto o recorte da natureza em si quanto à imagem vista e descrita nas artes pictóricas e literárias e, atualmente, nas imagens fotográficas e cinematográficas. Influem em sua composição as características próprias da natureza e os significados dados pela sociedade no contexto cultural, religioso, político, social, econômico etc.

De acordo com Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (1993: 346), a paisagem não é uma réplica da natureza e sim a abstração dos elementos naturais sob a forma da composição paisagística. Isto é, as sociedades não copiam o mundo natural, mas criam símbolos que guardam, entre si, certa analogia com o elemento visualizado.

O fio condutor da história possibilita compreender o significado das idéias que vêm reconstruindo, encobrando, incorporando ou rejeitando a natureza em seu próprio nome. Cortes temporais e espaciais permitem apontar, em linhas gerais, os problemas relativos às mudanças nas concepções de paisagens e que levaram as sociedades a destruírem e transformarem a natureza para depois representá-la de distintas formas.

No início do século XI, surgiram em alguns países europeus as primeiras cópias de elementos da natureza considerados estéticos, a exemplo de folhas, frutos e animais na arquitetura monacal e palaciana e nos objetos decorativos como tapetes e pinturas. Nessas sociedades feudais estritamente agrárias, a hierarquia social se baseava no vínculo dos indivíduos com a terra. Para compreender o florescimento das artes, é preciso correlacioná-las com os processos de produção econômica. Durante esse século ocorreram os avanços tecnológicos nos campos agrícolas. Cabe ressaltar a implantação do sistema de rodízio da cultura de dois para três campos, que aumentou em 50% a produtividade na mesma extensão de terra (Hunt e Sherman, 2001: 23).

³ Na época carolíngia (de Carlos Magno), as manifestações culturais da Igreja restringiam-se aos seus membros e tinham o caráter de segredo (Francastel, 1982: 23).

Entre os séculos XI e XIV, as artes caracterizaram-se pelos códigos simbólicos e figurativos (Clark, 1961: 20). Esses faziam parte dos sistemas doutrinários da Igreja, que dirigiam a apreciação medieval “de modo que a atenção para o sensível não sobrepujasse jamais a tensão para o espiritual” (Eco, 1989: 16). A natureza era decodificada por alegorias bíblicas para não ser vista como fonte de prazer. A dominação da natureza correspondia à coação moral e econômica da sociedade.⁴

Entretanto, a ética paternalista cristã justificava as desigualdades sociais como sendo de ordem natural e a Igreja assegurava o cumprimento das leis divinas, impondo o “justo preço” no comércio e proibindo a acumulação da riqueza, o que a levou a punir econômica e moralmente os transgressores, gerando o desprezo pelo lucro no comércio (Hunt e Sherman, 2001: 19).

Para Clark (1961), o que chamou de “arte dos símbolos”, ou seja, a arte que traduzia elementos da natureza em símbolos bíblicos, possibilitou à nobreza desenvolver uma linguagem, a da decoração, pois até então, os palácios eram destituídos de enfeites e somente as igrejas detinham os elementos arquitetônicos decorados. Disso resultou a criação de jardins e pomares, como locais apropriados à admiração dos “autênticos pormenores da natureza” e fez ressurgir, no século XIII, o mito do Jardim do Éden, “um dos mais constantes, libertadores e consoladores da humanidade” que, devidamente decodificado, era reproduzido nos tapetes (Clark, 1961: 22).⁵

Até o século X, as populações encontravam-se esparsas nos feudos, nas aldeias e nos burgos (centros urbanos). Com o aumento da produtividade agrícola, o desenvolvimento das indústrias manufatureiras fabris e o ato de cercar as

⁴ O II Concílio de Nicéia estabeleceu que “a composição das imagens religiosas não deve ser abandonada à inspiração do artista; depende dos princípios estabelecidos pela Igreja católica e pela tradição religiosa [...]. Só a arte pertence ao pintor; a ordenança e a composição pertencem aos padres” (Bastide, 1979: 111). Chastel também faz menção a esse fato (1991: 424).

⁵ Em alguns quadros sobressaía um pequeno jardim fechado, contendo ao centro uma fonte, aves, pomares floridos e outros símbolos cristãos concebidos como testemunhos das alegrias celestes. Uma lembrança do Jardim do Éden, o paraíso perdido por Adão e Eva.

propriedades comunais ou de uso comum, cresceu o número de populações expulsas do campo e a migração para o meio urbano na Inglaterra, Holanda e região de Flandres. A partir do século XIII, o incremento da população e do número de manufaturas nos burgos onde eram realizadas as feiras e, sobretudo, nas cidades-Estado da Itália (Gênova, Veneza) estimulou o comércio inter-regional e de longa distância, bem como a circulação da moeda, gerando a especialização econômica (Hunt e Sherman, 2001: 25). Durante esse século a Inglaterra, que fornecia fios de lã para Flandres, observou que os maiores fabricantes de tecidos da Europa localizados nos burgos dessa região deparavam-se com as constantes revoltas dos artesãos. Preocupados com o exemplo, os ingleses localizaram as suas manufaturas no meio rural e de forma esparsa, evitando aglomerações. Disso resultou mais um fator de transformação de paisagens, em virtude da retirada progressiva de áreas florestadas.

Em função do mercado, algumas regiões passaram a acumular riquezas, inserindo-se na fase inicial do capitalismo e com mudanças em sua cosmovisão. Nesse contexto, em Borgonha, na França, surgiram as primeiras pinturas de paisagens destituídas de símbolos e que influenciariam, a princípio, os pintores da Itália e depois os do Norte europeu.⁶

Na explicação de Giovanni Arrighi, “a acumulação de capital com o comércio a longa distância e as altas finanças, a administração do equilíbrio do poder, a comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia residente” promoveram a concentração de riqueza e poder nas mãos das oligarquias dominantes das cidades-Estado do Norte da Itália (1996: 39).

De alguma forma, tal inovação nas artes corrobora as mudanças decorrentes do modo de produção, cujos efeitos recaíram na crescente secularização e no enfraquecimento dos vínculos tradicionais que mantinham a coesão da estrutura

⁶ Na Cidade-Estado de Siena (Itália), entre 1337 e 1339, os irmãos Lorenzetti criaram um afresco cognominado “Bons Efeitos do Bom e do Mau Governo” no Palácio Público, onde se vêem imagens verídicas dos vinhedos e da própria cidade (Chastel, 1991: 181; Clark, 1961: 24).

social e econômica da sociedade feudal. Seguem-se aqui os passos de Lima (2000: 24) quando diz que:

“Os agentes internos da cultura estão ligados a uma organização socioeconômica que é ameaçada pelas modificações externas a seu círculo específico. Serão estas, por conseguinte, que terão a iniciativa. Não importa que seus efeitos não se mostrem de imediato”.

As primeiras escolas de pintura reconhecidas na Itália foram criadas em Siena e Florença, quando teve início uma substituição dos fragmentos escuros da natureza, anteriormente exigidos pela Igreja, por paisagens claras, evidenciando a nova compreensão social da natureza. Na Itália, desde o século XI surgiram as primeiras repúblicas marítimas e tanto Florença como Siena eram Comunas livres, asseguradas pela igualdade jurídica dos comerciantes. Possivelmente, a apreciação dos jardins nas artes e na tapeçaria no século XIV se deva à circulação de manuscritos persas contendo iluminuras e que os mercadores dessas cidades traziam do Oriente (Clark, 1961: 28).⁷ Contudo, somente após o século XV, em Veneza, em decorrência da circulação de livros e gravuras, é que se aumentou a produção de paisagens destituída de símbolos.

Para André Chastel (1991: 3), a gravura se constituiu em meio de informação e circulação de idéias e estilos. Entretanto, Pierre Bourdieu esclarece que a apreciação estética individual e coletiva de objetos tão complexos como as obras de arte, não é capaz de suscitar, por suas propriedades formais, as preferências naturais. Somente a família e/ou a escola se constituem nas autoridades pedagógicas capazes de romper continuamente o círculo de “necessidade cultural”, designando e consagrando objetos como dignos de serem admirados e fruídos (In: Garcia Canclini, 1984: 12), ou seja, a mudança no “modo de ver” é social e o papel do artista é captá-la e transmiti-la em sua obra.

⁷ Segundo Schama (1996), as culturas ocidentais vêm assimilando e incorporando características culturais do Oriente relacionados à natureza desde o Império Romano. Assim, foram construídos os jardins no interior dos mosteiros e de algumas residências da Espanha, as praças da Itália receberam esculturas, como as de Bernini, com deuses mitológicos representando importantes rios do antigo Oriente.

No século XV, nos locais das antigas feiras que vigoraram entre os séculos XII e XIV, surgiram prósperas cidades, as quais lutaram para assegurar o modo de produção comercial e para se livrarem das sanções da Igreja (Hunt e Sherman, 2001: 26).⁸ Esse modo de produção, de certa forma, ordenou e integrou regiões produtivas parceladas e descentradas, dominando-as indiretamente pela circulação de moedas e o incremento de transportes.

Na Holanda, no que se refere às atividades artísticas, entre 1414 e 1417, supõe-se que Hubert Van Eyck, no livro “Horas de Turim-Milão” tenha pintado pequenas paisagens baseadas em fatos reais, distintas das paisagens imaginárias da época (Clark, 1961: 36). A partir do século XVI, pintores como Pieter Brueghel (1525-1569) começaram a misturar elementos imaginários e reais, configurando o “gênero paisagem” que foi depois divulgado no resto da Europa.

O período existente entre os séculos XV e XVI destacou-se por acontecimentos extremamente importantes para a cultura e a economia das sociedades europeias: a “descoberta” e conquista da América pela Espanha, seguida pela do Brasil, por Portugal; o crescente secularismo e o fortalecimento da ética protestante voltada para a acumulação de riquezas; o fortalecimento do sistema racional capitalista baseado no trabalho livre; o surgimento da formação científica e, nas artes, o ressurgimento dos ideais da Antigüidade Clássica.⁹ Dentre tantos, a “descoberta” da América e a entrada no capitalismo influenciaram nas transformações de toda a ordem da Europa, fazendo com que os europeus repensassem a sua cultura e revisassem as bases sobre as quais constituíam a sua visão de mundo (Belluzzo, 1994: 18).

⁸ Nestes centros surgiram as organizações financeiras, quando se relegou o direito consuetudinário e estabeleceu-se a base legal que separava os bens da empresa daqueles do indivíduo por meio de contratos, papéis negociáveis, representações comerciais, vendas, leilões, etc, que caracterizariam os procedimentos capitalistas no Ocidente (Hunt e Sherman, 2001: 27).

⁹ Economicamente, a Europa passou a incrementar a retirada de riquezas da América (ouro e prata). A inflação decorrente (entre 150 a 400%) prejudicou os proprietários de terra e trabalhadores, mas favoreceu a acumulação do capital e a queda dos salários. Para a Inglaterra isso significou a expansão da indústria manufatureira de exportação inglesa, o que favoreceu a sua entrada no sistema capitalista. De um modo geral, o período dos séculos XVI e XVII se caracterizou pelo progresso científico e o aumento das inovações tecnológicas.

No século seguinte, a Holanda, após sucessivas guerras, conseguiu libertar-se do jugo espanhol (1648), o que refletiu, social e economicamente, na ascensão da burguesia comercial e no fortalecimento da sua união política com a França e Inglaterra. Atendia-se às necessidades de acumulação de capital em escala mundial, com a conquista e expansão dos circuitos comerciais, apoiados pelo poder naval e as recém-formadas companhias de comércio e navegação (Arrighi, 1996). Com a criação das redes comerciais e financeiras, tecidas com os impérios ultramarinos e coloniais, e o enfraquecimento dos poderes do papado e da Espanha Imperial, o poder das oligarquias holandesas superou o das oligarquias de Veneza. Contudo, a hegemonia holandesa mundial durou pouco, 50 anos após instaurar com a França e a Inglaterra o Tratado de Wesfália, assinado em 1648, esses países a superaram no status mundial.

Durante o século XVII, instituiu-se na Holanda a arte dos “retratos” e das “paisagens dos fatos”, expressando o desejo de se ver nos quadros os cenários da vida cotidiana, como caçadores e agricultores em suas atividades no campo, além dos cenários idealizados do país (Clark, 1961: 50-51). Tal mudança no “modo de ver” a natureza ocorreu tanto nas artes como nas ciências, a exemplo do desenvolvimento da botânica por Christian Huygens, com o estudo e a classificação dos vegetais.

De alguma forma, pode-se dizer que a mudança ocorreu em função da cultura humanista das elites européias e da prosperidade burguesa. Dentre as novas técnicas de visão e representação da natureza na pintura, ressalta-se a perspectiva linear de Filippo Brunelleschi, na Itália (Gombrich, 1990: 146). Como explica Cosgrove (1998: 98), essa técnica possibilitou a reprodução em duas dimensões de objetos visualizados tridimensionalmente e constituiu-se em um dos mais importantes instrumentos de compreensão organizacional das formas irregulares e indeterminadas da natureza.

Nesse ambiente, de renovação do campo intelectual europeu, impôs-se o rompimento com os fundamentos da concepção aristotélica da racionalidade causal (formal, material e final), do qual manteve-se somente o aspecto da eficiência. Novas concepções de ciências surgiram com Galileu e Descartes. A nova racionalidade, baseada nos princípios da eficácia e eficiência, ressaltou o caráter pragmático-utilitarista da dominação da natureza. Para reforçar tal posição, Descartes argumenta, na sexta parte do “Discurso sobre o Método”, que:

“(…) em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar numa outra prática, pela qual, conhecendo a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam, tão distintamente como conhecemos os diversos misteres de nossos artífices, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza” (In: Duarte, 1986: 31).

A sua concepção de ciência, como meio das sociedades alcançarem maiores rendimentos da natureza, refletia a prática de dominação existente, como pode ser observado na narrativa histórico-ambiental de Schama (1996). As sociedades européias começaram a construir representações da natureza, sob a forma de paisagens artísticas ou em termos de lendas e mitos, à medida que perdiam as suas florestas. Em 1500, as maiores reservas florestais eram encontradas na Polônia-Lituânia, Noruega e Alemanha, por serem os países menos desenvolvidos da Europa.¹⁰

A França foi quem deu início ao manejo das florestas reais enquanto a Grã-Bretanha perdia progressivamente as suas áreas florestais em função da retirada de espécies preferenciais para a fabricação de embarcações, o consumo doméstico, as edificações e indústrias de vidro e ferro. Entre os séculos XVI e XVII, com o início da expansão econômica imperialista de ultramar, a Grã-Bretanha arrendou as florestas

¹⁰ Segundo Schama, dentre os países europeus, a Polônia foi um dos que conseguiu manter quase intactas as reservas florestais de Bialowieza e Niemen até o início do século XX, quando perdeu sua autonomia e parte de seu território nas Guerras Mundiais. Durante a invasão alemã na II Guerra, Gøering transformou a Reserva Florestal Bialowieza em campo de caça aos alces e bisões, mas foi durante a ocupação russa após esta guerra que se afetou o restante das populações animais e arbóreas (1996: 77-81). Diante disso, o povo reteve na memória o bisão como um mito da Nação (Schama, 1996: 84).

remanescentes da Coroa e da Igreja Católica para fins de exploração madeireira. Isso não só determinou a expulsão dos povos das florestas, como também ocasionou uma drástica mudança nas paisagens.¹¹

À medida que as florestas tombaram e as suas áreas foram transformadas em pastos e campos agrícolas ou eram abandonadas, modificou-se a maneira dos indivíduos e as sociedades verem e perceberem o ambiente natural e, em especial, as paisagens. Mesmo assim, como argumenta Schama, pode-se resgatá-las na memória coletiva em virtude da permanência dos mitos, signos e lendas e também nas obras das artes literárias e plásticas. O autor partiu da premissa da permanência, ao longo dos séculos, da memória da paisagem e da capacidade de os seres humanos moldarem instituições para conviverem com a natureza. Na articulação cultural realizada como um processo de transferência imaginária observou que, quase sempre, a liberdade é enaltecida e correlacionada à vida na natureza.

Quando os europeus iniciaram a era da colonização povoando ou despovoando territórios distantes, concretizou-se o “imperialismo ecológico”. Os migrantes levaram consigo suas plantas e animais, contribuindo para mudar consideravelmente alguns ambientes do mundo (Crosby, 1993). A ação de remodelar a natureza esteve conjugada à imposição do novo modelo administrativo, arquitetônico e institucional para as populações conquistadas, como explica Edward Said em sua obra “Cultura e Imperialismo” (1995: 153), em termos do Oriente, mas que se considera aplicável aos povos Astecas no México, Maias na Guatemala e Incas no Peru.

As populações européias levaram consigo para as novas colônias uma enorme quantidade de plantas e animais e iniciaram, nas Américas, o processo de derrubada de florestas para o plantio de grandes áreas de lavouras (*plantations*), campos de pastagem, lavouras de subsistência ou para a mineração, a caça e a pesca dentre outras atividades. Essas populações visavam transformar as novas terras em seu

¹¹ Como parte da memória dessas perdas, ressalta-se a lenda de Robin Hood na floresta de Sherwood. Originada junto à nobreza no século XII perdurou até o século XV, nas feiras populares. Um herói que ainda é reconhecido

novo lar, ou seja, na imagem das terras desflorestadas que haviam deixado para trás (Crosby, 1993). Ao introduzirem espécies e retirarem progressivamente as essências como o pau-brasil, tidas como preferenciais, modificaram os ecossistemas e geraram desequilíbrios ambientais.

Na visão dos colonizadores sobressaíam representações da natureza americana como bravia, selvagem, indômita. Isso estava em conformidade com os desejos de encontrarem riquezas infinitas, o que os levou a uma busca incessante do Eldorado, da Fonte da Juventude e até de locais sagrados como o Jardim do Éden (Magasich-Airola; Beer, 2000: 57). Colombo, em carta dirigida aos reis da Espanha, em 1498, disse que possivelmente encontrara o Paraíso Terrestre nas terras distantes, pois pensou que as águas do Orenoco faziam parte “desse lugar, ainda que seja longe, e vir desembocar ali de onde eu venho, formando este lago” (In: Fonseca, 1992: 43).

A quantidade de recursos minerais e a variedade da fauna e flora retiradas da América e enviadas diretamente para a Europa repercutiram no padrão econômico de muitos países e em suas manifestações culturais, quando vigoraram as coleções particulares de obras de arte e das mais absurdas curiosidades (Eco, 1989: 27). Alguns viajantes, artistas e cientistas estiveram no Brasil e, de certa forma, fizeram relatos acerca dos indígenas, da flora e fauna ou inventariaram elementos da natureza, imprimindo uma nova característica às coleções e aos museus dos séculos XVI e XVII e depois, ao projeto enciclopédico.¹² Esse material, segundo Ana Maria Belluzzo, constituiu-se em instrumento valioso na construção da história natural e da botânica na Europa nos séculos XVIII e XIX (1994: 9).¹³

nos dias atuais por ser leal ao rei, defender os pobres e conformar os ideais de “liberdade de vida na natureza”.

¹² Belluzzo (1994) cita, dentre outros, os relatos de Hans Staden (1557), Theodore De Bry (1592), as pinturas de Frans Post (1638), Albert Eckhout (1643), Alfred Russel Wallace (1850-1852) e a obra *Flora Brasiliensis* contendo manuscritos e desenhos do cientista Carl Friedrich Phillip Von Martius (1817-1820).

¹³ O projeto enciclopédico de inventariar a natureza surgiu entre os séculos XVI e XVII com as coleções de gabinetes científicos e a posterior sistematização. Mas foi Carl Von Linné (1701-1778) quem propôs um sistema universal de catalogação de plantas, animais e minérios e incluiu as informações do Brasil obtidas com os holandeses. Contudo foi Humboldt quem registrou, no início do século XIX, a visão geográfica e científica abrangente da natureza, contrastando os continentes europeu e americano.

Para a autora, as primeiras obras de arte que retrataram a natureza e os habitantes do Brasil demonstram a preocupação dos viajantes europeus de construir sentidos acerca do que viam. Na obra do missionário francês calvinista Jean de Léry, por exemplo, as gravuras feitas por artistas franceses retratando os indígenas tupinambás, com os quais conviveu durante um ano, seguem o modelo clássico grego.¹⁴ Por sua vez, Frei André Thevet colocou em seu livro *Les Singularitez de la France Antartique*, publicado em 1575, gravuras elaboradas pelo artista Guillaume Chaudiere, ressaltando o elemento exótico, a exemplo da gravura da preguiça, um animal desconhecido na Europa e que Thevet dizia ser um monstro de rosto humano. Segundo a descrição desse (Thevet), aquele era o animal “mais disforme que se possa imaginar [...]. Quando preso, suspira como criança que sente dores [...]. Ninguém jamais o viu se alimentando [...] vive de vento” (Belluzzo, 1994: 36).¹⁵

A fantasia talvez fizesse parte do processo de estranhamento e do desconhecimento de elementos que auxiliassem os artistas europeus na construção de analogias. “O mundo imaginado e vivido era contínuo. Procedia-se por aproximação e, na linguagem simbólica vigente, predominava o exercício substitutivo das metáforas” (Belluzzo, 1994: 9). Em grande parte das obras realizadas, os aspectos socioculturais dos indígenas relativos ao canibalismo, bem como a flora e fauna diferenciadas foram determinantes para a construção dos elementos de comparação entre a natureza da Europa e a da América. Na explicação de Bastide (1979: 200): “(...) a arte age efetivamente sobre a sociedade e a modela, mas inversamente a obra de arte nos possibilita atingir o social, tanto quanto a economia, a religião ou a política”.

A produção de artistas como Albert Eckhout, Frans Post e outros que vieram junto com o príncipe holandês Maurício de Nassau na invasão de Pernambuco, entre 1637 e 1644, indica um novo modo de apreciar os diferentes elementos naturais e culturais e de pintar as paisagens. No entendimento de Belluzzo (1994: 13), os artistas

¹⁴ Séculos depois os filósofos franceses Montaigne e Jean-Jacques Rousseau reconstruíram esta analogia entre a vida dos antigos e a dos indígenas, como o “bom selvagem”.

e viajantes que estiveram na América, de certa forma, “... participam da construção da identidade européia. Apontam os modos como as culturas se olham e olham as outras, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro”.

Depois do século XVI alguns artistas europeus abandonaram a interpretação idealizada ou estilizada da natureza e começaram a trabalhar em conjunto com cientistas e militares, adotando a visão de um universo ordenado e contínuo. Os desenhos serviram de registros das paisagens, da fauna e flora, e também dos fortes, vilas etc. do Brasil (Belluzzo, 1994: 49).¹⁶ Tal técnica pictórica que permitiu detalhar os aspectos observados foi desenvolvida anteriormente no gênero “natureza-morta”, nos quadros que decoraram os salões de jantar ou de caça e nas bibliotecas das elites. Segundo Koyré: “Não foram as descobertas científicas que provocaram a mudança da idéia de Natureza. Foi a mudança da idéia de Natureza que permitiu essas descobertas” (In: Merleau-Ponty, 2000: 10). A partir de então, falar da natureza significou atribuir-lhe sentidos.

No argumento de Cosgrove (1998), a paisagem não é meramente o mundo que se vê. Mesmo que o uso artístico da paisagem expresse as experiências pessoais, privadas e essencialmente visuais, ela em si é uma construção social, uma forma como as sociedades compreendem e representam seu mundo. A paisagem construída pela sociedade européia significava, no entendimento do autor, um “*modo de ver*” das elites que usaram desse recurso para demonstrar o seu prazer estético diante da natureza. Como um “*modo de ver*” social, a paisagem tem a sua própria história, que faz parte de uma história mais ampla da economia cujas causas e efeitos remetem aos usos e à percepção da terra.

Apesar dos interesses estéticos, científicos e militares na natureza, não se pode deixar de pensar que o principal objetivo europeu na América era econômico e

15 Jean de Léry e André Thevet eram membros da equipe fundadora da França Antártica no Rio de Janeiro (1557).

se caracterizou pela crescente retirada das riquezas minerais. A produção de ouro e prata na Europa encontrava-se estagnada entre 1300 e 1500 e, pelos cálculos de Braudel (1983: 498), o seu estoque equivalia a 5.000 toneladas de ouro e 60.000 de prata. Com as remessas da América entre 1500 e 1650, esse volume subiu para 16.000 toneladas de prata e 180.0000 de ouro. O fluxo foi tão grande que causou inflação e os preços subiram entre 150 a 400% ao ano, variando entre regiões e países, no decorrer do século XVI (Hunt e Sherman, 2001: 34).¹⁷

A partir do século XVII uma nova ordem econômica mundial passa ser ditada pela Grã-Bretanha. A construção de suas bases capitalistas pode ser observada com a especialização das cidades, gerando um constante fluxo campo/cidade. O país fortaleceu o seu papel de coletor, redistribuidor de rendimentos e empreendedor do Estado; seguiu o regime de fechamento de propriedades e posse de terras comunais, além de adotar a moeda nas relações econômicas e nas atividades produtivas. Transformou a terra em mercadoria, substituindo as leis consuetudinárias relativas às terras comunais, florestas, tornando-as acessíveis aos agricultores e pecuaristas comerciais e construindo a base legal e política do Estado (Hobsbawm, 2002: 213).

Ainda no século XVII, as ciências começaram a se desenvolver, servindo de base aos objetivos racionais e utilitários da economia capitalista. Passou-se a discutir também as relações entre o ser humano e o mundo natural. Na Grã-Bretanha, o filósofo Bacon argumenta que se deve proceder “(...) a reforma do estado da humanidade, bem como a ampliação do seu poder sobre a natureza” (In: Duarte, 1985: 30). No século seguinte, na França, o filósofo Rousseau reage à apropriação

¹⁶ Belluzzo (1994: 49) cita os mapas da capitania do Maranhão, do geógrafo Diogo Homem (século XVI), as plantas da Expedição Geográfica dos Padres Matemáticos (entre 1730 e 1748) e os desenhos do artista Antonio Giuseppe Landi (1753).

¹⁷ Parte da riqueza arrecadada pela Espanha e Portugal foi parar no Oriente, por diversas vias (inclusive a pilhagem e pirataria) por parte da França, Inglaterra e Holanda. A monetarização do comércio, adotada por ingleses e holandeses desde 1583, os fez pagar em dinheiro um quarto das mercadorias, trocando o resto por suas próprias mercadorias (Braudel, 1983: 513).

instrumental da natureza enaltecendo as qualidades do “bom selvagem”, o ser humano puro.

Nas artes procedeu-se a uma forma distinta de “ver o mundo” Para serem reconhecidos, os artistas tiveram que se adaptar aos ideais das elites e dos críticos de arte, principalmente na Itália e França. As composições cujos temas mitológicos, religiosos, históricos ou poéticos eram transpostos para o tempo e o cenário paisagístico local, realizando-se uma espécie de síntese diacrônica (Clark, 1961: 55). Pintores como Claude Lorrain e Nicolas Poussin, inspirados na obra do poeta Virgílio, da Antigüidade romana, pintaram na Itália temas que enalteciam a vida simples no campo. Talvez os valores feudais e a ética católica tenham sido determinantes para que as elites italianas buscassem renovar temas tradicionais, negando as experiências do trabalho como na pintura holandesa.

Conquanto os artistas pintassem o campo ideal, na Grã-Bretanha, as elites modelavam paisagens nas suas propriedades e áreas circundantes. As mudanças socioeconômicas repercutiram na perda das terras comunais e florestas e no deslocamento de suas populações. Como parte da reação às transformações, entre os séculos XVI e XVII, surgiram as casas de campo enquanto nas reservas florestais que resistiram aos cortes era feito o manejo florestal para fins comerciais e/ou estéticos, o que gerou novas paisagens. Para Thomas, “as motivações para o cultivo aristocrático eram, portanto, uma complexa mistura de afirmação social, senso estético, patriotismo e busca de lucro em longo prazo” (1996: 250).

No século XVIII, o cultivo de árvores e o paisagismo viraram um passatempo das elites inglesas e o cultivo de flores se difundiu nos demais estratos sociais. No entendimento do autor, a mudança de alguns aspectos da idéia de dominação da natureza se deveu à mudança no relacionamento com a natureza em função tanto das descobertas da história natural, botânica e zoologia, quanto das perdas ambientais e da deterioração do ambiente urbano gerados pelo crescimento industrial.

No caso, a idealização do campo era uma reação às perdas do ambiente natural, pois, à medida que a agricultura descaracterizava os cenários naturais, os cidadãos sentiam-se mais seduzidos pelos cenários paisagísticos agrestes. À época, tornou-se usual as pessoas da elite escalarem montanhas e, em contraposição, os estratos menos favorecidos compravam gravuras com reproduções da paisagem, como relata Thomas referindo-se à preferência turística por *Lakes District*, na Grã-Bretanha (1996: 309):

“Quando John Byng escalou a Cader Idris em 1784, foi acompanhado por um guia que trazia turistas à montanha havia quarenta anos; em 1800, Coleridge podia queixar-se de que os Lagos ferviam de turistas durante um terço do ano. Os mais aventureiros iam mais longe, a Savóia ou a Suíça. E quem permanecia em casa podia comprar desenhos e gravuras de cenários de montanhas, reproduzidos em abundância a partir de meados do século”.

Nesse contexto de mudanças dos valores sociais, econômicos e científicos, os elementos estéticos adquiriram outra dimensão. De acordo com o poder aquisitivo e o status do indivíduo, os objetos de decoração tornaram-se bens de consumo e a paisagem começou a ser tida como bem simbólico, no sentido que evoca a beleza natural. Os estratos abastados das populações urbanas inglesas adotaram, como padrão estético, os jardins ordenados geometricamente, similares aos da Itália e da França.

Ao final do século XVIII, surgiram os jardins de feitiço irregular, coincidindo com a apreciação cotidiana das formas agrestes vistas nas montanhas. A “jardinagem paisagística” mantinha a forma irregular do terreno, variando o tamanho e as espécies de plantas, empregando-se maior diversidade de espécies. Tornou-se freqüente buscar locais paisagísticos para passear e contemplar, como expressa Thomas (1996: 309): “O mais notável, a paisagem agreste e estéril deixara de ser objeto de aversão para se tornar fonte de renovação espiritual. [...] Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza, e particularmente selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso”.

Alguns admiradores de paisagens habituados a compararem cenários naturais com a pintura, começaram a “corrigir” certos “problemas visuais” nos jardins e praças das cidades, favorecendo a estética em detrimento das leis da natureza, uma concepção que ainda vigora no paisagismo urbano mundial. Contudo, é possível pensar que a educação, a realização de viagens e a reprodução da paisagem nos objetos de arte e decoração tenham contribuído para um novo “modo de ver” e até perceber a natureza, que não pode ser tida somente como um valor estético.

No caso da Grã-Bretanha, por exemplo, se a paisagem pictórica conformou “novos olhares” para a natureza, possivelmente a educação os tenha auxiliado a estabelecer ligações entre a pintura e o cenário paisagístico. O crescimento das cidades e a afeição, real ou imaginária, dos ingleses pelos locais de natureza selvagem, sustentam historicamente a idéia de retorno ao campo, como se observa pela constância do tema na literatura inglesa desde o século XVII, a compra de gravuras de paisagens ou a criação de jardins. Em relação a isso Thomas (1996: 16) chama a atenção para os seguintes aspectos:

“À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas na Escócia, ou no Distrito dos Lagos, no gosto pelas flores silvestres e a observação de pássaros, e no sonho com um chalé de fim de semana no campo”.

Como parte de um “*modo de ver*” a natureza, advindo com a educação, algumas idéias da cultura grega e islâmica foram incorporadas à cultura européia. À semelhança da arquitetura árabe, a natureza foi levada para o interior dos espaços construídos e, no âmbito da vida privada, constituíram-se nos jardins e pomares, e nos espaços da vida pública ela ficou em segundo plano, como se observa nas praças da Itália e Espanha circundadas por edifícios, onde sobressaem fragmentos de vegetação em meio à pavimentação.

Se antes a pintura da paisagem possibilitou que as sociedades se localizassem no espaço e tempo da natureza, na entrada do Romantismo no século XIX, tal concepção se modifica e a experiência estética torna-se um fim em si mesma. Os temas se repetem nas gravuras e nas telas, à exceção do movimento impressionista com Gauguin e Cézanne, que alcançaram a inovação. Na metade desse século Thomas Cook, na Grã-Bretanha, inventou o “pacote turístico”, a venda do bilhete de viagem e da hospedagem, e possibilitou a um maior número de pessoas vislumbrar paisagens na Europa e no Oriente. Afora isso surgiu o protótipo da máquina fotográfica. Este período também assinalou mudanças nas sociedades e nos usos da natureza, como argumenta Karl Marx em sua obra *Grundrisse*:

“Pela primeira vez, a natureza se torna para a humanidade mero objeto, mera questão de utilidade, cessando de ser reconhecida como um poder em si mesma; e a descoberta teórica de suas leis autônomas parece somente um artifício destinado à subjugar-la às necessidades humanas” (In: Harvey, 1998: 106-107).

Ao final do século XIX, passou-se a indagar acerca da prioridade das necessidades humanas em detrimento da exploração crescente da natureza. Foram observados os primeiros indícios de que as sociedades desejavam que os animais selvagens fossem preservados, mesmo que não fossem “úteis” ao ser humano. O processo de constante derrubada das florestas, a caça desenfreada e a expansão da ocupação humana levou à extinção de muitas espécies, o que fez com que alguns grupos sociais sentissem a necessidade de protegê-las em alguma área selvagem (*wilderness*). Naquela época, as florestas da Alemanha encontravam-se devastadas e o país enfrentava sérios problemas políticos, sociais e econômicos. Contrapondo-se a isto, alguns artistas reinventaram o passado, transformando antigos germanos selvagens em seres simples da floresta. Dessa forma, “enormes carvalhos voltaram a figurar nas pinturas alegóricas, simbolizando a própria Germânia” (Schama, 1996: 112).¹⁸

¹⁸ Tal memória perdurou nas artes, a exemplo de Anselm Kiefer que em 1976 fez ressurgir a Floresta Hercynia em sua obra “Varus” como um mito de nação (Schama, 1996: 129-143).

Também nos Estados Unidos da América, começou-se a atentar para as perdas ambientais e, pela primeira vez, as sociedades urbanizadas desejaram que algumas áreas naturais se mantivessem conservadas como amostras da natureza selvagem e dos animais bravios. Nesse contexto, a paisagem não é apenas uma decorrência da projeção inventiva do observador, mas uma expressão sociocultural e econômica de determinadas sociedades em uma conjuntura histórica.

CAPÍTULO II

PARQUE NACIONAL: O LUGAR DA NATUREZA SELVAGEM

No presente capítulo faz-se uma reflexão acerca do parque nacional e da correspondente política ambiental. Para compreender a criação dos Parques Nacionais do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguaçu, no Brasil, é preciso inicialmente saber como a concepção norte-americana do Parque Nacional de Yellowstone foi reproduzida nesses países. Interessa conhecer quais indivíduos ou grupos determinaram a sua criação, de que forma foi consolidada a base legal e institucional e como tais parques vêm sendo conhecidos pelos visitantes no âmbito nacional e internacional.

A idéia de proteção de áreas naturais surgiu durante a Revolução Industrial nos Estados Unidos da América, quando algumas pessoas, tendo à frente John Muir, conscientizaram-se dos crescentes efeitos negativos das ações humanas na natureza e tentaram enfatizar a necessidade de cada geração tornar-se responsável por Yellowstone e Yosemite, assegurando a sobrevivência dessas amostras representativas de ecossistemas e dos cenários paisagísticos ali existentes.

A invenção do Parque Público de Yellowstone, em março de 1872, representou ao longo do tempo, um novo entendimento de “*natureza selvagem*” - *wilderness* – e de conservação da paisagem excepcional, os quais deveriam ser protegidos da possível destruição causada pela civilização industrial urbana. Ali se estimulou a entrada de visitantes para a admiração da paisagem e interditou-se o assentamento e a produção econômica. Tal iniciativa, mesmo sendo original, não ocorreu de forma isolada. Na história cultural Ocidental as sociedades inventaram

inúmeras formas de paisagem, mas nenhuma com as características de “natureza atemporalizada, destinada à conservação absoluta”, conforme a proposição de Muir (Serrano, 1996: 93).

Nesse fragmento intocado o governo proibiu a produção econômica, uma vez que as mineradoras foram retiradas de Yellowstone e as populações indígenas ficaram impedidas de continuar desenvolvendo as suas atividades produtivas. Enquanto isso, na circunvizinhança, o setor privado construía a infra-estrutura para recepção dos visitantes. A criação de um parque para conservar a “*natureza selvagem*” representou não só um novo tipo de recorte territorial, mas a renovação do “mito da natureza infinita” nos termos de Goulart (1998).¹⁹ Esse mito demarcou o processo de colonização da América, quando os usos das novas terras foram concebidos como ilimitados: poder-se-ia destruir uma área, pois logo a frente outra estaria disponível. A partir dessa criação original, grande parte dos parques nacionais no mundo tem se caracterizado pela demarcação desses novos espaços, surgindo em decorrência disso, conflitos de interesses históricos, socioculturais e econômicos entre aqueles que chegam (as instituições do Estado e os turistas) e os que ali se encontram (proprietários e comunidades moradoras). Nessa realidade repleta de histórias de vida, práticas e costumes dos povos que por ali passaram, compreende-se a natureza nos termos metonímicos, onde a parte vale pelo todo, ou seja, subtende-se que, ao se criar um parque em uma área natural conservada, pode-se utilizar o restante das áreas indiscriminadamente, já que a amostra representativa de ecossistema está resguardada. A criação dessas áreas não tem significado, até o presente, uma mudança nas relações sociais de dominação da natureza.

Cabe destacar que houve uma mudança na concepção de espaço, com a introdução de uma nova categoria em razão de uma geografia imaginada, ou seja, de uma nova grafia da terra balizada por distintas formas de as sociedades perceberem,

¹⁹ Segundo Laura Goulart, na Idade Média se aprofundou a separação indivíduo-natureza, quando a sociedade moderna passou a assumir o lugar central na história, manipulando e transformando a natureza. No imaginário coletivo, a natureza perdeu o caráter sagrado, o que permitiu ao sujeito “humano” se distanciar do objeto “natureza”, considerando-a somente como fonte de matéria prima ou recurso natural (1998: 13).

vivenciarem ou conhecerem a natureza. Tal enquadramento geopolítico pode ser considerado aqui como a definição de um “terceiro espaço”, que não é urbano e nem rural, é “selvagem”.

Desde o seu surgimento, no final do século XIX, a definição de parque nacional vem passando por mudanças. A princípio a criação do Parque Nacional de Yellowstone visava a favorecer a fruição turística da paisagem e de alguns aspectos da “*natureza selvagem*”. Entretanto, na metade do século XX surgiram outros objetivos como o da proteção ambiental (controle e vigilância), o de educação ambiental, interpretação e pesquisa, dentre outros, quando teve início a construção da linguagem própria conformada por leis, normas e planos de manejo e gestão. A partir do final dos anos 1980, retomou-se o objetivo inicial do lazer, mas na dimensão econômica do turismo. O objetivo da pesquisa científica passou a visar, em parte, a apropriação econômica da biodiversidade.

Dessa forma, considera-se relevante para a análise da instituição dos Parques Nacionais Vulcão Poás e do Iguaçu, respectivamente na Costa Rica e no Brasil, tratar inicialmente a história dos parques, em geral, observando-se quais concepções conformaram a base legal e institucional dessas áreas no âmbito internacional e depois no nacional.

2.1 Yellowstone e Yosemite: os lugares da paisagem

Na concepção fundadora de John Muir, que tanto lutou para que fossem preservadas as sequóias (*sequoia sempervirens*) do “Vale das Mariposas” em Yosemite e a paisagem de Yellowstone, ainda existiam lugares onde a “*natureza selvagem*” deveria ser mantida. Ele e Henry David Thoreau asseveravam que “nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo” (Schama, 1996: 17).²⁰ Para

²⁰ As sequóias são árvores gigantescas, únicas no mundo, cujo diâmetro varia até 15 metros e algumas têm mais de mil anos.

mantê-las intocadas, foi preciso sensibilizar as comunidades protestantes urbanas, que até então associavam a “*natureza selvagem*” ao indígena “*selvagem e pagão*”. Para tanto, fez-se necessário que pessoas como o pregador protestante Thomas Starr King tornassem as sequóias sagradas nos termos cristãos e o fotógrafo Carleton Watkins e o pintor Albert Bierstadt as divulgassem em suas exposições.

Nesses discursos não só o mito do Jardim do Éden (paraíso) foi invocado como foi comparado o tempo de vida das sequóias ao “tempo de vinda de Jesus”. Como observa Schama, a própria topografia do terreno em Yosemite contribui para tal construção imaginária, pois na descida para o vale das Mariposas podem ser vislumbrados, ao final, a montanha *Cathedral Rock* e o rio *Merced* em meio à mata, o que só acentua a sensação religiosa de entrada em um santuário.

Nas interpretações acerca da criação desses parques nacionais sobressai a de Schama de que, na criação de Yosemite “foi a aura de santidade heróica, a impressão de que o bosque das grandes árvores constituía uma espécie de monumento vivo da América, um panteão botânico, que convenceram Lincoln e o Congresso” (1996: 17).

Para o historiador Alfred Runte, o sucesso da criação do Parque Nacional de Yellowstone se deveu à “aliança pragmática” entre as ferrovias desejosas de aumentar o fluxo de passageiros e fomentar o turismo e os preservacionistas ambientais (In: Barretto Filho, 2001: 76). Nash confirma o seu argumento, esclarecendo que, para a *Northern Pacific Railroad* seria importante se “Yellowstone se tornasse uma Meca nacional de férias popular como Niagara Falls ou Saratoga Springs e com um resultado profícuo para somente uma linha de serviços de transportes. A *Wilderness* era a última coisa que eles desejavam” (1982: 111).²¹

Na análise da documentação de Yellowstone, Runte comprovou a participação da *Northern Pacific Railroad* desde o início de seu processo de criação. A

²¹ Tradução livre da autora.

empresa contratou Langford, um dos pesquisadores da Expedição “Washburn”, para realizar a sua campanha de arrecadação de fundos, entre 1870 a 1871, e para promover Yellowstone junto à opinião pública. Também atuou para que o Congresso o aprovasse legalmente e, depois, implantou uma infra-estrutura mínima de recepção turística no local. Segundo Runte, outras ferrovias envolveram-se na criação, implantação e melhoria de alguns parques nacionais no país (In: Barretto Filho, 2001).

Merece destaque que, para Nash, essa iniciativa não ocorreu de forma isolada, a criação de Yellowstone se deve ainda ao movimento romântico que passou a valorizar a natureza nas artes, tal como ocorria na Europa, e também à filosofia transcendental. Tudo isso contribuiu para uma mudança na sensibilidade e para que a apreciação da “*natureza selvagem*” se tornasse uma cultura nacional, em particular, na segunda metade do século XIX, quando se divulgaram as idéias de George Perkins Marsh, Ralph Emerson, Henry Thoreau, John Muir e Gifford Pinchot (Nash, 1982).

À época, o pintor Thomas Cole ressaltou a beleza da floresta e das paisagens da montanha *Catskills* nas pinturas e nos ensaios que publicou em periódicos (Nash, 1982: 80). Seus quadros contendo as paisagens do Oeste foram conhecidos por cidadãos do Leste americano e de alguns países da Europa.

Em 1864, George Perkins Marsh, advogado, político e um dos fundadores do *Smithsonian Institution*, em seu livro *Man and Nature*, preocupado com os danos ambientais, argumentou “que a destruição arbitrária e o desperdício perdulário estava tornando a terra inabitável para os seres humanos e, em última análise, ameaçando a existência do homem” (In: McCormick, 1992: 29). Graças à sua influência foi criada a “Comissão Nacional de Especialistas Florestais”, que embasou o conhecimento florestal do país.

Por sua vez, o poeta e filósofo Ralph Waldo Emerson, voltado para a compreensão transcendental da natureza, disse que essa era uma “oportunidade para a mente individual primeiro descobrir e refletir sobre ela mesma (na natureza como um

sistema de leis, conceitos e comodidades) e depois confirmar a existência de Deus” (In: Oelschlaeger, 1991: 135).²² Tais concepções da natureza contribuíram para a mudança no “olhar”, a ponto de alguns grupos sociais dos Estados Unidos passarem a conceber a paisagem como um símbolo de identidade nacional, contrapondo-a aos valores da cultura européia, como ocorreu nos movimentos romântico literário e no político separatista do resto da América.

Conquanto a atuação dessas pessoas seja ressaltada, foi preciso criar o Serviço Nacional de Parques junto ao Ministério do Interior, em 25 de agosto de 1916, para que um organismo específico se responsabilizasse pelas ações de proteção e conservação da natureza, e não somente as de turismo, como até então ocorriam.

2.2 A difusão da idéia de parque nacional

A partir de 1930, começou a ser divulgada no âmbito internacional a idéia de parque nacional como uma das formas de conservar áreas naturais e também como parte das políticas territorial e ambiental do Estado. Para os precursores do parque nacional, o que importava era que Yellowstone havia sido “estabelecido como parque público ou terreno de recreação para o benefício e o desfrute da população” (Harroy, 1972: 25). Na explicação de Packard, acreditava-se que assim seriam atingidos os objetivos de “preservação, contra qualquer interferência ou exploração de madeira, depósitos minerais e peculiaridades naturais dentro do Parque, além de garantir sua perpetuidade em seu estado natural” (In: Quintão, 1983: 14).

Depois de meio século da criação de Yellowstone, tornou-se evidente que era preciso criar uma nova definição que englobasse os parques de diferentes países. Em Londres, no ano de 1933, realizou-se a “Convenção para Preservação da Fauna e da Flora em Estado Natural”. Ali estiveram reunidos delegados das colônias inglesas na África que, juntamente com os ingleses, estabeleceram que os parques

²² Tradução livre da autora.

deveriam ser guardados pelo Estado, que ficaria impedido de aliená-los ou de alterar os seus limites, salvo por autoridade competente. Instituíram-se como objetivos dos parques a propagação, proteção e preservação da fauna e da flora silvestres, e a preservação de objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, científico para o benefício e desfrute do público. Estabeleceu-se, ainda, a proibição da caça, pesca, captura da fauna, coleta de flora, “exceto por ou sob a direção e controle das autoridades responsáveis pelos Parques Nacionais” (Quintão, 1983: 14).

Tal proposta foi reapresentada em 1940, na cidade de Washington, nos Estados Unidos, durante a “Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América”, para os membros da União Pan-americana. Durante a reunião foram discutidas as experiências dos países, a concepção de parque da Convenção anterior e a criação dos parâmetros para a realização futura de acordos internacionais. Novamente definiu-se o parque nacional como área conservada em que sobressaíam as belezas cênicas naturais e os recursos da flora e fauna de importância nacional, sob a responsabilidade do Estado e com a garantia de perpetuidade (Quintão, 1983: 15). Entretanto, mais do que a uniformização dos critérios era preciso firmar acordos internacionais de modo que cada país se co-responsabilizasse pela idéia da conservação de suas áreas naturais.

Para atender os compromissos firmados a partir de 24 de outubro de 1945, época da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), foram criados organismos como a UNESCO, encarregada de promover a colaboração entre as Nações-membro no tocante à educação, ciência, cultura e comunicação a *Food and Agriculture Organization* (FAO) para melhorar a produção e distribuição dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, as condições de vida das populações mundiais menos favorecidas.²³ Como a produção agrícola requer condições ambientais favoráveis, a FAO passou a ajudar tecnicamente o planejamento de parques nacionais, elaborando publicações relativas ao manejo.

²³ Para assegurar a conservação a UNESCO criou a Reserva da Biosfera e passou a outorgar o título de “Reserva Mundial do Patrimônio Natural” às áreas representativas internacionais (Beserra et al., 1999: 10).

Em 1948 surgiu a União Internacional para Proteção da Natureza e Recursos Naturais (UIPN), composta de agências governamentais e não-governamentais e voltada para a promoção de ações científicas que visassem à perpetuidade dos recursos naturais, em virtude de seus valores cultural e científico e do bem-estar econômico e social da humanidade (Quintão, 1983). A UIPN começou a realizar eventos como os congressos de parques, os quais passaram a reunir especialistas para conformar e divulgar os conceitos e as instituições ambientais. Em 1954 o órgão foi renomeado como União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e passou a apresentar os parâmetros e modelos científicos de análise ambiental dos parques e a difundir os movimentos conservacionistas internacionais, especialmente aqueles ligados à criação dessas áreas.

No final de 1950 tornou-se evidente que em alguns países o que era denominado parque nacional distinguia-se do modelo adotado na Convenção realizada em 1940. Daí a necessidade de conformar uma linguagem integrando grupos que se tornariam responsáveis pela padronização dos conceitos e instrumentos de ação. Nesse sentido, o Conselho Econômico e Social da ONU fez o levantamento e a análise das informações mundiais e, em 1959, elaborou a “Lista dos Parques Nacionais e Reservas Análogas”. Jean-Paul Harroy, Presidente da Comissão Internacional de Parques Nacionais da UICN, elaborou a lista em nome do Conselho e estabeleceu três objetivos para classificação das áreas: conservar a natureza, receber visitantes e servir de marco para as pesquisas científicas (Harroy, 1972: 29). No ano seguinte, em Varsóvia, na Polônia, a UICN criou a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, para promover e monitorar os parques nacionais e áreas correlatas e também para orientar no manejo e na manutenção dessas áreas.

Dali em diante o órgão realizou uma série de eventos, tendo início em 1962, em Seattle (USA), com a “I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais”, que tinha dentre os seus objetivos “promover uma compreensão internacional de área silvestre e fomentar o movimento de parques nacionais sob as bases mundiais” (Harroy, 1972: 31). Ali se reiterou a importância do turismo e recomendou-se a

criação de parques marinhos, bem como o aumento das áreas de parques. Abordaram-se também as questões prejudiciais à conservação.

Na “10ª Assembléia Geral” da IUCN, realizada em Nova Deli, na Índia, em 1969, foi mantida a indicação de que os governos usassem a mesma acepção de parque nacional. A nova definição o designava como uma área de grande extensão caracterizada por um ou mais ecossistemas sem exploração e ocupação humana, além de conter espécies em extinção, amostras representativas de fauna e flora e um cenário paisagístico excepcional, que deveriam ser conservados para os fins científico, educacionais e recreativos.

No “II Congresso de Parques Nacionais”, realizado em Yellowstone, Estados Unidos, em 1972, recomendou-se o aumento de superfície das áreas protegidas, pois já se divulgavam as crescentes perdas ambientais. Para assegurar as amostras representativas dos biomas e ecossistemas naturais no mundo, seria preciso criar um “sistema coordenado de parques nacionais e de áreas protegidas correlatas” (Quintão, 1983: 17). A prioridade era conservar os biomas e ecossistemas que ainda não estivessem com perturbações, os que se encontravam em perigo de desaparecimento ou com espécies ameaçadas de extinção e aqueles que detinham recursos genéticos importantes.

As décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se pela crise mundial do petróleo, pelo aumento em escala planetária da degradação ambiental decorrente dos modelos econômicos adotados e do crescimento demográfico, e pelo conseqüente incremento de movimentos ambientalistas. Nesse contexto, em 1980, a IUCN lançou a “Estratégia Mundial para a Conservação” com o objetivo de aumentar a eficácia da conservação, destacando a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a

preservação da diversidade genética e o uso sustentado das espécies e dos ecossistemas.²⁴

Em 1982, foi realizado o “III Congresso Mundial de Parques Nacionais”, em Bali, na Indonésia. Ali se ressaltou o papel central das áreas protegidas relativo à conservação dos recursos *in situ*, uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentado. À época já era evidente que, em termos estratégicos, a criação e o manejo de parques nacionais mostrava-se insuficiente e que eles deveriam ser considerados no contexto da “Estratégia Mundial de Conservação” (Quintão, 1983: 17).

No “IV Congresso Mundial de Parques” realizado em Caracas, Venezuela, em 1992, observou-se uma mudança radical em relação à presença das populações moradoras. Passou-se a admitir a sua presença, mesmo de forma restrita, nos parques nacionais e, também, os direitos dos grupos sociais locais à autodeterminação social, econômica, cultural e espiritual. No grupo de trabalho denominado “Populações e Áreas Protegidas” se recomendou uma consulta a esses grupos, buscando-se o seu consentimento ou acordo antes da criação e implantação das áreas conservadas. O objetivo era estimular a participação comunitária, acreditando-se com isso que os benefícios ambientais seriam aceitos por elas.

Diante das perdas ambientais crescentes em todo esse processo histórico de definição e redefinição dos parques nacionais, os ambientalistas vêm considerando que para assegurar a proteção dos recursos naturais não é suficiente criar áreas naturais conservadas. Deve-se configurá-las em escalas cada vez mais amplas, criando-se conectividades, de modo a atingir estrategicamente o planeta.

²⁴ Também se abordaram questões relativas à qualidade de vida das populações de países em desenvolvimento, à exploração dos recursos naturais, à redução nos padrões de consumo e nas taxas de incremento demográfico, ao desperdício de recursos por parte dos mais abastados, ao controle da poluição e outras (Quintão, 1983: 17).

Cem anos depois da criação de Yellowstone constata-se que muitos parques e áreas afins estão sendo “ilhados” e uns, inclusive, encontram-se sob a ameaça de fragmentação dos ecossistemas, em função das constantes alterações nas áreas do entorno. Além disso, as relações entre os espaços urbanizados e aqueles nos quais os ecossistemas se mantêm mais ou menos íntegros não correspondem mais à dicotomia urbano e rural. A interligação entre eles pode ter como consequência a construção de uma nova relação com a natureza. Daí ser necessário repensar as funções das áreas conservadas na organização territorial e na qualidade de vida dos seres humanos e, também, na dos demais seres da natureza. Outros aspectos podem ser ressaltados, a exemplo dos altos custos de manutenção do sistema de áreas conservadas e que, seguramente, será mantido dessa forma, uma vez que não se observam mudanças de comportamento das populações em geral, e sequer daquelas da região do entorno. Como consta em um artigo da Revista *Nature* (In: Veiga, 2002: 177):

“Em termos mundiais, estima-se que o gasto anual com a conservação dos 13,1 milhões de quilômetros quadrados de áreas protegidas atinja US\$ 6 bilhões. Para melhorar sua conservação seriam necessários US\$ 2,3 bilhões complementares. A inclusão de mais 7,4 milhões de quilômetros quadrados nesses santuários globais (90% dos quais em países periféricos) exigiria um investimento de US\$ 11 bilhões para a obtenção e US\$ 3,3 bilhões para manutenção”.²⁵

Para José Eli da Veiga (2002: 177), mesmo que se arrecadem recursos cobrando ecotaxas somente se controlará a erosão da biodiversidade se as atividades degradadoras diminuírem e as de conservação ou de recuperação aumentarem.

Essas questões revelam a necessidade de revisão do paradigma clássico segundo o qual a natureza é percebida de forma dicotômica, ora como hábitat a ser preservado, ora como patrimônio natural a ser conquistado. Como disse Ana Maria Fernandes, a natureza é tratada pela ciência como objeto inanimado, a-histórico e passivo (In Lima, 1998). Para a autora, deve-se estabelecer um paradigma que

²⁵ Segundo Veiga, essa edição da revista *Nature* é de 23 de setembro de 1999.

contemple a forma de pensar a natureza como um hábitat humano a ser preservado e não só como base do desenvolvimento econômico.

Finalizando, é necessário enfatizar que os parques nacionais foram criados para resguardar os cenários paisagísticos excepcionais, as amostras representativas de ecossistemas, dentre outros objetivos, de modo a se enfrentar a crescente degradação. Observando-se a história, não se destacam propostas que solucionem as causas fundamentais do processo contínuo e crescente da ação de dominação que resulta na destruição ambiental, na poluição, enfim, em quase todos os problemas ambientais. Essa proposta começa a aparecer na “10ª Assembléia Geral” da IUCN, realizada em Nova Deli, na Índia, em 1969, quando a educação ambiental se torna um dos objetivos do parque nacional. Essa é uma proposição que, em todos esses anos, continua sendo elaborada e discutida, sem as devidas definições metodológicas.

2.3 PARQUES NACIONAIS DA COSTA RICA

A variedade tropical no espaço de um “jardim”

Para compreender a estruturação dos parques nacionais na Costa Rica, que é o objetivo geral desse item, faz-se aqui uma breve digressão histórica em que se busca caracterizar o país, as suas transformações socioeconômicas e os danos ambientais resultantes.

A Costa Rica se localiza no istmo da América Central, em uma faixa territorial de 51.100 km² [cinquenta e um mil e cem quilômetros quadrados], cuja largura máxima é de 300 km [trezentos quilômetros], do Oceano Pacífico, no Sudoeste, ao Oceano Atlântico, no Leste, e o comprimento é de 464 km [quatrocentos e sessenta e quatro quilômetros], da Nicarágua, no Norte, ao Panamá, no Sudeste. O país tem a condição excepcional de ser interoceânico e intercontinental. Destaca-se pela extraordinária diversidade biológica, isto é, o grande número de espécies por

hectare e, ainda, pela topografia variada e as inúmeras micro-paisagens que as sociedades atuais valorizam, ecológica e turisticamente.

Tal singularidade se deve à existência de cordilheiras em todo o cumprimento territorial, à ação térmica reguladora oceânica, e às atividades de emersões, afundamentos e vulcanismo, influência das últimas glaciações (Heckadon, 1990: 19). Disso resultam os distintos micro-climas e a ampla diversidade de espécies na vegetação, com bosques distribuídos em todo o país. A instabilidade geológica é explicada pelo lento e contínuo movimento das cinco placas tectônicas (Americana, Pacífico, Nazca, Cocos e Caribe) sobre as quais se situa a América Central. Na zona de convergência entre as placas Cocos e Caribe está localizada a cadeia vulcânica que margeia o Pacífico e configura o “Círculo do Fogo” dos vulcões do planeta (Heckadon, 1990: 21).

No denominado Vale Central, concentra-se a maior parte da população, devido à topografia relativamente plana, aos solos férteis vulcânicos e ao clima frio da zona montanhosa circundante. A ocupação estende-se para a estreita faixa da planície costeira do Pacífico, onde o solo vulcânico é propício à agricultura e recebe menor quantidade de chuvas, pois são barradas nas vertentes das cordilheiras. Na extensa planície costeira do Atlântico encontra-se o menor contingente populacional em virtude das condições adversas, dentre elas a presença de solos ácidos e pobres, devido às chuvas intensas.

Da colonização espanhola até o início do século XX, a população da Costa Rica concentrou-se nos 3.246 quilômetros quadrados do Vale Central, especialmente nas províncias de Cartago, San José, Heredia e Alajuela. No final do século XIX, sem contar com grandes depósitos de minérios, voltou-se para as atividades agrícolas de subsistência e a economia de exportação de cacau, tabaco e, especialmente, de café para a Grã-Bretanha.²⁶

²⁶ Independente da América Central em 1821, a Costa Rica exportou pau-brasil para a Inglaterra, no período de 1800 a 1840 e cultivou cacau, tabaco e cana-de-açúcar (Molinas e Palmer, 2000: 42). A partir de 1843, houve um crescimento econômico em função da cultura de café e de sua distribuição regular na Inglaterra e Alemanha.

Para transportar a produção era preciso construir vias de transportes e comunicações mais rápidas do que as estradas existentes. Daí se recorrer aos ingleses para a construção da ferrovia, tal como ocorreu no Brasil e outros países da América, especialmente, na segunda metade do século XIX. A Grã-Bretanha havia implantado a rede de ferrovias em seu território, o que implicava na escassez de oportunidades e de investimentos lucrativos internos do setor. Para manter a economia industrial, dentre outras coisas, precisava expandir esse tipo de investimento exportando para os países periféricos (Hobsbawm, 2002: 241-243). Conseqüentemente, a Costa Rica contraiu empréstimos com esse país para construir a ligação ferroviária entre o Vale Central e a Costa Atlântica. Em 1870 começou a enfrentar problemas técnicos e financeiros, além da corrupção. Sem condições de pagar a dívida, em 1884 negociou parte dela com o empresário norte-americano e construtor da ferrovia, Minor Keith, concedendo os usos da *Costa Rica Railway Company* por 99 anos e 800.000 acres de terras na zona do Atlântico. Keith esperava financiar uma fração dos custos do empreendimento com o cultivo e a exportação da banana para os Estados Unidos (EUA). Em 1899 ele criou a *United Fruit Company* (UFCO), unindo sua empresa *Tropical Trading and Transport Company* à companhia *Boston Fruit Company*, de Andrew Preston (Molinas e Palmer, 2000: 57-58).

As culturas do café e da banana asseguraram a economia do país até 1980, mas em termos ecológicos geraram efeitos distintos. O café era cultivado em pequena escala nas zonas frias do Vale Central. A banana demandava o plantio em larga escala na zona úmida e quente do Atlântico e, nesse caso específico, revelou-se depredadora pela constante exploração de solos virgens (Molinas e Palmer, 2000: 60). Tais explorações se refletiram na economia com a flutuação de preços e no ambiente com o desflorestamento de aproximadamente 185.000 acres, entre 1900 e 1965, e de 96.000 acres de floresta primária, entre 1986 a 1992 (Evans, 2000: 37).

Com uma base econômica agro-exportadora pouco diversificada, dependente e do tipo expansivo, o país passou a enfrentar grave crise econômica a partir de 1927, em função dos problemas internos e da recessão mundial (Molina e

Palmer, 2000: 74). A recuperação dos preços do café entre 1934 e 1936 motivou a gestão Calderón Guardia a iniciar um programa de reformas sociais, criando a Universidade de Costa Rica (1940), a Caixa Costarriquenha de Seguro Social (1941), as Garantias Sociais (1942) e o Código do Trabalho (1943). Nesse último ano a Organização dos Estados Americanos (OEA) criou o Instituto Interamericano para as Ciências Agrícolas (IICA), em Turrialba (Evans, 1999: 67).²⁷

Tais reformas tiveram um alcance limitado, conquanto embasassem a formação do Estado do Bem-Estar Social nos anos 1950 e 1960. Com a II Guerra Mundial e a redução de 50% no valor de suas exportações, o país sofreu uma forte recessão econômica, da qual decorreu a grave crise política e social que o levou à Guerra Civil (entre 12 de março e 19 de abril de 1948).

Em 1949, José Figueres Ferrer, à frente do governo provisório por dezoito meses, procurou expandir e diversificar a economia. Para instituir a política financeira, eliminou o controle da burguesia do café sobre o crédito e nacionalizou a rede bancária. Além disso, criou o Instituto Costarriquenho de Eletricidade (ICT), proscreeu constitucionalmente o Exército e transferiu o seu patrimônio e os recursos financeiros para os setores de saúde e educação, básica e superior (Rios, 1993: 38).

Figueres, na gestão seguinte (1953-1958), investiu na implantação de escolas, usinas hidrelétricas, hospitais e postos de saúde e obras de infra-estrutura (Molina e Palmer, 2000: 87). Para assegurar no novo modelo econômico as atividades turísticas, transformou a Junta de Turismo (originada em 1931) no Instituto Costarriquenho de Turismo (ICT), pela Lei Orgânica n° 1.917, de 30 de julho de 1955. No Art. 6° desta lei criou os primeiros parques nacionais nas áreas relativas ao raio de 2 km ao redor de todas as crateras dos vulcões ativos do país, e indicou o ICT para conservá-los e ali desenvolver o turismo.

²⁷ Posteriormente o IICA foi renomeado como Centro Agrônomo Tropical de Investigação e Ensino (CATIE) e, a partir dos anos sessenta após ao ensino agrário o de manejo de áreas protegidas.

Para diversificar a produção agropecuária, o governo costarriquenho instituiu a política de crédito e subsídios que perdurou até 1963. Apesar disso, o café e a banana compuseram 75% da pauta de exportação até o final da década de 1970 (Solera e Ulloa, 1988). A princípio, o Banco Nacional canalizou as divisas aportadas e financiou a melhoria tecnológica desse setor e do industrial, depois o Estado utilizou-as para financiar os próprios empreendimentos. Entre 1950 e 1970, a “revolução verde” alcançou o país e, com o emprego de produtos agro-químicos e melhores técnicas de plantio, a produção e a produtividade agrícola triplicaram, sobretudo do café e da banana. Segundo Molinas e Palmer (2000: 90):

“La capitalización del agro, aparte de acentuar la concentración de tierras y expulsar a los campesinos, avanzó en detrimento del bosque, especialmente en los casos del banano y de la ganadería extensiva en Guanacaste. La deforestación se aunó a la vez con un daño ecológico invisible entre 1950 y 1970: una creciente contaminación derivada de agroquímicos [solo y agua]”.

Na década de 1960 o governo fomentou o crescimento da produção e da produtividade do café, estimulando a criação de cooperativas entre os pequenos produtores, já que a burguesia dominava a cafeicultura. Embora alcançasse o seu objetivo, os preços no mercado mundial continuaram baixos e, em 1968, um Acordo Internacional estabeleceu as cotas de exportação para cada país. Para romper a excessiva dependência do comércio exterior composto da limitada exportação de poucos produtos primários de grande importância, governo passou a investir no setor secundário. Sem recursos financeiros suficientes solicitou empréstimos internacionais (Hall, 1991: 167- 171).

A partir de então, a posição adotada pela Costa Rica deve ser vista no contexto da política econômica externa. Por essa época, o mundo começava a enfrentar as consequências da bipolaridade entre os Estados Unidos e a Rússia e do êxito da Revolução Cubana em 1959. Os EUA lançaram o programa “Aliança para o Progresso” na América Latina, visando estimular a modernização capitalista no continente e, especialmente, aumentar o fluxo de capitais privados multinacionais.

Com os recursos dos empréstimos, o Estado costarricense procurou investir em infra-estrutura e em obras sociais. Simultaneamente, orientou a atividade econômica por meio da política de preços, impostos e subsídios. Ao longo dos anos, o endividamento externo se transformou em grave problema (Quesada, 1995: 33).

A partir de 1962, o país iniciou o processo de industrialização no marco do Mercado Comum Centro-americano e adotou o modelo de substituição de importações caracterizado pela produção industrial de bens de consumo final, mediante a importação da matéria-prima, das máquinas e dos equipamentos. O setor cresceu aproximadamente 11% ao ano, convertendo-se no mais dinâmico do período 1962-1972 (Solera e Ulloa, 1988: 21). Apesar das medidas adotadas não se alcançou mudar o padrão agroexportador, ao contrário, intensificou-se a dependência dos recursos gerados pelo setor, o que se refletiu em aumento de áreas ambientalmente degradadas.

Da economia ao ambientalismo: distintas concepções da natureza

Ainda na década de 1950 começou-se a observar problemas ambientais, quando indivíduos e instituições estrangeiras, especialmente norte-americanas, mobilizaram-se para tentar dirimi-los (Cervantes, 1993: 70). Muitos haviam escolhido residir no país em virtude do estado de conservação da natureza, das condições de estabilidade política e da proximidade com os Estados Unidos. Tais pessoas, em geral, tinham uma formação profissional e/ou universitária nos campos da biologia, engenharia florestal e manejo da vida silvestre e começaram a atuar tanto no campo da pesquisa e do ensino científico como na mobilização para a criação de áreas protegidas, privadas ou não.

Dentre as primeiras ações de proteção ambiental da Costa Rica cita-se a criação, em 1972, da Reserva Biológica Privada de Monteverde. Famílias *quakers* lideradas por Wilford Guindon, oriundas dos Estados Unidos da América, compraram

uma fazenda em Monteverde para cultivar, constatando a existência de áreas recobertas com floresta que desejaram conservar. Junto com os cientistas George e Harriet Powell, realizaram campanhas para arrecadarem recursos no Canadá e EUA para comprar e conservar o restante de floresta prístina, hábitat do sapo dourado (hoje extinto). Um outro exemplo é o de Archie Carr, um biólogo norte-americano que fundou a primeira organização ambiental do país, em 1959, a “*Brotherhood of Green Turtle*” e sua subsidiária, a “Corporação de Conservação Caribenha” (CCC). Graças à sua atuação e à de seus filhos, o governo criou o Parque Nacional Tortuguero, em 1975 (Evans, 1999: 24).

Na década seguinte, surgiram as primeiras empresas privadas de consultoria ambiental, a exemplo do Centro Científico Tropical (CCT), em 1962, e da Organização para Estudos Tropicais (OET), em 1963 (Baldi, 1992: 67).²⁸ A OET é um consórcio formado entre duas universidades da Costa Rica e cinquenta e duas universidades dos Estados Unidos.²⁹

O período de 1940 a 1960 caracterizou-se pela estruturação da base legal e institucional ambiental do país. Foram criados: a Seção Florestal (1949) ligada ao Ministério da Agricultura e Pecuária; as Leis da “Conservação do Solo e da Água” (1953) e a da “Caça” (1961); o Instituto de Terras e Colonização (1961) e, junto a ele, o Departamento de Terras e Bosques (1964) (Baldi, 1992: 67). Até o início de 1970 não havia legislação específica para as áreas de conservação, já que os primeiros parques nacionais criados em 1955 estavam sob a responsabilidade do Instituto Costarricense de Turismo - ICT.

²⁸ O CCT foi criado pelos biólogos Leslie Holdridge, Robert Hunter e Joseph Tosi (Evans, 1999: 26). O Centro usou os fundos arrecadados pela Liga de Conservação de Monteverde, no Canadá e, com a ajuda de George e Harriet Powell na área de gestão e manejo criaram a Reserva Biológica de Monteverde, com uma área de 4.000 hectares. Em 1988 ampliou-a para 10.000 hectares com os US\$ 240.000.00 recebidos da organização não-governamental WWF, como parte do programa de conversão da dívida externa.

²⁹ Em 1968, a OET comprou a propriedade de Leslie Holdridge, localizada próxima ao rio Sarapiquí, em Puerto Viejo. Ali criou a Estação La Selva, uma das primeiras a oferecer condições de pesquisa e treinamento para cientistas e estudantes. Em 1973 recebeu do casal Robert e Catherine Wilson o Jardim Botânico Wilson e depois comprou uma área próxima ao Parque Nacional Palo Verde, também usada para pesquisa.

Afora esses parques, o governo criou a Reserva Natural Absoluta de Cabo Blanco, pelo Decreto-Lei de 21 de outubro de 1963. Pode-se dizer que essa é a primeira área de conservação ambiental governamental. De certa forma, procurou atender o pedido da comunidade científica e os insistentes apelos do casal Nicolás Wessberg e Karen Morgensen, moradores da região de Montezuma, que também investiram na criação do Parque Nacional Corcovado, em 31 de outubro de 1975 (Cervantes, 1993: 73). É possível que a divulgação internacional e nacional dos crescentes danos resultantes do desmatamento de áreas florestadas na península de Nicoya, e os recursos financeiros arrecadados pelo casal e pelas organizações não-governamentais internacionais para a compra das terras, tenham influído positivamente na decisão. Como argumenta Baldi (1992: 56):

“No cabe duda que por presiones internas e externas, el Estado ha visto (y se verá en el futuro) obligado a actuar favorablemente frente a algunas causas ambientales, sin embargo, habiendo analizado el modelo de crecimiento en curso, su acción ha sido (y será) irremediavelmente incoherente, muchas veces retórica y en el mejor de los casos utilitaria”.

Nesse período, os profissionais e órgãos atuantes na área de recursos florestais começaram a receber uma nova orientação do IICA, até então dedicado à pesquisa, ao ensino, à extensão e à difusão de técnicas agrícolas. Os indícios de mudança no sentido da conservação da natureza foram observados em 1966, no curso de mestrado “Parques Nacionais e Vida Selvagem”, ministrado por Kenton Miller, o criador da metodologia internacional de “Plano de Manejo” dos parques nacionais (Evans, 1999: 24). No ano seguinte, o Instituto Costarricense de Turismo - ICT solicitou que ele pesquisasse algumas áreas sob sua responsabilidade. Em 1968, Miller entregou-lhe o “Plano de Manejo do Monumento Santa Rosa” e o seu aluno, Mario Boza, orientado por um dos professores do curso, Gerardo Budowsky, entregou o do Parque Nacional Vulcão Poás, como dissertação de mestrado. Boza seguiu o modelo de Yellowstone e associou a idéia de proteção ambiental à de lazer, defendendo as estratégias de manejo que posteriormente buscou implantar.

Santa Rosa é um lugar de proeminência histórica. Adquiriu importância ecológica e estratégica nos anos 1970 e 1980. À época, o presidente da Nicarágua, Anastasio Somoza, era o proprietário dessa fazenda situada na zona de Guanacaste e próxima à Nicarágua, então em guerra civil.³⁰ O ICT pretendia criar ali o Monumento Santa Rosa, para fins turísticos. Porém, Miller considerou os objetivos da conservação das áreas de bosque tropical seco ali existentes e propôs a criação de um parque nacional que, em 1971, foi defendido pelo ICT (Evans, 1999: 64). Para o biólogo Miller, era preciso assegurar as características originais da área, porquanto a zona estava se transformando, celeremente, em campos de pastagem de gado.

Boza concluiu o seu curso em 1967 e realizou no ano seguinte o de manejo de parques no Colorado, EUA (Evans, 2000: 73). Ao retornar ao país, visitou algumas áreas, visando conservá-las e, em 1969, fez uma viagem à zona de Tortuguero, com um grupo formado pelo Presidente Figueres, Kenton Miller, Gerardo Budowsky e Álvaro Ugalde. A importância desse encontro se deve não só ao conhecimento do trabalho de Archie Carr de preservação das tartarugas, mas à atuação ambiental de Boza na década seguinte, ajudado por Miller, Budowsky e Ugalde. Nesse caso, observa-se que as relações públicas podem gerar efeitos por meio dos discursos que conformam um conhecimento comum, viabilizam negociações e permitem que certos atores sociais modifiquem posições anteriores, como foi o caso do Presidente em relação a Boza e à causa ambiental.

No final de 1969 o governo decretou a Lei Florestal (Nº 4.465, de 25 de novembro), na qual criou a Direção Geral Florestal e o Departamento de Parques Nacionais, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária. O artigo 74 da lei definiu o parque nacional conforme as diretrizes da 10ª Assembléia Geral da IUCN (Nova Deli, Índia) recém realizada:

³⁰ O seu valor histórico remonta à invasão da Costa Rica em 1854 por William Walker e os seus mercenários, vindos dos Estados Unidos. Com a ajuda dos ingleses, os costarriquenhos os venceram em 1856 nas batalhas de Santa Rosa (20 de março) e de Rivas (11 de abril), onde morreu Juan Santamaría, tido como o único herói do país (Molina e Palmer, 2000: 72).

“Aqueles regiões ou áreas de importância histórica que são localizadas por limites determinados por decreto executivo e que, por sua beleza cênica ou importância nacional ou internacional de sua vida selvagem, podem ser usadas para recreação e educação do público, para turismo ou para pesquisa científica”.

O Departamento de Parques Nacionais não foi instituído de forma independente, como o fora o ICT, e sim adjunto ao Ministério responsável pela política econômica agrícola. Mesmo assim, a sua criação representou uma inflexão nessa organização do Estado, já que desde o início os seus dirigentes extrapolaram os limites estritos de sua atuação e o transformaram em um organismo de projeção nacional e internacional.

Observa-se, entretanto, que o dilema dos que tentavam (e ainda tentam) deter o processo de degradação e danos ambientais é o de assegurar o modelo de acumulação infinita às custas dos recursos naturais finitos. No caso da Costa Rica, entre 1962 e 1972, dois terços da economia nacional giravam em torno da agricultura, ou seja, 69% do total de exportações vinham do café, da banana, da carne de gado e do açúcar (Solera e Ulloa, 1988: 21). Conseqüentemente, na metade da década de 1960 a área de bosques reduziu-se a 34% da superfície do país e o potencial madeireiro a aproximadamente 34% em relação a 1920. Mario Boza (1981: 07) sintetiza o problema.

“Al iniciarse el programa, en 1970, el Director de Parques se encontró en una situación muy frecuente en países en desarrollo. La deforestación era intensa; existía un comercio activo de productos de la fauna silvestre. El desarrollo pecuario era producido a las expensas de los bosques tropicales húmedos; la legislación conservacionista era un tanto cuanto deficiente y a las veces contradictoria, y no existían programas de educación ambiental ni áreas protectoras adecuadamente ordenadas y protegidas que sirvieran de ejemplo y modelo. Como consecuencia de este último, existía desinterese de la ciudadanía para con los programas de conservación”.

Em 1970, Boza foi designado como chefe do Departamento por Figueres, na terceira gestão do presidente (1970-1974). Mesmo contando com poucos recursos financeiros e técnicos (cinco guarda-parques e um só veículo), iniciou o

processo de implantação dos parques nacionais (Evans, 1999: 75). Inspirado nos parques norte-americanos criou, no decorrer desse ano, o Monumento Nacional Cahuita (depois transformado em parque nacional) e, em 1971, os Parques Nacionais Vulcão Poás e Santa Rosa.

Diante das dificuldades, o Departamento de Parques Nacionais – DPN manteve poucos parques e desenvolveu um deles como modelo, o Vulcão Poás. Para tanto, buscou ajuda junto à Organização de Estudos Tropicais, ao Centro Científico Tropical, ao antigo IICA renomeado como *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza* - CATIE, ao Serviço de Parques dos Estados Unidos e a outras entidades (Boza, 1972: 210).

Afora isso, o Departamento de Parques Nacionais conseguiu fundos com organizações não-governamentais internacionais; recebeu a ajuda de escoteiros do país e de voluntários do Corpo da Paz; obteve o apoio da Divisão de Assuntos Internacionais do Serviço de Parques, dos Estados Unidos, da UICN, por intermédio do Diretor Geral Gerardo Budowsky; e também da FAO, onde se encontrava Kenton Miller. Boza, por sua vez, usou dos meios de comunicação de massa para divulgar os parques nacionais e as questões ambientais, além de realizar palestras nas escolas de segundo grau e, principalmente nas entidades de classe.

Nessas circunstâncias, foram criados o Parque Nacional Manuel Antonio, na costa do Pacífico, em 1972, as Reservas Biológicas Ilhas Guayabo e Negritos e o Monumento Nacional Guayabo, em 1973. A troca de experiências realizada entre os cientistas e estudantes do CATIE, do Colégio de Biologia da Universidade de Costa Rica e das entidades ambientalistas constituiu-se em uma aliança peculiar e favoreceu a formação de grupos atuantes na criação dessas e de outras áreas conservadas.

Boza ofereceu a Álvaro Ugalde um curso de treinamento no Parque Nacional Grand Canyon, EUA, e depois o nomeou como administrador do

Monumento Santa Rosa, sob a responsabilidade do DPN após sua criação. Ugalde trabalhou como voluntário e responsável por essa área até 1973 e na administração do Parque Nacional Vulcão Poás no ano seguinte (Evans, 1999: 77). Durante a sua gestão em Santa Rosa, revelaram-se ações contraditórias do Ministério ao qual se vinculava. Esse cedeu parte das terras aos “*precaristas*” ou “sem terra” e permitiu que um fazendeiro local se apossasse de 50 hectares. Ugalde e Arthur “Tex” Hawkins, um jornalista e voluntário do Corpo da Paz, presenciaram o assentamento das famílias e o desmatamento de parte do bosque e Ugalde divulgou o fato nos meios de comunicação. O governo retirou os invasores e depois teve que derrubar a nova lei elaborada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Daniel Oduber, que retornava o Monumento para o Instituto Costarricense de Turismo. Pode-se dizer que a vitória foi do grupo ambientalista.

No que diz respeito à questão ambiental, a criação e a manutenção de áreas protegidas se constituem em parte do amplo processo para dirimir os danos ambientais e, se possível, controlar as causas. Nesse contexto, alguns grupos de ambientalistas, estudantes e populares nas ruas reagiram aos efeitos ecológicos e sociais negativos resultantes de medidas econômicas adotadas e realizaram campanhas de mobilização nacional e internacional, apesar da imediata repressão e dos usos de mecanismos de dominação e legitimação do Estado para absorver os conflitos, a exemplo da co-gestão, quando passaram a trabalhar com alguns dirigentes dos movimentos sociais (Baldi, 1992: 78).

No início da década de setenta, com o grito de “*ALCOA NO*”, estudantes e ambientalistas realizaram uma passeata pelas ruas centrais de San José opondo-se ao projeto de lei que entregaria a exploração da bauxita à empresa transnacional *Aluminium Company of America - ALCOA*. Pela primeira vez o país viu um movimento de quase 70.000 pessoas tentando proteger seu patrimônio natural e econômico (Baldi, 1992: 82).

Nesse momento, diversos grupos da sociedade discutiram a questão ambiental no país, destacando-se, especialmente, a luta de alguns grupos ambientalistas a favor da conservação da *Reserva Biológica Isla del Caño*, cujos bancos de coral e bosques foram destruídos por um empresário alemão, de uma concessionária internacional, que ali implantou um complexo turístico. Em 1980, grupos de universitários, o Colégio de Biólogos e os ambientalistas se mobilizaram, novamente, dessa vez contra a instalação do oleoduto interoceânico de transporte de petróleo que atravessaria o país e afetaria ecossistemas marinhos e terrestres (Baldi, 1992: 83).³¹

Durante a década de 1970, em virtude da divulgação internacional dos trabalhos desenvolvidos pelas organizações não-governamentais e agências de turismo, começou-se a observar no país o aumento no número de estudantes e turistas estrangeiros, então chamados ecoturistas, especialmente os originários dos Estados Unidos. Muitos foram hospedados por membros do Movimento da Juventude Nacional, Rotary Club, Lions Club e dos Escoteiros, tendo em vista que, à época, a infra-estrutura hoteleira era deficiente no país. Desse movimento inicial, da ação das agências de turismo privada e, posteriormente, da ação governamental, teve início o processo de construção turística, nacional e internacional, do “*Destino Costa Rica*”.

A conformação do sistema de áreas conservadas e a estratégia de implantação e manejo dos Parques Nacionais Vulcão Poás e Santa Rosa, chamaram a atenção mundial e a IUCN convidou Mario Boza para apresentá-las na II Conferência Mundial de Parques Nacionais, realizada em Yellowstone, em 1972.

No governo seguinte, de Daniel Oduber (1974-1978), o país entrou em outra fase do processo ambiental. Antes de sair do Departamento de Parques Nacionais – DPN, Boza indicou Ugalde como seu sucessor. Nos anos seguintes

³¹ A lei nº 5.500, de 1980, foi derrubada e reapareceu no Congresso como um projeto de lei, em 1983. Desde essa época, os ambientalistas criaram o “Comitê Nacional de Luta contra o Oleoduto” e vêm tentando anular tal

arrefeceu a ligação existente entre esse organismo e a Divisão de Assuntos Internacionais do Serviço de Parques, dos Estados Unidos.

A institucionalização dos parques nacionais

Em 1973, o Mercado Comum Centro-americano já dava mostras de esgotamento de sua capacidade de crescimento, em virtude das contradições internas do sistema e da crise econômica mundial provocada pela alta do petróleo. Para enfrentá-la, o governo optou por ampliar as funções do Estado, assumindo o papel de empreendedor. Isso se traduziu no aumento da dívida externa e em seu agravamento, com a recessão mundial da década em 1980 (Solera e Ulloa, 1988: 21).

Durante a sua gestão, o Presidente Oduber, consciente dos altos custos de manutenção das áreas conservadas, determinou a Ugalde a sustentação dos parques nacionais pelo turismo (Evans, 1999: 95). Nesse sentido, foi preciso transformar o Departamento de Parque Nacional no Serviço de Parques Nacionais - SPN, ainda ligado ao Ministério de Agricultura e Pecuária, objetivando uma certa autonomia administrativa e financeira do Serviço. A Lei de Conservação da Vida Silvestre (Nº 6.084, de 17/08/1977), que o originou, estabeleceu não só as fontes de manutenção, mas a forma de gerenciar os recursos arrecadados.³² Para os ambientalistas, a Fundação de Parques Nacionais – FPN, criada anteriormente pela Lei de Fundações da República (Nº 5.338, de 1973), deveria agilizar os trâmites burocráticos e assegurar a proteção dessas áreas no futuro.³³

proposta (Baldi, 1992: 83).

³² O Serviço de Parques Nacionais passou a ser mantido pelos recursos das doações de pessoas, físicas ou jurídicas, exoneradas dos impostos; renda de ingresso aos parques; venda de selos pró-parques nacionais emitidos pelo Banco Central da Costa Rica; e arrecadações das fundações ou de recursos do programa de conversão da dívida externa e prol da natureza.

³³ A Fundação Nacional de Parques, uma entidade privada e sem fins lucrativos administrada pela Junta de cinco diretores, cobra uma taxa de 3 a 8% do montante arrecadado. Parte dos projetos tem sido financiada com doações dos governos e organizações privadas internacionais.

Ugalde foi o primeiro Diretor do Serviço de Parque Nacional e permaneceu no cargo entre 1974 e 1976, sendo substituído interinamente por José Maria Rodrigues (entrevista em 01/03/01). Durante o governo de Oduber, o país se beneficiou com o maior número de áreas criadas, especialmente os parques nacionais, de proteção restrita. Assim surgiram: os Parques Nacionais *Barra Honda* e *Rincón de la Vieja* (1974), *Chirripó*, *Tortuguero* e *Corcovado* (1975), *Palo Verde*, *Isla del Coco*, *Braulio Carrillo* (1978); as Reservas Biológicas *Alberto Manuel Brenes* (1975), *Isla del Caño*, *Isla Pájaros* (1976), *Hito y Cerere* e *Carara* (1978); as Reservas Florestais de *Grecia* (1974), *Los Santos* (1975) e *Taboga* (1978).

O Serviço de Parques Nacionais - SPN, com a ajuda do *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza* - CATIE, iniciou na década de 1980 as fases de formatação dos instrumentos de administração das áreas e a de treinamento das equipes. À época, o SPN tinha um corpo técnico de cerca de 300 servidores. Na fase inicial, foram elaboradas as diretrizes e normas de gestão e manejo das áreas silvestres (Molinas, 1984: 6). Como a elaboração do Plano de Manejo requer alto investimento financeiro e técnicos habilitados, foi criado o Plano Operativo para agilizar a gestão e operacionalização imediata das áreas. Como lembra o administrador do Parque Nacional Vulcão Poás, Juan Dobles:

“El CATIE realmente era una institución que apoyaba mucho el desarrollo de las áreas protegidas. Básicamente en la parte de la planificación. Se sacó provecho de los cursos y oficinas internacionales de planificación del Programa de Áreas Protegidas. De allá salieron muchos documentos de las áreas protegidas, planes de manejo, planes de interpretación y de educación ambiental de distintas áreas” [entrevista em 16/02/2001].

Os anos 1970 e 1980 foram marcados pela crise mundial do petróleo e financeira e pela eclosão dos conflitos sociais e políticos na América Central (Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Panamá). Nesse período, a Costa Rica se viu em meio à investida dos EUA contra o socialismo na região e foi transformada por eles no modelo da paz. Conseqüentemente, organismos como o Fundo Monetário

Internacional (FMI) e a Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID) passaram a influir na política de desenvolvimento do país e a impor a adoção do modelo neoliberal (Molina e Palmer, 2000: 103). Preocupado em manter a autonomia da nação e em protegê-la dos avanços socialistas dos países fronteiriços, o Presidente Oscar Árias promoveu negociações conciliatórias no continente, recebendo por isso o Prêmio Nobel da Paz, em 1987.

Apesar de existir um órgão ambiental, da atuação dos movimentos ambientalistas e da divulgação internacional das áreas conservadas e do ecoturismo, a taxa de desmatamento cresceu para 100.000 hectares anuais entre 1985 e 1988. [...] “*la tasa más elevada de Centroamérica y comparable con la del Amazonas. El Estado cada vez más débil, ha sido incapaz de detener la devastación ecológica*” (Molina e Palmer, 2000: 108).

Segundo Jacobi, o Estado é capaz de “exercer funções contraditórias, de acumulação e de legitimidade, para criar as bases de um consenso através das ações das suas instituições” (1989: 4). De um lado, o governo da Costa Rica procurava assegurar a biodiversidade criando áreas protegidas em cerca de 33% do território nacional e, do outro, não efetivava as medidas para deter os danos ambientais e conter a degradação (Molina e Palmer, 2000: 108). Daí o esforço de algumas pessoas e das organizações não-governamentais no sentido de arrecadar recursos financeiros para a compra de terras e o empenho em solicitar ao Estado a criação de áreas conservadas. Nesse sentido, a equipe da organização não-governamental *Fondo Mundial para la Naturaleza – WWF* atuou na criação do Refugio de Vida Silvestre *Gandoca-Manzanillo*, em 29 de outubro de 1985; o cientista Daniel Janzen fez o mesmo com o Parque Nacional de *Guanacaste*; e os ambientalistas Gordon e Jutta Frankie com a Reserva Biológica *Lomas de Barbudal*.³⁴

Em 1987, no período do governo Arias, a dívida externa subiu para quatro bilhões de dólares, dos quais cerca de um milhão e meio (37%) correspondiam

³⁴ O “*Fondo Mundial para la Naturaleza*” da Costa Rica é a mesma “*World Wildlife Found – WWF*”.

aos bancos privados e eram passíveis de conversão (Quesada, 1995: 71). Dessa forma, a WWF comprou 270.000 mil dólares da dívida, por 100.000 dólares, e o país adquiriu notas de débito com divisas locais a um desconto de 20%. Parte desses recursos foi depositada no Fundo Nacional de Parques, para a compra de 16.000 hectares de Bosque Tropical Seco, o que deu origem ao Parque Nacional de *Guanacaste*, situado ao lado do Parque Nacional *Santa Rosa*. Como esse parque não tem atrativos para o turismo, o restante do recurso foi depositado em um fundo de reserva denominado “*fidei comisus*”, administrado por uma fundação que faz as aplicações financeiras e só pode usar parte do lucro para fins especiais, como a proteção da área, pesquisas e outros.³⁵

A partir daí os recursos financeiros destinados aos parques nacionais vêm diminuindo, o que torna complexa a tarefa de mantê-los. De certa forma, as doações começaram a se restringir em função da recessão mundial e o turismo não se estendeu a todos os parques. A solução tem sido a de aumentar as taxas de ingresso, cobrar pela prestação de serviços (hospedagem, alimentação, acampamento, aluguel de barcos) e compartilhar locais e equipamentos no regime de “cessão de uso” com o setor privado.

Em 1990, o organismo ambiental sofreu nova mudança, quando o Ministério de Recursos Naturais, Energia e Minas (MIRENEM) com base no documento “Estratégia de Uso e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável para a Costa Rica”, recebeu o Serviço de Parques, o Departamento de Vida Silvestre e a Direção Geral Florestal, sendo renomeado como Ministério de Ambiente e Energia (MINAE). Se o modelo anterior se baseava na conservação das áreas silvestres que, de certa forma, eram administradas isoladamente, no atual modelo gerencial e operacional agruparam-se tais áreas no Sistema Nacional de Áreas de Conservação - SINAC.

35 No governo Arias as organizações ambientalistas solicitaram a criação dos Parques Nacionais *Para La Paz* nas áreas de fronteira com a Nicarágua, unindo o do *Colorado* neste país ao do *Tortuguero* na Costa Rica. O único implantado foi o Parque Internacional *La Amistad*, na fronteira com o Panamá.

Na nova linguagem, a “área de conservação” é definida como o agrupamento de áreas silvestres protegidas, contíguas ou próximas entre si cuja área núcleo é propriedade do Estado e “livre da ocupação permanente” (a exemplo do parque nacional), de modo a se cumprir o objetivo de conservação da biodiversidade. Junto ao núcleo existem áreas privadas de desenvolvimento sustentável e áreas satélites, que não se incluem no conceito ambiental e que são administradas diretamente pelo SINAC.

O país foi dividido em onze Áreas de Conservação gerenciadas por Conselhos Regionais, Sub-regionais e Comitês Locais, nos quais se busca a participação das comunidades. À época da pesquisa, não havia sido implantada a rede de conselhos e comitês que legitima esse processo institucional. Tampouco fora resolvido o problema de como conceituar e assegurar os parâmetros da conservação ambiental frente aos limites do desenvolvimento econômico.

O Parque Nacional Vulcão Poás, por exemplo, se situa na “Área de Conservação Cordilheira Vulcânica Central”, uma faixa territorial de 125.436 hectares que inclui os Parques Nacionais *Braulio Carrillo*, *Vulcão Irazú*, *Vulcão Turrialba*, duas Reservas Florestais e cinco Refúgios de Vida Silvestre. Ou seja, os parques e áreas afins situadas no meio rural foram colocados junto com as duas maiores cidades do país, San José e Alajuela, com os seus problemas ambientais urbanos. Talvez os servidores do Parque Nacional Vulcão Poás e lideranças locais, por meio dos Comitês e Sub-Comitês, consigam contribuir na resolução dessa complexidade de problemas, apesar dos poucos recursos financeiros.

Vulcão Poás: o cenário turístico

O Vulcão Poás tem cinco crateras, sendo três delas perfeitamente reconhecíveis. A ativa, de forma côncava, tem ao centro uma lagoa sulfurosa de cor

turquesa de onde emanam colunas de gases. As duas inativas são bem diversas. Uma delas, de forma côncava, é circundada de bosques e tem ao centro a “Lagoa Botos”; a outra, convexa, se chama “Cone Von Frantzius”, é desprovida de vegetação, uma vez que recebe os gases da cratera ativa situada ao lado.³⁶

O Vulcão Poás vem atraindo a atenção das populações costarriquenhas desde o século XIX. Por isso, Magdaleno Ugalde e Trino Araya Salas inauguraram nos dias 19 de março de 1914 seu “*Hotel del Volcán Poás*”, nas imediações da cratera ativa.³⁷ Nessa edificação de madeira com dez habitações de tamanhos variados, hospedavam-se turistas nacionais e estrangeiros (Torres, 1976: 67).³⁸ Afora as atividades recreativas, extraía-se enxofre das paredes da cratera ativa. Na década de 1970 o governo encerrou tais atividades e passou a controlar a visitação na área.

Na revista de comemoração do centenário da cidade de San Pedro de Poás, editada em 1976, Eliezer Murillo relata a sua viagem ao Vulcão Poás, o que dá uma idéia de como eram realizadas as atividades de lazer no local (In: Torres, 1976: 67-68).³⁹ Murillo recorda que fez uma viagem para o Vulcão Poás acompanhado de turistas estrangeiros. Como disse: “*son los rubios, coloreados, aquellos que no se entiende nada de lo que hablan*”. À beira da cratera explicou que: “*Muchos se encuentran largados de lado, descansando, durmiendo, charlando o bebiendo. Vale la pena hacerse la dura caminada, para mirar lo que es el poder de Dios*”.

Outras reminiscências foram registradas no jornal *La Nación*, após a inauguração do Parque Nacional Vulcão Poás, quando turistas costarriquenhos

³⁶ A lagoa foi denominada de “Botos” em homenagem aos povos indígenas que habitaram a região e o cone vulcânico foi chamado de “Von Frantzius” para lembrar o cientista que o pesquisara no século XIX.

³⁷ O jornal “Prensa Libre” convida para se ver o Vulcão Poás dizendo que: “*La época es la más apropiada para hacerse la más atractiva de las excursiones que se puede tener en la privilegiada naturaleza del país*” (29/03/1914).

³⁸ Muitos turistas vinham de navios desde a Alemanha, Estados Unidos e França e desciam nos portos de Limón ou Puntarenas. Dali seguiam de trem para Alajuela e depois montados a cavalo iam para o Vulcão Poás. No hotel os aguardavam dois intérpretes (Torres, 1976).

³⁹ Murillo e seus amigos saíram da cidade de San Pedro de Poás às oito horas da noite com víveres e bebida e subiram a montanha em direção ao vulcão. Alguns iam a pé, outros a cavalo ou burro e, bebendo e cantando chegaram às duas horas da manhã em “*La Lechera*”, na região de Fraijanes. Na alvorada entraram no Hotel.

mencionaram que, nos anos 1930 e 1940, desciam pelas paredes da cratera ativa até seu centro, para vê-la de perto, e depois se dirigiam à Lagoa Botos para nadarem. Até 1970 era preciso caminhar largos trechos nas trilhas da montanha para ver o vulcão, pois a primeira estrada de terra somente foi iniciada em 1937 e finalizada em 1968, a dez quilômetros da cratera.

Para os administradores do parque, esse tipo de turismo era visto de forma distinta. Em 1973, os poucos funcionários que existiam na área, segundo Álvaro Ugalde, tinham que ficar limpando o material deixado pelos turistas. Em suas palavras:

“Los ticos somos terribles.”⁴⁰ Hay gente que nos llaman “los hueveros”. [...] A los turistas ticos muchos llaman los hueveros porque cuando se va una familia de turistas en un parque queda un montón de cáscaras de huevo. Y eso es muy típico. Y eso es un ejemplo de basura, no solo de cáscara de huevo. Los ticos de entonces iban al Poás, por tradición, para tomar guaro, licor, almorzar y a bajar al cráter, a bañarse en la laguna, a llevar radios y música, perros y toda la familia y a volver a contarle la historia a su casa. No era una visita a un parque nacional. Era una borrachera en el Volcán Poás. Un poco así era el turismo de ese entonces... Un picnic de familia y de amigos que tomaban mucho licor, mucha basura, mucha hulla, mucha discusión” [entrevista em 04/01/01].

A entrada dos visitantes nesse tipo de área representava (e ainda representa), para os que trabalhavam no local, a preocupação de retirar o lixo e de impedir que abrissem trilhas ou descessem a cratera, como explica um dos primeiros guarda-parques, Luis Angel Badilla Orozco, no jornal *La Nación* (24/01/1971):

“Aquí arriba el ambiente se anima en los finales de semana con la llegada del tropel de turistas. Entonces es preciso trabajar duro. Retirar las armas de fuego. Decir a las mujeres que no pueden cortar flores de los arrayanes. Vigilar a los que pasan en la bebida. Impedir que los temerarios se lancen en las profundizas del cráter”.

⁴⁰ Os costarriquenhos se autodenominam de “tico”, que é uma partícula diminutiva, porque no linguajar cotidiano eles colocam as palavras no diminutivo.

Se o turista considerava aquele tipo de viagem uma aventura, para os guarda-parques era uma ação perigosa, já que o vulcão, quase sempre, mantém-se encoberto de nuvens e, somente durante três meses do ano é possível vislumbrar o cone com sua lagoa sulfurosa sem nuvens. Para os especialistas, ele encontra-se em fase de extinção, embora lance constantes emanações de gases, o que faz com que muitos pensem que suas atividades sejam “inofensivas”. A maior erupção conhecida ocorreu em 25 de janeiro de 1910. Segundo relatos, às cinco horas da tarde se viu em San José, capital do país situada a 60 km dali, uma coluna de cor escura formada de cinzas e água com quase 4 km de altura que, ao se evaporar, atingiu 8 km. Depois disso, registra-se as erupções de 1953 e 1994 (entre junho e julho), como sendo importantes, quando a lagoa sulfurosa desapareceu e o vulcão espalhou cinzas em toda a região. Como disse Victor Julio Quirós, administrador do Parque (1992-1997):

“El Volcán Poás, cuando visitamos su cráter y desde el mirador se ve aquella laguna, el color tan bonito, los gases, algunas nubes saliendo constantemente y lentamente del cráter y creemos que no está activo. [...] en 94 la laguna se secó casi completamente y el Poás incrementó su actividad, y yo tuve la oportunidad de ver erupciones que levantaban, ¿qué? Quinientos metros, doscientos, cien de lodo y materiales, gases. Vid cuando lanzaba rocas fuera de la laguna cratérica ahí y no llegaba hasta el cráter ni a la Laguna Botos. Por supuesto que no, se levantaban y caían a algunos metros del cráter y era impresionante ver aquella actividad. Nunca, yo nunca lo había visto” [entrevista em 01/03/01].

Tais atividades ocorreram em intervalos irregulares por três meses. Depois disso não foram registradas outras e apenas persistem as emanações de gases que, dependendo da direção dos ventos, podem atingir o Centro de Visitantes, sem causar acidentes sérios. Cabe ressaltar que o desaparecimento da água da lagoa foi esporádico e que ela se recompôs com as águas das chuvas depositadas, tomando a atual cor turquesa.

Parque Nacional Vulcão Poás: um outro cenário

Como foi dito, a Lei nº 1.917, de 30 de julho de 1955, que criou o Instituto Costarricense de Turismo, designou a superfície no raio de 2 km em torno das crateras vulcânicas do país como parque nacional e encarregou ao Instituto de ali desenvolver o turismo. Contudo, o Decreto Lei Nº 4.714, de 23 de janeiro de 1971, que criou o Departamento de Parques Nacionais, recriou o Parque Nacional Vulcão Poás para os fins da conservação ambiental e do turismo, acrescentando a área inicial para 6.506 hectares.⁴¹ Dessa forma, o Parque Nacional Vulcão Poás, antes ligado a uma instituição de turismo, passou a ser vinculado ao organismo ambiental, ambos do Estado.

O primeiro administrador desse parque foi Vernon Cruz Morúa, que ali permaneceu entre 1970 e 1972, juntamente com dois guarda-parques. Para poderem desempenhar as suas funções, contaram com a ajuda de voluntários do Movimento Nacional da Juventude da Costa Rica e do Corpo da Paz dos Estados Unidos. Assim, puderam, em 1970, construir a trilha que conduz à Lagoa Botos e uma pequena casa de madeira onde, em 1971, instalaram o Centro de Interpretação.

Entre 1971 e 1972 entraram cerca de 70.000 visitantes no Poás, especialmente após a inauguração do Centro. Tal procura demonstra o interesse dos costarriquenhos de conhecerem e/ou se recrearem no parque. À época, não existiam guias de turismo e por isso os estudantes e membros do Rotary e do Corpo da Paz acompanhavam e orientavam os turistas nos finais de semana.

A fase de implantação da infra-estrutura do parque foi extremamente difícil, como esclareceu o ex-administrador Álvaro Ugalde:

“Una de las primeras labores de ese año, porque yo solo estuve un año ahí, fueron muy duras pues fueran tratar de construir algunas casitas

⁴¹ Decretos nº 18.063, de 12 de fevereiro de 1988, e nº 22.961, de 9 de março de 1994.

sin recursos. Entonces construimos cosas que los guarda-parques llamaban “las congeladoras”, que era donde dormíamos (risas). Por lo menos no nos mojábamos. Y construir la carretera y buscar el futuro del parque de muchas maneras. [...] Sí que fue un año muy interesante, de mucho trabajo con el municipio de San Pedro de Poás, con voluntarios. [...] Es que me tocaba hacer de todo, desde conversar con los residentes locales, pelear con los medio enemigos y buscar recursos. En fin, todo lo que toca a un administrador con casi nada de personal, ¿verdad?” [entrevista em 04/01/01].

Em 1974, o parque recebeu ajuda financeira da FAO para elaborar o “*Plan Maestro*”. As prefeituras de San Pedro de Poás e Alajuela prestaram alguns serviços na área e o *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseño - CATIE* treinou alguns guarda-parques (Evans, 1999: 90). Durante esse ano, o Departamento de Parque Nacional decidiu fazer dele um Parque Piloto. Daí ser necessário elaborar o “Plano de Desenvolvimento” para implantar a nova infra-estrutura de uso público. O esboço arquitetônico foi desenhado por uma equipe norte-americana⁴² e desenvolvido pelos arquitetos costarriquenhos Guillermo Madriz de Mesarville e Carlos Yankelovitch, como explicou José Maria Rodrigues (entrevista em 01/03/01).

A sua implantação exigia a conclusão da estrada de acesso à cratera e a construção de uma infra-estrutura de recepção turística (estacionamentos, Centro de Visitantes, mirantes e trilhas). Desprovido de recursos, o governo fez um empréstimo de um milhão e oitocentos mil dólares, junto ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica que, pela primeira vez, financiou um projeto de parque nacional em um país em desenvolvimento.

Destaca-se aqui que na fase do projeto e execução do Centro de Visitantes foram consultados especialistas como Arthur Hewitt, superintendente do Conselho Nacional dos Vulcões do Havaí, e Douglas Cuillard, do Parque Nacional de Everglades, mas coube ao Departamento de Parques Nacionais localizá-lo a seiscentos metros da cratera. A ressalva se deve à proximidade do Centro com a cratera de um vulcão ainda ativo e que não é comum. Talvez à época as informações técnicas

⁴² O desenho consta do “*Plan Maestro para la Protección y uso del Parque Nacional Volcán Poás*” (1974).

fossem insuficientes para avaliar os possíveis danos gerados pela atmosfera ácida nas estruturas de concreto e na cobertura da edificação, e ainda, nos visitantes e naqueles que trabalham no local.

O Centro, inaugurado em 1981, tem uma superfície coberta de 1.500 m², dividida em dois pavimentos e interligada à área de estacionamentos por uma grande viga de sustentação e uma ponte de concreto situada na altura do segundo andar. Preocupados com a parte estética, os dirigentes do Departamento de Parques Nacionais procuraram amenizar o impacto visual da edificação localizando-a no nível mais baixo em um corte no terreno, o qual ficou encoberto pela vegetação. O turista só o vê quando se defronta com ele. No andar térreo estão localizados o museu, os sanitários, as salas da administração e uma sala de exibição com capacidade para 145 pessoas. No segundo pavimento situam-se a loja de *souvenir*, a cafeteria e uma área em desuso.

A construção original tinha uma cobertura de estrutura metálica com cúpulas de acrílico (*domus*). Segundo Rodriguez, o arquiteto Madriz comprovava ao Departamento de Parque Nacional que ela resistiria às emissões de gases sulfurosos, o que não ocorreu.⁴³ Uma das possíveis explicações para isso é a abertura em linha reta da estrada ligando a cratera ao Centro de Visitantes. Da forma como foi construída, ela favoreceu a passagem dos gases, que atingem diretamente o edifício. Talvez isso tenha contribuído para a corrosão dos tubos metálicos, obrigando a retirada dessa cobertura dez anos depois.

Em 1981, de acordo com a pesquisa realizada por Valenciano et alli (1981: 81), a maioria dos visitantes declarou que o que menos lhe agradara no local havia sido caminhar até a cratera. Achou preferível chegar lá no veículo próprio, como costumava fazer, e também manifestou que preferia uma construção mais simples para o Centro, à semelhança dos outros parques. De um lado, o rejeitou por

⁴³ Rodrigues aponta para os prováveis erros técnicos de montagem e para a retirada de grande parte da faixa da vegetação, na construção da estrada em linha reta, da cratera ao Centro.

considerá-lo moderno, grandioso e fora do contexto dos demais parques e, do outro, desejou a comodidade do acesso aos transportes e das áreas de recreação. Talvez estivesse reagindo às novas regras de visitação, que limitavam o comportamento de todos na área.

No que se refere à estrutura, também os funcionários reclamam como se observa no comentário de Víctor Julio Quirós: *“Usted puede recoger cualquier parque nacional y no va a encontrar un Centro como ese. Es un modelo traído con ideas norte-americanas y fue implantado en Costa Rica”* (entrevista em 05/03/01). Na década seguinte, o parque passou por alguns problemas, inclusive, um novo período eruptivo do vulcão, o que baixou o número de turistas, conforme explica:

“Cuando yo entré en el parque nacional lo encontré en franco deterioro. Tanto en la protección del recurso, en el manejo del recurso, a nivel administrativo y la infraestructura. Yo permanecí un año y unos meses con el Sr. Sergio León, el antiguo Director y, entre el y yo, empezamos a hacer gestiones correspondientes, a fin de poder rescatar toda la infraestructura, el área de uso público, mejorar las condiciones para la atención de visitantes: mejorar senderos, mejorar miradores, rotulación. Y empezamos a trabajar. Posteriormente el se fue y continuamos. [...] y luego se hicieron gestiones, ya eso a nivel ministerial, para la restauración del Centro de Visitantes, que era un desastre. [...] Problemas serios de infiltración en los techos, sin ninguna pintura, deterioro de lo que eran las columnas en metal. Debemos recordar que el Centro se encuentra a escasos 600 m de un volcán en actividad. El está dentro del área de acción de los vientos que afectan directamente, en muchas ocasiones, al Centro de Visitantes (entrevista em 05/03/01).

Os guarda-parques, 20 anos depois de sua implantação, novamente buscaram ajuda na comunidade de San Pedro de Poás para restaurá-lo. Em 1993, o Ministério buscou solucionar o problema das infiltrações do Centro de Visitantes, retirando a coberta e construindo outra mais resistente às intempéries. Com a finalização das obras, em 1995, reconheceu-se que o parque precisava gerar recursos com o turismo e decidiu-se repassar para o setor privado parte da área, em regime de concessão de uso. Dessa forma, foram instaladas a cafeteria e a loja de souvenir. Os recursos arrecadados vêm sendo destinados ao fundo de reserva que, inicialmente

foram administrados pela *Fundación Neotrópica* e atualmente pela *Fundación Cordillera Volcánica Central* (FUNDECOR). Os estacionamento foram cedidos à Cruz Vermelha de *San Pedro de Poás* que, em troca, presta os serviços de primeiros socorros e de limpeza das áreas públicas.

Com a renovação da área e a interrupção das erupções vulcânicas, o turismo retornou à área. O Ministério de Obras Públicas e Transportes (MOPT) alargou e recuperou a pavimentação da estrada e instituiu o transporte público diário, o que aumentou o número de turistas. Atualmente, é o parque nacional mais visitado do país.

2.4 PARQUES NACIONAIS DO BRASIL

A destruição da natureza exuberante

A colonização do Brasil, um território de dimensão continental, se caracterizou pelo esquema massivo de exploração da natureza a favor da economia européia. Como explica Pádua, foram destruídos “quase cem milhões de hectares da mais rica floresta tropical, já que restam apenas 7% de cobertura original da mata atlântica” (2002: 28). As últimas reservas localizadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e parte do Sul também começaram a diminuir velozmente a partir dos anos 1950.

O autor observou que, desde o século XVIII, membros da elite rural brasileira educada na Europa registravam perdas e alertavam as autoridades locais e as da Corte portuguesa acerca das áreas degradadas. Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, alertou a Assembléia Constituinte e Legislativa para o “dia terrível e fatal” em que o “nosso belo Brasil” poderia ficar “reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia” (Pádua, 2002: 11). Em seu argumento, o solo degradado se devia somente ao trabalho escravo e às técnicas ultrapassadas de produção.

A primeira idéia a respeito da criação de parques nacionais surgiu dessa visão política e econômica da natureza. Em 1898, André Rebouças, um engenheiro e professor da Escola Politécnica e também abolicionista que, de certa forma, concordava com o argumento de Bonifácio, relatou na revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* a excursão do Capitão Nestor Borba à região do Salto Sete Quedas, na província do Paraná (Barretto Filho, 2001: 64).⁴⁴ Entusiasmado com as paisagens, Rebouças tomou por modelo a lei de criação do Parque Nacional de Yellowstone e a documentação que a fundamentara (o relatório Hayden e os depoimentos do tenente Doane e Langford) e propôs ao governo brasileiro que criasse os Parques Nacionais do Salto Sete Quedas ou Guaíra (incluindo as Cataratas do Iguaçu) e o da Ilha do Bananal, no rio Araguaia, na província de Goiás.

Ao contrário de Bonifácio, Rebouças não via na agricultura a única saída para o progresso econômico e, tendo em vista o modelo de parque nacional norte-americano, apontou para o turismo, pois esperava que o Brasil pudesse “por em relevo [e] cercar das maiores comodidades possíveis, todos os prodígios naturais que encerra” para atrair o turismo (In: Barretto Filho, 2001: 65). Afora o ganho econômico, a atividade garantiria a perpetuidade das paisagens. Em suas palavras: “a geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres do ferro e do fogo, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná”.

Diferente de Muir, nos Estados Unidos, Rebouças centralizou o seu argumento no progresso econômico que adviria do turismo, mais que no resguardo de áreas naturais selvagens. Tal como Yellowstone, também a ferrovia estava presente em sua proposta. Contudo, não conseguiu chamar a atenção dos dirigentes do regime monárquico e da elite ruralista. A categoria parque nacional foi legalmente criada apenas em 1937, no governo republicano e ditatorial de Vargas.

De qualquer forma, os dirigentes somente começaram a atentar para a perda da qualidade de vida decorrente da destruição das florestas após as crises de

⁴⁴ Borba estivera na área analisando a possibilidade de se construir uma ferrovia ligando a Costa Atlântica ao

abastecimento de água potável ocorridos no Rio de Janeiro, capital do país. E como medida pragmática, ordenou-se a reposição da cobertura vegetal da recém criada Floresta da Tijuca, o que foi feito por Manuel Gomes Archer, entre 1861 e 1874 (na atualidade ela é o Parque Nacional da Tijuca). Os primeiros sinais de mudança no sentido de se alcançar o controle das perdas ocorreram somente no século XX.

Parque nacional como instrumento de conservação ambiental

Algumas questões antecederam a concepção dos parques no país tal como as atividades de alguns pesquisadores brasileiros e estrangeiros que procuraram alertar a sociedade e o governo no sentido da proteção das florestas. Outros se empenharam na criação de áreas de conservação, a exemplo de Alberto Löefgren, um botânico suíço responsável pelas Seções de Meteorologia e Botânica da Comissão Geológica, do estado de São Paulo, e o jornalista austríaco José Hubmayer. Esse último, em 1913, tentou mobilizar a atenção pública no sentido de transformar a Estação Biológica de Itatiaia em parque nacional.

Após séculos de negligência quanto à exploração da natureza, grupos como o que foi liderado pelos cientistas Alberto Löefgren e Derby e pelo arquiteto Ramos de Azevedo começaram a buscar, também, a proteção dos recursos hídricos, solicitando ao presidente do estado de São Paulo a desapropriação de um terreno na Serra da Cantareira. Em 1896, foi criado um Horto Florestal, depois transformado em campo experimental e, em seguida, na sede do Serviço Florestal Estadual (Serrano, 1993: 43). À época, a preocupação era com a perda dos recursos florestais e, conseqüentemente, dos recursos hídricos.

Medidas como essa se repetiram no Rio de Janeiro e em outros pontos do país, quando os governos provinciais criaram hortos e museus e as academias científicas divulgaram matérias relativas ao conhecimento e à proteção da natureza.

Mas isso não alterou o ritmo e a intensidade da devastação florestal. A propósito, em 1911, Pedro Toledo, como Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, enviou uma carta circular aos presidentes dos estados e solicitou-lhes a criação de reservas florestais em “terras desertas e devolutas”. A falta de resposta talvez indicasse “a falta de legitimidade da idéia de proteção naquele momento” (Serrano, 1993: 45).

Para se ter uma noção do problema, Wanderbilt Duarte de Barros, primeiro diretor do primeiro parque nacional brasileiro, o do Itatiaia, comparou os dados do Nordeste obtidos em 1912 e explicou: “a Paraíba, que tinha 36,53% de matas quando Gonzaga de Campos publicou o seu mapa florestal, 12 anos depois, segundo a Inspeção Federal de Obras contra as Secas, tinha a espantosa e aterrorizante fração de 0,82% de florestas” (In: Urban, 1998: 30).⁴⁵ No levantamento feito entre 1958 e 1959 por Alceo Magnanini e publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, os índices totais do Nordeste haviam baixado para 5%. O Rio Grande do Norte tinha 1,89% da cobertura florestal original (Urban, 1998: 40-41).

A mudança nessa concepção de uso da terra somente começou a ocorrer quando os dirigentes políticos constataram as perdas do potencial econômico da floresta. Em 1921, o presidente Epitácio Pessoa criou o Serviço Florestal Federal ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Mesmo assim, em 1922, sua atividade se restringia à organização da parte florestal da exposição comemorativa do centenário da República no Rio e Janeiro e, até 1938, na arborização da cidade (Drummond, 1998: 134).

Conquanto os governos até os anos 1920 tenham se omitido, os cientistas e técnicos começaram a participar de eventos no país e no exterior para trocar idéias e divulgar as suas posições. Em 1933, no Congresso Internacional de Silvicultura, realizado em Roma na Itália, o botânico do Museu Nacional Alberto Sampaio demonstrou que o problema brasileiro era equilibrar os objetivos da produção florestal intensa à conservação eficiente da flora nativa. Sua proposta de “um mínimo florestal não destinado à exploração intensa para cada propriedade agrária” foi

assegurada nos Códigos Florestais de 1934 e 1965 na figura da “reserva legal” (Barretto Filho, 2001: 125). No ano seguinte, Sampaio e alguns técnicos realizaram a “I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”, visando a aprovar o Código Florestal.

Em termos políticos e econômicos, a década de 1930 caracterizou-se por grandes mudanças. Após o golpe de Estado, Getúlio Vargas tomou o poder e passou a realizar mudanças estruturais no governo, de modo a alcançar o progresso do país. Durante o seu governo, lançou as bases da modernização industrial via substituição de importações. Em um de seus discursos declarou que o problema básico da economia brasileira era a inexistência do setor “siderúrgico”, e salientou que havia “necessidade de ser racionalizada a exploração das riquezas naturais do país, sobretudo a do ferro” (Faoro, 1979: 715).

Para Vargas, “a política brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d’água e as jazidas minerais”. Tal orientação cristalizou-se na instituição, em 1934, dos Códigos Florestal, de Minas e Águas, de Caça e Pesca e da Carta Magna. Mais adiante, na criação dos Serviços de Defesa Animal e de Defesa Vegetal, Irrigação, Reflorestamento e Colonização e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tanto os códigos como os organismos criados estavam correlacionados à questão florestal.

Pela primeira vez no país grupos organizados na defesa da natureza (Sociedade dos Amigos das Árvores), representados por Durval Ribeiro do Pinho, participaram da elaboração do primeiro Código Florestal, que previa a possível criação de parques nacionais em áreas devolutas (Urban, 1998: 74).

Para Skidmore, a Constituição de 1934 é “uma mescla de liberalismo político e reformismo socioeconômico” (2000: 163). Contudo, é nesse espírito da reforma do Estado que as bases ambientalistas no país foram fundadas. No Capítulo I,

⁴⁵ Gonzaga de Campo elaborou o primeiro “Mapa de Florestas e Campos do Brasil” e o editou em 1912.

em seu Artigo 5º, inciso 3º, introduziu-se a noção do limite do direito individual dado pelo interesse coletivo, pois cabe à União legislar sobre a desapropriação das “riquezas do subsolo, mineração, metalúrgica, água, energia hidroelétrica, florestas, caça e pesca e sua exploração”. No Art. 10º, as belezas naturais foram equiparadas aos monumentos de valor histórico ou artístico e às obras de arte, os quais foram colocados sob a tutela da União e dos estados. Na nova Constituição de 1937, essa tutela foi estendida aos estados e municípios e os monumentos históricos e naturais foram caracterizados como patrimônio nacional.

Durante o ano de 1937 foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. A exposição de motivos do decreto de criação enfatizou os dados científicos obtidos durante 20 anos por Löefgren e outros cientistas, e não só as considerações estética e lúdica do turismo (Serrano, 1993: 158). À semelhança da proposta do Parque Nacional de Yellowstone, nessa exposição de motivos se minimizou o valor de uso econômico da área, destacando que seria de “grande alcance científico reservarem-se terrenos desnecessários ao Núcleo Itatiaia para o estabelecimento de um parque nacional” (Serrano, 1993: 145-146).

O Serviço Florestal, até então praticamente inexistente, com a reforma institucional assumiu um novo papel, por meio do Decreto nº 982, de 23 de dezembro de 1938. Dessa feita, encarregou-se das Seções de Reflorestamento e Hortos Florestais e do Jardim Botânico, adjuntas ao Ministério da Agricultura. O regimento que o regulamentou, em 1939, criou a Seção de Parques Nacionais (SPN). Na ocasião, prevalecia o pensamento do Ministro Pedro Toledo expresso em 1911 de que “conservar um patrimônio florestal não implica a obrigação de guardá-lo indefinidamente intacto e intangível” (Serrano, 1993: 47).

Em 1939, antes da criação da Seção de Parques Nacionais ligado ao Serviço Florestal, originaram-se os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos e do Iguaçu. Em seguida, o Ministério da Agricultura iniciou a construção da infraestrutura desses parques, visando a estimular o turismo. O processo de criação do

Parque Nacional do Iguaçu foi completamente distinto dos demais e se deveu ao pedido dirigido por Alberto Santos Dumont ao presidente do Estado do Paraná que, primeiro criou um Parque Público para proteger as Cataratas do Iguaçu com vistas à fruição turística. Depois o doou ao governo federal, para que ali fosse criado um parque nacional, conforme o depoimento de Elfrida Engel Rios (1974).

O Serviço Florestal passou a ter incumbências aparentemente conflitantes: a de manter os fins ecológico e recreativo dos parques nacionais e a de fomentar o desenvolvimento econômico florestal. No Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944, foram estabelecidos os objetivos da Seção de Parques Nacionais: conservar as áreas sob a sua jurisdição para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos; promover estudos de flora, fauna e geologia dessas e das respectivas regiões; e organizar museus e herbários regionais (Barros, 1952: 370).

A emergência da idéia de área conservada no país não foi fundada em um processo de mudança de concepção da natureza de determinados grupos sociais, mas da necessidade do Estado interventor de regular e controlar os usos dos recursos naturais e do patrimônio artístico e histórico, ampliando assim, o seu papel de condutor da modernização, como explica Faoro: “O elenco de tantas medidas com mecanismos protetores, só depois de muitos anos de governo toma o rumo industrial, dominadas no início, pela agricultura” (Faoro, 1979: 717).

No cerne da formulação dessa política destacava-se o caráter nacionalista, o qual passou por revisões no final da década de 1930. O país manteve relações comerciais com a Alemanha entre 1933 e 1938 e, em 1939, com a emergência da II Guerra Mundial, Vargas negociou com o governo norte-americano e conseguiu que o capital estrangeiro financiasse a implantação das Companhias Siderúrgica Nacional, em 1941, e Vale do Rio Doce, em 1942 (Faoro, 1979: 722). A aproximação norte-americana se devia às implicações de uma eventual aliança entre o Brasil e a Alemanha, caso irrompesse a guerra. Para Skidmore, o governo dos EUA tinha interesse na posição geopolítica do Brasil no litoral Atlântico, em virtude do papel

vital que poderia exercer no controle do tráfego transatlântico aéreo e marítimo (2000: 163).

Na contrapartida, em 1941 o governo brasileiro aprovou o “projeto da *Pan-American Airways* (sob contrato do Exército dos EUA) para modernizar aeroportos no Norte e Nordeste. (...) Com a entrada do Brasil na Guerra [em 1942], uma onda de funcionários norte-americanos, tanto militares como civis, veio ao Brasil” (Skidmore, 2000: 171). Afora as regiões Norte e Nordeste, no caso de Foz do Iguaçu, chamou a atenção do governo federal de cunho nacionalista, o fato de estar presente nessa área da fronteira tripartite com a Argentina e o Paraguai, o comércio, a moeda e o idioma da Argentina. Entende-se, nesse trabalho, que a construção de um campo de aviação, na mesma época na cidade de Foz do Iguaçu, representou a presença brasileira nessa fronteira. Tratava-se de uma definição de soberania nacional. Com isso, a cidade passou a fazer parte de rotas de vôos semanais para as cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Pela primeira vez a cidade obteve uma ligação, por via aérea, com o resto do país.

No final da guerra, Vargas saiu do governo e o processo de retomada da criação dos parques nacionais somente foi reiniciado em 1959, na administração de Juscelino Kubitschek (1955-1960), em um contexto democrático e desenvolvimentista. Como relata Celso Furtado, em decorrência de uma política de substituição de importações, “entre 1949 e 1964, a produção industrial brasileira multiplicou-se por 3,5, ao passo que a importação de produtos industrializados diminuiu em 30%” (1968: 29). Com a criação da nova capital, Brasília, o país começou a desviar sua atenção da costa litorânea para o interior, especificamente, para as regiões do Centro-Oeste e do Norte, com a criação dos eixos rodoviários.

Em 1958, alguns cientistas ligados ao movimento conservacionista internacional instituíram a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) no Rio de Janeiro (Urban, 1998: 89).⁴⁶

O processo de ocupação da Região Centro-Oeste caracterizou-se pela abertura de frentes agrícolas e de áreas urbanizadas, renovando-se o “*mito da natureza infinita*”, que acompanha a colonização da América. Ainda existiam vastas faixas territoriais para exploração. Em 1959, preocupado com os efeitos ambientais, o Serviço Floresta criou três parques: Aparados da Serra (SC-RS), no Sul, Araguaia (TO) no Centro-Oeste e Ubajara (CE), no Nordeste. Durante esse ano, o Ministério da Agricultura transformou o Serviço no Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) e, junto com ele criou o Conselho Florestal Federal. Em 1961, o Departamento criou os parques de Emas (GO), e o de Tocantins, atual Chapada dos Veadeiros (GO), na região Centro-Oeste. Apesar de contar com uma pequena equipe obteve apoio do Conselho nesse processo de criação (Urban, 1998: 104).

No governo seguinte de Jânio Quadros (1960- 1961), foram instituídos, em 1961, os parques nacionais de Sete Quedas (PR); Caparaó (MG); São Joaquim (SC); Xingu (MT) que dezessete anos depois foi transformado no Parque Indígena do Xingu; de Sete Cidades (PI); e do Rio de Janeiro, atual Tijuca (RJ). No regime parlamentar de João Goulart, em 25 de julho de 1961, foram criados os Parques de Brasília (DF) e de Monte Pascoal (BA). Esse foi um dos períodos em que mais se institucionalizaram áreas de conservação de proteção integral no país.

Entretanto, nem todos os parques foram criados por motivos ecológicos, como argumenta Barretto Filho (2001: 103). Nos casos do Xingu, Araguaia e, acrescento aqui o caso do Parque Nacional de Tocantins. Segundo o autor: “as considerações de ordem geoestratégica e de desenvolvimento foram centrais, não sendo casual o papel desempenhado pela Fundação Brasil Central” (Barretto Filho,

⁴⁶ A FBCN, entre 1970 e 1980, lançou publicações relativas aos parques nacionais, prestou consultorias e contribuiu com o Departamento por meio da contratação de estagiários.

2001: 133). O Parque Nacional do Xingu foi criado nos anos quarenta para servir às instalações de bases aéreas militares no planalto central em apoio às operações de guerra no Norte da África. Por isso a Fundação era responsável por eles e não o Serviço Florestal. Quanto ao Parque Nacional do Araguaia, na ilha do Bananal, segundo o Presidente Juscelino, deveria servir como pólo de atração turístico, dadas as condições de caça e pesca e a existência dos indígenas na área.

No que se refere ao Parque Nacional do Tocantins, destaca-se que passou, seguidas vezes, por reduções de superfície. Possivelmente, o objetivo dessa remarcação de terras era resguardar o potencial energético do rio Tocantins, e que hoje se constitui na hidrelétrica de Serra da Mesa, da empresa Furnas SA. Esse é o atual Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

A implantação dos parques nacionais

Em 1964 o Brasil entrou no período ditatorial militar e na segunda fase da política econômica de substituição de importações, viabilizada pela associação entre o Estado e o capital privado, nacional e internacional. Os seus resultados repercutiram na década de 1970 no forte crescimento do setor industrial brasileiro e nos conseqüentes impactos ambientais de toda a ordem.

O governo, em 1965, aprovou o novo Código Florestal (Lei nº 4.771) e, em 1967, a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197). Durante esse ano, e como parte da reestruturação do aparelho estatal, o Decreto-lei nº 289, de 29 de fevereiro, extinguiu os Institutos do Mate e do Pinho, o Serviço Florestal e o Conselho Florestal e os substituiu pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), também adjunto ao Ministério da Agricultura (Urban, 1998: 105). Dentre os dezesseis objetivos expostos no estatuto interno do novo órgão, quinze eram de cunho comercial ou conservacionista e só o último dizia respeito à administração dos parques nacionais e reservas. No entendimento de Drummond tal posição no estatuto não era casual

(1998: 139-140). A prioridade era o fomento à produção florestal e não à conservação ambiental.

Em 1968, o grupo do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes (DPRE), do Ministério da Agricultura, conseguiu recuperar as funções que antes exercera no Departamento de Parques Nacionais referentes aos parques. Orientados por Maria Teresa Jorge Pádua criaram três outros parques: Serra da Bocaina (1971), Serra da Canastra (1972) e Amazônia (1974).

O projeto governamental de desenvolvimento da Amazônia e o crescente desmatamento vinham sendo alvos de intensas críticas internacionais pelos efeitos ambientais negativos que causavam e poderiam causar, tal como foi expresso na Conferência de Estocolmo em 1972. Em decorrência disso, o governo criou o Parque Nacional do Amazonas, sem o devido planejamento (Barretto Filho, 2001: 159-160).

De um modo geral, a área ambiental tomou um novo impulso no período de 1979 a 1992, ao serem criados 13 parques: Serra da Capivara (1979), Pico da Neblina (1979), Pacáas Novos (1979), Cabo Orange (1980), Jaú (1980), Lençóis Maranhenses (1981), Pantanal Matogrossense (1981), Abrolhos (1983), Serra do Cipó (1984), Chapada Diamantina (1986), Lagoa do Peixe (1986), Marinho de Fernando de Noronha (1988).

Apesar do esforço, o IBDF não dispunha de orçamento e de técnicos habilitados em número suficiente para assegurar a regularização fundiária das áreas desapropriadas (um processo que vem se arrastando todos esses anos), nem para realizar as atividades de proteção, pesquisa e manejo ou as de recepção turística nas áreas.

O Departamento de Parques e Reservas Equivalentes procurou enfrentar a situação treinando alguns técnicos nos cursos realizados nos Estados

Unidos e convidando outros da *Food and Agriculture Organization* (FAO), como Gary Wetterberg que auxiliou nos processos de planejamento da Amazônia e de parques nacionais, a exemplo do primeiro plano de manejo do Parque Nacional de Sete Cidades, no Piauí, e de Kenton Miller que indicou a criação de áreas conservadas na Amazônia. Apesar das dificuldades, o Departamento elaborou uma base legal específica, o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto nº 84.071 de 21/09/1979).

Em 1973, o governo criou, mediante o Decreto nº 73.030, de 30 de outubro, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA junto ao Ministério do Interior, como um órgão específico de assessoramento às questões ambientais. Os compromissos firmados pelo governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, na Suécia, foram determinantes para essa criação.

No início, a SEMA funcionava nas dependências do Ministério do Interior e, sem recursos financeiros e com um pequeno corpo de funcionários, Paulo Nogueira-Neto que o dirigiu por doze anos, só conseguiu viabilizá-lo como órgão assessor e normativo a partir de 1976.⁴⁷ Durante esse tempo criou novas categorias de áreas conservadas: a Estação Ecológica e a Área de Proteção Ambiental. Dado o caráter amplo e difuso dos problemas ambientais e de sua manifestação nas diversas áreas de produção econômica, atuou por meio de convênios com instituições executivas dos níveis federal, estadual e municipal e também com as universidades, para a realização de pesquisas.

O IBDF e a SEMA tiveram uma atuação limitada frente aos crescentes problemas resultantes do modelo econômico adotado, como os complexos petroquímicos e químicos de Camaçari e Cubatão, os projetos energéticos de Itaipú e Paulo Afonso, ou a abertura das frentes agrícolas na Amazônia e no Centro-Oeste. Os

⁴⁷ O Ministério do Interior, distintamente de outros países, no Brasil era um organismo de desenvolvimento regional e de defesa civil, dentre outras funções.

efeitos de mais difícil recuperação decorreram (e ainda decorrem) da derrubada e eliminação da vegetação nativa em extensas faixas territoriais. A eles se somaram, no meio rural, os usos de técnicas agrícolas inadequadas e de substâncias tóxicas e, no meio urbano, o crescimento populacional, a degradação gerada pelas indústrias poluidoras, a inexistência de redes de saneamento etc. Essas questões que se evidenciaram nas décadas de 70 e 80 e que ainda persistem.

Nesse contexto, Paulo Nogueira-Neto compreendeu que não bastava criar áreas conservadas. Em conjunto com grupos ambientalistas e cientistas de todo o país ele conseguiu realizar grande parte dos trabalhos e auxiliou na redação do texto da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) que trata, dentre outros temas, do Sistema Nacional de Proteção Ambiental e do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Contudo, foi somente após a promulgação da Constituição de 1988 que a questão ambiental foi consagrada no país. Pode-se dizer que houve um progresso na base legal e, de certa forma, um aumento no número de áreas conservadas. Em contraposição, não houve uma diminuição dos problemas ambientais.

Em 1989, no final de seu governo, o Presidente Sarney extinguiu o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as Superintendências da Borracha e do Desenvolvimento da Pesca, substituindo-os pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, conforme a Lei nº 7.735, que o vinculou ao Ministério do Interior. Em 1990, no governo do Presidente Collor, o Ministério foi extinto e o IBAMA ficou adjunto à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM-PR, depois transformada no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA, pela lei nº 8.429 de 1992.

Na atualidade, os parques nacionais encontram-se sob a responsabilidade do Departamento de Unidades de Conservação (DEUC), integrado à Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA que, afora essa, tem mais quatro outras diretorias. Segundo dados desse Instituto, de 1937 até os dias atuais foram

criados 47 parques nacionais. A área total abrange cerca de 11.826.023,73 hectares e ocupa 1,63% do território nacional, distribuída por regiões: 8 (oito) no Sul do país, 10 (dez) no Sudeste, 11 (onze) no Nordeste, 11 (onze) no Norte, e 7 (sete) no Centro-Oeste. Dentre todos, somente 24 (vinte e quatro) estão abertos à visitação pública.

Cataratas do Iguaçu: um breve roteiro histórico

Os primeiros relatos europeus sobre as Cataratas do Iguaçu foram feitos pelo espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Nomeado como Governador e Capitão Geral da Província do Rio da Prata pelo rei Carlos V, no dia 2 de dezembro de 1540 deixou a Espanha e aportou em Santa Catarina, no Brasil, em 29 de março de 1541 (Lacalle, 1990: 102).⁴⁸ Conforme a narrativa de Cabeza de Vaca transcrita por Lacalle, seu objetivo era conhecer os caminhos que ligavam essa região da costa Atlântica a Assunção. Para isso, determinou que os demais membros de sua tripulação prosseguissem a viagem em direção a Buenos Aires. No dia 2 de novembro de 1541 ele seguiu com um grupo de indígenas, 250 espanhóis e 26 cavalos pelas trilhas indígenas “Peabiru”, no sentido leste-oeste do estado do Paraná e em direção à cidade de Assunção, Paraguai. Dois meses depois o grupo chegou ao curso inferior do rio Iguaçu e dali prosseguiu nas canoas até próximo às Cataratas, quando ouviu o rumor das águas e sentiu a forte neblina. Cabeza de Vaca chamou-as de Salto Santa Maria. Na realidade constituem-se de 275 quedas de água, uma delas com cerca de 80 metros de altura, distribuídas ao longo de 1.200 metros de extensão.

A partir de 1610, os jesuítas espanhóis ocuparam a região de Guaíra, localizada a 300 km das Cataratas, e tiveram as suas Missões dizimadas entre 1629 a 1632, pelo bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares, que tomou posse da terra em nome de Portugal. A primeira instalação militar situada nas proximidades das Cataratas, na fronteira brasileira com a Argentina, ocorreu somente em 1765. Depois disso, a região de Guaíra foi esquecida pelos portugueses, sendo habitada pelos índios

⁴⁸ Esse fato histórico teria passado despercebido se não fosse a constante narração feita pelos guias de turismo nos dois Parques Nacionais do Iguaçu, no Brasil, e do Iguazú, na Argentina.

caingangues e tupi-guaranis, como observou o Capitão Nestor Borba em janeiro de 1876. Em 1892 o governo republicano brasileiro instalou, na foz do rio Iguaçu, uma colônia militar, comandada pelo Major Mello Nunes.

Segundo Wachowicz, em 1889, para torná-la habitada, o governo do Paraná concedeu terras devolutas da União para alguns empresários argentinos e paraguaios explorarem madeira e erva-mate (Beserra et al., 2000: 189). Dali em diante, as empresas argentinas passaram a controlar não só a economia agrícola e extrativista das esparsas populações residentes na região como também a navegação no rio da Prata (denominado Paraná na parte brasileira). A colônia militar exercia um difícil papel, não somente pela indefinição dos limites de fronteiras com a Argentina e o Paraguai, como pela ausência do governo brasileiro em termos político, econômico e social. A linha demarcatória entre o Brasil e a Argentina foi estabelecida no dia 04 de outubro de 1910 e publicada no Diário Oficial do dia 08 desse mês (Karsten e Ferreira, 1989: 5).⁴⁹ A população se dividia entre argentinos, paraguaios e uma minoria brasileira. O idioma era uma mescla de espanhol e guarani e a moeda era a da Argentina, como citado anteriormente.

Nessa circunstância, a ligação de transportes entre Foz do Iguaçu e o resto do país era realizada pelos vapores fluviais vindos de Buenos Aires (Espanha, Edelyra e outros). O brasileiro viajava um mês por via marítima e fluvial para chegar a Foz do Iguaçu. Saía do porto de Paranaguá, no Paraná, e ia de navio para as cidades de Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina). Dali trocava pelo vapor que seguia o rio da Prata em direção às cidades de Rosário, Corrientes, Posadas na Argentina e Foz do Iguaçu, no Brasil. Posadas, capital da Província de Misiones, na Argentina, era o principal centro de abastecimento regional dessa cidade brasileira.

Apesar das dificuldades, um dos fundadores da colônia e o primeiro prefeito da cidade (1917-1928), o Coronel Jorge Schimmelpfeng, acreditou que as

⁴⁹ Em 1912 extinguiu-se a colônia, dois anos depois se criou o município de Foz do Iguaçu, com sede na Vila Iguassu. A princípio a Vila foi transformada em comarca e, em 1918, na cidade de Foz do Iguaçu, (Karsten e Ferreira, 1989: 5).

Cataratas poderiam atrair o turismo. Em fevereiro de 1915, esteve em Posadas para convidar o brasileiro Frederico Engel, proprietário de um hotel local, para se instalar em Foz do Iguaçu. Esse, por sua vez, procurou Jesus Val, o proprietário de 1.008 hectares defronte às Cataratas, na margem direita do rio Iguaçu, que o autorizou a usá-los por tempo indeterminado, conforme o depoimento de Elvira Engel Rios, filha de Engel (1977: 3).

Com poucos recursos financeiros e humanos, Engel, no dia 15 de fevereiro de 1915, inaugurou o “Hotel Brasil” na Vila Iguassu. Para que os turistas conhecessem as Cataratas, foi preciso abrir cerca de 18 quilômetros de estrada na floresta, e reformar um barracão defronte ao Salto Santa Maria, usado para o pernoite dos visitantes. Engel soube da estadia de Alberto Santos Dumont no hotel do Sr. Leandro Arechea, em Puerto Aguirre, Argentina, e se dirigiu até ele convidando-o para conhecer o cenário. Santos Dumont permaneceu, em Foz, entre 24 a 26 de abril de 1916 e ao ver as Cataratas comentou: “Posso dizer-lhe que esta maravilha não pode continuar a pertencer a um particular. Eu vou a Curitiba falar com o Presidente para providenciar imediatamente a expropriação das Cataratas”. Esse fato, narrado pela filha de Engel, pode ser confirmado com as ações subseqüentes do governo do Paraná, que enviou seguidas missões para a área. No dia 28 de julho de 1916, por meio do Decreto n° 653, o presidente do estado, Affonso Alves de Camargo, declarou a área de 1.800 hectares de utilidade pública para “nela estabelecerem uma povoação e um parque” (Beserra et al., 1999: encarte I). No dia 10 de outubro de 1916, Jesus Val foi chamado a Curitiba para tratar da desapropriação do imóvel, como explicou na carta dirigida a Engel desde Curitiba.⁵⁰ Devido aos problemas fundiários, a escritura somente foi lavrada no dia 10 de julho de 1919, em Curitiba.

Foz de Iguaçu, dado o seu isolamento do resto do país e a sua localização estratégica na fronteira tripartite, tornou-se alvo de ocupações durante as guerras civis brasileiras. Em 1894 entraram os federalistas vindos do Rio Grande do

⁵⁰ O depoimento de Elfrida E. Rios, juntamente com as cópias da assinatura de Alberto Santos Dumont no registro do hotel e da carta de Jorge Val a Engel foram entregues ao Parque Nacional do Iguaçu no dia 19 de fevereiro de 1974.

Sul e, em 1924, os tenentes da “Coluna Prestes” liderados por Juarez Távora. Esses últimos permaneceram na cidade durante seis meses, quando parte da população fugiu para a Argentina (Karsten e Ferreira, 1989: 5).

Em 1930, o interventor federal do Paraná, general Mário Tourinho, buscou nacionalizar a região obrigando o uso do idioma português na educação formal e da moeda nacional no comércio e nos serviços públicos. Para desenvolver a região propôs medidas para levar turistas às Cataratas. A liderança local, devido ao abandono da região pelo estado do Paraná, solicitou ao Presidente Vargas e ao Congresso Nacional que fosse criado o Território do Iguaçu. Entre 1943 e 1946 Foz do Iguaçu tornou-se território, para depois voltar a condição anterior de município do estado do Paraná.

Parque Nacional do Iguaçu: sob o “brilho das Cataratas”

Desde 1887 as Cataratas eram conhecidas por turistas espanhóis que visitavam a Argentina. Contudo, o país começou a explorar o turismo, nesse local, somente a partir de 1902, após receber uma doação de três mil pesos de Victoria Aguirre para abrir um caminho na floresta, de modo a alcançá-las. Nesse ano o governo argentino construiu o primeiro hotel na região para desenvolver tal atividade (Mendonça, 1999).

Em 1934, o país seguiu o modelo de Yellowstone e, mediante a Lei nº 12.103, criou os primeiros parques nacionais da América do Sul (*Nahuel Huapi, Lanin, Los Alerces, Perito Moreno, Glaciares e Iguaçu*) e a Direção de Parques Nacionais para administrá-los. Ao lado do objetivo ambiental sobressaiu o geopolítico. Visando a soberania nacional, interessava ao país fomentar a atividade turística nos parques nacionais para desenvolver as regiões de fronteira. Por isso, investiu, desde

1934, na implantação da infra-estrutura viária e hoteleira do *Parque Nacional del Iguazú* (Mendonça, 1999).⁵¹

No que se refere às Cataratas no lado brasileiro, no dia 20 de outubro de 1930, mediante o Decreto n° 2.153, o Paraná desapropriou outra faixa de terra ao lado daquela que pertencera a Jorge Val, ampliando a área do parque para 3.300 hectares e, no mesmo ato, a doou ao governo federal para ali “estabelecer uma futura povoação e um Parque Nacional” (Beserra et al., 1999: encarte 1).⁵²

Em 1938, a *Pan-American Airways* (Panair) obteve a concessão governamental para realizar os vôos comerciais regulares da rota Rio-Assunção-Buenos Aires, com pouso semanal em Foz do Iguaçu. O transporte aéreo tornou-se a principal forma de se chegar à cidade, possibilitando aos turistas conhecerem as Cataratas do Iguaçu, pois a via terrestre em condições adequadas de uso foi entregue somente no final de 1969.

Em 1939, o Decreto n° 1.035 de 10 de janeiro, o governo federal transformou a área doada no Parque Nacional do Iguaçu, e estabeleceu que a superfície seria “fixada depois do indispensável reconhecimento e estudo da região”.⁵³

A estratégia de criação de parques no Brasil se distingue do da Argentina. O fato de se criar o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, não significou a adoção de uma política de desenvolvimento de regiões de fronteira por meio do turismo na área. Contudo, algumas questões foram determinantes na criação e implantação do Parque Nacional do Iguaçu, como: as condições de isolamento da região do resto do país, a forte ligação econômica e sociocultural da região com a Argentina, a doação dessa área pelo Paraná e a criação de um campo de aviação no local.

⁵¹ Posteriormente, o Decreto n° 2.140/90 transformou essa Direção na atual Administração de Parques Nacionais (ligada à atual Secretaria de Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável).

⁵² O atual Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu tem uma nomenclatura própria e está dividido em encartes em cada volume.

Isso justifica a pronta iniciativa do Ministério de Agricultura de, logo após sua criação, ter dado início ao processo de implantação do parque. Ângelo A. Murgel, o arquiteto do Serviço Florestal que projetara a infra-estrutura dos Parques Nacionais do Itatiaia e de Serra dos Órgãos, desenhou, também, os edifícios da sede administrativa do Iguaçu (as casas do administrador, hóspedes e os edifícios funcionais, além da usina hidrelétrica do rio São João e do hotel), A empresa de engenharia Dolabella & Cia. Ltda iniciou as obras da usina em 1940 (Parisi Júnior, 1993: 2).

A preocupação com o tamanho reduzido da área do Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil, frente ao *Parque Nacional del Iguazú*, na Argentina, levou o agrônomo Mario Câmara Canto, o seu primeiro administrador, a enviar no dia 22 de dezembro de 1943, um relatório ao Serviço Florestal, situado no Rio de Janeiro, apresentando as condições de aumento da área. Em suas palavras:

“Temos uma área de 4.360 hectares, isto é 29 vezes menor do que o Parque Argentino que nos defronta, entretanto o nosso Governo que está despendendo grandes somas em obras de real valor, deveria com a urgência necessária providenciar a passagem para este Parque, das áreas limites pelo lado Este e Nordeste, terrenos concedidos à Estrada São Paulo-Rio Grande [do Sul], hoje de propriedade Nacional, até as divisas do rio Gonçalves Dias, tendo ao Norte uma estrada carroçável. Ficando com seus limites perfeitamente demarcados por divisas naturais. Mesmo que de pronto a área acrescida não fosse beneficiada, teríamos como reserva florestal, alcançando a zona alta dos pinheiros, recantos turísticos apreciáveis e um Parque digno da grandeza territorial”.

Embora o atendimento desse pedido não tenha sido comprovado, em 1944, o governo procedeu legalmente ao acréscimo de acordo com as indicações dessa proposta e, por meio dos Decretos nº 6.506, de 7 de maio, nº 6.587, de 14 de junho, nº 6.664, de 7 de julho, a superfície do Parque passou a ter 170.086,76 hectares. Parte da faixa incorporada está localizada no rio Iguaçu, fronteira com a Argentina, da qual 90 km constituem-se em área de segurança nacional (Beserra et alli, 1999: encarte 1).

⁵³ Daí se deduz que os estudos de relevância ecológica que, em geral, acompanham as exposições de motivo da lei de criação desde o primeiro parque nacional, o do Itatiaia, no caso do Iguaçu não foram elaborados.

Para o governo Vargas, era politicamente importante resguardar aquela área da fronteira, em especial, porque as Cataratas poderiam servir a um projeto energético do país.

Nos relatórios de atividades de Mario Câmara Canto constam que os trabalhos de desmatamento e escavações para a execução das obras da usina hidrelétrica desse Parque começaram em 1940 e finalizaram em 1945.⁵⁴ Ali foi construída uma parte da estrada (atual BR-469), ligando a cidade de Foz de Iguaçu à sede administrativa e dali às Cataratas e, um local próximo ao atual Porto Canoas, no final do percurso. Também se erigiram o campo de aviação, o viveiro e a horta. O campo de aviação e a usina (incompleta) foram entregues em 1943, a sede administrativa em 1946 e o restante das obras, como a do hotel, levou mais alguns anos.⁵⁵

Praticamente isolado do resto do país e com poucos recursos financeiros, em 29 de maio de 1947, o administrador solicitou a continuidade das obras do hotel e argumentou:

“Não devemos esquecer que na outra margem do rio Iguaçu, se encontra o Parque Nacional Argentino, que vem intensificando os seus trabalhos, dado que esse Parque será o grande atrativo com que contará a vizinha República, para o desenvolvimento do seu plano de turismo, focalizado no encontro Dutra-Perón. Entretanto o Parque Brasileiro se encontra em vantajosa situação topográfica para melhor descortinar as belezas naturais que têm como centro as cataratas famosas”.

Os Parques Nacionais do Iguaçu, no Brasil, e *del Iguazú*, na Argentina, encontram-se em uma situação especial: o mesmo ecossistema está sob a proteção legal e institucional de dois países. Conquanto exista uma divisão geopolítica entre territórios internacionais, os turistas, até a década de 1970, passavam de um Parque

⁵⁴ Como não existiam serviços de apoios na região foi preciso montar a olaria, oficina e carpintaria dentro do Parque Nacional do Iguaçu.

⁵⁵ O hotel foi finalizado em 1958. Entretanto, de 1945 até 1982 a usina forneceu energia elétrica para o Parque e para a cidade de Foz do Iguaçu. Apesar da cidade se beneficiar com isso, o ônus operacional e financeiro recaiu para o Parque.

para o outro atravessando o rio Iguaçu nos barcos. Era possível conhecer as Cataratas, de ambos os lados, independentemente do controle da fronteira.

Todos os relatórios dos administradores registram as mesmas dificuldades: distância dos centros fornecedores de materiais, a entrega parcimoniosa dos recursos financeiros por parte do governo federal e a inexistência de mão-de-obra especializada. Daí se deduz que os funcionários se sentiram, de certa forma, com condições de criarem edificações que, no seu modo de ver, beneficiariam ao incremento turístico na área. Em 1943 entraram no parque nacional cerca de 600 turistas, no ano de 1946 o número aumentou para 1.500, em 1949 para 2.000 e em 1950 o parque recebeu cerca de 200 pessoas a cada final de semana (provavelmente durante as férias escolares).

Tal incremento corresponde à regularização dos vôos das empresas aéreas Panair, Real e Varig, que passaram a operar em Foz do Iguaçu. Segundo os Relatórios de Atividades, em 1953, o parque contabilizou 5.912 turistas e, comparando-se com a população de 3.404 habitantes da cidade de Foz de Iguaçu, em 1950, possivelmente, o turismo começou a gerar um efeito econômico significativo na cidade, que até então não oferecia condições adequadas para a recepção dos turistas. A economia regional era baseada na agricultura de subsistência, no cultivo e produção do mate e no extrativismo.

O reflexo desse aumento de visitantes é observado no relatório de Mário Pimentel de Camargo, engenheiro agrônomo e administrador do parque. Ele precisou construir estradas de acesso às Cataratas, trilhas e um local para descanso situado acima delas, denominado de Porto Canoas. Ali erigiu cabines de banho para receber turistas vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que acampavam ou faziam piqueniques próximo ao local. Em 1959, ele abriu outra área denominada “Poço Preto”, para os visitantes nacionais hospedados “em hotéis de preços módicos, na cidade”. Segundo explicou, “para estes o Parque tem uma verdadeira frota de

pequenas embarcações e material de pescaria, facilitando-lhes em tudo, para que conservem, desta Repartição, a melhor das impressões”.

Nesse ano, o governo Juscelino Kubitschek finalizou as obras do Hotel das Cataratas e entregou-o à administração da concessionária Realtur S. A. O administrador escreveu no relatório de atividades que, auxiliado pela empresa, conseguira “rasgar diversos caminhos pela floresta, caminhos estes que servem para o passeio de turistas e visitantes, se bem que estes passeios não vêm despertando muito interesse, uma vez que os turistas e visitantes têm sua atenção voltada para as Cataratas e lugares no Hotel”. Nos três quilômetros de trilha “reservados aos hóspedes do hotel”, podia-se passear a cavalo ou em charrete. Para os interessados, podia-se passear de barco no rio até próximo das Cataratas. Preocupado em explorar turisticamente a área, Camargo salientou que é “imprescindível para o Governo da União” melhorar a estrada que liga a cidade de Foz do Iguaçu ao Parque (BR-469). Como explica em seu relatório anual de 1959:

“Ouso afirmar, que sem a construção desta estrada e campo de pouso para grandes aviões, jamais poderemos competir com os nossos vizinhos argentinos, que vêm de longo tempo explorando as belezas das Cataratas e paradoxalmente se servindo do lado brasileiro, que ainda não oferece as facilidades e conforto de acessibilidade ao grande Hotel”.

Camargo repetiu o seu pedido no relatório de atividades de 7 de dezembro de 1962, ressaltando que “as finalidades precípuas deste Parque Nacional [são] a preservação da flora e da fauna regionalística e a promoção do turismo, com o máximo aproveitamento para este fim, dos acidentes naturais”. Para ele, o turismo no Parque Nacional era uma das alternativas econômicas de Foz do Iguaçu.

Em 1960 existiam 9.754 habitantes na cidade e a economia ainda era baseada na pequena produção agrícola familiar das colônias gaúchas e catarinenses do município. As transações comerciais continuavam sendo realizadas em Puerto Iguassu, na Argentina, a cidade mais desenvolvida da região (Karsten e Ferreira, 1989: 7).

Em 1965, os governos brasileiro e paraguaio inauguraram a ponte sobre o rio Paraná ligando Foz do Iguaçu à cidade de *Puerto Stroessner* (atual *Ciudad del Leste*). A partir de sua construção e da criação da Zona Franca, o comércio na vizinha cidade paraguaia tomou impulso com o movimento do “turismo de compras”, o qual também se refletiu no Parque Nacional do Iguaçu.

Mesmo assim, a cidade de Foz do Iguaçu foi definitivamente integrada ao território nacional somente em 1969, quando o Departamento Nacional das Estradas de Rodagem (DNER) reconstruiu e asfaltou a rodovia BR-277, tendo em vista a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipú.⁵⁶ Segundo o censo demográfico, em 1970 a população da cidade de Foz era de 20.147 habitantes.

A abertura da estrada e a política agrícola de incentivo à monocultura da soja se refletiram na economia regional com a conseqüente substituição da pequena produção familiar diversificada pelas cooperativas de produtores de soja. Dos 1.868 hectares plantados em 1970, passou-se para 18.888 hectares, em 1980 (Karsten e Ferreira, 1989: 7). Com a retirada dos incentivos governamentais em 1985, os pequenos e médio produtores entraram em crise e só os grandes produtores conseguiram manter-se. Contudo, com o emprego em larga escala de agrotóxicos e máquinas agrícolas e, com a retirada de grande parte da cobertura vegetal da Floresta Atlântica, foi possível observar os efeitos ambientais negativos na região. Em 1981, a equipe do IBDF comparou as cartas florestais de 1963 e 1973-4, feitas com imagens de satélite *Landsat* (ERTS) e constatou “(...) um decréscimo de 3.710.603 ha de florestas, ou seja, 60,93% da cobertura vegetal do Estado haviam sido completamente devastadas em apenas 10 anos” (Poupard et al., 1981: 29). Nessas circunstâncias, o Parque Nacional do Iguaçu tornou-se a única grande área contínua coberta por florestas no estado do Paraná.

⁵⁶ A antiga estrada, inaugurada em 1920, ligando Foz às cidades de Catanduvas, Guarapuava e Ponta Grossa, era praticamente intransitável. A carga comercial era transportada nos rios Paraná e Iguaçu, e a circulação de passageiros se dava por via aérea.

Entretanto, o fator de maior impacto social, cultural, ambiental e econômico sobre a região de Foz de Iguaçu foi gerado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. A obra foi negociada no início da década de 1960 quando os chanceleres brasileiro e paraguaio assinaram o Ato de Iguaçu visando o uso do potencial hidráulico nos dois países, isso culminou no “Tratado de Itaipu”, firmado em 1973.

A construção do Lago Itaipú com uma superfície de 1.350 quilômetros quadrados causou o deslocamento de 42.444 pessoas, das quais 3.999 residiam no meio urbano e 38.445 no rural. O patrimônio ecológico do “Salto de Sete Quedas”, que André Rebouças quis preservar, no século XIX, foi submerso e o Parque Nacional de Paulo Afonso foi extinto.

A cidade de Foz do Iguaçu sofreu uma transformação radical, entre 1970 e 1980. A sua população subiu de cerca de 20.147 habitantes para 101.447, dado que, nas obras de Itaipu chegaram a trabalhar, aproximadamente, 40.000 trabalhadores. Para recebê-los, o governo federal investiu no meio urbano: melhorou a rede de telecomunicação e os equipamentos, reformou o aeroporto para receber os aviões internacionais de maior porte, criou uma nova rede viária e novos bairros para receber os funcionários e trabalhadores. Afora isso, em 1985, construiu a ponte sobre o rio Iguaçu, ligando Foz do Iguaçu, no Brasil, a *Puerto Iguazú*, na Argentina. A construção dessa grande obra atraiu investimentos privados para o setor de serviços, sobretudo, o hoteleiro. A Usina Hidrelétrica de Itaipu teve sua última turbina inaugurada em 6 de maio de 1991 e somente 10.000 trabalhadores permaneceram trabalhando na Usina.⁵⁷

Nesse aspecto é interessante observar o reflexo dessas transformações no Parque Nacional do Iguaçu entre 1970 e 1990. Em 1972 ingressaram no Parque cerca de 282.430 visitantes, em 1973 o número subiu para 326.434, em 1974 para 338.247, em 1979 alcançou 712.305 e em 1987 atingiu 1.084.205 turistas, de acordo

com os dados de visitantes levantados pelo IBDF entre 1972 e 1987. Segundo as pesquisas realizadas nas matérias publicadas a respeito do Parque nos periódicos, observa-se que, com o incremento da visitação e da circulação de veículos na área elevou igualmente o número de animais atropelados e mortos (A Gazeta, de 30 de junho de 2001), além da quantidade de lixo que passou a ser jogado em todos os lugares (Tribuna de Foz, de 19 de abril de 1997).

Apesar das mudanças radicais, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e, posteriormente, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e recursos Naturais Não Renováveis, mantiveram a mesma infra-estrutura de recepção e os seus recursos financeiros e o número de servidores continuamente deficitários. Talvez isso explique a falta de controle da administração do Parque em relação ao fluxo turístico e aos crescentes problemas ambientais, dentro e fora do parque, como se observa no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu (Poupard et alli, 1981: 47).

Afora as questões turísticas, desde que o parque foi criado, com a área de 12.000 hectares, 457 famílias moraram em seus limites, entre proprietários, arrendatários e posseiros, e ali se instalaram duas empresas de desenvolvimento agrícola. Devido ao lento processo de desapropriação e regularização fundiária, o perímetro do Parque somente foi conhecido em 1981 (Decreto N° 86.876, de 1 de dezembro). Em 1991, desapropriou-se mais uma propriedade (de Frederico Keller), onde se construiu o atual Centro de Visitantes. A área total atual é de 185.262,5 hectares.

A sede do parque se situa na cidade e município de Foz do Iguaçu, limitando-se com os municípios de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Toledo, Cascavel, Capitão Leônidas Marques e Capanema. No extremo Sul faz limite com o rio Iguaçu, que divide, especificamente, o Parque Nacional do Iguaçu no Brasil e o *Parque Nacional del Iguazú* e a *Reserva Nacional*, na Argentina. Essa

⁵⁷ A Usina Hidrelétrica de Itaipu “responde por 22% da energia elétrica consumida no Brasil e 78% da

área é demarcada pela Lei de Segurança Nacional e, juntamente com outra área situada fora do Parque (na foz dos rios Iguazu e Paraná) delimita a fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

A criação dos dois parques, no Brasil e na Argentina, possibilita, em termos de atividade turística, um movimento particular de integração entre esses países em torno da paisagem das Cataratas. Ao longo dos anos, o turismo vem construindo uma teia de significados, na qual as Cataratas são vistas ora como atrativos turísticos distintos, ora como a mesma paisagem observada por um outro ângulo. Por enquanto, é mister das instituições do Estado dos respectivos países assegurar a conexão territorial. Possivelmente, ao se instituírem os mecanismos de integração entre os países do MERCOSUL, se privilegiem o turismo regional e os aspectos comuns da proteção e conservação ambiental do mesmo ecossistema. Nesses termos, esses Parques Nacionais se constituem em áreas de fronteira inusitadas.

Conquanto a visão institucional tenha mudado, os objetivos de conservação existentes no primeiro Plano de Manejo (1981), não foram alcançados. O atual Plano de Manejo (1999) constatou as mesmas atividades conflitantes, como o tráfego intensivo e veloz dos veículos das agências de viagem e de transporte, da caça, pesca, retirada de palmito e de madeira e acrescentou novos problemas, a exemplo da contaminação dos veios de água, ocupação irregular das ilhas etc.

Apesar disso, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) declarou como Patrimônio Natural da Humanidade os Parques Nacionais *del Iguazú*, em 1984, e do Iguazu, em 1986. Assim, o Patrimônio é configurado por três áreas conservadas, cuja superfície totaliza 252.882,5 hectares e corresponde ao *Parque Nacional del Iguazú* (49.200 hectares) e a *Reserva Nacional* (18.420 ha), na Argentina, e ao Parque Nacional do Iguazu (185.262,5 ha), no Brasil. Como o último reduto do ecossistema da Floresta Subtropical Subcaducifólia de uma região em franco processo de alteração, abriga cerca de quarenta e quatro espécies de

mamíferos, destacando-se as onças pardas e pintadas, trezentas espécies de pássaros e mil e quatrocentas de borboletas (no mundo existem duas mil e quinhentas catalogadas), além da magnífica paisagem das Cataratas do Iguaçu, que fez desses parques um destino turístico internacional.

Diante dos problemas com a visitação pública como a inexistência de equipamentos apropriados e em número suficiente, pessoal habilitado e em número adequado para receber orientar os turistas e, em resposta à reivindicação de gestão da área de uso público do Parque pelos dirigentes políticos, municipais e estaduais, no final de 1999, o IBAMA criou um Plano de Revitalização para o Parque, visando à transformação da área e do tipo de visita realizada. Se o governo da Costa Rica investiu na construção do Centro de Visitantes, o governo do Brasil desenvolveu uma ampla área de uso público, em parceria com o setor privado, objetivando a melhoria ambiental, bem como favorecer as atividades turísticas, o que será objeto de análise nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

O TURISMO EM BUSCA DA NATUREZA

Este capítulo analisa, de início, o desenvolvimento histórico do turismo e, posteriormente, as atividades públicas e privadas que vêm sendo programadas para esse fim na Costa Rica e no Brasil.

O turismo está vinculado a uma variedade de setores da atividade social humana, no que resulta a complexidade em defini-lo. A Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo (AIEST) adotou a definição de Hunziker e Krapf: “Turismo é o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam vinculados por uma atividade lucrativa” (Barretto, 1995: 11).

De la Torre usou parte de tal idéia e destacou as especificidades da viagem para o turista como: deslocamento e motivo de viagem; permanência fora da residência; temporalidade; satisfação das necessidades; e prática não-lucrativa. Sendo assim,

“O turismo consiste no deslocamento voluntário e temporal de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual a outro, no que não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social e cultural” (1992: 15).

Esses conceitos tratam parcialmente o turismo, pois tomam como referência o turista e não as atividades econômicas. A Organização Mundial do Turismo – OMT - amplia o conceito e destaca o turismo como a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário ou voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (In: Barretto, 1995: 12).⁵⁸

Quanto ao “turismo na natureza”, pode significar para o turista o estímulo à busca de um mundo desconhecido e a comparação com aquele que já conhece. A sua prática envolve a noção do tempo do lazer, quando são afastadas a rotina e a memória do cotidiano, ou essas são relativamente suspensas, possibilitando ao indivíduo sair em busca de aventuras, das paisagens exóticas, do conhecimento de diferentes costumes, crenças e, especialmente, de elementos da natureza como animais, plantas, vulcões, cataratas, etc.

Segundo John Urry (1999: 36-39), a viagem, enquanto forma de lazer, tornou-se possível graças às mudanças nas relações de trabalho, a regulamentação do direito às férias remuneradas e ao aumento na renda de uma parcela dos trabalhadores industriais, à melhoria nos transportes e outros.

Para os naturalistas a visita a um parque nacional pode representar a oportunidade de conhecer elementos da natureza e desfrutar da paisagem, enquanto muitos turistas consideram a observação do cenário paisagístico o seu foco de atenção e, concomitantemente, seu registro como imagem nas fotos, nos filmes e cartões postais.

No caso dos Parques Nacionais Vulcão Poás e do Iguaçu, que são os mais visitados de seus respectivos países, e tendo em vista a celeridade da visita, torna-se difícil saber se o que leva o turista a visitá-los é o possível registro de imagens de

⁵⁸ A definição da OMT é usada pelo governo para conceder o visto de turista na entrada ao país, delimitando a prática do trabalho e fixando o período de permanência. Assim, considera-se turista o aposentado que adquire uma segunda residência e permanece no país no tempo previsto da lei, mas não o estudante que realiza cursos temporários. Para esse há um visto específico.

cenários excepcionais e/ou a obtenção de uma experiência prazerosa, mesmo que fugaz, na natureza.

Para melhor compreender as questões aqui colocadas, faz-se necessário rever, historicamente, as atividades turísticas praticadas em alguns países e no âmbito regional dos parques nacionais em estudo.

3.1 Aspectos históricos da produção do “destino turístico”

A viagem era um privilégio da nobreza e sempre esteve associada ao ócio.⁵⁹ Tal atividade era socialmente seletiva e tida como uma demonstração de status social até o início do século XX.

As referências históricas referentes ao surgimento do turismo, como atividade econômica, são divergentes. Segundo Keith Thomas, desde o século XVIII uma pequena parte da aristocracia inglesa viajava de forma minimamente organizada, ou seja, fazia reservas de locais de acomodação e contratava guias de viagem (1996: 309). Contudo, as viagens nos navios e trens organizadas por Thomas Cook, na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, possibilitaram que outros estratos sociais participassem desse tipo de atividade. Em 1841, Cook organizou a primeira excursão para atravessar a Inglaterra por trem e, a partir de 1850, ofereceu novos roteiros no continente europeu (Honey, 1999: 8).⁶⁰ Cook compreendeu que as viagens, antes restritas à nobreza, poderiam tornar-se uma instituição altamente rentável, ao utilizar-se dos avanços em termos de transportes - o navio e o trem - como um produto não mais de acesso restrito às camadas populacionais de alto poder aquisitivo.

Entre o final desse século e início do seguinte, muitos viajantes das elites burguesas, em sua maioria constituída de ingleses do sexo masculino,

⁵⁹ A análise histórica do ócio não é destacada aqui porque, de certa forma, ela segue as especificidades do lazer no turismo. O tema do ócio é abordado por Veblen (1965) e por Munné (1980), dentre outros autores.

⁶⁰ McIntosh et al. referem-se a Robert Smart de Bristol, Inglaterra que, em 1822, se denominou o primeiro agente de viagem de barco a motor nos canais de Dublin, Irlanda, e a Thomas Bennett, um inglês que organizou viagens aos locais turísticos da Noruega na primeira metade do século XIX (1999: 56-57).

começaram a viajar para países do Oriente e da África (Urry, 1999: 19). O seu interesse no *Grand Tour* variava entre o conhecimento científico, o registro artístico nos museus e/ou o prazer de contemplar paisagens e objetos culturais tidos como primitivos ou exóticos, afora a prática da caça e pesca nos safáris da África.

A burguesia passou a desenvolver novos hábitos e a ampliar a sua escala de gastos, quer fosse pelo desejo de manter-se acorde ao padrão convencional de seu grupo ou para enquadrar-se em um sistema de distinção que demarcaria status e posição social elevada. Elementos do padrão de vida das elites tidos como supérfluos, a exemplo das viagens, foram incorporados a outros estratos sociais como necessários à fuga do ambiente de trabalho ou do cotidiano. Para Veblen, as mudanças levam um certo tempo para impregnar as massas e alterar-lhes o comportamento e “o processo é mais lento onde a mobilidade da população for menor ou onde o intervalo entre as diferentes classes forem maiores ou mais abruptos” (1965: 49).

Os trabalhadores das indústrias, que tinham um menor poder aquisitivo, deslocaram-se para os balneários situados nas praias inglesas e francesas em suas férias. Alguns desses balneários eram antigas estações de cura, usadas pelas elites no século XVIII, que, após a implantação da ferrovia no século XIX, perderam os hóspedes habituais. Eles foram transformados para recepcionar um público de menor renda (Urry, 1999: 35). Para Urry, o turismo de massa origina-se da alteração do poder aquisitivo do viajante, de novos interesses de viagem (de cura, para lazer) e, sobretudo, do maior número de turistas no local visitado (1999: 37). No início dessa fase de organização comercial da viagem, foram criados na França o *Touring Club*, em 1890, e o *Guide Michelin*, em 1900 (Ferrara, 1996: 21).

No que se refere ao lazer, Paul Lafargue foi o primeiro a atentar para o direito do trabalhador ao descanso, no final do século XIX. Mas o interesse sociológico no tema somente surgiu a partir de 1950. George Friedmann, na França, destacou o lazer como uma busca de compensação diante das tensões do trabalho, distinguindo o lazer ativo (esportes, marcenaria, jardinagem) da conduta de “matar o

tempo” existente na recreação passiva (1972: 169-170). Dumazedier o associou à idéia da fruição e liberdade do trabalho, como um tempo em que o indivíduo pode ocupar-se das atividades de recreação, diversão e entretenimento (1988: 34). A concepção marxista de Munné busca eliminar essa oposição entre trabalho e tempo livre (1980). Se o trabalho transforma-se em uma atividade livre e não determinada pela necessidade, dele decorre a auto-expressão e o desenvolvimento pessoal que, na acepção capitalista, só é dada ao lazer.

Segundo Dumazedier (1988), até os anos 1960, as sociedades ocidentais estavam preocupadas em criar praças, estádios e clubes esportivos para ocupar o tempo livre do trabalhador. Nas décadas seguintes, o tempo do descanso começou a ser absorvido pela “indústria do lazer”, como uma das formas de consumo nos jogos de salão, shows musicais, campeonatos esportivos e cinema. O mesmo ocorreu com a “indústria do turismo”.

A partir da segunda metade do século XX, o padrão de trabalho tornou-se mais organizado e racionalizado, possibilitando a uma parcela dos trabalhadores industriais auferir maiores rendas. A produção em massa de veículos e a regulamentação do trabalho com o direito às férias remuneradas permitiram, concomitantemente, não só um tempo disponível como a amplitude de deslocamento das pessoas, o que impulsionou as atividades turísticas.

Contudo, o que mais alterou a movimentação turística foi o advento do avião. Como explica Lash e Urry (1994), a essa fase do capitalismo organizado correspondeu a da organização do turismo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiram as grandes empresas de transporte aéreo e, posteriormente, os consórcios entre essas, as agências de turismo e as cadeias de hotéis internacionais.⁶¹ Em 1948, ocorreram as primeiras viagens de lazer promovidas pela *Pan American World Airways* que, em 1957, criou a classe turística para os vôos entre os Estados Unidos e a

⁶¹ Segundo Honey (1999: 36), na década de 1950 o Hilton, Inter-Continental e Holiday Inn foram os primeiros hotéis a fazerem alianças com as companhias aéreas e os agentes operadores de turismo.

Europa (Honey, 1999: 8). A oferta dos vôos *charters*, a redução nos custos e a homogeneização dos “pacotes turísticos” nos grandes centros urbanos dos países desenvolvidos tornaram esse tipo de viagem acessível às classes médias.

Uma nova mudança ocorreu nos anos 1970 com a utilização dos aviões a jato, o que tornou atrativos os destinos turísticos da Ásia, África e América para um maior número de pessoas.⁶² Se a transformação nos padrões de trabalho influenciou as formas de se usufruir o tempo do lazer, as variações tecnológicas dos meios de transporte ampliaram as distâncias nos deslocamentos e alteraram as opções de locais onde se poderia despender esse tempo (Honey, 1999: 9).

3.2 A organização da atividade turística

A expansão das atividades turísticas caracteriza-se, desde 1960, pelo processo de integração horizontal e vertical em que foram feitas associações entre as atividades de serviços, a pesquisa, o financiamento, a administração e o desenvolvimento operacional das viagens. A partir daí, o predomínio internacional vem se dando, sobretudo, por meio das empresas aéreas, dos hotéis, dos empresários operadores de turismo (emissivos) e dos agentes de viagem (emissivos e/ou receptivos) (Honey, 1999: 35).

A tendência à integração do mercado turístico numa escala mundial surgiu nos anos 1960 e acentuou-se entre 1980 e 1990. Em 1995, a *Travel Industry Association of America* (TIA), criada em 1943, em Washington, D.C., passou a representar cerca de 2.300 agentes promotores de viagem, dentro e fora dos Estados Unidos; a *American Society of Travel Agents* (ASTA), fundada em 1931, em Washington, D. C., associou 30 sucursais nos EUA e 35 internacionais e passou a

⁶² Nos anos 1970, cerca de 8% do turismo da Ásia, África e América era de origem internacional; na década seguinte a cifra subiu para 17% e, depois, em 1995 para 20%. Entre 1992 e 1997, esses continentes chegaram a receber cerca de 463 milhões de turistas, dos quais 80% vinham dos 20 países mais desenvolvidos (Honey, 1999: 9).

congregar mais de 26.500 agentes operadores de viagem em 170 países do mundo; e a *World Travel and Tourism Council* (WTTC), localizada em Londres e Bruxelas, reuniu 70 dentre os executivos das maiores empresas aéreas, cadeias de hotéis, companhias de abastecimentos e linhas de cruzeiros marítimos em todo o mundo (Honey, 1999: 19-20).

Segundo Thanh-Dam Truong, as empresas de turismo internacional dos países industrializados começaram a dominar o mercado controlando o conhecimento acerca dele, os meios de distribuição (agentes de viagens, bancos, centros de negócio de viagem etc) e a indústria de publicidade (Honey, 1999: 35).⁶³ Com o capital concentrado nos grandes centros de alguns países desenvolvidos, os grupos multinacionais passaram a pressionar os governos dos países em desenvolvimento para investirem em infra-estrutura de estradas, aeroportos, rede de saneamento; além da isenção de impostos e das facilidades na compra de terras para a implantação dos complexos turísticos.

No argumento de Fynn, a economia turística assemelha-se à do setor industrial, mas a sua expansão somente ocorre quando a produção de bens e serviços integra-se para a efetivação do consumo final (1998: 98). O sistema turístico é configurado entre os países emissores e receptores. No país emissor, o sistema constitui-se das agências de viagens (varejistas) e operadoras (atacadistas), empresas de transporte aéreo e de relações públicas e publicidade, locadoras de carro, companhias de cartão de crédito e instituições oficiais de turismo. No país receptor, o sistema é composto de meios de hospedagem (hotéis, motéis, pensões, acampamentos), alimentação (restaurantes e lanchonetes) e entretenimento (parques, praças, clubes, mirantes, teatros, cinemas), organismos oficiais de turismo (postos de informação), locadoras de imóveis e veículos, dos serviços bancários e de saúde, vias de circulação e transporte, serviços de comércio etc.

⁶³ Tradução livre da autora.

Alguns fatores são apontados como obstáculo ao desenvolvimento do turismo, como a distância entre o país emissor e o receptor, a infra-estrutura insuficiente no destino turístico e a ausência de uma pesquisa de mercado no país receptor capaz de alcançar os pólos emissores do turismo internacional.

Além disso, a seleção do destino turístico está sujeita às influências climáticas, às catástrofes naturais e aos transtornos políticos ou econômicos do país que será visitado. Como explica Giddens, “a intensidade das relações sociais em escala mundial liga localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância e vice-versa” (1991: 70). Ao menor sinal de mudança, os turistas dirigem-se a outro local ou desistem de viajar, momentaneamente ou não. Os turistas de maior renda, quase sempre, procuram as “bolhas ambientais” de hospedagem, como Urry denomina os grandes hotéis ou *resorts*, quer seja pelo conforto, quer seja para sentirem-se seguros (1994: 88).

A expansão das atividades turísticas nos últimos 20 anos deve-se às facilidades de deslocamento, à articulação da economia numa escala planetária e à criação de uma rede de informação e comunicação. De certa forma, o turismo alarga as fronteiras do processo de acumulação e reprodução do capital por meio do uso dos locais turísticos (Falcão, 1996: 63). Além de proporcionar o desenvolvimento de uma economia de trocas invisíveis em escala nacional e internacional, também atua como um dos elementos auxiliares na consolidação e reforço de uma espacialização capitalista desigual, uma vez que as especificidades da economia do turismo “possibilitam a ocorrência de mecanismos de transferência - ou retenção - de renda nos pontos onde se concentram determinadas condições de controle da economia internacional” (Falcão, 1996: 63).

A princípio, a rapidez das mudanças ocorridas no turismo, como um todo, lembra a moda que, a partir dos anos 1960, forneceu um meio de acelerar o consumo de massa, influenciando as maneiras de pensar, sentir e agir, forçando as pessoas a lidarem “com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas da

obsolescência instantânea” (Harvey, 1998: 258). A noção de “obsolescência instantânea” é apropriada às atividades do turismo, devido à capacidade de adaptação do mercado às constantes mudanças e à possibilidade de construir novos sistemas de signos e imagens.

Nas condições de um mercado globalizado, os serviços turísticos se expandem, concomitantemente, em todos os elos da cadeia de produção e consumo e “induzem a uma especialização de regiões e países, consolidam uma nova divisão do trabalho e reforçam processos de dominação da economia [menos desenvolvida] pelas áreas centrais” (Falcão, 1996: 64).

Essa talvez seja a única atividade econômica que utiliza simbolicamente a paisagem, os lugares exóticos e os parques temáticos com a finalidade de vender e promover o seu produto. Motivo pelo qual é o turista quem se desloca para ter acesso a sua compra. Tal atividade demanda um conjunto de bens e serviços relativos à locomoção, hospedagem e alimentação, sendo o turista quem se desloca para ter acesso ao produto.

Por ser um produto sazonal e comercializado no tempo que é definido pela demanda, depende da integração ou vínculo com outros circuitos de produção e/ou reprodução econômica, a exemplo dos centros urbanos, nacionais e/ou internacionais, de onde saem os turistas e, também da inovação dos produtos locais, o que implica em diversificação e qualificação constante para satisfazer aos interesses mutáveis dos consumidores em todo o mundo (Fynn, 1998: 98).⁶⁴

A acessibilidade aos mercados de consumo deve-se, em parte, à estruturação e qualificação do destino turístico, isto é, depende da promoção publicitária dos agentes ligados ao setor, dos equipamentos e estruturas de recepção e

⁶⁴ A Reserva Biológica Privada de Monteverde na Costa Rica é um exemplo da adaptação à demanda. Desde 1960 a atração ecoturística era o sapo dourado, único espécime no mundo (Honey, 1996: 3-4). Após sua extinção, os cientistas e turistas continuaram a frequentar a Floresta Tropical Úmida. Isso atraiu investidores e

transportes, bem como da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos, a exemplo das estradas, portos e aeroportos.

Outros itens são igualmente determinantes na sustentação atual da atividade, a exemplo do sistema de fichas simbólicas, onde a moeda circula por meio de bancos eletrônicos (Giddens, 1991: 66-67). Tal serviço consolida as bases do sistema bancário e financeiro internacional e auxilia a atividade turística como tal. Além disso, os meios de comunicação de massa, os instrumentos publicitários e a rede de informática permitem que o agente de produção turística alcance, fácil e rapidamente, os consumidores e vice-versa. Esses meios podem influir na demanda turística e, conseqüentemente, promover um aumento da capacidade de consumo.

Como explicam Lash e Urry (1987: 260), se antes o que caracterizava o turismo era o deslocamento dos turistas no espaço e o seu consumo de bens materiais e simbólicos extraordinários, diferenciando a arte erudita da popular, as formas de consumo da elite daquelas de massa e outras, com as técnicas contemporâneas, observa-se que tudo pode ser manufaturado, uma vez que as simulações são construídas e reconstruídas conforme os ditames da “indústria de entretenimento”. Para os autores esse processo parece homogeneizar e reduzir diferenças entre lugares por meio de uma proliferação dos mesmos sinais e imagens. Com isso, muitos turistas passaram a preferir o aspecto lúdico das experiências que podem ser encontradas nos hotéis, *shopping centers*, parques temáticos e outros locais que envolvem o “espetáculo e o desempenho visual” (Urry, 1999: 120).

3.3 Da beleza natural ao cenário paisagístico

Nos últimos 30 anos a degradação ambiental generalizou-se e, na atualidade, tornou-se alarmante o aumento da poluição, do número de espécies extintas

novas atrações surgiram no entorno, obrigando a Reserva a criar equipamentos (loja, serpentário, mariposário) e atividades (caminhada noturna) para satisfazer interesses vários, do naturalista ao curioso ambiental.

e das áreas desflorestadas. Conquanto o processo de desenvolvimento econômico tenha se mostrado ecologicamente predatório, pois se deu às custas da veloz transformação da natureza desde o século XVIII, a partir de 1960 começou a atingir regiões que até então eram mantidas preservadas.

Em virtude das perdas ambientais, a partir de 1980 cresceram os movimentos ambientalistas no meio urbano e, paralelamente, a procura turística por áreas conservadas em distintos países do mundo. Por sua vez, o mercado turístico convencional começou a segmentar-se, tanto pela diminuição na demanda por viagens padronizadas, quanto pelo interesse nos destinos turísticos diferenciados e situados nos países menos desenvolvidos.

Em decorrência da procura por atividades de “turismo na natureza”, seguiu-se uma variedade de experiências turísticas. Um número crescente de moradores urbanos, não necessariamente ambientalistas, iniciou a sua busca por locais na natureza onde pudesse caminhar e praticar esportes ao ar livre, observar animais e outros. Nesse movimento, indaga-se se tais indícios fazem parte de um processo de maior conscientização e/ou de uma possibilidade de integração subjetiva do ser humano à sua base natural original?

Muitos turistas, independentemente do sistema turístico, vêm se empenhando em “*descobrir*” belas cachoeiras, locais nas montanhas e praias desertas, compondo grupos de jovens “*mochileiros*”, como são chamados, por lembrarem os jovens “*hippies*” dos anos 1960.⁶⁵

Parte dessa idéia pode ter sido gerada por pacotes turísticos de grande apelo visual que, inúmeras vezes, incluem como atrativo principal os animais em extinção, ou os locais naturais qualificados como cenários paisagísticos excepcionais. Talvez, ainda, resulte da idéia do retorno ao ambiente natural, como um anseio ou

sentimento de liberdade, quando se investe nas descobertas individuais ou coletivas de locais recônditos, na observação do modo de vida dos povos da floresta (extrativistas, pescadores, indígenas e outros). É possível, ainda, que as matérias publicadas em revistas especializadas e os filmes que destacam os temas ambientais e culturais estejam contribuindo para tais mudanças.

Para diversificar os negócios, procurou-se atrair um crescente e consciente grupo de turistas, demandante de produtos especializados e de serviços de mínimo efeito ambiental. A cada produto ofertado anexou-se o prefixo “ECO”, o qual passou a variar de sentido conforme o enfoque adotado.⁶⁶ Era preciso satisfazer, também, aos visitantes que desejavam observar pássaros, realizar pesquisas científicas, contemplar cenários excepcionais, caminhar na mata, praticar esportes radicais ou outras atividades na natureza.

Tendo por referência as mudanças que fizeram com que certos segmentos sociais se voltassem para a chamada “natureza selvagem”, poder-se-ia atribuir isso à nova compreensão da natureza ou ao consumo de paisagens excepcionais ou exóticas? Nesse caso é preciso observar o que tem levado os organismos ambientais e turísticos a fomentarem as visitas, especialmente, nos parques nacionais. Com o aumento da procura pelas áreas naturais conservadas, a partir dos anos 1980, os naturalistas e ecologistas começaram a preocupar-se com os efeitos ambientais e os sociólogos e antropólogos com os reflexos socioculturais nas comunidades visitadas.

Ceballos-Lascurain inventou o ecoturismo ou turismo ecológico, definindo-o como uma atividade que, em tese, favorece a fruição da natureza e a mantém conservada e, ao mesmo tempo, beneficia social, econômica e culturalmente as comunidades visitadas (Boo, 1995: 34). O ecoturismo deve ser praticado,

⁶⁵ Muitos “*mochileiros*” viajam por períodos de tempo razoavelmente longos e de forma independente e, levando consigo um guia de viagem especializado, se dirigem às áreas menos povoadas dos países do terceiro mundo ou de seu próprio país.

⁶⁶ Eco deriva da palavra grega *oikos* e significa lar ou habitat.

igualmente, nas demais áreas protegidas privadas, envolvendo as comunidades locais com o turismo e a conservação, para evitar a pressão sobre as áreas legalmente conservadas (Boo, 1995: 27). No argumento de O'Neill, o benefício econômico que o ecoturismo traz para as comunidades pode contribuir para um futuro sustentável das áreas visitadas e uma maior consciência das pessoas acerca da importância dos recursos naturais, das culturas e do patrimônio cultural (1991: 25).

O desafio para alcançar-se o “futuro sustentável” e a “maior consciência das pessoas” encontra-se na reorientação do processo de valoração econômica da natureza, frente ao esgotamento progressivo da base de recursos naturais. Embora os mediadores formais nas políticas econômicas, nacional e internacional reconheçam a estreita interdependência entre o sistema econômico e o ecológico, não se observa, até o presente, a implantação de instrumentos que, efetivamente, harmonizem a relação entre as partes.⁶⁷

Quando a Organização Mundial do Turismo – OMT afirma que a sustentabilidade do turismo “só será viável se o poder de conservação dos lugares turísticos essenciais for administrado e, em seguida, implantado rigorosamente por meio de um sistema eficiente de controle de operação e planejamento”, está referindo-se à necessidade de conservar o local turístico para alcançar a viabilidade econômica ao longo do tempo (Wearing e Neil, 2000: 9-10). Nesses termos, é importante observar que aspectos influenciam a “preparação da agenda política de turismo” nas áreas naturais conservadas. Na realidade, as atividades turísticas praticadas nos parques nacionais, por exemplo, deveriam estar apoiadas na ampla base de dados (técnicos, científicos, sociais, etc). Entretanto, na prática, quando surgem problemas como perdas de espécies, desmatamento e outros, muitas vezes a solução é dada pela esfera política.

⁶⁷ Os eventos e movimentos internacionais ambientais têm demonstrado que somente a difusão dos fatos e o conhecimento científico a respeito dos problemas ambientais não produzem, por si só, uma ação corretiva permanente. Pelo menos é o que se deduz da recusa peremptória dos Estados Unidos de assinar acordos que possam inibir qualquer forma de crescimento econômico, como ocorreu na Conferência Rio 92, no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, e no Encontro Rio+10 em Johannesburgo, África do Sul, em agosto de 2002.

Algumas experiências podem ser elucidativas, a exemplo do Parque Nacional de Anapurna, no Nepal, tendo em vista o ecossistema frágil e o estado de degradação em que se encontra. A viagem ao Himalaia tem sido almejada pelos turistas que esperam poder vivenciar momentos de aventura em um dos lugares mais inóspitos do mundo. Entretanto, muitos deles vêm transformando o acampamento mais alto do mundo no mais sujo, com os detritos que abandonam nas cabanas sem responsabilizar-se por seu retorno (Wearing e Neil, 2000: 29). Contudo, o maior problema ambiental resulta do crescente desmatamento e da erosão do solo, devido ao uso da madeira para elaborar alimentos e aquecer as populações locais e turísticas. A inexistência do manejo florestal e de controle no número de entrada dos turistas dificulta a mediação entre as necessidades econômicas do turismo local e a capacidade regenerativa dos ecossistemas. Não basta defender a posição ambientalista de redução do número de expedições, do banimento por um tempo determinado das escaladas nos picos acima de 8.000 metros e da eliminação das cabanas, sem levar em conta a renda econômica gerada pelo turismo, tanto para o governo quanto para as populações locais.

Conquanto o turista se interesse em encontrar locais recônditos e pouco desenvolvidos economicamente, na maior parte das vezes as comunidades visitadas preocupam-se em manter as suas referências históricas, culturais, tradicionais e ambientais. Pelo menos é o que pode ser observado no caso da Comuna Siona, um grupo indígena localizado às margens do rio Cuyabeno, na Amazônia Equatoriana e dentro da Reserva de Produção Faunística Cuyabeno (Little, 1992: 12). O grupo manteve-se isolado da sociedade nacional até o momento em que os missionários entraram na reserva para catequizá-los, em 1954. Nos anos 1960, chegaram os militares, para a extração do petróleo na região. Os indígenas, que não estavam preparados para conviverem com membros de outras etnias, viram-se em meio a um processo de incorporação da região ao mercado internacional.

No final de 1970, os pesquisadores universitários entraram na Reserva para instalar uma estação científica. Em 1989, o Ministério de Meio Ambiente permitiu que alguns biólogos dessa estação desenvolvessem o turismo na área. A

agência *Neo-Tropic Turis* construiu as primeiras cabanas onde se hospedaram centenas de cientistas e ambientalistas internacionais⁶⁸. Em seguida a agência *Transturi* instalou um luxuoso barco-hotel (*Flotel Orellana*) no rio Aguarico, aumentando o fluxo para milhares de turistas anuais. Em 40 anos as paisagens e o modo de vida desses indígenas sofreram uma mudança radical.

Finalmente, será abordado aqui o turismo praticado das Ilhas Galápagos, Equador, uma área que há 150 anos vem exercendo forte atração nos cientistas, naturalistas e aventureiros (Honey, 1999: 101). Esse é um dos ecossistemas frágeis do mundo e, até os anos 1970 esteve preservado, pois o único meio de transporte era um navio cargueiro que, trimestralmente desembarcava pequenos grupos de visitantes.⁶⁹ Com a implantação de uma base aérea militar dos Estados Unidos e a regularização de uma linha aérea o turismo foi incrementado (Honey, 1999: 103-104). Durante essa década, as agências equatorianas *Metropolitan Touring* e *Turimundial* aliaram-se à Estação Biológica Charles Darwin e ao Parque Nacional de Galápagos para recepcionar os turistas. Em 1972 entraram 6,8 mil visitantes e, em 1976, foi atingido o limite da capacidade de carga de 12 mil turistas. Com a construção do terceiro aeroporto na Ilha Isabela, em 1996, entraram 62 mil pessoas.⁷⁰ Segundo Wearing e Neil, tanto o número de turistas, superior ao previsto, quanto o aumento dos migrantes equatorianos que passaram a entrar em Galápagos em função da economia do turismo, geraram efeitos ambientais negativos, observando-se a extinção de doze espécies nativas de plantas, dentre outros (2000: 36).

⁶⁸ Segundo Canaday (1991), a Reserva tem um dos mais altos índices de biodiversidade do mundo, sobretudo, no que se refere à vegetação. Quatorze lagoas interconectadas conformam um mosaico, intercalando parcelas de floresta tropical e terras pantanosas. (In Little, 1992: 103).

⁶⁹ Segundo Honey (1999: 111), nesse arquipélago constituído de 120 ilhas de origem vulcânica e situado a seis mil milhas da costa equatoriana, não se estabeleceram inicialmente regras de visitação. As diretrizes posteriores de demarcação de trilhas e visita guiada etc. não minoraram os efeitos sobre o meio ambiente (alteração de comportamento animal, perda de espécies, etc).

⁷⁰ O aumento também ocorreu nos preços do ingresso. Em 1990, o turista estrangeiro pagava US\$ 40 e o nacional US\$ 0,6, gerando US\$ 1 milhão de dólares para o governo. Em 1993, o estrangeiro passou a pagar US\$ 80 e a renda subiu para US\$ 6 milhões. Em 1997 cobrou-se US\$ 100 o ingresso e a renda subiu para US\$ 9 milhões.

Com o incremento turístico, o restrito grupo de guias naturalistas treinou guias auxiliares que tinham menos conhecimento, prejudicando até a própria interpretação ambiental. A partir dos anos 1980 houve mudanças no perfil dos turistas, que se mostraram menos interessados no conhecimento específico da natureza como hábitat dos animais, os nomes científicos das espécies e outros dados que interessavam aos cientistas e ambientalistas que constituíam a maioria dos antigos visitantes.

Tais exemplos não são únicos e, de modo geral, acompanham o processo de mudança das políticas econômica e ambiental. Apesar de os governos de alguns países, como o Brasil, procurarem demonstrar a importância da questão ambiental, na prática os recursos financeiros e humanos continuam insuficientes para que as organizações ambientais se tornem mais eficientes. E, se o turismo é considerado uma das formas de sustentar economicamente as áreas naturais conservadas, faz-se necessário observar de que modo podem ser minimizados os efeitos do turismo sobre o meio ambiente. É possível que a formulação conjunta das políticas de turismo e meio ambiente seja parte da solução desse problema, porém é insuficiente, como se verá no caso da Costa Rica.

3.4 Atividades Turísticas na Costa Rica

Na Costa Rica, a falta de infra-estrutura dificultava as operações turísticas nos anos 1950. Para se ter idéia do turismo praticado à época, José Garcia, proprietário da agência de viagem *Quetzal Tours*, explica que:

“Cuando se empezó a hacer turismo en Costa Rica, hace 36 años o más, nosotros buscábamos los turistas en el lobby del Hotel Costa Rica. De allá, se seguía de jeep buscando el camino del Volcán Irazú. Al Volcán Poás llegábamos hasta Fraijanes y de ahí a caballo. Para venir acá al parque [del Poás] no había nada de eso, ni siquiera esa carretera”. [entrevista em 08/01/2001]

A partir do governo Figueres (1953-1958), o Estado vislumbrou no turismo uma fonte de renda para a Costa Rica. Por isso criou o Instituto Costarricense

de Turismo – ICT, em 30 de julho de 1955, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.⁷¹ No sentido de assegurar o controle desse tipo de atividades, foram criadas entidades de caráter privado e público, como as Câmaras Regionais de Turismo, a Câmara Nacional de Turismo e a Associação de Viagens. Conquanto existissem atrativos naturais excepcionais no país, era preciso transformá-los em produtos turísticos. Isso demandava a implantação da infra-estrutura de apoio (rede viária, hotelaria, aeroportos etc.), a capacitação de profissionais nos diversos segmentos e um projeto de divulgação a ser lançado nos pólos emissores do turismo como os Estados Unidos, o Canadá, a Inglaterra e outros. Nos anos 1960, o ICT ainda não desenvolvera uma imagem turística para o país. Por isso divulgava no exterior os temas do café e da cultura popular, à semelhança do marketing turístico do México e da Espanha. Costa Rica era conhecida como um destino turístico de “sol e praia”, como os demais países do Caribe (Herrera, 1994: 10).

A Costa Rica e outros países da América Central se reuniram para definir, em 1964, junto com o *Banco Centroamericano de Integración Económica* a política de desenvolvimento turístico para o continente, quando se decidiu que esse seria configurado como destino turístico único. Dois anos depois o Banco entregou o “*Plan Maestro de Turismo*” aos países e que deveria ser promovido e financiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional - USAID e pelo setor turístico de cada país (Céspedes, 1995: 80-81). O objetivo era atrair o turismo internacional de massa, estabelecer diretrizes políticas para explorar os recursos naturais do continente, como um todo.

Em 1972, o mesmo Banco divulgou o “*Programa Regional de Desarrollo Turístico*”. Devido às condições favoráveis, a zona da Baía “Culebra”, na província de Guanacaste, na Costa Rica, foi selecionada para desenvolver um

⁷¹ A sua renda advém da arrecadação de impostos: 8% do valor das passagens internacionais vendidas no país e exterior, quando regidas pelo país (Lei n.º 1.917, art. 46) e 3% da diária da unidade habitacional dos hotéis e estabelecimentos similares (Lei n.º 2.708, art. 7).

complexo turístico.⁷² Em 1975, o ICT solicitou ao mesmo um empréstimo de US\$ 370.000,00 para realizar os estudos do “Pólo Turístico Baía Culebra”, os quais foram aprovados pela Assembléia Legislativa, somente em 1990, tendo em vista os problemas ambientais e a pressão dos ambientalistas e das comunidades locais para dirimi-los.

Enquanto o governo procurava atrair o turismo internacional convencional, começaram a entrar no país pessoas interessadas no turismo voltado para a natureza. Nos anos 1960 foram criados o Centro Científico Tropical (1962), e a Organização para Estudos Tropicais (1963), como foi dito no capítulo anterior, o que propiciou a vinda dos pesquisadores, estudantes e naturalistas, interessados em ampliar o conhecimento ambiental. Os trabalhos publicados e os cursos realizados a partir de então beneficiaram, dentre outros, a formação profissional dos guias de ecoturismo, como explica Tâmara Budowski, co-proprietária da agência de ecoturismo “Horizontes” (1990: 79):

“Sin los conocimientos y conclusiones generados por los científicos, en su mayoría biólogos, no tendríamos hoy tantas áreas bajo protección y peor aún, no dispondríamos de una información tan valiosa que nos permite entender mejor la naturaleza costarricense y divulgar la necesidad de protegerla. Es importante resaltar el papel-clave que han jugado estos investigadores para sentar las bases del ecoturismo. Debemos comprender que la investigación científica y el ecoturismo van de mano y no se deben separar. El ecoturismo no podría existir sin un conocimiento previo profundo y documentado de la naturaleza que se estudia y visita durante los tours”.

Na realidade, o processo de divulgação da natureza costarriquenha se deu não somente pelos trabalhos científicos, como também pelo *marketing* turístico promovido no exterior pelas empresas privadas (hotéis, agências de viagem e a extinta empresa aérea costarriquenha LACSA). Entretanto, o que favoreceu a progressiva entrada dos ecoturistas na década de 1980, foi o trabalho de criação, implantação e

⁷² Dentre os indicadores favoráveis foram citados: clima, extensão das praias, qualidade cênica das paisagens e proximidade com o Parque Nacional de Santa Rosa, o Vulcão Arenal e as fontes de água termais, além da cidade de Libéria, seu ponto de apoio (Céspedes, 1995: 82).

divulgação de áreas conservadas, realizado pelo Serviço de Parques Nacionais. Costa Rica começou a destacar-se, internacionalmente, pelos atrativos naturais existentes nas áreas conservadas, privadas e públicas e pela estabilidade política e econômica em meio ao cenário de guerra da América Central.

De certa forma, o deslocamento turístico para os parques nacionais costarriquenhos devia-se aos movimentos sociais existentes nos países desenvolvidos, que enalteciam o retorno à vida nos lugares da natureza selvagem (*Wilderness*) e a mudança nos padrões de ordem espiritual.

Explorações e descobertas na natureza

Os sinais de mudança no tipo de turismo praticado foram observados nos anos 1970 e perduraram até a metade dos anos de 1980, quando jovens turistas estrangeiros, com as suas mochilas, passaram a circular pelo país. Alguns faziam parte dos programas de intercâmbio realizado entre as universidades norte-americanas, européias e costarriquenhas e os centros de investigação científica situados na Costa Rica. Outros buscavam os atrativos turísticos divulgados em publicações especializadas de turismo ecológico ou relatados por aventureiros e ecologistas.

Segundo Bauman (1998: 118), o turista pode mobilizar-se para onde as necessidades o impelem ou seus “sonhos” indiquem, ao contrário do vagabundo. No caso, o turista “mochileiro” sente-se livre para sair de casa com poucos pertences, trancar a porta e, no máximo, recordar que em algum lugar possui um lar, enquanto o vagabundo gostaria de ser livre para não ter que mudar de um lugar para o outro.

Em termos práticos, Maurício Hernandez, co-proprietário da agência de viagem *Camino Travel* vislumbra no “mochileiro” não o outro lado do vagabundo, mas o desbravador, alguém que “*descobre locais diferentes*”:

“Siempre los que abren espacio son los mochilleros. La gente que es más audaz. Cuando un destino no tiene nombre y no tiene un posicionamiento, casi siempre los mochilleros y la gente más aventurera, son la gente que abre el espacio y empieza a desarrollar un poquito más la promoción de lo que es el país y empieza a llegar otro tipo de gente y así se empieza a desarrollar.

Costa Rica empezó mucho con el naturalista 100%, o sea, ‘nature lover’ que venía y que no le importaba incluso si tenía que dormir en un lugar muy rústico, si la calidad de la experiencia era muy buena. Entonces, era un turista menos exigente cuanto al confort. Le interesaba más su experiencia en la naturaleza y, cuanto al confort, no le importaba quedarse en algún hotelito muy sencillo si podía mirar todas las aves y los animalitos en el bosque. ¿Verdad?” [Entrevista em 15/02/2001]

Todavía, é Ana Luiza Báez quem nos esclarece acerca das mudanças existentes no turismo a partir do final da década de 90. Ela apresenta os turistas naturalistas não exatamente como desbravadores, mas como aqueles que conhecem e amam a natureza.⁷³

”Yo lo que considero es que, por lo menos en el caso nuestro de Costa Rica, hemos visto en los últimos años un cambio en el perfil de los turistas. (...) Creo que por ahí de 97 se hace notorio ya el cambio. Y es interesante porque el perfil del turista anterior era un turista mucho más naturalista. El sabía mucho mejor a lo que venía y estaba dispuesto a consumir servicios más rústicos. Tenía conocimiento previo, eso es, estaba mejor informado. Sabía ya donde quería ir dentro del país. Cuando llegaba a un sitio era para él la meta conquistada. No la sorpresa de que tan bonito, o que tan exótico. Si no, que era el ‘sueño de mi vida, donde yo había pensado algún día llegar. Porque yo he leído que ese sitio es el único lugar donde existen XG especies de fauna o de flora etc.’

[...] Por ejemplo, en un ‘tour de naturaleza’ de finales de la década de los ochenta y principios de los noventa, Ud. como guía o como organizador, operador, salía a las 4:30h de la mañana y tenía que tener un cafecito en el hotel, porque a las 5:00 h estaban saliendo hacía una caminata de una hora, una hora y media para poder estar viéndose aves en su mejor momento.

Y la gente feliz, se fue sin desayunar. Se fue con las condiciones de frío, de llovizna o lo que sea y salieron. Regresaban a las 8:30h, 9:00h de la mañana y hacían el desayuno. Se arreglaban y de nuevo salían. Y, a las 5:00h de la tarde seguían viendo aves y, a las 10:00h de la noche, después de la cena, se reunían todos a hacer el ‘check list’, para hacer

⁷³ Ana Luiza Báez é bióloga e co-proprietária da empresa Turismo & Conservação que promove, dentre outros, os cursos de treinamento de guias naturalistas para empresas de ecoturismo.

toda la retroalimentación. Y a las 5:00 h de la mañana otra vez. Como guía, si les gustaba uno estaba, obviamente, totalmente extasiado porque todos hablaban el mismo lenguaje y todos estaban dispuestos a lo mismo". [entrevista em 29/11/2000]

No sentido de esclarecer essa prática turística, apresentam-se aqui as diferenciações que caracterizam o “turismo na natureza”. De modo geral, esse tipo de atividade divide-se nos segmentos do turismo científico, de aventura e do naturalista. Muitos podem ser praticados com ou sem a participação das agências de viagem. Segundo Budowski (1990), o “turismo científico” é aquele praticado por estudantes, especialistas ou cientistas que se deslocam objetivando estudar ou conhecer elementos específicos da natureza. Esse tipo de turista permanece mais tempo em certos locais e hospeda-se em acampamentos, albergues ou hotéis de preços módicos. O aventureiro não se interessa em conhecer a dinâmica ambiental, mas em praticar atividades ao ar livre (caminhada, descida em corredeiras dos rios em botes (*rafting*), passeio ou competição de bicicleta e outros).

Com o tempo, as agências subdividiram o segmento do “turismo na natureza” em: “naturalismo forte” e “suave” (Budowski, 1990: 82). O “naturalista forte”, ou “ecoturista”, interessa-se por um tema ou aspecto da natureza, como a observação de aves, orquídeas, insetos e outros. Em geral esses turistas são menos exigentes quanto às comodidades de hospedagem, desde que suas expectativas de viagem sejam satisfeitas. Na atualidade, tal atividade tem um custo elevado, pois requer guias peritos, ou seja, é uma operação turística com menos participantes e demanda a visita a áreas realmente conservadas. Além disso, poucas agências estão habilitadas para fazer esse tipo de operação turística. O “naturalista suave”, por outro lado, deseja conhecer os atrativos naturais e as atividades culturais, mas não é especialista e nem quer aprofundar-se em um assunto específico. O importante é sentir-se confortável na hospedagem e que a prática das atividades seja menos intensa.

Na Costa Rica, ao longo do tempo tornou-se evidente a mudança no perfil dos turistas em virtude das exigências quanto à qualidade do alojamento.

Quando surgiram os primeiros cientistas e “mochileiros”, os costarriquenhos, com poucos recursos financeiros, podiam oferecer-lhes albergues rústicos ou quartos vazios em suas residências, além de uma comida caseira, que, nessa circunstância, era considerada típica. Na atualidade, os turistas esperam encontrar, nas áreas silvestres alojamentos com uma infra-estrutura moderna dispendo de ar condicionado, duchas, bebidas e telefone no dormitório. Tais exigências demandam elevados investimentos por parte dos agentes de recepção, não só em infra-estrutura, mas também em serviços especializados, como esclarece Maurício Hernandez: *“Hace cinco o seis años hablar de una piscina en un hotel en Tortuguero era un insulto. (...) Y ahora todos, todos los hoteles terminaron satisfaciendo un poquito las necesidades de ese perfil de cliente que está exigiendo, no está pidiendo”* [entrevista em 15/02/01].

As mudanças também foram observadas nas pesquisas do Instituto Costarricense de Turismo. Nos anos 1980, o motivo de viagem do turista estrangeiro era conhecer a natureza e, nos anos 1990, passou a ser a recreação. A transformação no perfil dos visitantes é constatada também por Gabriel Rivas Ducca, doutor em biologia, ambientalista e guia de turismo, que esclarece:

(...) “Yo empecé a guiar en el año de 1992 y, durante varios años, yo he podido ver grupos de naturalistas profundamente interesados y con un nivel de conocimiento ecológico muy alto. Y gradualmente pasamos a ver que el turismo se fue tornando cada vez más generalista. Son personas interesadas en el ambiente, pero que también se interesan por la cultura. Aún que el nivel de ellos no necesariamente sea lo mismo de los grupos anteriores. Pero eso significa también una otra posibilidad, porque talvez ahora las personas sean más receptivas a los aspectos sociales y políticos”. [entrevista em 25/02/01].

Muitos turistas têm retornado ao país para visitá-lo novamente ou para comprar terras ou casas, estabelecer uma segunda residência ou mesmo mudar-se em definitivo para lá, como vem ocorrendo em “*Mal País*”, um vilarejo situado na Província de Nicoya (Madrigal, 1997: 128). Progressivamente, as antigas residências e chácaras vêm sendo substituídas por locais de hospedagem luxuosos. Não só a vida

cotidiana dos antigos moradores mudou, como também fisicamente as paisagens mudaram.

Do ecoturismo ao turismo convencional

Em 1990, depois de 20 anos em tramitação, uma das mais importantes propostas de complexo turístico implantadas no país, o “Projeto Turístico Papagayo” foi regulamentado e a zona do Golfo de Papagayo declarada de utilidade pública.⁷⁴ A implantação desse projeto mobilizou a opinião pública costarriquenha em função das questões ambientais e sociais, uma vez que houve discordância quanto ao processo de desapropriação de algumas áreas pertencentes aos membros das comunidades locais e dos procedimentos adotados. O fato do ICT não exigir os estudos de impacto ambiental, a despeito do Decreto No. 21.930, que regula a matéria, e da alteração no prazo legal de 5 anos de concessão das terras para 10, 20, 30 e 49 anos foram alguns dos motivos de crítica (Quesada, 1994: 102).⁷⁵

Levando-se em conta a complexidade e o conflito de interesses envolvidos nas questões referentes à conservação ambiental e à economia do turismo, principalmente quanto ao “turismo na natureza”, interessa observar a atuação do ICT frente ao mercado. Na administração Monge-Alvarez (1980-1984), o turismo alcançou o terceiro lugar na geração de divisas. Segundo as pesquisas do ICT (1983), a maioria dos turistas era originária dos Estados Unidos, Canadá e Colômbia e somente o turismo advindo dos EUA apresentou um crescimento estável e contínuo. No final dos anos 1980 e início de 1990, período em que a Costa Rica entrou em uma forte recessão econômica, contraditoriamente alcançou-se uma excepcional promoção turística internacional, devido à atuação na pacificação da América Central e ao recebimento do Prêmio Nobel da Paz pelo Presidente da República Oscar Árias Sánchez.⁷⁶ Durante o

⁷⁴ Lei Nº 6.758 de 04 de junho de 1982.

⁷⁵ A Lei No. 6.043 de 2 de março de 1977, referente à Zona Marítima Terrestre, regula essa matéria.

⁷⁶ Os esforços de Árias para pacificar a América Central culminaram na assinatura do Acordo *Esquipulus II*, na Guatemala e, em 9/12/1987, na outorga desse Prêmio. Em 1989, o país recebeu os Presidentes para a "*Cumbre Americana*". Tais eventos chamaram a atenção do mundo e influenciaram, indiretamente, no aumento do turismo.

período, o país foi reconhecido internacionalmente por ser pacífico e ter uma natureza conservada. Isso repercutiu internamente, mobilizando as atenções para o turismo como alternativa econômica.

Conquanto o turismo dependesse dos recursos naturais para desenvolver-se, manteve-se a prioridade para os interesses da política econômica, da qual o turismo faz parte, mesmo que isso significasse danos ao meio ambiente.

O aumento da demanda em relação às áreas naturais conservadas, situadas nas regiões menos desenvolvidas do país, de certa forma correspondeu ao da oferta de novos hotéis e alojamentos, situados fora da zona do Vale Central, onde está localizada a capital do país, San José. Desde os anos 1960, as empresas turísticas privadas vinham investindo em relações públicas e promoções publicitárias em âmbito nacional e internacional, especialmente, nos Estados Unidos (Budowski, 1990: 79). Posteriormente, o governo estabeleceu diretrizes políticas para fomentar atividades de turismo, visando a desenvolver as regiões menos privilegiadas. Nesse sentido, o ICT lançou nos países da América Central, no final de 1970, a campanha com o slogan - *Costa Rica: destino único*. Foi uma decisão baseada na comercialização turística dos países do continente configurando um circuito turístico único (Céspedes, 1995: 62).

Em 1983, o setor empresarial implantou o Programa de Formação Profissional em Hotelaria, Turismo e Alimentos, com o apoio do ICT. Nesse mesmo ano, o Instituto Nacional de Aprendizagem (INA), um organismo privado, criou o Centro de Formação em Hotelaria e Turismo (Gutierrez, 1990: 20).⁷⁷ Posteriormente, o ICT apoiou a Fundação Educativa para a Formação Profissional da Indústria Turística (EDUCATUR), buscando apoio junto às organizações de turismo no México e na Confederação Italiana de Turismo e Serviços para desenvolver o programa de capacitação profissional. No entanto, a maior atuação governamental se deu com a Lei

⁷⁷ Nesse sentido, foi firmado um convênio entre o *Instituto Nacional de Aprendizado*, o *Instituto Costarricense de Turismo* e a *Asociación Costarricense de Hoteles y Afines*.

de Incentivos para o Desenvolvimento Turístico (Lei nº 690, de 15/06/1985), visando ao crescimento das microempresas.⁷⁸

Durante o ano de 1985, as pesquisas do ICT demonstraram que um terço dos visitantes internacionais preferia o destino natural. Dentre os visitantes, 75% estavam interessados na beleza natural e 36% na observação da natureza. Com base nesse resultado, o Instituto lançou uma campanha de promoção com o *slogan*: “*Costa Rica es... natural*”, destacando as belezas naturais (Budowski, 1990:79).⁷⁹ Em 1988, a metade dos turistas preferiu visitar um sítio natural. Essa preferência foi mantida no período de 1986 a 1989, com o incremento de 50% de visitas às áreas privadas da Reserva Biológica *Monteverde*, Estações Biológicas *Rara Avis* (vizinha ao Parque Nacional *Braulio Carrillo*) e *Marenco* (próxima ao Parque Nacional *Corcovado*) e *La Selva* (vizinha ao Parque Nacional *Braulio Carrillo*) e aos Parques Nacionais do Vulcão *Poás*, Vulcão *Irazú*, *Manuel Antonio*, *Tortuguero*, *Carara*, Vulcão *Arenal* e *Santa Rosa* (Céspedes, 1995: 84).

No levantamento do perfil dos turistas, o ICT observou a existência de especialistas e, sobretudo, de pessoas que queriam desfrutar as suas férias em áreas naturais. Se, no período compreendido entre 1960 e 1970, a maioria dos turistas era originária da América Central e o motivo era a “viagem de negócios”, nas décadas de 1980 e 1990, os turistas vinham da América do Norte (EUA e Canadá) e Europa (Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Holanda) para conhecerem a “natureza conservada”. Entre 1983 e 1992 houve um aumento no fluxo da demanda internacional e, dentre os turistas consultados em 1986, 74,0% viajaram para conhecer a “beleza natural”, os “parques nacionais” e as “praias” e, para praticar a “pesca” (ICT, 1987).

⁷⁸ A lei beneficiou os hotéis e afins, as agências operadoras de viagem e de aluguel de veículos, empresas aéreas e de transportes turísticos, isentando-as das taxas e sobretaxas de importação de artigos necessários ao funcionamento e instalação de novas empresas e, ainda, do Imposto de Renda e territorial até doze anos; além de conceder patentes municipais para o exercício das atividades.

⁷⁹ O ICT passou a estimular a realização anual da EXPOTUR, uma espécie de Bolsa de Comércio que reúne agentes nacionais e internacionais de turismo. Na ocasião, foi criado o prêmio “Amigo de Costa Rica” de estímulo ao turismo, ofertando-se viagens aos jornalistas e empresários de países emissores (Herrera, 1994:18).

Em 1988, os turistas incluíram como motivo de viagem “conhecer a biodiversidade” (Solera e Ulloa, 1988: 72).

Durante o ano de 1988, o número de turistas internacionais foi equivalente ao dobro dos nacionais e gerou uma receita de cerca de 170 milhões de dólares. Na ocasião, o setor alcançou o terceiro lugar na geração de divisas, correspondendo a 13% do total das exportações (Solera e Ulloa, 1988: 80). Diante dos resultados, o governo propôs fazer do país um “*destino turístico heterogêneo*”, capaz de fomentar a entrada e permanência no país de visitantes estrangeiros, atendendo a ampla faixa do turismo, o “naturalista”, o de “sol e praia”, o de “negócios” e outros. (Gutierrez, 1990: 59). Para isso, criou uma política de incentivo à reestruturação do setor, de modo a desconcentrar a oferta existente na região metropolitana de San José (Vale Central), promover e incrementar a capacidade de recepção e recreação em distintos locais e, realizar campanhas de *marketing* e publicidade no exterior.

Distintamente do turismo nacional, o internacional é extremamente dinâmico e requer infra-estrutura adequada à demanda e aos padrões de qualidade da Organização Mundial de Turismo, com serviços e atrativos competitivos.

No sentido de satisfazer à demanda diferenciada, nos anos 1990 começaram a entrar no país as cadeias hoteleiras internacionais *Marriott, Occidental, Best Western, Hampton Inn, Intercontinental, Sol Meliá, Radisson e Choice Hotéis* e a perspectiva do país era que rendessem até o final da década cerca de US\$ 1.200 milhões em divisas (Rivera, 1998: 21).⁸⁰ Para facilitar o acesso, o país abriu o seu segundo aeroporto internacional, em Libéria, conforme havia sido previsto para o desenvolvimento turístico das praias do Golfo Papagayo.

⁸⁰ Em 1998, foram instalados seis projetos turísticos na costa litorânea do Pacífico, para que 1.800 iates pudessem atracar, o que poderia gerar 3.000 empregos e US\$ 86 milhões de renda anual. Afora isso, o governo firmou convênio com os Estados Unidos para estabelecer saídas de voo em Atlanta, Houston, Dallas, Nova York. Com o Canadá, a saída seria em Toronto. Na Espanha, a empresa aérea Ibéria inaugurou vôos diretos de Madri e indiretos a partir de Miami.

Algumas praias e áreas naturais conservadas passaram a receber um maior número de turistas e, conseqüentemente, houve um aumento na oferta de meios de hospedagem do setor privado no país. Assim, dos 5.456 quartos ou unidades habitacionais turísticas (UH) existentes em 1989, passou-se para 6.792, ao final de 1991. Parte do excedente localizava-se nos complexos turísticos multinacionais de *Papagayo*, *Praias Tambor*, *Jacó* e *Conchal*, dentre outros (Herrera, 1994: 16). Correlacionando-se a oferta ao tempo de estadia do turista no país, percebe-se que, em 1987 a média era de três noites e em 1989 ela aumentou para seis.

Segundo a revista “*European Travel Monitor*”, no início dos anos noventa, dentre os turistas europeus que viajavam para a América Central e do Sul a maioria era constituída de profissionais com idade entre 35 a 54 anos, do sexo masculino e da classe média alta, e tinha interesse em praticar atividades de aventura na natureza. A partir de 1990 começou a crescer o turismo de idosos, com a entrada dos cruzeiros.

No início de 1990, o governo lançou a “Estratégia de Conservação para o desenvolvimento sustentável da Costa Rica” (ECODES). Dentre os seus objetivos constava o estímulo às atividades de turismo. Para não deteriorar os recursos naturais e culturais, dever-se-ia realizar estudos de impacto ambiental em projetos turísticos de grande escala (Quesada, 1995: 67). Dali em diante, começaram a entrar os grupos multinacionais no país, tais como: *Meliá-Bavaria*, *Barceló* e *Camino Real*, dentre outros (Céspedes, 1995: 64).

Turismo e Meio Ambiente: a aliança entre o público e o privado

O governo Calderón-Fournier (1990-1994) decidiu fortalecer politicamente o turismo. Para o cargo de Ministro de Turismo nomeou o empresário do setor hoteleiro, Luis Manuel Chacón. Logo no início dessa gestão, o Ministério de Turismo, juntamente com os Ministérios de Desenvolvimento e Planejamento e o de

Recursos Naturais, Energia e Minas, criaram o Plano Nacional de Desenvolvimento, priorizando a conservação dos recursos naturais, a educação ambiental e o ecoturismo, objetivando o desenvolvimento sustentável do país. Nesse aspecto, atenta-se para a atuação integrada dos organismos de turismo e do meio ambiente. No sentido de estimular o turismo nas áreas conservadas, o ICT reiniciou o processo de elaboração dos Planos de Manejo de alguns parques nacionais (dentre eles, o do Vulcão Poás), firmando um convênio com a instituição ambiental e a Universidade da Costa Rica. Para o ICT, era importante estabelecer parâmetros de recepção turística para o Parque Nacional Vulcão Poás, pois era a área natural conservada de maior visitação.

Durante esse governo, o Ministério de Turismo fomentou a entrada de grupos hoteleiros multinacionais e se dispôs a implantar a infra-estrutura para tornar o país competitivo no nível internacional. Para construir as estradas, os aeroportos e outros equipamentos, o governo solicitou empréstimos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE). Nesse caso, observa-se que, embora o turismo não seja coordenado pelo governo e sim pelo setor privado, indiretamente o “Estado é financiado pela tributação derivada dos processos do desenvolvimento econômico que as agências estatais não controlam diretamente” (Giddens, 1989: 256). Daí o seu interesse em fortalecer a entrada no país dos grandes empreendimentos.

À época, um empresário alemão destruiu bancos de corais e parte do bosque do Refúgio de Vida Silvestre *Gandoca-Manzanillo*, ao implantar um projeto turístico. Esse caso e o da “Praia *Tambor*” geraram forte reação nacional e internacional e mobilizaram a imprensa, afetando a imagem externa do governo, quando os ambientalistas da Alemanha concederam ao país o “*Prêmio Endiabrado*”. (Céspedes, 1995: 11). Tais ocorrências evidenciam a dificuldade do governo para inibir comportamentos predatórios, o que ensejou, à época, as organizações ambientalistas a indagarem acerca dos efeitos ambientais gerados pelos mega-projetos turísticos no país, nas regiões menos desenvolvidas economicamente, mas ainda conservadas ambientalmente.

O maior crescimento do setor turístico ocorreu no período correspondente ao final dos anos 1980 e 1990. Em 1991, a receita do turismo foi de US\$ 330,6 milhões e o setor atingiu o segundo lugar na geração de divisas do país (ICT, 1992). No ano seguinte, entraram 610.093 turistas e a receita subiu para US\$ 431,1 milhões, mantendo ainda o setor de turismo no segundo lugar. Coube à banana o primeiro lugar, com US\$ 485,5 milhões e o terceiro ao café, com US\$ 203 milhões (Quesada, 1995: 92-93).⁸¹ Em 1993, entraram 701.000 turistas e a receita alcançou US\$ 577,4 milhões. A partir daí o turismo passou a ser a primeira fonte geradora de divisas, superando o rendimento da banana (US\$ 564,8 milhões) e o do café (US\$ 201,6 milhões). Como decorrência das mudanças no setor hoteleiro e a divulgação dos atrativos no exterior, durante esse ano de 1993, os Estados Unidos lideraram a entrada turística (242.546 turistas), seguindo-se da Nicarágua (81.875), do Panamá (57.795), Canadá (44.236) e finalmente da Guatemala (22.664). Quanto à origem por continente, 302.741 vieram da América do Norte, 193.512 da América Central, 113.943 da Europa, 52.921 da América do Sul e 16.414 dos demais continentes (ICT, 1998: 26).

Em 1995, observou-se uma queda de 0,44% na entrada do turismo estrangeiro em relação ao ano anterior. No ano seguinte, o ICT lançou a campanha promocional “*Costa Rica no artificial ingredients*” que visava atrair os praticantes do “turismo na natureza”. Para tal, contratou a empresa de *marketing* norte-americana “*Menlo Consulting*” (Willeke, 1998: 55). A empresa, após a análise da distribuição geográfica, de classes sociais e do perfil dos turistas norte-americanos (motivações de viagem, preferências e hábitos), divulgou campanhas no Estados Unidos em Los Angeles, Nova York, San Francisco, Houston e Miami (Rivera, 1998: 99).⁸² Durante

⁸¹ ICT. *Plan Estratégico de Desarrollo Turístico Sustentable de Costa Rica* (1993-1998), Síntese Executiva.

⁸² Segundo Willeke (1998: 61), a publicidade turística consta de publicações, vendas pessoais, informes técnicos e científicos, relações públicas, divulgação pessoal (de turista a turista) e eventos especiais.

seis meses, de outubro de 1996 a abril de 1997, procurou-se atrair a atenção de distintos públicos interessados nesse tipo de viagem em outros países.⁸³

Em decorrência da campanha, no ano de 1997 o turismo internacional cresceu 4,4% e gerou cerca de US\$ 719,3 milhões de divisas. No ano seguinte, a revista *Travel Weekly* divulgou a lista dos oito principais destinos selecionados por operadores internacionais e no primeiro lugar constava Costa Rica, seguida da Turquia, Austrália etc (Willeke, 1998: 36). Em 1999, o país comemorou a entrada de 1.027.462 turistas (ICT, 2000).⁸⁴ Em 16 anos o turismo teve um acréscimo de renda no valor de 315%.

Tendo em vista o desenvolvimento do setor e a tendência do mercado, voltados para o segmento do “turismo na natureza”, Agustín Abrahams, presidente da Associação Costarriquenha de Profissionais de Turismo (ACOPROT), assim como técnicos do ICT, passaram a estimular o turismo de eventos. Segundo Alberto Sanchez, Chefe de Planejamento do Departamento de Recursos Naturais do ICT:

(...)“Costa Rica tiene ya posicionado un destino de una imagen relacionada con el ‘turismo de naturaleza’. Y eso es algo que se trabaja, y a es una estrategia de medio, una estrategia de comunicación. (...) Pero también en los últimos años se ha querido diversificar en lo que es el posicionamiento del producto que Costa Rica tiene. Entonces es por eso que Ud. ve las campanas de medios que dicen que no hay nada artificial, que Costa Rica es natural. Y todas las campañas están en esos momentos en las revistas, en medios, en las ferias internacionales y podrá entender o podrá identificar de que los cambios van hacia eso”. [Entrevista em 01/03/2001]

A sua explicação pode ser compreendida a partir do argumento de Claus Offe e Volker Ronge, ao dizerem que: “Como o Estado depende de um processo

⁸³ O governo costarriquenho comprou o “tempo” de televisão das cadeias NBC, CBS, ABC e Fox e das redes a cabo *Discovery*, *Travel Channel* e *National Geographic Special*. Criou um “web site” e promoveu “viagens de familiarização” para jornalistas de publicações especializadas como a *Life*, *National Geographic*, *Smithsonian*, *Outside*, *Travel & Leisure*, *Travel Holiday*, *NY Times Magazine* e *Texas Monthly* (Willeke, 1998: 55-56).

⁸⁴ Em 1998, o ICT registrou 14.671 UH, equivalente a um aumento de 268,89%, em relação a 1989 (1999: 58). Dessas, 13.413 tinham a “declaratória turística”, isto é, condiziam com o padrão oficial de alojamento. Do total

de acumulação cuja organização está fora de seu alcance, todo o detentor de poder estatal está basicamente interessado em promover aquelas condições mais propícias à acumulação” (In: Giddens: 1989: 256).

Segundo Alberto Salas, arquiteto e Coordenador de Fomento do ICT, possivelmente, esse processo de mudança que passou a ocorrer no setor se deveu a:

(...) “El "boom" turístico se dio por el tema del ecoturismo. Y el ecoturismo tiene varias motivaciones que ahora en la última década ya ha ampliado bacía otras motivaciones que siempre se vinculan con la naturaleza. (...) Y entonces hay una diversificación cada vez mayor. Es lo que se llama en turismo, una multisegmentación mayor que la que temamos antes. Esto trae consecuencias positivas porque hay una diversificación de la planta de alojamiento en el país y una mejor distribución en el territorio”. [Entrevista em 01/03/01]

Para aumentar a “venda turística” das áreas naturais, conservadas ou não, foi preciso re-conceituar o ecoturismo. Daí Picado, um dos dirigentes do ICT, o definir assim na revista “*Disfrute Costa Rica*” (Céspedes, 1994: 129):

“Es un estilo de la actividad turística, y por ende, un fenómeno social y económico. (...) Pero 'al hablar de ecoturismo estamos hablando, también, de una "imagen objetivo " que perfila una forma de interacción turista-naturaleza-empresa óptima, interacción en la cual el empresario turístico juega un papel determinante”. (In: Céspedes, 1995: 129).

No sentido de compreender tais mudanças, buscou-se entrevistar um agente ecoturístico reconhecido internacionalmente nos últimos 15 anos. Assim, indagou-se de Maria Amalia Piza (funcionária da agência de viagem “Horizontes”) se percebia mudanças no perfil dos visitantes e na prática turística atual. Ela esclareceu:

“Bueno, Costa Rica empezó a ser conocida como un destino nuevo, un destino de naturaleza, un destino sencillo. La gente que venia era puro principio, una gente mucho más aventurera, no estaba tan interesada en las comodidades y en buenos hoteles. Lo que les interesaba era

dos alojamentos, 46% tinham menos de 50 UH, ou seja, constituíam-se de pequenos e médios empreendimentos (Herrera, 1994: 24).

explorar y ver la naturaleza, estar en contacto con los costarricenses, aprender sobre la cultura, sobre la comida.

(...) Obviamente, nos empezamos a ser famosos, empezamos a aparecer en revistas y en periódicos. Empezó la gente a hablar de nosotros y obviamente tuvo mucho que ver en la situación. la estabilidad política, el "Premio Nóbel de la Paz " de Oscar Arias y otras cosas que ayudaran a ponernos en el mapa y empezamos, como se dice, a florecer en el turismo

Eso tiene un lado positivo y un negativo. El negativo es que empezaran a llegar personas que talvez no estaban tan interesadas en la naturaleza, que venían porque habían oído el nombre de Costa Rica, porque les sonaba o les parecía atractivo. Personalmente no sabían a lo que venían. No estaban tan interesados en la cultura, en la naturaleza, pero estaban muy interesados en confort, en hoteles de primera etc.

Entonces nosotros hemos topado con el peor de los casos, que es aquel turista que viaja a otro país y que intenta traer a su país con él. Quiere la misma comida, que le hablen es mismo idioma y que casi todo este igual. Ellos viajan, pero no se mueven de su país. Y se sienten bastante frustrados cuando pasa eso, cuando llegan y encuentran una cultura diferente. (...) Ese tipo de persona es poco tolerante y termina por molestarse cuando las expectativas no se cumplen". [entrevista em 21/02/01]

Essas e outras experiências, relatadas por agentes e guias de turismo, remetem às transformações que vêm ocorrendo no turismo mundial na última década e que decorrem, dentre outros, do surgimento dos complexos turísticos denominados por Urry de “bolha ambientalista”: um local onde o turista se isola do restante do mundo para descansar (1996). Segundo Piza, eles “*aportan poca renta al país y a la cultura y, obviamente, todo el dinero se queda en alguna empresa multinacional que, afuera pagar a los empleados que trabajan ahí, va a llevar todo el dinero de vuelta*”. [entrevista em 21/02/01]

Durante o ano de 1999, o Serviço Nacional de Áreas de Conservação (antigo Serviço de Parques Nacionais), realizou pesquisas junto aos visitantes de 25 áreas naturais conservadas para conhecer o perfil dos turistas, definir a sua percepção acerca da área visitada e conhecer os canais apropriados à transmissão de informações, além da disposição a pagar por serviços prestados (Gutierrez e Jimenez, 2000: 12-14). Constatou-se, ainda, que a maioria dos visitantes tinha nível educacional universitário (em especial estrangeiros); havia sido informada das áreas visitadas por amigos e/ou

parentes, depois pela Internet, livros e guias turísticos; viajava de forma independente das agências de turismo, só ou com amigos e/ou parentes, e depois se seguiam os que viajam com as excursões turísticas. Grande parte dos turistas apontou a recreação como motivo de viagem e, sobretudo, a observação da beleza cênica e, depois o conhecimento dos recursos naturais. Além disso, utilizou-se da infra-estrutura das trilhas, dos mirantes, dos estacionamentos, das áreas de piquenique e dos sanitários. Quanto ao aumento da taxa de entrada, os turistas estrangeiros não se opuseram, desde que, “*en las áreas protegidas de escasa accesibilidad, pero con recursos naturales relevantes, las tarifas podrían ser aumentadas mejorándose la recaudación de dinero sin afectar o contraer la demanda*” (Gutierrez e Jimenez, 2000: 14).⁸⁵

Comparando-se tal pesquisa à anterior, realizada por Valenciano et al. (1981) nos Parques Nacionais Vulcão Poás, *Santa Rosa*, *Cahuita* e *Manuel Antonio*, observam-se semelhanças. Em 1981, a maioria dos turistas era nacional e dirigiu-se ao Poás para conhecer e/ou contemplar a cratera e, secundariamente, apreciar a paisagem do entorno. Poucos estavam interessados no bosque e na Lagoa Botos. Em *Santa Rosa*, a maioria turística buscou conhecer a natureza e apreciar a paisagem e, nos demais parques, desfrutar da praia e depois conhecer a natureza e apreciar a paisagem. Para os turistas investigados, o importante era contemplar o atrativo principal de cada área (cratera, bosques secos). Exceto nas praias de *Cahuita* e *Manuel Antonio*, onde, além de admirar a paisagem, eles queriam interagir com os demais turistas e desfrutar da natureza.

Para atender à crescente demanda dos turistas que pretendem realizar a “Volta à Costa Rica em um dia”, criou-se o “*one day tour*”, ou seja, ofertar inúmeros locais para que o turista pudesse conhecer em um tempo mínimo. Esse passeio alia aspectos culturais aos da natureza e dirige-se ao público convencional, ou “*generalista*”, como é dito na Costa Rica. Segundo Salas, do ICT:

⁸⁵ O ingresso aos Parques Nacionais *Isla del Coco*, *Corcovado* e *Chirripó* custa US\$ 15 (quinze dólares) e aos demais como *Cahuita*, Vulcão Poás, Vulcão *Irazú* e *Manuel Antonio* o preço é de US\$ 6 (seis dólares).

“(...) El crecimiento de los nuevos destinos turísticos que incluso se han plegado con la moda del turismo naturalista y del ecoturismo tienen tasas mayores de crecimiento. Y los hoteleros se quejan de que no pueden alcanzar en ese crecimiento. (...) Entonces, que haga un aumento en la calidad y que vengan para el país turistas que puedan gastar mejor, más y que pueda distribuir mejor la divisa turística en lo que se llama de ‘cadena de valor turístico’ y que en eso intervienen una serie de empresas que ofrecen servicios al turismo”. [entrevista em 01/03/01]

Ao ser indagado se o estímulo à entrada de grupos hoteleiros multinacionais não dificultaria o desenvolvimento das pequenas empresas ecoturísticas locais, cujo capital teria, em tese, maiores probabilidades de continuar no país, contestou:

“(...) Hay que tomar en cuenta que, en la medida de que tengamos un sector turístico más desarrollado, con una gama de empresas que ya va a apoyar esas empresas de cadenas, hay una mayor rentabilidad turística para todos aquellos que entran en esa cadena de producción, en esa cadena de valor de producto turístico. Que recordemos que esas cadenas que vienen son realmente franquicias de muchas sociedades locales y con dinero de combinado. Entra el dinero que viene del exterior, inversores extranjeros con socios locales.” [entrevista em 01/03/01]

Quanto à possível internacionalização das empresas locais Salas disse:

*“(...) No necesariamente están cambiando de manos. Están adquiriendo franquicias para ser más competitivos. El costo de las franquicias indudablemente es un dinero que le queda a las grandes cadenas. Pero esa es una manera de que también las empresas locales tengan un crecimiento adecuado. Incluso algunas cadenas o pequeñas empresas turísticas del país se han desarrollado y se han corporatizado. El caso de la cadena de los hoteles Marta, por ejemplo, son varios hoteles y ahora está con la franquicia de **Best Western** y de **Grey Line** en la operadora receptiva y tienen franquicia de los Hampton. Están construyendo el segundo Hampton y tienen también la franquicia de los restaurantes Derry’s y se van a extender probablemente a otros países del área centroamericana. Esto quiere decir que están haciendo una especie de cadena local, tienen ya el interés de crecer al nivel regional”. [entrevista em 01/03/01].*

Como se observa, a estrutura turística multinacional começou a expandir-se no país, vinculando-se aos grupos locais nas franquias. Assim, a separação

entre o turismo e as demais atividades de entretenimento e lazer começou a esmaecer no processo de concentração similar ao de outros setores da economia, a exemplo dos hotéis Marta. Nesse caso, tanto a estabilidade quanto a expansão econômica do setor vai depender, essencialmente, das transações internacionais, controladas pelas grandes empresas. Essas, ao atuarem em operação simultânea em vários países, lado a lado com os membros do grupo, tendem a desenvolver “sofisticadas técnicas de administração de preços” e a estabelecer “critérios de *interesse geral* disciplinadores das atividades econômicas”, prescindindo do Estado nacional (Furtado, 1974: 34). As transformações internacionais do turismo apontam para a concentração do poder econômico em torno dos países centrais, significando que o seu desenvolvimento depende da integração com os demais sistemas de produção cultural dos países periféricos.

Na contemporaneidade, objetiva-se integrar os atrativos turísticos das áreas conservadas privadas e dos parques nacionais aos complexos turísticos implantados, propositadamente, em suas adjacências. Devido à sua localização, o benefício que tais complexos auferem pode não estar levando em conta o limite de carga dessas áreas, o que reverteria em ônus para o ambiente, as comunidades locais e para o próprio turista, como explica Budowski:

“Algunos sitios en Costa Rica ya han sufrido consecuencias negativas, como Playas de Manuel Antonio, en donde hubo que prohibir que los visitantes acamparan, debido a la contaminación que esto estaba produciendo. Hay otros lugares que están en peligro, como Tortuguero, en donde se está construyendo cada vez más hoteles y en cuya playa, durante el desove de tortugas marinas, en una noche se pueden encontrar más de cien personas juntas. Monteverde también ha sido invadido por el turismo, lo que ha provocado el deterioro de los senderos y de la vegetación que los rodea. Animales y aves que antes eran fáciles de ver, ahora han debido migrar hacia zonas más profundas del bosque. A partir de 1991, se piensa limitar el número de visitantes a la reserva a 100 personas por día. Sin embargo, la capacidad hotelera de la región será de 290 personas. ¿Qué pasará con los 190 que no pueden ingresar a la reserva, principal motivo de su viaje?” (1990: 86)

Questões como essas preocupam os ambientalistas e, segundo Gabriel Rivas Ducca, para se manter o país como um nicho ecológico é preciso levar em conta certos fatores:

“(...) Uno de ellos es el nivel de visita a algunas áreas específicas; el desarrollo de ese turismo; la infraestructura y los servicios de atención a los visitantes en esos puntos; así como la interpretación ambiental y social que está sendo hecha de esa área. Y eso implica no solo en los aspectos más concretos de los servicios turísticos como también los sociales, o sea, el impacto que puede estar sufriendo las comunidades. Personalmente veo que, en términos generales, ha habido un fuerte impacto ambiental y social. Tal vez porque ahora hay muchos lugares que definitivamente se transformaran en destinos turísticos. Y en esos la población local no ha sido realmente beneficiada por el número cada vez mayor de turistas que llegan a estas zonas y al país”.
[entrevista em 25/02/01]

O que esse guia e ambientalista argumenta, de certa forma, está correlacionado aos problemas observados em Galápagos, Anapurna e Cuyabeno, como mencionado. Essa é uma questão para ser discutida nos países sobre o futuro das áreas conservadas. Nesse aspecto, é interessante comparar-se, também, tais ocorrências com as experiências brasileiras de turismo.

3.5 Atividades Turísticas no Brasil

Para compreender o papel do turismo no atual processo de desenvolvimento do Brasil, faz-se necessário analisá-lo no contexto das transformações socioeconômicas ocorridas nos últimos 70 anos. É um período no qual o país perdeu parte de suas características essencialmente agrícolas e rurais e buscou assegurar seu crescimento pela industrialização. Em 1930, entendia-se que o processo de modernização capitalista seria capaz, como o foi em parte de seu território, de alterar a base produtiva nacional e de reorganizar a produção e as relações de trabalho e sociais.

As primeiras atividades do turismo foram desenvolvidas a partir da década de 1930, nos espaços urbanizados e industrializados da região Sudeste, sobressaindo o segmento turístico de “compras e/ou lazer” no Rio de Janeiro e o de “negócios” em São Paulo. A difícil expansão para as demais regiões deveu-se à quase inexistência de vias de acesso e alojamentos em quantidade e qualidade compatível com esse tipo de atividade. Com Getúlio Vargas (1930-45) teve início a regulamentação das atividades turísticas. A exemplo do artigo 59 do Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, o qual determina que a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres só seria efetuada pelas companhias aéreas, agências de viagem e pelos armadores de navios, que estivessem autorizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Cruz, 2002: 32). No ano seguinte, foi criada a Divisão de Turismo, junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão ligado à Presidência da República (Cruz, 2000: 44).⁸⁶ Frente à ameaça da Segunda Guerra Mundial, mais do que um setor da economia, o turismo passou a fazer parte de um setor político estratégico do Estado. Decidido a controlar o deslocamento dos visitantes estrangeiros no país, o governo encarregou a Divisão de “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo, interno e externo”. Segundo Skidmore, nesse período “agentes nazistas e italianos operavam tanto aberta quanto clandestinamente no Brasil” (2000: 170).

O turismo, entre 1930 a 1945, concentrava-se no Rio de Janeiro, capital do país, nas estâncias climáticas, hidrominerais e nas cidades litorâneas do Sudeste, cujo atrativo principal eram as casas de jogos e não os atributos naturais. À época, o governo passou a promover espetáculos públicos culturais, como o futebol e os desfiles de escolas de samba no carnaval do Rio de Janeiro (Skidmore, 2000: 168). De um lado, estimulou e regulamentou tais atividades, do outro, talvez, tentasse desviar a atenção da repressão existente. Ainda assim, tais espetáculos ultrapassaram as circunstâncias iniciais, servindo de atração até os dias atuais.

⁸⁶ Lei nº 1.915 da 27 do dezembro de 1939.

O aspecto econômico do turismo somente começou a ser vislumbrado pelo governo a partir de 1940, quando estabeleceu que as empresas de transporte e agências de viagem organizariam, por conta própria ou com as empresas de hospedagem, as excursões, desde que autorizadas pela Divisão.⁸⁷ Ressalta-se que o fato da organização das atividades ter sido liberada, não significou o fomento ao crescimento do setor (Cruz, 2000).

Dada a dependência e/ou interligação do turismo com outros setores da economia, foi preciso, ao longo dos anos, implantar e/ou melhorar a infra-estrutura viária e de transportes, abrir vias de acesso ao país (portos e aeroportos) ou reformar as existentes; assim como ampliar e melhorar a rede hoteleira, capacitar pessoal, configurar a base institucional e legal governamental e privada e promover a imagem do Brasil, nacional e internacionalmente, nas campanhas de *marketing*.⁸⁸ Conforme Lima Neto, o sucesso do turismo “medido em termos de atração de um determinado tipo ou volume de turistas, dependerá do desenvolvimento ótimo de todos seus componentes” (2002: 55).

Até o início dos anos 1950, o país ainda tinha uma indústria incipiente. O censo de 1940 demonstra que somente 31,2% da população estavam localizadas no meio urbano. Como existiam menos de três mil quilômetros de estradas pavimentadas, praticamente, só eram usadas as vias marítima e férrea, isso demandava um largo tempo de viagem e mantinha as regiões isoladas do mundo e entre si. (Skidmore, 2000: 144).

Os primeiros sinais de mudança ocorreram quando os governos, brasileiro e norte-americano, em função da Segunda Guerra Mundial, acordaram, em 1941, em implantar no Brasil um projeto da *Pan American Airways* (sob contrato do

⁸⁷ Conforme o artigo 2º do Decreto-lei nº 2.440, de 23 de junho de 1940.

⁸⁸ A comercialização requer “um conjunto de ações que tem por finalidade fazer com que um determinado serviço ou produto (não importa sua natureza) seja consumido” (Iasbeck. 2002: 20).

Exército dos EUA).⁸⁹ Em 1943, com o capital e a tecnologia norte-americanas, teve início o processo de modernização de algumas bases militares, aéreas e marítimas, e a implantação de outras em pontos estratégicos do país (Skidmore, 2000: 171). Parte delas seria usada, posteriormente, no deslocamento turístico.⁹⁰

No primeiro ano da gestão do General Eurico Dutra (1946-50), a Divisão de Turismo, adjunta ao Departamento Nacional de Informações, foi vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e logo depois foi extinta. O governo proibiu o jogo (situação que ainda perdura) e, com isso, os locais turísticos perderam sua atratividade (Becker, 1995). Nenhuma instituição governamental ficou responsável pelo setor turístico entre 1946 a 1958.

Na nova gestão Vargas (1950- 1954) e, a partir de 1951, as agências de viagem ficaram sujeitas ao registro junto ao Departamento Nacional de Imigração e Colonização (depois transformado no Instituto Nacional de Imigração e Colonização), subordinado à Superintendência da Política Agrária (Cruz, 2000: 46).

Somente em 1958, no final da gestão de Juscelino Kubitschek (1955-1960), criou-se uma instituição específica, a Comissão Brasileira de Turismo, junto à Presidência da República.⁹¹ A Comissão, segundo a sua lei de criação, era responsável pela coordenação, planejamento e supervisão da execução da Política Nacional de Turismo, mas restringiu a sua ação aos trâmites burocráticos para fomentar a implantação dos hotéis e equipamentos turísticos.⁹² A hotelaria é importante porque “gera maior impacto econômico em termos de investimentos, renda, arrecadação

⁸⁹ Em 1927, se iniciou a aviação comercial no país com a empresa alemã “*Condor Syndikat*”, em julho desse ano criou-se a Varig. A Condor nacionalizou-se e mudou o nome para Sindicato Condor Ltda. Depois da guerra transformou-se em Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul. Em 1934 o estado de São Paulo fundou a Viação Aérea São Paulo - VASP (Silva e Savaris, 1997: 25).

⁹⁰ Segundo Skidmore, “aviões norte-americanos passaram a dominar não apenas o uso militar, mas também o civil. Especificações industriais e medidas comerciais norte-americanas passaram a ser mais freqüentemente usadas no Brasil, enquanto marcas americanas se tornavam mais conhecidas. O inglês era agora a terceira língua estrangeira mais falada (depois do francês e do italiano)” (2000: 172).

⁹¹ Lei n° 44.863, de 21/11/58.

⁹² Artigo 2° do Decreto n° 48.863 de 19/04/1960 de regulamentação.

fiscal, geração de empregos diretos e indiretos, demanda de bens e serviços e treinamento” (Lima Neto, 2002: 63).

Kubitschek principiou o processo de modernização do país pela industrialização e interiorização das atividades econômicas. Construiu Brasília, no Planalto Central e, em 1960, transferiu a capital do Rio de Janeiro para lá. Fomentou a entrada do capital estrangeiro, especialmente, do setor automobilístico, elemento-chave em sua matriz econômica e, simultaneamente, aumentou a rede viária unindo as regiões Norte e Sul e integrando algumas zonas periféricas ao centro do desenvolvimento nacional (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).⁹³

O enfoque nessas alterações econômicas e sociais possibilita compreender que experiências propiciaram o acesso aos bens de consumo e como isso foi moldando uma nova sociabilidade no país. Nessa fase, setores da classe média urbana passaram a “incorporar entre os seus valores socioculturais a ideologia do turismo e do lazer, já então em voga no Primeiro Mundo, se constituiriam num mercado interno potencial às incipientes atividades desse setor” (Becker, 1995: 10). Tal como ocorrera nos anos 1950, nos Estados Unidos, um novo ator social - a “nova classe média” - surgia nos lugares marcados pela modernização, em função da industrialização, do declínio das sociabilidades tradicionais, do nivelamento da vida urbana, do início da padronização das inovações tecnológicas e do acesso aos meios de comunicação de massa (Wright Mills, 1969: 268).

Durante a década de 1960, por motivos culturais e/ou de compras, os turistas passaram a se deslocar para as grandes cidades brasileiras, tendo em vista que a atratividade da viagem estava relacionada à infra-estrutura dos locais visitados como: vias de circulação e acesso, transportes, energia elétrica, telecomunicações, etc (Cruz, 2000). A Comissão Brasileira de Turismo, cujo objetivo era criar zonas turísticas,

⁹³ Com Juscelino Kubitschek desencadeou-se a indústria substitutiva e começou-se a atrair empresas das indústrias, automobilística, naval, química, mecânica, etc, para implantar subsidiárias no país. “Para tanto, concedeu toda sorte de subsídios, tais como terrenos, isenção de impostos, empréstimos e avais a empréstimos estrangeiros. O que fez com tanta largueza, que muita indústria custou aos seus donos menos 20% de seu

incentivou os estados e municípios a fazerem um inventário do patrimônio natural para proteger “por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística” (Cruz, 2000: 47).⁹⁴

Em 1961, na gestão de Jânio Quadros, a Comissão Brasileira de Turismo foi extinta e, em seu lugar, foi “recriada” a Divisão de Turismo e Certames, junto ao Departamento Nacional de Comércio, do Ministério da Indústria e Comércio.⁹⁵ Como responsável pela execução da política nacional de turismo, tal Divisão ficou sem ter um organismo capaz de formular as diretrizes políticas, demonstrando-se, assim, que o turismo não era prioritário para a área econômica.

Nesse ínterim, o país entrou em nova fase conturbada. Ao lado dos problemas de gerenciamento da dívida externa e da alta inflacionária, devida, dentre tantos outros fatores, à criação de Brasília, somaram-se a intempestiva renúncia do presidente Jânio Quadros e a entrada do vice João Goulart, supostamente ligado às forças políticas da esquerda. Disso resultou um golpe de Estado e um período ditatorial militar (1964-1985).

Em 1966, o governo Castello Branco (1964-66) transformou a Divisão de Turismo na Empresa Brasileira de Turismo - Embratur.⁹⁶ Pela primeira vez, delineou-se uma política de turismo acorde à de desenvolvimento nacional (Cruz, 2000: 40).⁹⁷ Segundo o recém-criado Sistema Nacional de Turismo, o Conselho Nacional de Turismo era responsável pela definição das diretrizes da Política, a Embratur pela execução e o Ministério das Relações Exteriores pela divulgação dos atrativos turísticos no Brasil e exterior.⁹⁸

investimento real de seu capital” (Darcy Ribeiro, 1995: 202).

⁹⁴ Decreto nº 44.863 de 21/11/1968, Inciso “f”, Art. 2º.

⁹⁵ Lei nº 4.048, de 29/12/61.

⁹⁶ Decreto nº 55, de 18/11/66.

⁹⁷ Objetivava-se desenvolver o país no sentido de florescimento das “forças do mercado, com a predominância da livre empresa no sistema econômico” (Ianni, 1981: 8).

⁹⁸ Decreto-lei nº 60.224/67, art. 7º.

Desde a primeira entidade turística governamental na década de 1930 e devido à sistemática criação e extinção desse tipo de organismo a cada gestão governamental, observou-se uma descontinuidade de propostas, projetos e planos por parte da instituição turística. O setor governamental de turismo destituído de um corpo técnico para acompanhar as constantes mudanças, viu-se impossibilitado de assegurar, minimamente, as proposições institucionais de médio prazo, restringindo-se às ações setoriais imediatas de regulação e fomento, isoladas do contexto econômico e sociocultural do país, o que justifica a sua fragilidade técnica e política. Daí a importância do surgimento da Embratur no contexto nacional.

A estruturação política e econômica do turismo

A Embratur foi criada como instituição promotora de ações direcionadas não só à política do setor, mas ao desenvolvimento econômico do país. Daí ser chamada de “indústria do turismo”, na lei de criação.⁹⁹ Segundo Becker, a equiparação do turismo à “indústria nacional”, além de negar a sua condição de setor de serviços, provavelmente, constituiu-se em um mecanismo [ou artifício?] que daria às empresas turísticas os incentivos concedidos, à época, às indústrias (1995: 11).

A Embratur começou a criar “Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico”, incentivando as instituições estaduais e municipais a criarem infraestrutura, visando o aproveitamento turístico dos recursos naturais do país.¹⁰⁰ O importante era valorizar as diferenças e a competitividade entre os locais detentores de atrativos turísticos. Nesse sentido, a Embratur estabeleceu o “Plano de Prioridades de Localização de Hotéis de Turismo”. Entretanto, envolveu indistintas atividades turísticas localizadas em todo o país, como: no Distrito Federal, nas capitais dos estados e territórios; estâncias hidrominerais, estações climáticas, cidades históricas e

⁹⁹ Segundo o art. 19º do Decreto nº 55, de 18/11/66, os recursos viriam do adicional de 20 a 35% da venda do selo de turismo (série especial) impresso pelo Departamento de Correios e Telégrafos e de créditos suplementares; aportes público e privado: juros e amortizações de financiamentos. (Cruz. 2000: 65).

¹⁰⁰ A Lei Nº 6.513, de 1977, art. 38º.

nos balneários; nas adjacências de aeroportos internacionais e dos eixos viários de interesse turístico; nos *parques nacionais* e nas áreas detentoras de ocorrências naturais excepcionais e de interesse turístico [grifo nosso].¹⁰¹ Com tantas prioridades e, apesar da menção aos parques nacionais, os organismos ambiental e turístico não conseguiram estabelecer projetos que assegurassem tal objetivo. Como nas gestões anteriores, o governo canalizou grande parte dos recursos para o setor hoteleiro, em detrimento do restante das atividades.¹⁰²

Em 1974, a Embratur convidou jornalistas e especialistas do turismo na França para analisarem o seu material informativo e promocional, sendo certo que dos mesmos não constava o tema ambiental. Segundo a reportagem “Apelo e Aplauso” da revista *Embratur*: “O grupo ressaltou a importância de, nas fotos de praias da Bahia, usar-se realmente a praia, ou um saveiro, como moldura ou cenário. O *argumento feminino* deve ser sempre enquadrado, numa paisagem” (1974). [grifo da reportagem]. Os analistas indicaram que nas imagens do Rio de Janeiro grifadas nesse trabalho: “(...) uma foto de dois passistas, num desfile de carnaval, obteria muito melhor efeito do que uma cena de balé, no Teatro Municipal”. Quanto à Foz de Iguaçu: “merece relevo o fato de poder contemplar-se o espetáculo das quedas d’água, no conforto da varanda de certos hotéis locais. Isto é particularmente fascinante para o norte-americano, sempre disposto a pagar caro para obter maior comodidade”. No que diz respeito à Amazônia, disseram que esse seria o maior produto turístico brasileiro, observando que a piranha deveria representar a riqueza dos rios amazônicos: “É o peixe que mais excita a imaginação do europeu, que dele já tem uma noção meio romântica de exotismo e ferocidade”. Segundo os jornalistas:

“Uma onça pintada também veicularia bem e ajudaria a promoção, especialmente se houvesse um mínimo de vegetação ao seu redor. A fotografia de uma banhista, de corpo inteiro, aumentaria a força de comunicação. Indispensável, entretanto, que ela fosse localizada numa praia com areia, sol e rio; de outra forma não teria *apelo*”. [grifo da reportagem].

¹⁰¹ Resolução CNTur 31, de 10/04/1968.

¹⁰² O governo criou o Fundo Geral de Turismo, em 1971, para financiar obras, serviços e atividades (Cruz, 2000).

Reforçaram que a relação entre o “selvagem e o moderno” era excelente e recomendaram nomear os peixes, frutos e pássaros focalizados, pois os turistas mostram, ao retornar ao seu país, as fotos “dos lugares visitados, entremeando a apresentação com nomes exóticos de animais e plantas de placas distantes”.

O interesse nesse tipo de análise se deve ao desdobramento posterior, sobretudo, no que se refere à prática turística. O Brasil tem inúmeros ecossistemas e uma diversidade de atrativos turísticos, os quais, por si, não asseguram a demanda dos países desenvolvidos. Para satisfazê-la, é necessário facilitar o acesso aos destinos turísticos; oferecer passeios seguros, guias capacitados e transportes a preços mais competitivos; recepcionar os turistas em hotéis com equipamentos e serviços de padrão internacional. É preciso, também, selecionar os turistas que se quer receber. Nesse sentido, a Embratur optou por divulgar imagens do Brasil em que predominava o “*argumento feminino*” no meio natural e urbano. Em decorrência disso, passou-se a receber não só o turismo de “*sol e praia*”, mas também outros segmentos de turismo, como o sexual.

A partir dessas medidas, observou-se um incremento no fluxo do turismo, apesar da crise mundial do petróleo em 1973. Se em 1970 entraram 249.900 turistas no país, em 1974 foram 480.267, em 1978 o número duplicou para 784.316 e em 1979 subiu para 1.081.799.¹⁰³ Tal aumento coincidiu com a abertura dos aeroportos internacionais no Norte (Manaus e Belém) e Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador).

Em 1980, o Banco do Brasil abriu uma linha de crédito de cerca de US\$ 50 milhões para estimular a captação do mercado norte-americano (Seabra, 2001: 18). Nesse ano, entraram no Brasil cerca de 1.625.422 turistas. Em 1982, objetivando promover o turismo nacional, a Embratur acordou com o Ministério do Trabalho organizar viagens mais baratas na temporada baixa, para os trabalhadores brasileiros.

¹⁰³ Anuário Estatístico da Embratur (2001: 13).

Para se ter uma idéia, em 1967 existiam 16.313 quartos ou unidades habitacionais no país, em 1987 esse número cresceu para 120.000. Quanto à rede hoteleira, em 1967 a Embratur classificou 164 hotéis e, em 1987, cerca de 1.980. Desses, 70% foram construídos com incentivos fiscais e/ou financeiros do governo. Segundo Mário Beni, comparativamente, no final dos anos 1960 o Brasil tinha 180 mil leitos não classificados, os Estados Unidos cerca de 4 milhões e a Argentina, 700 mil leitos (In: Cruz, 2000: 56).

Entre os anos de 1970 e 1980, o fluxo migratório cresceu no país, progressivamente, rumo às regiões Sul e Sudeste, devido à concentração das atividades industriais e de serviços. Nos centros mais populosos, em especial no final dos anos 1980, começou-se a observar um movimento de moradores urbanos para as áreas naturais durante o tempo livre. Começou-se a visitar os Parques Nacionais de Iguaçu (PR), Itatiaia, Tijuca e Serra dos Órgãos (RJ), Brasília (DF), afora as áreas naturais privadas no Pantanal e na Amazônia, essas últimas com menores índices de turismo. Como explica Rodrigues, “o urbano precisa ser compreendido como modo de vida que, ao mesmo tempo em que dilapida/esconde elementos da natureza, propõe o seu reencontro pela atividade turística relacionada à paisagem natural” (2001: 30).

Tal movimento incentivou o governo Sarney (1985-90), a criar a Comissão Técnica Nacional Embratur-Ibama, para elaborar o Projeto de Turismo Ecológico. Em 1994, o governo federal lançou as “Diretrizes para a Política de Ecoturismo” (Embratur; Ibama, 1994). As atividades de ecoturismo já vinham sendo praticadas pelas comunidades do entorno às áreas conservadas e pelos turistas naturalistas, especialistas e “*mochileiros*”, como ocorrera na Costa Rica entre os anos 1970 e 1980. Desde então, os locais aprazíveis foram qualificados de “exóticos”, “preservados” e “paradisiacos” nos pacotes turísticos.

A nova configuração territorial do turismo: entre o público e o privado

Na gestão Collor de Mello (1990-1992) a organização governamental do turismo passou por uma nova mudança. Com a extinção do Ministério de Indústria e Comércio, a Embratur, nomeada como Instituto Brasileiro de Turismo, foi vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, em 1990.¹⁰⁴ O decreto de criação encarregou-o de “democratizar o acesso ao Turismo Nacional, de diferentes segmentos populacionais, para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo”. Outro objetivo era a de “reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda”. Uma meta ambiciosa frente ao grave quadro de desigualdades socioeconômicas e culturais do país.

Para cumprir as determinações constitucionais, o governo federal adotou a estratégia da “descentralização controlada”, nas palavras de Becker (1995). Disso resultaram ações paralelas, conflitantes ou mesmo complementares entre as instâncias federal, estadual e municipal e as políticas setoriais.¹⁰⁵

A transformação do setor em um dos vetores de crescimento econômico exigia a superação de uma série de dificuldades. Para se ter idéia, em 1980, o turismo no Brasil correspondia a 0,6% do fluxo mundial, e no final da década, em 1990, declinou para 0,24%. A sua cotação na receita mundial baixou de 1,8% em 1980 para 0,57% em 1990 (Becker, 1996: 185). Em 1980 entraram 1.625.422 visitantes e, em 1990, esse número diminuiu para 1.091.067 (Embratur, 2001: 13).¹⁰⁶

¹⁰⁴ Lei nº 8.181 de 28/03/1991.

¹⁰⁵ Lima Neto (2002: 140), ao analisar a Lei Orçamentária de 2000, observou que as atividades de turismo se distribuíam entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia, encarregado de realizar estudos de viabilização dos procedimentos para a implantação de pólos de ecoturismo; do Meio Ambiente, para implantar a infra-estrutura dos mesmos; da Cultura, para capacitar instrutores e guias culturais em áreas de interesse turístico-cultural; do Trabalho e Emprego, para qualificar agentes de turismo nos municípios.

¹⁰⁶ No período 1980-92, a taxa média anual de crescimento do setor brasileiro era a mais baixa de alguns países da América do Sul: Brasil (2%), Colômbia (3,1%), Uruguai (3,2%), Venezuela (8,1%) e Chile (10,6%). (Seabra, 2001: 19).

Algumas questões poderiam estar influenciando nesses índices, tais como: distância aos mercados emissores da Europa e dos Estados Unidos; o elevado custo das tarifas aéreas (superiores às tarifas cobradas pelo México e Caribe, por exemplo); a articulação inadequada da rede interna de vôos; e, insuficientes investimentos, públicos e privados, em *marketing* e promoção turística, infra-estrutura de hotelaria, transporte, animação turística e na capacitação humana. Outras dificuldades residiam na intensa divulgação do desmatamento da Amazônia, na violência no Rio de Janeiro e na inflação elevada (Becker, 1996: 185). Dali em diante, um dos principais objetivos do setor seria buscar a reversão desses fatos.

Ainda assim, em 1991, o turismo representou 2,5% do PIB brasileiro, cerca de 1,8% dos investimentos totais da economia e empregava 2,6% da PEA nos serviços. Superou a receita da exportação do café, farelo de soja, suco de laranja e ocupou o quinto lugar na pauta de exportação brasileira (Becker, 1995: 5-6).

Tendo em vista o potencial existente nos atrativos turísticos da costa litorânea, especialmente praias, alguns governos do Nordeste vislumbraram no turismo a saída econômica para os seus estados. Tinham necessidade de superar os problemas decorrentes da seca, um condicionante físico limitante no crescimento da agropecuária, para encontrar a saída para o processo de exclusão da industrialização que configurava o modelo do crescimento do país concentrado no Sul e Sudeste.

O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado nordestino a implantar um complexo turístico, em 1971. Nos anos seguintes, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia adotaram a idéia e o que era um projeto setorial local, a partir de 1992 inseriu-se na política de turismo regional e nacional. O governo estadual do Rio Grande do Norte, tendo em vista a implantação do “Parque das Dunas - Via Costeira”, desapropriou 8,5 km de praia e, com o financiamento federal, buscou atrair

investidores privados. Em 1999 dez hotéis entraram em funcionamento (Cruz, 2001: 90).¹⁰⁷

Outros projetos se seguiram como o do Complexo Turístico “*Sauípe*”, do Grupo Odebrecht (empresas de construção civil). Essa área de 1.750 hectares situa-se a 90 quilômetros de Salvador - BA e foi designada de “Zona Turística Especial” pelo governo da Bahia, que construiu a auto-estrada denominada “Linha Verde” (BA-099) para facilitar o acesso (Guthery e Phillips, 2000: 189). No projeto original o Complexo conforma cinco empreendimentos, dos quais só o “*Beach Village*” encontra-se na fase final de implantação. Segundo esse projeto inicial, a meta é construir, em 172 hectares de superfície, cinco hotéis de cinco estrelas das cadeias internacionais *Marriott* (*Marriott* Hotéis e *Renaissance Resorts*), *Accor* (*Sofitel* e *Mercure*) e *SuperClubs*. Afora esses, constarão algumas pousadas, lojas comerciais e um complexo esportivo (Guthery e Phillips, 2000: 191).¹⁰⁸

Para incluí-lo na concorrida oferta internacional, os dirigentes optaram por atividades de turismo ecológico e cultural. Uma experiência dessa grandeza difere das operações de menor porte no Brasil e na Costa Rica. Talvez as atividades ali desenvolvidas sejam as do turismo de massa e o prefixo “ECO” sirva para atrair os turistas “verdes”. Caso desejem, podem prescindir da visita às cidades ao redor para permanecerem em segurança nessa “bolha ambiental”.

Para viabilizar tais iniciativas e incrementar o turismo na região, o governo federal (Sudene e Embratur) e estaduais da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão criaram em 1991, o “Programa de

¹⁰⁷ Para se ter idéia do movimento turístico, em 1980 o número de embarques e desembarques no aeroporto de Natal, capital do estado, era de 161.920 viajantes. Em 1985, cresceu para 201.698 com a inauguração dos primeiros hotéis e, em 1990, subiu para 418.226. Embora o aumento não se vincule diretamente ao turismo, mas a distintos interesses de viagem, indica a influência do setor hoteleiro no fluxo turístico (Cruz, 2001: 90).

¹⁰⁸ Em 1998, o Fundo de Pensões do Banco do Brasil (Previ) adquiriu a propriedade e o conceito do “*Beach Village*”, um projeto em que constam cinco hotéis (de quatro e cinco estrelas) com 1.500 UH, uma réplica do Pelourinho (centro remanescente da arquitetura colonial de Salvador), seis pousadas com 150 UH, restaurantes, lojas, igreja, auditório para eventos, centro de equitação e trilhas para andar a cavalo, campo de golfe, clube de tênis e quadras de esportes. (Guthery e Phillips. 2000: 191).

Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste” - Prodetur – NE (Becker, 1996: 22). Três anos depois, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, repassou US\$ 1,6 bilhão ao Banco do Nordeste para financiar as obras de saneamento, a rede viária etc dos governos estaduais (Cruz, 2001: 113). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES financiou a iniciativa privada.

Segundo Becker, o aumento do número de turistas e da taxa de permanência desses, induziram novos investimentos na infra-estrutura do turismo e geraram empregos e renda no Nordeste (1996: 22). Os pólos turísticos (Linha Verde, Costa Dourada e Costa do Sol Poente) deram ao setor as condições para competir internacionalmente (Cruz, 2000: 135). Com essas medidas, em 1994, o país recebeu 1,7 milhão de turista. A renda de US\$ 1,9 bilhão correspondeu a 2,76% da composição do produto interno bruto - PIB. Nesse ano, o setor ocupou o 4º lugar na pauta de exportação e o Brasil o 46º lugar dentre os países receptivos.

Diversificação turística no final do século XX

Na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), procurou-se fazer do turismo uma das formas de geração de emprego e renda. Segundo explicou o Presidente, ao assumir o governo em 1995 “o Turismo era um setor importante para alavancar o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil, o fomento da atividade passou a ser prioritário” (Embratur, 2002: 5).

O turismo mostrou-se vantajoso para o governo brasileiro por dispor de uma elasticidade maior que os demais setores da economia nacional. Assim, o governo procurou reproduzir o modelo do Nordeste para as demais regiões, oferecendo condições de desenvolvimento do setor. Para isso, nos pontos mais significativos para o turismo, era preciso modernizar os aeroportos, implantar as redes de saneamento e os aterros sanitários, melhorar as vias rodoviárias, recuperar o patrimônio histórico e as áreas ambientais e lançar campanhas de divulgação e promoção, nacional e

internacional.¹⁰⁹ Além de criar novos destinos turísticos, incluindo a Amazônia e o Pantanal.¹¹⁰

Com as pesquisas indicando o perfil, a motivação, as cidades e os locais mais visitados, o tempo de permanência e o gasto médio por turista e países, desde 1971, segundo Marco Lomanto, Diretor de Marketing da Embratur, a campanha brasileira no exterior procurou chamar a atenção para a prática do turismo no Brasil com o slogan “*se viajar é a sua paixão, o Brasil é o seu destino*” (entrevista em 15/11/02). Essa campanha foi lançada nos Estados Unidos, Reino Unido e França. Foram deixados de lado os principais países emissores como Argentina, Uruguai, Chile, Alemanha, Itália e Portugal. A campanha destacou inúmeros segmentos turísticos (aventura, ecoturismo, compras, negócios e outros), estilos de viagem (lazer em família, negócios, lua-de-mel, terceira idade) e patrimônios cultural, natural e histórico. Sem apelar para o “*argumento feminino*”, as imagens mostram locais aprazíveis, pessoas praticando esportes, bailes folclóricos, arte barroca, frutas tropicais e outros.¹¹¹

Segundo Iasbeck, para realizar uma campanha de *marketing* é “imprescindível conhecer os consumidores e suas necessidades, não só para provê-los, como também para criar outras expectativas, que possam ser satisfeitas com novos bens de produção, realimentando dessa forma, o sistema produtivo” (2002: 20). O Brasil não destacou os parques nacionais e as áreas conservadas nos destinos turísticos, como o fez a Costa Rica e, ao invés de focalizar um certo número de segmentos, procurou satisfazer quase todos os segmentos do mercado turístico.

¹⁰⁹ A Embratur realizou campanhas de marketing e criou comitês técnicos “*Visit Brazil*”, nas embaixadas brasileiras dos Estados Unidos e da Inglaterra e França. Em 1995 ela investiu 1,7 milhão de dólares em marketing, 10,1 milhões em 1997, 7,0 milhões em 2000 e 4 milhões em 2001 (Embratur, 2002: 27). Tal investimento é menor do que o cálculo da OMT de 2,5% da receita cambial, correspondente a US\$ 80 milhões de dólares no total.

¹¹⁰ A Embratur investiu também na capacitação de recursos humanos em ecoturismo e na melhoria da infraestrutura básica e de acesso aos empreendimentos (Cruz, 2001: 77).

¹¹¹ A matéria feita sobre o Brasil pela revista “*Condé Nast Traveler*” foi divulgada nos Estados Unidos e Inglaterra. Na Espanha, a agência de viagens Viva Tours passou a promover destinos turísticos brasileiros. Em Paris, por um ano, o Parque Futuroscope apresentou um filme sobre o Brasil aos 3,5 milhões de visitantes.

Para favorecer a entrada de grupos multinacionais do setor hoteleiro e outros, o governo brasileiro refez os regulamentos do setor de viação aérea e criou uma legislação favorecendo a entrada de navios em cruzeiros multinacionais. Procurou também incentivar a entrada do turismo internacional e a permanência do nacional, visando aumentar a diferença entre turismo emissivo e receptivo. Conforme explicou Marco Lomanto, a idéia era fazer com “que os brasileiros conhecessem a sua casa antes de viajar para o exterior” (entrevista em 15/11/02).¹¹² Em suas palavras:

“Mas então você regionaliza as campanhas fazendo com que o brasileiro valorize os fazeres do Brasil: ‘ecoturismo’, ‘turismo aventura’, ‘melhor idade’. (...) Então ao nível interno, era fazer com que o consumidor brasileiro descobrisse os ‘fazeres’ do Brasil e descobrisse que era barato viajar pelo Brasil. Que também era importante procurar as agências de viagem, procurar os seus pacotes”.

Em 1987, o Brasil sitiou-se, na classificação mundial de turismo receptivo no 38º lugar e, em 1999, subiu para o 28º lugar. Nesse ano, cerca de 52 milhões de turistas nacionais e 5,3 milhões de internacionais geraram uma renda de US\$ 22,3 bilhões, equivalendo a 4% do PIB.¹¹³ Com isso, em 1999 o turismo alcançou o terceiro lugar na pauta de exportação do país, com cerca de US\$ 4,228 bilhões.¹¹⁴

O maior fluxo turístico internacional, em 2001, era originário dos países da América do Sul, como a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile e, entrava pela rodovia de Foz do Iguaçu (Paraná) e pelo aeroporto de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), dali dirigindo-se para o litoral Sul (Florianópolis e adjacências), Sudeste (Rio de Janeiro) e Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza) (Becker, 1996: 187).

¹¹² Nesse sentido, a Embratur fez as campanhas: “Brasil, meu Brasil brasileiro”; e, “quanto mais a gente conhece, mais a gente gosta”.

¹¹³ Dados a predominância da informalidade e o envolvimento com 52 setores da economia, torna-se difícil mensurar o impacto econômico do turismo. Praticamente, avaliam-se os dados das agências de viagem, empresas de transportes aéreo e marítimo e o setor hoteleiro. Esses conformam a parte visível do setor que, em 1995, empregou 5,8 milhões de pessoas, equivalendo a 7,83% da PEA (FAPE -UFPE, 1998: 9).

¹¹⁴ Material de transportes está em 1º lugar (US\$ 9.394 bilhões), produtos metalúrgicos em 2º (US\$ 5.896 bilhões). soja em 4º (US\$ 4.149 bilhões), produtos químicos em 5º (US\$ 4.067 bilhões), minérios em 6º (US\$ 3.255 bilhões) e. máquinas e aparelhos mecânicos em 7º (US\$ 3.109 bilhões).

O censo da Embratur, em 2001, apresenta o aumento no número de turistas norte-americanos, canadenses e alemães para os estados do Mato Grosso do Sul (Pantanal), Amazônia e Pará (Floresta Amazônica), possivelmente interessados no “turismo na natureza”. Como é um segmento específico, pode-se deduzir a procura pelo Pantanal e a Floresta Amazônica nestes estados, mas não para o resto do país. No caso, o ecoturista pode praticar outras atividades, não sendo comum que o turista convencional pratique o ecoturismo. A motivação de visita às áreas naturais conservadas pode ser conhecida em casos específicos, como se verá a seguir com os Parques Nacionais do Vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguazu, no Brasil que são o objeto desse estudo.

CAPÍTULO IV

TURISMO NOS PARQUES NACIONAIS VULCÃO POÁS E DO IGUAÇU

O presente capítulo tem por objetivo analisar as condições de recepção e o incremento do número de visitantes nos Parques Nacionais Vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguaçu, no Brasil, os roteiros de turismo em que esses estão inseridos, além de conhecer as atividades de lazer ali praticadas pelos turistas.

Para compreender o significado das ações de lazer realizadas em tais locais, parte-se da premissa de que esse tipo de atividade econômica faz parte dos sistemas de produção e consumo da contemporaneidade que, num certo sentido, vêm transformando os “recursos culturais em experiências pessoais e entretenimento pago”, quando as “*imagens*” e as “*emoções*” são tidas como mercadorias, como argumenta Rifkin (2000: 187). Nesse processo, que se acelera com a expansão do capitalismo, no final do século XX, sobressai a diversificação dos serviços e, no caso do turismo, observa-se a sua fusão com o entretenimento. Novos espaços turísticos são cuidadosamente construídos como cenários para o entretenimento de hóspedes ou visitantes, enquanto os locais públicos, de interesse cultural e ambiental, convertem-se em “zonas de acesso” reservadas aos que podem pagar.

4.1 O desenvolvimento turístico do Parque Nacional Vulcão Poás

Dentre as pesquisas para identificar o perfil dos turistas que visitavam o Parque Nacional Vulcão Poás, cita-se a de Valenciano et al., realizada em 1981.

Segundo a investigação, a maioria dos turistas entrevistados era nacional e se dirigiu ao Poás para conhecer ou rever a cratera e, secundariamente, apreciar a paisagem do entorno. Poucos estavam interessados em verem o bosque e a Lagoa Botos. Grande parte respondeu que o importante, naquele passeio, era contemplar o atrativo principal do parque e desfrutar com os amigos ou a família das áreas de piquenique situadas ao lado do Centro de Visitantes.

Durante o ano de 1983, o Serviço de Parques Nacionais registrou a entrada nos parques do país de 60.266 turistas, uma cifra que cresceu, em 1994, para 700.434 pessoas. De certa forma é uma decorrência do Premio Nobel da Paz recebido, em 1985, por Oscar Arias. Nos anos posteriores, a crise econômica mundial afetou também a Costa Rica e, por sua vez essa atividade. Em 1996, o número de turistas (455.071) caiu para um pouco mais que 50% em relação a 1994. Em função disso, o organismo ambiental disponibilizou, a partir desse ano, novas áreas para o desenvolvimento dessa atividade, verificando-se no ano seguinte, a entrada dos visitantes nos Parques Nacionais *Las Baulas*, *Guanacaste*, *Caño Negro* e *Hitoy Cerere*. Já no final da década de 1990, a recuperação econômica mundial trouxe uma melhoria para esse setor, que recebeu um número de turistas superior àquele verificado em 1994 (810.098 turistas), dos quais cerca de 40% eram estrangeiros. Dentre todos, o Parque Nacional Vulcão Poás foi o que recebeu o maior número, cerca de 242.669 turistas, correspondendo a 29,95% do total das áreas, mantendo-se no primeiro lugar desde o início dos anos 1980.¹¹⁵

Analisando-se a entrada do turismo nas áreas naturais conservadas dos setores privado e público da Costa Rica, observa-se que, desde 1987, mantém-se mais ou menos a mesma preferência. As mais visitadas têm sido, na área privada, a Reserva Biológica de Monteverde e a Estação Biológica *La Selva* e, na área pública, os Parques Nacionais Vulcões Poás e *Irazú*, *Manuel Antonio*, *Cahuita*, *Carara*, *Tortuguero* e

¹¹⁵ Os dados estão registrados em documento (mimeografado) do Sistema Nacional de Áreas Conservadas, do Ministério do Ambiente e Energia de 1999.

Vulcão Arenal. Indagado sobre tal predileção, no ano de 2001, o biólogo e guia Gabriel Rivas Ducca argumentou:

“(...) Lo que hemos visto es un fuerte aumento de visitas a algunos sitios específicos, como los Parques Nacionales Volcán Poás y Tortuguero y algunas playas de Guanacaste como la de Conchal. Algunos parques nacionales talvez sean los más conocidos como lo de Carara, porque están más cercanos y porque, en términos logísticos, se tornan más fáciles por la oferta de servicios.¹¹⁶ Pero, en realidad hay muchas zonas que todavía siguen básicamente sin recibir turistas. Entonces, creo que aumento un poco el número de destinos y de posibilidades, pero siento que lo que más hubo fue una carga más grande sobre algunos sitios”. [entrevista em 25/02/01]

Para Alberto Sanchez, do Instituto Costarricense de Turismo, há uma predileção de 20 anos dos turistas pelo Poás, devido a muitos fatores:

“El Volcán Poás es un destino cercano, es un destino que se hace en un mismo día (...) y, generalmente, las agencias de viajes luego combinan con otro tipo de destino. (...) Pero, una de las cosas que siempre hacen, casi unos 90% de los visitantes que vienen a Costa Rica hacen eso, es de irse a los volcanes. (..) ¿Por que? Porque son paisajes llamativos, son paisajes diferentes. Y el cambio del perfil de los visitantes se nota y la gente que llega ya no es necesariamente la gente que viene a ver una especie o algo específico como si venían hacia diez años” [entrevista em 01/03/2001].

Em seu entendimento, mais do que um atrativo turístico localizado próximo às maiores cidades do país, como cenário paisagístico o Vulcão Poás exerce grande atração, especialmente, com a mudança no perfil dos visitantes e, por conseguinte, na oferta de atividades no mercado. Indagou-se se a transformação turística pela qual passava o país não indicaria uma diminuição no interesse do turista por destinos naturais como o Poás, e ele respondeu:

“(...) Que la gente que vaya al Volcán Poás o a Monteverde o a cualquier otro atractivo de naturaleza que Ud. quiera mencionar, no tenga interés por naturaleza, yo no creo en eso. Yo creo que la gente, desde que venga a Costa Rica y, compra esa imagen de destino de naturaleza es porque quiere estar al menos dentro de un paisaje

¹¹⁶ O Parque Nacional Carara é uma das áreas prediletas para observação de pássaros.

natural diferente a donde ellos están.

(...) La gente, por lo menos los que vienen a Costa Rica, y que vienen de tres estados Texas, La Florida y otro de los EUA, esa gente al menos tiene una expectativa de viaje que está relacionada con un destino prístino o diferente. No tan prístino, pero diferente en forma de naturaleza. ¿No? Si él escoge Costa Rica y no a cualquier otro país del mundo para tomar sus vacaciones es porque Costa Rica tiene algo que ofrecer. ¿Verdad? Y eso no solamente está relacionado con naturaleza. ¿Verdad? Está relacionado con naturaleza, la diferencia y servicios turísticos más bien.” [entrevista em 01/03/2001].

Durante o ano de 1999, o Serviço Nacional de Áreas de Conservação (antigo Serviço de Parques Nacionais) realizou pesquisas junto aos visitantes de 25 áreas naturais conservadas, para conhecer o perfil dos turistas, definir a sua percepção acerca da área visitada e conhecer os canais apropriados à transmissão de informações, além da disposição a pagar por serviços prestados (Gutierrez; Jimenez, 2000: 12-14). De certa forma, tal pesquisa guarda semelhanças com aquela realizada em 1981 por Valenciano et al.

Constatou-se que a maioria dos visitantes tinha formação universitária (em especial estrangeiros) e havia sido informada sobre essas áreas por amigos ou parentes, depois pela Internet, livros e guias turísticos. Essa parcela viajava de forma independente das agências de turismo, só ou com amigos e parentes. Outros viajavam em excursões turísticas. Grande parte dos turistas apontou os seguintes fatores como motivo de viagem: a recreação, a observação da beleza cênica e, depois, o conhecimento dos recursos naturais. Eles utilizaram a infra-estrutura de trilhas, mirantes, estacionamentos, áreas de piquenique e sanitários. Ao serem indagados acerca do possível aumento da taxa de entrada, os turistas estrangeiros não se opuseram, desde que isso ocorresse em áreas protegidas de difícil acesso e recursos naturais relevantes (Gutierrez; Jimenez, 2000: 14).

O atrativo turístico Vulcão Poás

Os elementos naturais ou culturais passíveis de provocarem deslocamentos de pessoas são denominados de atrativos turísticos, devido aos valores cênico, cultural ou ecológico (cenário paisagístico do parque nacional), ao uso terapêutico (estações termais) ou por serem pontos de encontro e lazer (parques temáticos), dentre outros motivos.

As empresas de turismo na Costa Rica, de um modo geral, vêm oferecendo viagens cujos atrativos são os vulcões, tidos como exóticos. Nelas são incluídos os sobrevôos de avião ou passeios às proximidades das crateras. Dentre esses vulcões, o Poás vem atraindo a atenção dos costarriquenhos há mais de um século (Fotos 1 e 2). Entretanto, o aumento no número de visitantes só ocorreu com a melhoria do acesso, a disponibilidade do transporte público e a venda do produto turístico “Vulcão Poás” por parte das agencias de turismo.¹¹⁷

Nos anos 1970, o Serviço de Parques Nacionais implantou a infraestrutura de recepção turística do Parque Nacional Vulcão Poás, conforme as normas internacionais, no sentido de atender ao público nacional e estrangeiro (Fotos 3 e 4). Como esclareceu Miguel Cifuentes, em decorrência da transformação dessa área de uso público, não só a visita ao parque foi incrementada como mudou o perfil do visitante:

“(...) La situación de Poás es muy especial. Poás fue altamente modificado cuando se decidieron hacer las inversiones que se han hecho para mejorar la carretera y poner todas las instalaciones que se hizo para recibir los visitantes. Esto influyó en el carácter de la visita a Poás, sin duda. Cualquier otra área va depender de estas facilidades de que se reciba ciertos tipos de visitantes.” [entrevista em 16/01/01].¹¹⁸

¹¹⁷ O ônibus da empresa TUASA sai diariamente de San José às 8:00 da manhã, chega às 10:00 no parque e retorna às 14:00. Na temporada alta a empresa disponibiliza dois veículos para atender a esse público.

¹¹⁸ Miguel Cifuentes é um dos professores do CATIE, em Turrialba, e consultor internacional ambiental. Ele criou uma metodologia de capacidade de suporte que vem sendo empregada em algumas áreas naturais conservadas da Costa Rica, como o Parque Nacional de Carara. À época da entrevista, realizava junto com a sua equipe, estudos para determinar o ponto de equilíbrio financeiro do Parque Nacional Vulcão Poás.



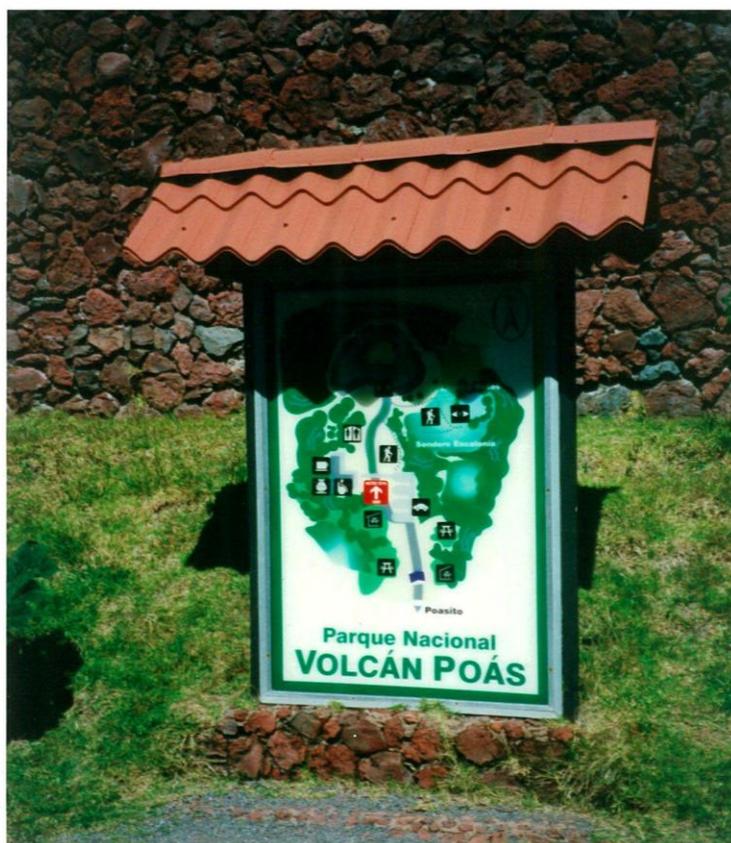
Fotografia nº 01 – Visitantes ao lado da cratera do Vulcão Poás no início do século XX (Foto do Arquivo da Biblioteca do Ministério del Ambiente e Energia, da Costa Rica).



Fotografia nº 02 – Turistas entrando no Parque Nacional Vulcão Poás na década de setenta (Foto do Arquivo da Biblioteca do Ministério del Ambiente e Energia, da Costa Rica).



Fotografia nº 03 - Turistas no mirante da cratera do Vulcão Poás, em janeiro de 2001 (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 04 – Placa informativa situada na entrada do Centro de Visitantes (Foto de Maria Luiza N. Paes 23/01/2001).

Situado a 2.700 m de altura e próximo às três maiores cidades do país, como San José (60 km), Heredia e Alajuela, o Vulcão Poás é caracterizado pela paisagem excepcional e pelos raros períodos de erupção intercalados com a sua aparente quietude, durante a maior parte do tempo.

O turista, ao sair dos centros urbanos de San José ou Heredia em direção ao parque, leva cerca de uma hora e meia para chegar no parque e de Alajuela até lá demora cerca de vinte minutos. Durante o percurso entre essa cidade e a área conservada ele observa que, gradativamente, o meio urbano vai ficando para trás e, na estrada da montanha ele passa por povoados, fazendas de gado e de plantio de morangos, café, samambaia e flores, até alcançar o parque.

Ao entrar, compra o seu passe e dirige-se ao estacionamento. Mas, para conhecer o Vulcão ainda é preciso percorrer a trilha até o Centro de Visitantes. Em meio à vegetação encontra uma passarela situada no segundo andar do edifício e, dali segue para o museu ou a loja de café ou prossegue rumo à cratera, na estrada em frente (Fotos 5 e 6).

Nos anos 1990, após a reforma desse edifício, a instituição ambiental resolveu ceder, sob regime jurídico especial, o uso de duas salas para empresas do setor privado que ali instalaram, respectivamente, a loja de souvenir e a cafeteria. À época da pesquisa, o SINAC estava estudando a possibilidade de ceder outras áreas a novas empresas, auxiliando-os no desenvolvimento desse tipo de atividade no parque.

O turista percorre a pé cerca de seiscentos metros até a cratera, por um caminho asfaltado e íngreme. Algumas pessoas têm dificuldades respiratórias, devido à altitude de 2.500 m e, esporadicamente, à emissão de gases. No entanto, a visão panorâmica desde o mirante, em cima da borda da cratera principal com 1,5 km de diâmetro, parece compensar o esforço.



Fotografia nº 05 – Vista da entrada do Centro de Visitantes (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 06 – Vista do mirante da cratera do Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001)

Em um dia claro nos meses secos do ano (fevereiro, março e abril), pode-se vislumbrar um cone côncavo e no centro, a 300 m de profundidade, uma lagoa sulfurosa de cor turquesa (Foto 7). A visão é tão surpreendente que uma turista argentina exclamou: “*eso es artificial, no es verdadero*”. Não acreditava que os ácidos colorissem a água depositada pela chuva, daquela forma.¹¹⁹ Muitos se extasiam diante da magnificência e beleza da cratera, sobretudo pelo contraste entre a lagoa colorida e as paredes cinza terrosas marcadas por veios de enxofre, que a deixam com pedaços coloridos de amarelo e laranja-avermelhado. Ao Norte e, contíguo à esquerda, situa-se o Cone Von Frantzius, uma cratera convexa inativa e, ao Sul, a 1,5 km acima da cratera principal, encontra-se a Lagoa Botos, ao fundo de outra cratera côncava, mas essa se encontra inativa e recoberta com a vegetação (Foto 8).

Algumas pessoas manifestam o seu temor ao perceberem as emanções dos gases que sobem em colunas, ao redor e dentro da cratera principal (Fotos 9 e 10). Como disse José, turista norte-americano de 72 anos:

"Cuando ves el volcán con el agua llena de azufre y dices: ¿Será posible que este dormido? Y, el fuerte y tremendo destrozo que puede hacer... Es como cuando ves un toro que está sentadito y sabes que si se levanta va a matarlo" [entrevista em 31/10/01].

No período seco, o clima local varia entre 8°C, na madrugada, e 22°C ao meio dia. Mas chega a baixar de 0°C nos meses chuvosos. Como no início da manhã freqüentemente há névoa, os guias costumam prevenir os seus turistas dizendo que: “*Si conseguimos mirarla es una cuestión de suerte, si no, es una cuestión de naturaleza*” (Fotos 11 e 12).

¹¹⁹ No final dos anos 1960 o vulcão entrou em um período de quietude e a sua lagoa de cor negra transformou-se no turquesa atual (Plan Maestro Parque Nacional Vulcão Poás, 1974: 9).



Fotografia nº 07 - Vista da cratera do Vulcão Poás em um dia claro (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001)



Fotografia nº 08 – Vista da Lagoa Botos, em um dia claro (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 09 – Vista da cratera do Vulcão Poás em um dia nublado (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 10 – O contraste entre a área coberta por vegetação e a cratera do Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001)



Fotografia nº 11 – Início da chegada das nuvens que encobrem o Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).

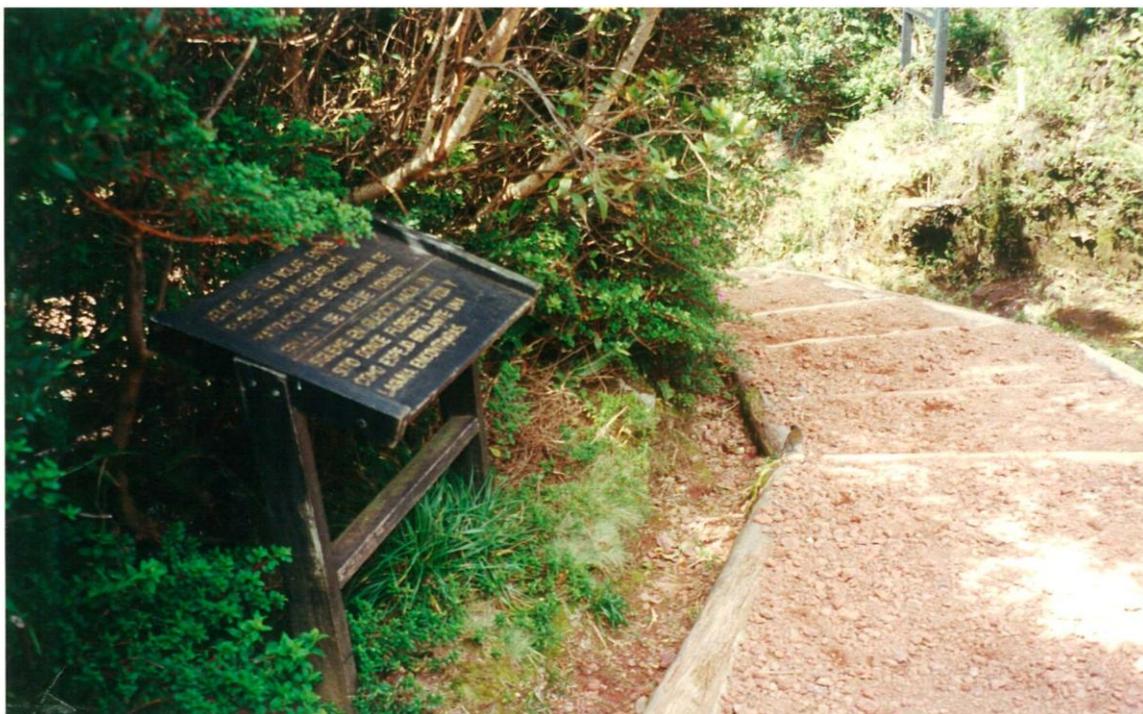


Fotografia nº 12 – O encobrimento da cratera do Vulcão Poás pelas nuvens (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).

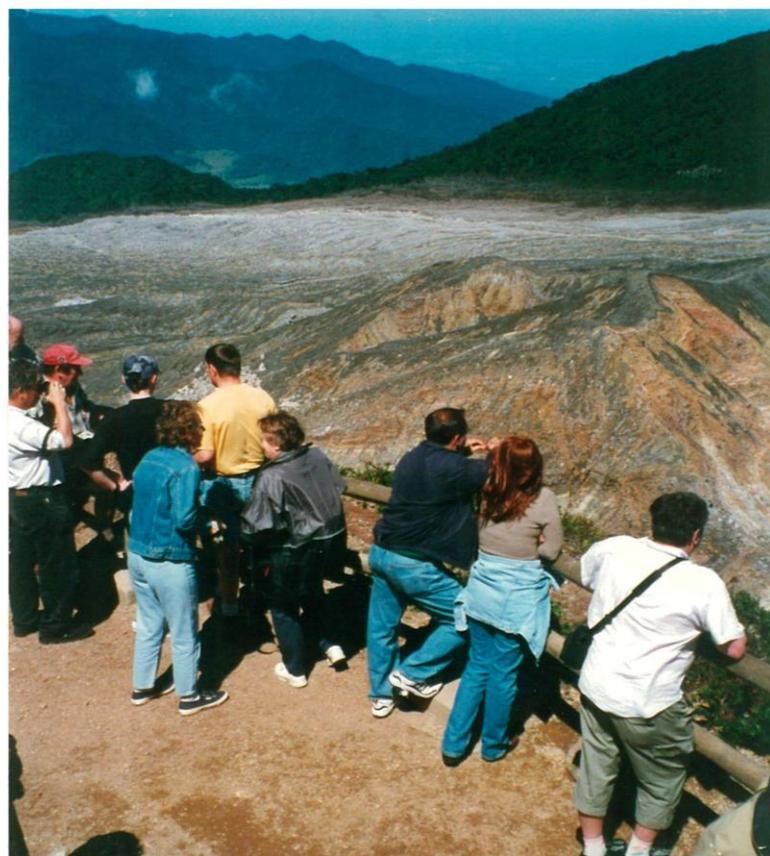
De fato é preciso sorte para se ver também, ao longe, o brilho das águas do Oceano Pacífico em meio ao topo das montanhas. Às vezes, isso requer tempo para esperar que os ventos vindos do Atlântico levem as nuvens. Na área da cratera, os ventos sopram os gases sulfurosos e os espalham em direção às províncias de San Roque de Grécia e Atenas, matando a vegetação, o que resulta numa paisagem desértica, de um lado, contrastando com a vegetação de um verde intenso, em certos lugares do entorno (Fotos 13,14,15, 16 e 17).



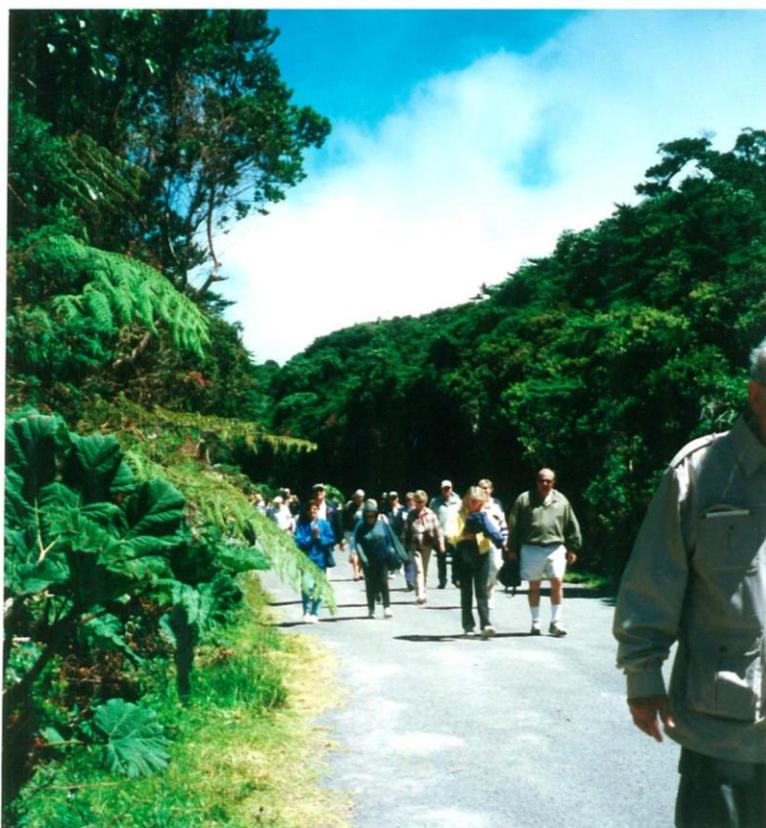
Fotografia nº 13 - Área atingida pelos gases sulfurosos do Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 14 – Vista da Trilha da Lagoa Botos (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 15 – Turistas no mirante da cratera do Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 16 – Turistas se dirigindo à cratera do Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).



Fotografia nº 17 – Guia e turistas no mirante da cratera do Vulcão Poás (Foto de Maria Luiza N. Paes - 23/01/2001).

O Parque Nacional Vulcão Poás nos roteiros turísticos

A complexidade na configuração de um novo produto turístico deve-se à concepção e venda de novos roteiros por parte das agências de turismo no mercado internacional e nacional, à participação conjunta de organismos governamentais e privados na criação do material a ser divulgado na imprensa, nos hotéis e nas agências de viagem e à preparação de guias de turismo para apresentarem o produto de forma adequada, motivando os consumidores. Nesse caso, interessa conhecer como as agências organizam os roteiros turísticos que passam pelo parque. Na atualidade, ao mesmo tempo em que cresce em todo o mundo a segmentação das atividades de turismo, a exemplo daqueles dirigidos às pessoas idosas, aos aventureiros, aos ecoturistas, aos viajantes de navios, aos desportistas e outros, intensificam-se as buscas por novos atrativos a serem agregados aos já conhecidos, ou configuram-se novos pacotes que, quase sempre, são os mais difíceis de serem introduzidos.

No caso do Vulcão Poás, alguns empresários vêm procurando imprimir uma diferenciação aos roteiros existentes, para que adquiriram a feição do “novo” e continuem na moda. Daí o interesse em adicionar um passeio à fazenda de café “Santa Edwiges” no início da manhã, o almoço na Reserva Privada “*La Paz Waterfall Gardens*” e o jantar na cidade de San José ou de Heredia, ao final da excursão.

Os prospectos de uma das agências, por exemplo, caracterizam-se pela abundância de fotos coloridas e pela “retórica” de apoio. As suas fotos não ressaltam o Poás, especificamente, ele é apenas um dentre os atrativos. As fotos de paisagens, animais e turistas na selva são reforçadas pelo texto, em uma composição que valoriza os elementos tidos como exóticos, dando a entender que o turista empregará bem o seu dinheiro, relaxando e vendo a verdadeira natureza bela e pura.¹²⁰: “Visite muitas atrações espetaculares... em um dia!” Ou: “Todas estas atrações e mais... nesta

relaxante experiência natural. Não esqueça isto! Absolutamente o melhor valor para o seu dinheiro!” E ainda: “Isso é puro entretenimento, pura natureza, pura beleza e acima de tudo ‘Pura Vida’”.¹²¹

Quanto às atividades anunciadas nos roteiros, ressalta-se a importância dos cenários paisagísticos. Devido à situação peculiar da Costa Rica, apresentada no Capítulo II, observa-se que os roteiros mais vendidos incluem vulcões e atrativos situados em regiões que se distinguem pelo clima, temperatura, topografia, fauna e flora. Nesse caso, o Vulcão Poás está incluído, no mínimo, em quatro operações turísticas regulares: (1) *Poás-Sarchí*, que leva o visitante inicialmente ao parque e depois à cidade de Sarchí; (2) *Poás-Sarapiquí*, que inclui o parque e o rio *Sarapiquí*, na cidade de *Puerto Viejo*, no Caribe; (3) o *4x1* (quatro em um) que inclui o parque, as *Cataratas La Paz* e *San Fernando, Selva Verde Lodge* e o *Rio Sarapiquí*; e, (4) somente *Poás*.

Para o consumidor, há pouca variação entre essas excursões oferecidas pelas agências. A escolha deve ser feita pela diferença de preço, a existência de vaga na excursão ou por um detalhe mostrado pelo vendedor ou nos folhetos de divulgação, como o local de almoço, o conforto e a segurança da operação turística. Contudo, é o bom produto que faz com que a agência alcance a melhor venda no mercado, como explica Alfredo Valverde, proprietário da agência *Ecoscape Nature Tours*:

“Yo puedo tener el mejor “brochure”, el mejor de todo que usted quiere. Ir a las agencias, a los hoteles, pero, si no está respaldado por un buen producto, entonces eso no funciona. Yo empecé con casi ningún dinero, comencé con muy poco. Realmente lo que sacó adelante el asunto era que la gente regresaba al hotel, a la recepción o a las agencias y decía que el tour era lindo. [...] En eso momento se empezó a “regar la borda”, como decimos en Costa Rica. Después fue el anuncio en periódicos y la cosa fue agarrando fuerza por sí sola, ¿verdad? Es interesante, se despegó en una velocidad que jamás me imaginé” [entrevista em 14/03/01].

¹²⁰ Considere-se que uma excursão como esta, que é diária, tem preços variados entre US\$ 50 para o nacional e US\$ 75 a US\$ 86 para o internacional, no modelo turístico convencional, mas chega a US\$ 200 nas operações de ecoturismo.

¹²¹ Tradução livre da autora do texto em inglês.

A excursão “*Poás-Sarchí*” foi desenhada há oito anos pela agência *Eclipse Tours*, uma das mais antigas da Costa Rica e especialista em excursões de um dia à cidade de San José e aos vulcões Arenal, Irazú e Poás, em diversas combinações. O passeio “*4x1*” (quatro em um) foi inventado em 1991 por uma agência que uniu as excursões do Poás e Sarapiquí e criou a denominada “*Viajes Uno*”. Posteriormente, essa excursão passou a ser vendida pela agência *Ecoscape Nature Tours* com o nome de “*Highlights Tour*”. Essa excursão, em que o turista pode conhecer diversos atrativos em um dia, tem grande aceitação. Daí se indagar do proprietário da agência que tipo de turismo era praticado no Poás e qual o público-alvo, ao que respondeu:

“(...) El "Highlight Tour", como dice la palabra "Highlight" quiere decir en español, lo que más sobresale. ¿Verdad? (...) No es un tour de carácter naturalista así puro, como decirle a Ud. que Ud. lleva en un tour a Carara. [...] Ese tour enseña al turista muchas cosas que hay en el país, obviamente con hablas naturalistas. Pero, yo insisto a mis guías que, por favor, no me hagan un tour con énfasis biológico, naturalista. Porque sino, mucho de la gente que va se queda perdida con esas cosas.

Es importante que hablen de la agricultura, de los diferentes tipos de... bueno, de aspectos culturales, de las áreas donde vamos y, obviamente, al ser Costa Rica un país ecológico, se le da mucho énfasis a la parte ecológica. ¿Verdad?

Pero si, el tour es para un público generalizado que quiere irse al país y a darse una idea de cosas que se ve en los documentales que salen de Costa Rica y que esta ruta lo muestra.” [entrevista em 14/03/01]

Essa excursão pode ser vista de um ângulo totalmente distinto por aqueles que trabalham com as questões ambientais, porque vêm nos parques a oportunidade de o turista conhecer o atrativo principal e também apreender alguns dados referentes à fauna e flora, dentre outros.

Quando, oportunamente, entrevistou-se Miguel Cifuentes, indagou-se acerca da qualidade da visitação à área, tendo em vista a exigüidade do tempo dos passeios dos turistas que vêm nas excursões dos navios “cruzeiros” e do “*4x1*”, ao que respondeu:

“(...) Llevo más de treinta años de profesión relacionados con manejo de área, manejo de visitante y eso no se hace. Eso es un turismo masivo irracional. [...] el interés de vender eso, de vender agroturismo combinándose con Poás y luego a Sarapiquí y regresan en un solo día...Claro, Costa Rica es pequeña, pero eso es un abuso. Yo no creo que se pueda mostrar debidamente un país, ni hay oportunidades de darles un mensaje claro de lo que significa el país propiamente. De cual es el valor ecológico de estas áreas y cual es, por el otro lado, la esperanza del país a respecto de esas áreas de las zonas turísticas, dentro de una cultura que es muy propia.

[...] Yo no estoy diciendo que hay que evitar los cruceros, yo creo que es una realidad que Costa Rica está teniendo, y que hay que aprovechar de la mejor manera. Yo creo que hay que también procurar que esta experiencia sea tanto para los visitantes, como para el país mismo o para las áreas, un poco más positiva. Y esos operadores turísticos que están haciendo dinero con la materia prima que es de todos, porque es patrimonio natural del país, tienen que pagar algo para hacer eso. Y no están haciendo. [...]

Entonces resulta que se trae el turismo masivo que causa un enorme deterioro al parque, porque las áreas no tienen la capacidad para recibir a estos visitantes. Para tener esta capacidad hay que hacer inversiones. Y quiénes cubren las inversiones no son los operadores, no son los que están haciendo dinero. Sobretudo es el pueblo de Costa Rica que paga sus impuestos para mantener el sistema.

Y entonces, cuando establecemos un punto de equilibrio financiero y vemos que tenemos una recuperación de costos deficitaria, estaremos perdiendo...eso no es progreso.” [entrevista em 16/01/01].

Realizam-se, ainda outros tipos de excursões que incluem o Parque, a exemplo daquela da agência *Camino Travel* que era conduzida por Berny Gutierrez, um guia autônomo e engenheiro agrônomo, uma guia e professora de entomologia da Universidade da Costa Rica, e Anne, a guia norte-americana que trouxera fazendeiros dos Estados Unidos para conhecerem algumas fazendas e vulcões (Poás e Arenal) na Costa Rica (entrevistados em 6/1/2001).

Berny havia levado, na parte da manhã, cerca de 40 pessoas para conhecerem o Vulcão Poás e foi entrevistado durante à tarde, na Fazenda Santa Edwiges, onde mostrava as áreas de plantio de café para exportação e a indústria ali existente. Ao ser indagado sobre a apresentação desse contraste entre áreas naturais conservadas e cultivadas para os turistas, ele explicou que aquela era uma ocasião

importante para mostrar-lhes os problemas da contaminação do solo e da água, além do valor das áreas conservadas, como disse:

“Puedes hacerlos pensar mucho positivamente acerca del turismo, acerca de la agricultura, del volcán como una fuente de impulso a más para la industria del turismo o también hacerlos ver o concienciar acerca de la contaminación de algunos casos de la agricultura, o como los monocultivos pueden ser perjudiciales a lo que es la selva, a lo que nosotros llamamos de recursos naturales. Entonces es mucho el papel, el rol que juega el guía de turismo y lo que quiere transmitir a la gente”. [entrevista em 06/01/01].

Como a guia norte-americana Anne trouxera esse grupo dos Estados Unidos e os acompanhava na Costa Rica, retornando com ele para seu país, perguntou-se a ela porque sua empresa escolhera intercalar parques nacionais com fazendas de cultivo nesse tipo de turismo. Segundo Anne, aquele grupo estava interessado em conhecer esse tipo de área e aquela viagem lhes proporcionava realizar observações relativas ao seu trabalho sem problemas, como disse:

“Pensamos então que poderíamos levá-los a outros países para dar-lhes a oportunidade de ver o que as pessoas fazem, como é este exemplo do cafezal daqui. Nós bebemos muito café nos Estados Unidos, mas nunca chegamos a ver onde se cultiva, então isto nos permite dar as pessoas uma oportunidade de vir e observar onde se produz café, também a plantação de cana de açúcar hoje de manhã e a de banana que iremos visitar amanhã”.

[...] “As pessoas encontram mais e mais interesses na Costa Rica pelo fato de que, em primeiro lugar elas estão sendo bem-vindas, e em segundo lugar, aqui se produzem coisas que não são produzidas nos Estados Unidos e os turistas que estão neste ‘tour’ estão usualmente relacionados com a agricultura. Temos fazendeiros de gado, produtores lácteos que não cultivam o café e a banana. Então eles estão ansiosos para ver toda esta diversidade e é por isso que estão aqui”. [entrevista em 06/01/01].

Anne acrescentou que essa viagem possibilitava aqueles turistas conhecerem áreas naturais conservadas distintas das existentes em seu país de origem; daí a agência ter incluído os Parques Nacionais Vulcão Poás e Vulcão Arenal, como explicou:

“(...) Temos belos parques nacionais nos Estados Unidos, mas muito diferentes porque a floresta úmida não é algo que esteja tão disponível.

Nós temos pequenas áreas onde existe floresta úmida na nossa cultura da parte Norte. Mas aqui, devido ao clima tropical, a floresta úmida tem diferentes tipos de animais e de vegetação onde, ainda que seja tão belo como as nossas florestas, a diversidade que se pode observar aqui é um presente para a nossa gente”.

É importante ressaltar que, nessas excursões que incluem o Parque Nacional Vulcão Poás, é possível observar distintos interesses entre proprietários de agências de viagens e técnicos ambientalistas, por exemplo, ou a procura de integração entre motivações de viagem diversas, como as do “turismo rural” e o “turismo na natureza”.

De qualquer forma, para os responsáveis pelo Parque, sejam quais forem as motivações turísticas é preciso integrar os objetivos do setor turístico e ambiental governamental e do setor privado para tentar assegurar limites de entrada no parque e uma visitação de menor risco ao meio ambiente, de modo que ao longo do tempo sejam mantidas as condições ecológicas dessa área. Em parte, isso dependerá de uma monitoria constante da área de uso público e das demais; da correta avaliação e do cumprimento da capacidade de suporte ou do número de turistas admitidos e do tipo de visitação; de um programa de emergência, no caso de eventual erupção vulcânica e necessidade de evacuação de pessoal do parque; da ampliação da equipe do parque e da obtenção de recursos financeiros suficientes.¹²² Em última análise, ao limitar o número de visitantes, talvez seja preciso reorientar o fluxo turístico para outras áreas de conservação.

Questões administrativas da área de uso público

As mudanças dos 30 anos de funcionamento do órgão ambiental refletiram-se na administração dos parques. No início, as ações dos funcionários e dos que prestavam trabalhos voluntários para o Serviço de Parques Nacionais visavam

¹²² Ambos estavam sendo elaborados por Miguel Cifuentes e a equipe do CATIE, que determinariam o limite aceitável de visitantes por local, pois a capacidade atual é dada pelo estacionamento (1.600 pessoas).

resultados imediatos, prevalecendo os ideais conservacionistas ou a “*mística ambiental*”, como disse Juan Dobles.¹²³ Com a integração dos organismos ambientais ao novo Ministério e a subsequente reforma administrativa, a tendência foi criar regras e normas e exigir o cumprimento das ações conforme uma programação prévia e burocratizada. Atualmente, estão lotados cerca de dez funcionários e igual número de prestadores de serviço para atenderem a aproximadamente 200.000 turistas por ano e executarem as demais atividades do parque.

Desde que o Centro de Visitantes foi inaugurado, houve pouca variação na oferta de equipamentos e da infra-estrutura de recepção turística. Ao longo do tempo, grande parte dos aparelhos de “*slide-show*” que apoiavam as exposições e palestras educativas e informativas sofreu desgastes. O auditório foi fechado para os turistas e em seu lugar reservou-se uma sala ao lado da loja de souvenirs para que vejam os vídeos do parque em um televisor, quando a cratera encontra-se encoberta de nuvens ou com chuva.

Tendo em vista o aumento da demanda do turismo de navios cruzeiros, cujos viajantes têm a idade média de 60 anos, e mediante a obrigação legal de facilitar o acesso de deficientes físicos, o SINAC permitiu que uma empresa privada testasse um veículo dirigido pelo turista. Devido ao baixo retorno, o serviço foi cancelado e se estudam outras soluções de transportes, conforme sugere o primeiro Plano de Manejo. Ricardo Valério, Diretor da Área Cordilheira Vulcânica Central, manifestou a respeito que: “*Entonces veremos si realmente es tanta la cantidad de gente que requiere ese servicio y si está dispuesta a pagar. Obviamente, pudiéramos avanzar en un proceso de contratación administrativa o de concesión, como lo que tenemos en el parque*”. [entrevista, 15/03/01].

As atividades praticadas distinguem o turista nacional do internacional em termos de recepção por agências; carro alugado; tempo de permanência no local;

¹²³ Juan Dobles é o atual Administrador do Parque Nacional Vulcão Poás e antigo servidor do Serviço de Parques Nacionais. Trabalhou nesse parque em 1985 e em outros, como *Tortuguero, Corcovado, Manuel*

uso e ocupação do espaço visitado; a procura por informações educativas; e as compras de alimentos e lembranças. Aqueles que vêm em excursões seguem direto para a cratera principal ou passam pelo museu para ouvirem a explanação do guia. Se está chovendo ou nublado, os turistas não passam mais do que 20 minutos à beira da cratera e retornam às lojas para as compras, onde completam os 75 minutos reservados pelo programa. Aqueles que não querem comprar sentam-se nos bancos, situados no andar térreo do Centro de Visitantes e esperam o grupo, tomando um pouco de sol.

Durante a pesquisa de campo observou-se uma distinção clara entre o turista estrangeiro e o costarricense. O primeiro pagava um ingresso de seis dólares, permanecia 2h no local, entrava na área em ônibus público, junto com as agências de viagem ou em carro de aluguel, quase sempre fazia compras nas lojas e, se vinha como parte dos grupos de viajantes dos navios (cruzeiros), permanecia 1:15 horas, no máximo, sendo o maior comprador no parque, apesar de estadia de apenas um dia no país. Os turistas nacionais pagam um ingresso equivalente a dois dólares e entram com veículo próprio ou em ônibus público e daí seguem para a cratera principal, a Lagoa Botos e as trilhas. Muitos estão acompanhados por amigos ou familiares e depois se dirigem às áreas de piquenique, levando a comida caseira. Às vezes, compram um “*cafecito tico*”, que é um café menos forte, no Café Britt. Permanecem de 3 a 7 horas no parque. Isso é um fator preocupante para a administração do parque, pois, além dos possíveis riscos de inalação dos gases, há problemas com os resíduos alimentares e de embalagens que deixam na área de uso público.

Para controlar o aumento do número de turistas nacionais e tentar diminuir o tempo de permanência nas áreas de recreação, o SINAC pretende oferecer outros parques, como o Vulcão Barva, para a realização de piqueniques.¹²⁴ Alegando o perigo das erupções vulcânicas, Ricardo Valério disse que interessava manter somente

Antonio, Cahuita, Hitoy Cerere, Braulio Carrillo, no setor Norte da área La Selva, Las Baulas e Isla del Coco.

¹²⁴ O Vulcão Barva está inativo, o Parque não tem facilidades turísticas e é preciso finalizar 400m da estrada de acesso. Segundo Valério, o setor privado deverá criar a infra-estrutura turística e, por sua vez, o parque abrirá trilhas para observação de fauna e flora e impedirá o acesso dos turistas às três lagoas ali existentes. Tal oferta caracteriza um destino ecoturístico, completamente distinto daquele que vai ao Poás.

os serviços básicos, o suficiente para se ter uma impressão agradável do parque e, explicou:

“(...) Sin embargo, de ser necesaria la ampliación de ese tipo de servicio, entonces, probablemente, también va haber de rebote un incremento en la promoción y por ende, en la visitación por parte de las agencias de turismo. Lo podríamos estar manejando a futuro próximo con un par de acciones de ordenes más bien administrativas: una es variar, ampliar de alguna manera, el horario de visitación al parque iniciando más temprano por un lado; y por otro también, estaríamos reorientando parte de la visitación que hoy baja al parque bacía otras áreas silvestres que serian de interés y, digámoslo así, descongestionando un poquito el Parque Nacional Volcán Poás”. [entrevista em 15/03/01]¹²⁵

Sobre a necessidade de se fazer uma reforma na trilha da Lagoa Botos, ele explicou que: *“(...) este tipo de recurso podíamos estar explotando, sin embargo necesitamos hacer la inversión primero”*.¹²⁶

Ao que tudo indica, com a diminuição dos recursos financeiros do governo, os administradores vêm procurando transferir para algumas empresas do setor privado, por meio da concessão de uso, parte das áreas e dos serviços de uso público dos parques no país. Quando não, o governo passa a agir, de certa forma, como uma extensão do privado, ao cobrar por serviços que antes estavam incluídos na taxa de ingresso.

A partir da premissa de que as experiências turísticas podem se transformar em fonte de lucro, se discute a idéia de que não basta cobrar a taxa de ingresso, é preciso que o turista pague pelo passeio na trilha, o transporte do Centro de

¹²⁵ A posição atual do órgão ambiental distingue-se daquela descrita no primeiro Plano de Manejo: *“El tipo y la situación de las instalaciones de uso publico se han impuesto por el objetivo dominante del Servicio de Parques de brindar una oportunidad óptima para la observación significativa, segura y sin prisa de una de las manifestaciones más pavorosas de la Tierra: un cráter volcánico humeante y desasosegado”* (1974: 29).

¹²⁶ Segundo Ricardo Valério, em 2000, o turismo rendeu ao parque cerca de C\$ 300.000.000 (trezentos milhões de colones), ficando quase 60% no local. Dos recursos arrecadados com as concessões e administrados pela FUNDECOR, investiriam oito milhões na reforma das trilhas, três na elaboração do novo roteiro do Museu e um milhão na colocação do portão da área residencial, totalizando C\$ 12.000.000 (doze milhões de colones).

Visitantes ao atrativo, a palestra ministrada no auditório e outras “experiências programadas de consumo” que, por fim, permitem que o turista conheça melhor a área.

Tais mudanças nos objetivos de visita ao Parque Nacional Vulcão Poás, seguem as que vêm ocorrendo nos parques nacionais de diversas partes do mundo e que se evidenciam no discurso de Jeffrey A. Neely, Secretário-Geral do IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em 1992, em Caracas, Venezuela:

“¿Es acaso una visión muy radical considerar nuestra actividad como un negocio, o más bien es ya la hora de que empecemos a pensar en términos de clientela, mercado y constituyentes para las áreas protegidas? [...]”.

“Algunos temen que esta visión más amplia nos haga perder de vista nuestros objetivos básicos de conservación. Pero aceptar la premisa de que debemos ser más agresivos en la comercialización de los productos e servicios de las áreas protegidas no significa abrir camino a todos los interesados, así como para un banquero, buscar nuevos clientes no significa abrirles la caja fuerte. Más bien, un administrador de áreas protegidas hábil, al igual que un banquero hábil, usa de los bienes que el parque ofrece para satisfacer a los clientes, atraer inversionistas y crear interés” (1992: IX).

Embora o autor ressalte que não há mudanças no objetivo da conservação enquanto essência, talvez existam alterações na configuração da política dos parques nacionais relacionadas aos objetivos da informação e educação ambiental.

A nova ordem vem sendo seguida pelos funcionários dos parques, entretanto é possível observar questionamentos como o de Juan Dobles, que argumentou:

“(...) Realmente, de hecho los que todavía tenemos el medio ambiente en el corazón, en nuestra alma nos preocupa este proceso que se ha venido dando. En la medida en que se empieza a hablar de rentabilidad se empieza a hablar de crecimiento y de desarrollo turístico en el ámbito de áreas protegidas y se empieza a manejar los objetivos por los cuales los parques fueron establecidos - es propiamente la conservación de los recursos naturales. (...) En aquellos tiempos, cuando se hablaba de desarrollo de áreas protegidas

se cuidaba de impactar lo menos posible el medio ambiente, tratando de ofrecer una alternativa al visitante nacional e internacional diferente a una ciudad.

Sin embargo siento como que se ha querido traer la ciudad hacia el campo, traer la ciudad hacia las áreas protegidas. Se está tratando de hacer desarrollo tipo turístico comercial. ¿Verdad? Muchas veces sin fijar en los diseños, en la infraestructura y en nada por el estilo. Sencillamente, lo que interesa es dinero. (...) Poás es un caso muy típico. ¿Verdad? De una situación como esta. Poás es el parque donde la gente paga por no embarrilarse”. [entrevista, 19/03/2001].

A sua preocupação não se restringe somente ao incremento da renda advinda com o turismo, mas em dar soluções de ordem prática às eventuais erupções vulcânicas, frente ao progressivo aumento do número dos turistas na área, quando a administração deveria dispor de um Plano de Emergência, como disse:

“(...) Si tenemos 2.000 personas como turistas, como tuvimos ayer, entre nacionales y extranjeros. ¿Qué hacer si ese volcán hace una erupción? Yo creo que ahí es donde tenemos que orientar nuestras pilas, como dicen, en nuestro desarrollo, en la planificación hacia un Plan de Contingencia muy bien montado.¹²⁷ Que le asegure a una persona que se está en la Laguna, por ejemplo, sepa que paso seguir para irse de allí. Eso es la realidad de Poás”. [entrevista, 19/03/2001]

Afora isso, Dobles esclareceu que a direção do SINAC pedira a Miguel Cifuentes para pesquisar a capacidade de carga ou limite de mudanças ecológicas de cada local visitado. Seguindo a orientação técnica, que busca justificar a tomada de decisão com argumentos científicos, o SINAC estabeleceria condições restritivas ao setor turístico. Assim, indagou-se de Cifuentes se esse argumento seria suficiente para suplantiar uma decisão de ordem política e econômica do turismo, e ele disse:

“Es muy difícil el asunto. [...] hay muchas cosas que, aquí en Costa Rica no se han hecho en su debido tiempo: el ordenamiento del flujo turístico hacia las áreas protegidas a través de registro adecuado de operadores que cumplan con regias básicas, condiciones básicas que incluyen el derecho de uso de las áreas protegidas previo, pago como se hace en muchas partes. No se hizo en Costa Rica. Y cuando la industria turística se desarrolló enormemente aquí, entonces, como que

¹²⁷ À época da pesquisa não existiam informações acerca de um “Plano de Emergência”, no que se refere às possíveis erupções vulcânicas.

fue demasiado tarde para empezar a establecer leyes, dado las influencias que ese sector turístico tiene. (...)

(...) Supuestamente, el manejo de áreas protegidas es una de las herramientas que nos lleva hacia al desarrolló sustentable. Y entonces tenemos que demostrar que esas áreas son sustentables, y sustentable significa permanencia en el tiempo, por cierto.

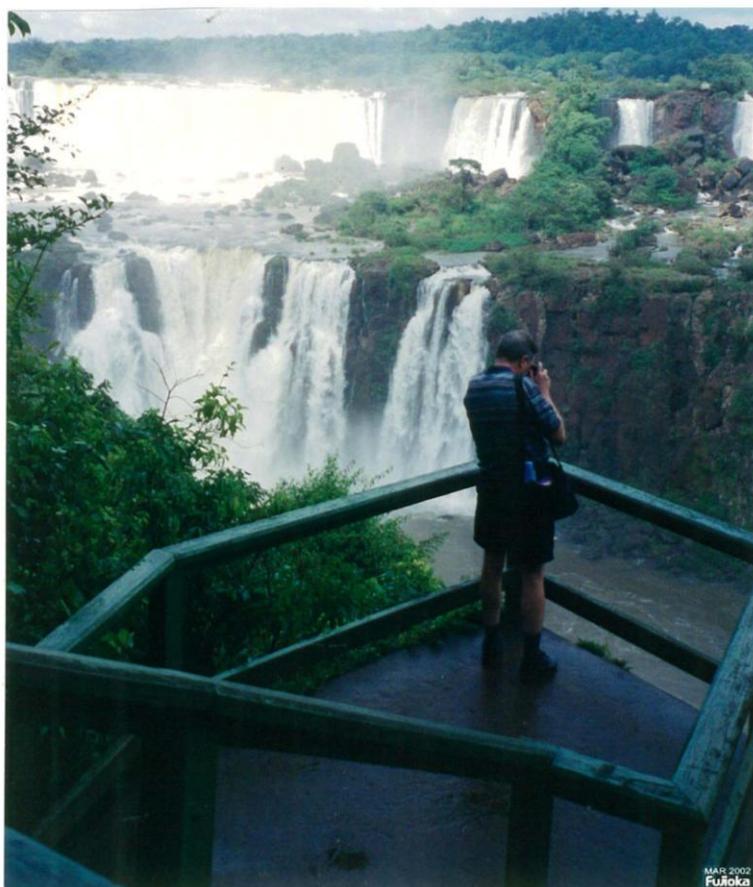
(...) El uso de áreas protegidas en ecoturismo es un uso igual que cualquier otro. Y así como tiene sus ventajas. la posibilidad de proyectar el mensaje de conservación, buscar apoyo político, encontrar apoyo económico, producir ingresos para poder trabajar en conservación, igualmente debe ser regulado”. [entrevista, 16/01/2001].

Assim, é possível avaliar a capacidade de carga e decidir o ponto de equilíbrio financeiro da visita, o manejo das trilhas se dará conforme o potencial de erosão e sob certos limites.

4.2 O desenvolvimento turístico do Parque Nacional do Iguaçu

As atividades de turismo no Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil, vêm se desenvolvendo há mais de 60 anos, em torno das Cataratas do Iguaçu. No *Parque Nacional del Iguazú*, na Argentina, elas ocorrem há mais tempo (Fotos 18, 19, 20 e 21). Nesse caso, o planejamento turístico requer uma série de decisões tomadas em nível municipal, regional e internacional, o que somente tem sido discutida nos últimos anos, em parte, após a instalação do Mercado Comum do Sul das Américas - Mercosul.

O crescimento do turismo no Parque Nacional e, em especial, na cidade de Foz do Iguaçu está vinculado aos ciclos de crescimento econômico nacional e municipal. O primeiro ciclo perdurou de 1940 a 1969, quando começou a aumentar o deslocamento dos turistas para a cidade de Foz do Iguaçu visando a conhecer, exclusivamente, as Cataratas do Iguaçu (Fotos 22, 23, 24 e 25).



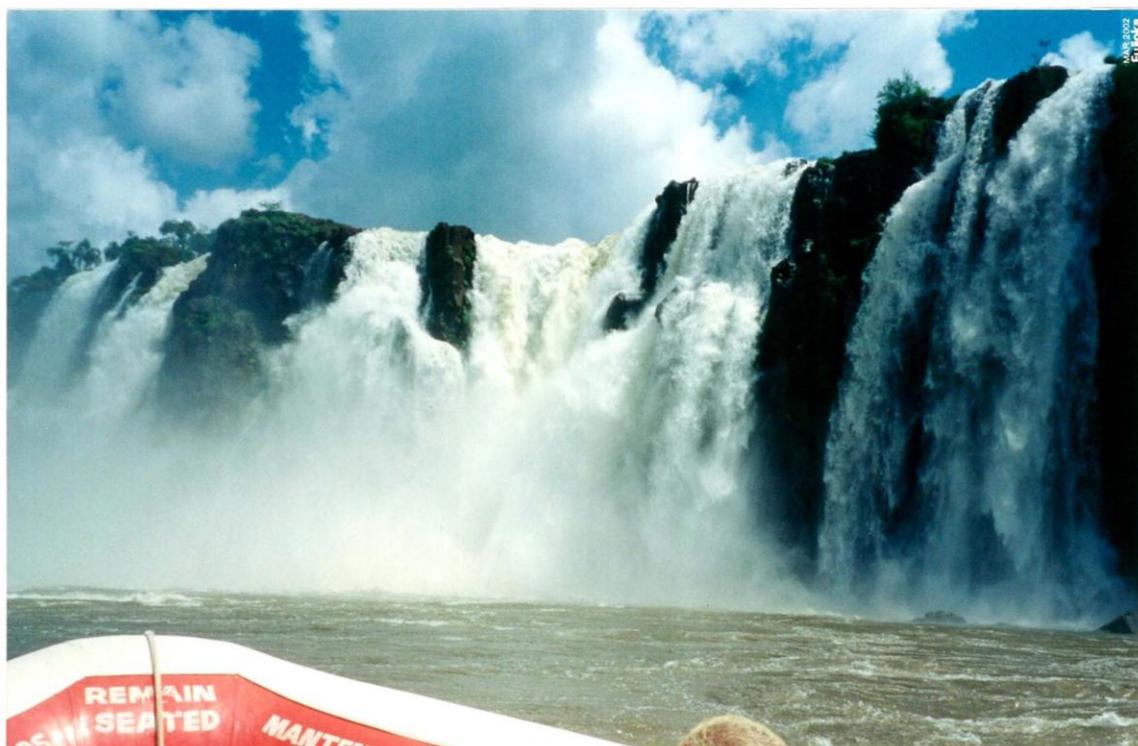
Fotografia nº 18 – Turista situado no velho mirante, à beira do Rio Iguazu (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



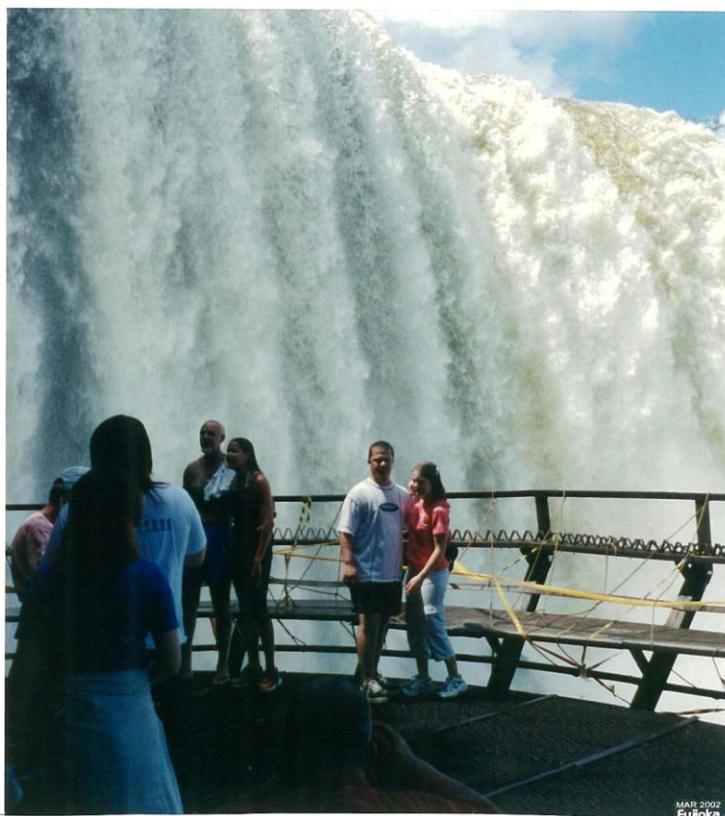
Fotografia nº 19 – Vista da sede do Parque do Iguazu construída nos anos quarenta (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 20 – Vista das Cataratas do Iguazu, desde as passarelas. (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 21 – Vista das Cataratas desde o barco, no Passeio do Macuco (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 22 – Turistas defronte aos Saltos Floriano e Deodoro (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002)



Fotografia nº 23 – Vista da Garganta do Diabo (Foto de Maria Luiza N. Paes – 26/02/2002).



Fotografia nº 24 – Vista das Cataratas do Iguacu (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 25 – Vista das passarelas no Rio Iguacu (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).

Pode-se dizer que, em função do atrativo turístico “Cataratas do Iguaçu”, houve um incremento no número de visitantes no parque. Isso fomentou o desenvolvimento do turismo na cidade de Foz do Iguaçu, sendo preciso criar hotéis, alojamentos, restaurantes e agências de viagens e de transportes, além de formar guias, dentre outras ações. O segundo ciclo (1970 a 1979) caracterizou-se pela construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e pelos impactos econômicos, sociais, culturais, demográficos gerados pela repentina entrada dos recursos financeiros e de, aproximadamente, 40.000 pessoas, entre operários e peritos, com suas famílias, para trabalharem na obra e viverem na cidade. Para se ter idéia das transformações ocorridas durante essa década, até 1970 o município tinha 33.966 habitantes, passando para 136.321 pessoas em 1980. Em 1979, o Parque Nacional do Iguaçu tornou-se a área conservada mais visitada do país. Nesse ano, cerca de 712.241 turistas nacionais e internacionais procuraram conhecer as Cataratas.

No final da década de 1970, tem início o terceiro ciclo (1980 a 1995), quando o turismo nacional, que era majoritário, começou a se modificar, passando a ser denominado de “turismo de compras”, já que a maior motivação de viagem passou a ser a compra de artigos importados em *Puerto Stroessner* (atual *Ciudad del Leste*), no Paraguai.¹²⁸ Essa preferência foi mantida na década seguinte, como explica Silvia Tomazzi, Professora de Turismo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Foz do Iguaçu:

“A característica da cidade mudou muito. Passou a servir de alojamento para um grupo de funcionários da entidade Itaipu Binacional, desde técnicos a professores. (...) A Itaipu promoveu uma distorção da realidade do movimento turístico. Depois, no meio da década de 1980 até 1990, nós tivemos aí esse movimento de viagens com incentivo às compras no Paraguai, que eles insistem em chamar de turismo de compras, mas, a gente na Academia já vai dizendo não. O que aconteceu foi um movimento da informalidade, de pessoas que vinham buscar aparelhos. Era a contravenção propriamente dita, não é?” [entrevista em 19/02/02].

¹²⁸ Não se questiona o termo “turismo de compras” usado pela população local para definir o movimento nos hotéis, restaurantes e outros locais. Isso ocorreu em virtude de proibições e limitações de produtos importados no território nacional.

Os efeitos desse “turismo de compras” foram visíveis na rede hoteleira em Foz do Iguaçu, acrescenta Tomazzi: “Então, nós vimos hotéis que tinham até uma estrutura boa de mobiliário, de treinamento e capacitação de pessoal, serem totalmente absorvidos por este tipo de movimento. Os ‘*sacoleiros*’¹²⁹ tomaram conta do que existia de estrutura receptiva na cidade” [entrevista em 19/02/02].

A cidade, durante esse período, também passou por uma crise socioeconômica decorrente do desemprego em massa dos trabalhadores da Usina Hidroelétrica de Itaipu, ao final das obras, em maio de 1991. À época, as transações comerciais de importação e exportação para o Paraguai e de exportação para a Argentina ajudaram a diminuir essa crise, com a absorção de parte da mão-de-obra pelo setor informal no Paraguai e Brasil.

Alguns problemas foram observados em função do crescente movimento do “*turismo de compras*”, a exemplo do transporte irregular. Para solucioná-lo, criou-se uma lei municipal determinando que somente as agências de viagem poderiam efetuar o transporte de turistas. Isso foi desvirtuado, gerando agências que serviram apenas para o transporte regional. Outro problema foi o aumento na taxa de ocupação dos hotéis em até 100%, o que estimulou a implantação de hotéis de baixa qualificação. Na opinião de Tomazzi, “este movimento, na verdade, eu acho que foi o que muito denegriu a imagem do destino e também, destacando isso - vinculado à ponte¹³⁰ e à contravenção - se apropriou de toda a estrutura receptiva e estimulou a geração de outro segmento, o do transporte” [entrevista em 19/02/02].

O intenso fluxo de turistas alterou, ainda, a característica sazonal da atividade econômica, como sugere Valdir Pedro Cristi, proprietário da empresa “Serviço e Transporte Turístico Cataratas” e antigo guia de turismo na região:

¹²⁹ O termo “*sacoleiro*” é uma designação popular para os compradores de artigos importados no Paraguai e revendedores no Brasil.

¹³⁰ A atual “Ponte da Amizade” é a antiga “Ponte *Stroessner*” que liga o Brasil ao Paraguai, em Foz do Iguaçu.

“(…) Normalmente nós começávamos nosso trabalho de turismo lá pelo dia 20 de julho e isso ia direto até, mais ou menos, 05 a 10 de dezembro. Depois tínhamos uma pausa e recomeçávamos lá pelo dia 27 de dezembro até 15 de janeiro. Novamente tínhamos uma pausa e voltávamos 15 dias antes do carnaval até o final de março. Então abril, maio, junho e até 20 de julho era um período de baixíssima temporada, trabalhávamos muito pouco. Naquela época também se atendia, talvez, um evento a cada dois meses, um congresso a cada três meses” [entrevista em 22/03/03].

O maior movimento turístico no Parque ocorreu entre 1986 e 1987, quando entraram 1.061.152 e 1.084.203 pessoas, respectivamente. Segundo o documento municipal *Anuário Estatístico – Perfil 2001*, nesse período Foz do Iguaçu recebeu quase 4,2 milhões de visitantes em cada ano, comprovando que apenas um quarto deles entrava na área conservada. Afora o motivo de compras na Argentina e no Paraguai, é possível que uma minoria naturalista tenha sido atraída em função do tombamento do Parque Nacional do Iguaçu, pela Unesco, como Patrimônio Natural da Humanidade, ocorrido em 17 de novembro de 1986.

Em 1990, houve uma diminuição no número de turistas no Parque, quando entraram 822.785 pessoas e, em 1991, o número diminuiu para 646.804 visitantes. Na ocasião, para tentar conter a crise inflacionária e controlar a possível evasão de receita, o governo brasileiro seqüestrou os ativos financeiros. Sequer a inauguração do aeroporto internacional, em 1989, conseguiu estimular o movimento turístico durante esses anos, pois a maioria dos viajantes era nacional e usava o transporte rodoviário.

O quarto e atual ciclo do turismo, originado em 1995, caracteriza-se pela abertura econômica do Mercosul e pelo declínio do “turismo de compras”, no Paraguai, no final dos anos 1990. Com as mudanças cambiais e as medidas de proteção alfandegária adotadas pelo governo brasileiro, reduziu-se o fluxo turístico de brasileiros em *Ciudad del Leste*, no Paraguai, aumentando o desemprego nessa cidade e em Foz do Iguaçu, no Brasil. Novamente o número de visitantes no Parque diminuiu, variando na faixa de 600.000 e 800.000 pessoas por ano, apesar de, novamente, as

Cataratas do Iguaçu terem se transformado no centro de atração turística regional. Conquanto Foz do Iguaçu tenha sido considerada, em 1994, a segunda cidade mais visitada do país, quando o Parque alcançou seu maior índice de visita dessa década (968.944 turistas), sendo essa uma cifra menor que aquelas alcançadas em 1986 (1.061.152) e 1987 (1.084.203). Em 1996 a cidade caiu para o quarto lugar, na classificação nacional, e o Parque recebeu 830.255 turistas. Em 1999, a cidade desceu para o quinto lugar e o número no Parque atingiu 843.275 turistas. Em 2000, Foz do Iguaçu manteve-se nesse patamar com nova diminuição para 767.157 visitantes no Parque.¹³¹

A queda de 50% no número de turistas em uma década gerou efeitos negativos na infra-estrutura turística da cidade de Foz do Iguaçu, sobretudo na rede hoteleira e nos serviços das agências de viagem. Em 1993, a cidade tinha o terceiro parque hoteleiro do país com 23.637 unidades habitacionais, distribuídas entre 168 hotéis. No ano 2000, houve uma redução para 21.328 UH e 141 hotéis (Almeida, 2001: 28).

De certa forma, a queda no turismo em Foz do Iguaçu nos últimos dois anos tem acompanhado a crise econômica da Argentina, o principal mercado emissor de turistas para o Brasil e, particularmente, para Foz do Iguaçu. O episódio do *World Trade Center* em Nova York, Estados Unidos, também influenciou na diminuição de viagens dos turistas norte-americanos e dos asiáticos, tendo em vista que os vôos de aviões para as Américas fazem escala nas cidades de Los Angeles ou Nova York, nos Estados Unidos.

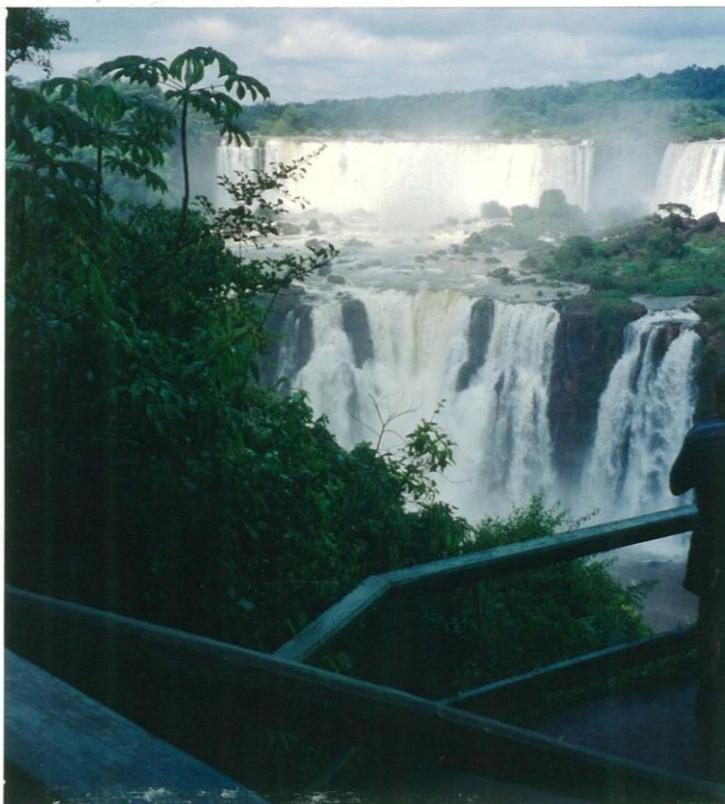
¹³¹ Foram substituídos os dados de 2000, coletados em novembro pela Prefeitura de Foz do Iguaçu (Almeida et alli, 2001: 27), pelos dados do Ibama levantados em dezembro. Desconsiderou-se a pesquisa dos últimos dez anos do Ibama em função de dados desconhecidos, divididos entre a soma do público pagante e não-pagante (Diretoria de Ecossistemas) no início da década e, só de pagantes (Diretoria de Administração) nos últimos quatro anos.

As Cataratas do Iguaçu nos roteiros turísticos

Inicialmente interessa conhecer como as agências organizam as viagens cujos roteiros passam pelo Parque Nacional do Iguaçu e como ele é apresentado aos turistas. No Brasil, quase sempre as viagens realizam-se na Região do Iguaçu e podem envolver dois países, uma vez que os roteiros incluem os Parques Nacionais do Iguaçu, no Brasil, e *del Iguazú*, na Argentina. A divulgação dos roteiros é feita por meio de *folders* das agências do setor empresarial, no qual se destacam as fotos das Cataratas, embora nem sempre o parque seja mencionado. Ao que tudo indica, o importante é explorar a conotação estética do cenário paisagístico de modo a captar a atenção de turistas desejosos de conhecerem locais naturais, belos e exóticos. Assim como a cratera é enfatizada no Parque Nacional Vulcão Poás, na Costa Rica, no Brasil sobressaem as Cataratas, ficando em segundo plano os demais elementos que compõem esses parques (Fotos 29 e 30).

No tocante ao setor governamental, no período da pesquisa a propaganda da Embratur procura focalizar, igualmente, o Parque Nacional do Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu, na revista Brasil, traduzindo-se no seguinte: “O Parque Nacional do Iguaçu partilha, com a Argentina, uma das maiores e mais impressionantes quedas d’água do mundo. São as “Cataratas do Iguaçu”: 272 quedas, com até 82 metros de altura, que formam um gigantesco semicírculo com 2.700 metros de extensão (...)”. Esse material é entregue aos agentes operadores de viagem internacionais nas embaixadas brasileiras em distintos países e nas feiras e eventos internacionais.

Os empresários locais vêm procurando diversificar a oferta de locais turísticos de modo a fazer com que os visitantes tenham alternativas de entretenimento.



Fotografia nº 26 – Vista das Cataratas em um dos mirantes (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 27 – Vista das Cataratas de outro mirante (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).

É importante destacar que outros atrativos foram surgindo após a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu: Fórum das Américas, *Acquamania Water Park*, Parque das Aves “Foz Tropicana”, além das atividades de lazer como a pesca e a canoagem no rio Paraná, ou a descida de barco nas corredeiras do rio (*rafting*).¹³² Podem ser visitados, ainda, a Usina e o seu respectivo Lago de Itaipu que atraem, principalmente, os turistas paraguaios e os excursionistas dos municípios vizinhos. Poucos roteiros incluem as Missões Jesuíticas na Argentina ou uma área natural conservada privada, a exemplo do Hotel Jacutinga, também na Argentina.

Cabe ressaltar que a criação de alguns atrativos decorreu da necessidade dos empresários de turismo de complementarem ou renovarem o “destino turístico Cataratas”, que estava entrando em decadência devido aos problemas de equipamentos, infra-estrutura, pessoal e poluição. Tanto que, em 1992, antes do evento Rio-92, a Embratur e os empresários locais do turismo solicitaram à empresa Phillips um projeto de iluminação das Cataratas, similar aos das pirâmides do Egito e do Coliseu de Roma. Ecologistas brasileiros e argentinos alegaram que isso afetaria a fauna moradora das Cataratas e o Ibama ignorou tal pretensão. Contudo, o Parque manteve as mesmas condições de recepção da década de 1940. Mariléia Diniz, Chefe do Departamento de Projetos Especiais da Embratur e ex-guia de turismo na região, comenta o seguinte:

“(...) Antigamente o que você tinha para ver em Foz do Iguaçu? As Cataratas do lado brasileiro. E você fazia aquela caminhada de aproximadamente 1.800 metros que não tinha nenhum critério de segurança, nenhum critério de informação, nenhum critério de sinalização e serviços, a alimentação era terrível, etc.” [entrevista em 02/04/02].

¹³² Em 1993, Dennis e Anna Sophie Croukamp, investidores na África do Sul, criaram o Parque das Aves a 300 metros do Parque Nacional. Esse é o único do país e o sexto do mundo. Dos 16,5 hectares de área, 4 hectares constitui-se do grande viveiro com divisórias. O turista percorre a trilha de 1.000 m para observar quase 500 aves, um viveiro de borboletas e espécimes da fauna do Pantanal, da Mata Atlântica e Amazônia. Inaugurado em 1994, tornou-se conhecido, sobretudo, pela divulgação dos guias de turismo.

Apesar dos problemas, as Cataratas continuavam sendo o grande atrativo, tanto do lado brasileiro quanto do argentino, face ao impacto causado por sua beleza.

O esforço dos empresários locais criarem novos atrativos, especialmente no que se refere ao “turismo na natureza”, não tem tido o retorno esperado, devido às limitações geradas pelas crises econômicas e pelo modelo de controle adotado pelas agências operadoras de turismo nos grandes centros urbanos. Como se viu no Capítulo III, agências operadoras do Rio de Janeiro ou São Paulo determinam a vinda de grande parte dos turistas e seu tempo de permanência. Localmente, é difícil prolongar a estadia desses visitantes para mostrar-lhes outros atrativos regionais, até porque é preciso levar em conta a distância entre eles. O importante, em tais circunstâncias, é fazer com que o turista possa ver, fotografar ou filmar as Cataratas em duas horas e meia, que é o prazo máximo para sair dali com o guia para comprar lembranças e visitar outros locais. Praticamente, não há tempo para caminhar nas trilhas e para observar animais ou plantas, a menos que se faça parte de um grupo de especialistas conduzidos por guia perito ou naturalista.

Diante das referidas dificuldades, os empresários locais começaram a procurar atrair o “turismo de eventos”, de modo a aumentar as taxas de permanência do turista e os seus gastos de viagem. O turista que assiste a um congresso, ao contrário do viajante que vem em busca de atividades de lazer e permanece de um a dois dias na cidade, após se encerrar o evento pode prolongar a sua estadia por um a dois dias no hotel, conhecendo a região. No final da década de 1990, os hotéis e as agências de viagem da cidade, visando superar a atual crise econômica, viram nesse tipo de segmento do turismo, uma forma de atrair grupos e empresas no Brasil e exterior. Nesses termos, observa-se que alguns hotéis têm capacidade para receber grandes eventos, como o Rafain Palace Hotel que pode abrigar 3.550 pessoas, o Mabu Foz Hotel e o Hotel Thermas, que recebem até 2.500 pessoas, e o Hotel Bourbon Foz do Iguaçu, que pode receber cerca de 1.200 congressistas.

É importante lembrar que Foz do Iguaçu encontra-se distante das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar disso o acesso é fácil devido a existência de três aeroportos internacionais nas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Leste* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina), situados próximos um do outro. Do Rio de Janeiro, São Paulo, Assunção e Buenos Aires chegam diariamente 21 vôos na Região do Iguaçu. Entretanto, a dependência do transporte aéreo limita o crescimento do setor devido aos custos do transporte e à dificuldade de as agências locais prolongarem a estadia dos turistas internacionais. Os “pacotes” de viagem são vendidos por agências operadoras situadas no Rio de Janeiro e São Paulo, que contatam as agências internacionais, estabelecendo entre si, quase sempre, quatro diárias para o Rio de Janeiro, duas para Salvador ou outra cidade brasileira e no final do percurso, uma diária para Foz do Iguaçu (Holler et al., 1996: 47-48). Daí o interesse dos agentes locais de turismo de procurarem aumentar o número de turistas nacionais e dos países vizinhos da América do Sul.

Nova administração da área de uso público

Com o acirramento dos problemas econômicos, os dirigentes políticos e empresariais, municipais e estaduais utilizaram-se dos periódicos para pleitearem a administração da área de uso público no Parque Nacional do Iguaçu.¹³³ O setor de turismo considerava importante incrementar o fluxo de visitantes para as Cataratas situadas no Parque. No entanto, o Parque Nacional do Iguaçu tinha no lazer dos visitantes um de seus objetivos, mas com a limitação significativa de preservar a última e “considerável porção da Floresta Estacional Semidecídua”, pois, segundo Lurdes Ferreira (2000: 535):

“(...) já não há outra possibilidade de proteção deste tipo de floresta no Brasil”, esta “[é] a única e a última mancha efetiva e com viabilidade ecológica capaz de manter os processos naturais no meio de um mar de

¹³³ Segundo a *Gazeta do Iguaçu* (26/01/1996), Wádis Benvenuti, dirigente do órgão estadual “Paraná Turismo” e o deputado estadual Sâmis da Silva pretendiam firmar um convênio com o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, para o Ibama repassar 50% da arrecadação do Parque para o estado e o município.

fragmentos artificiais de terrenos agriculturados, (...) estradas, cidades, barragens (...).”

Sem entrar no mérito da política de privatização ou de cessão de uso dos bens públicos que têm sido apontadas como solução para certos problemas, considera-se que o Parque não conservou e menos ainda modernizou a área de uso público em que estão situadas as Cataratas, alegando falta de recursos financeiros, de pessoal etc. É possível que, além de não ter investido parte de seus rendimentos na área como determina a lei, tampouco tenha desenvolvido ações regulares junto às comunidades locais dando-lhes a conhecer a importância de proteger e conservar aquela floresta e a função do parque no contexto ambiental regional.¹³⁴ Com isso, o Parque Nacional do Iguaçu ficou isolado da população local, passando a enfrentar a pressão de um setor turístico em crise e que sustenta grande parte da economia da cidade de Foz do Iguaçu.

Pressionado, o Ibama iniciou o processo de “cessão de uso” de parte da área de uso público do Parque, em novembro de 1998, atendendo a reivindicação dos representantes desse setor para administrarem as atividades de turismo nas Cataratas, sem dar-lhes os almejados 50% da arrecadação de visitas. A redução dos recursos financeiros do Ibama e a impossibilidade de aumentar o pessoal na área foram determinantes nessa “aliança” com o setor privado. No primeiro contrato firmado, a empresa concessionária “Cataratas S.A.” ficou responsável pela implantação da infraestrutura e pelo desenvolvimento dos serviços de recepção turística. Coube ao Ibama repassar parte dos recursos arrecadados e criar condições de abertura para novos investimentos em serviços junto às Cataratas, bem como em certos locais no restante da floresta.

Como explicou Ricardo Soavinski, ex-Diretor da Diretoria de Ecossistemas do Ibama, participante desse processo, o objetivo era diminuir o número

¹³⁴ A “receita dos parques provém, em quase a sua totalidade, do orçamento geral da União”. Logo, subentende-se o não cumprimento da Lei Nº 7875, de 13/11/1989, determinando o investimento no parque de, pelo menos 50% da arrecadação (Plano de Manejo, Encarte 2, 1999: 26).

de veículos e o intenso tráfego, e tornar aquele “turismo de massa que está acontecendo lá dentro, mais sustentável e racional, desde o ponto de vista ambiental. E oferecer parâmetros ambientais para a infra-estrutura e os serviços de saneamento” [entrevista em 15/10/02].

Por se tratar da primeira proposta de exploração turística privada em um parque nacional, a direção do Ibama exigiu que a empresa concessionária divulgasse as Cataratas sempre como parte do Parque Nacional do Iguaçu. Isso tem significado educativo para modificar o comportamento dos visitantes que ali faziam piqueniques, deixando lixo e prejudicando os animais, ao dar-lhes alimentos não-apropriados. Muitos agentes de viagem não explicam aos turistas que eles irão visitar um parque nacional e acham que isso não é importante, como disse Fernando Martin, proprietário da agência de viagem *Martin Travel*:

“O que vendemos são as Cataratas. E, para visitar as Cataratas você precisa de dois dias. (...) Podemos falar que as Cataratas estão localizadas dentro do Parque Nacional, mas, não se dá maior importância a esse fato. Porque você está visitando um Parque Nacional, isso não existe hoje por hoje nesse tipo de turismo, não é?” [entrevista em 23/02/02]

Essa opinião é compartilhada por outros empresários e guias. Entretanto, a exigência do Ibama se faz cumprir nas mensagens gravadas e transmitidas durante o percurso dos turistas até às Cataratas nos ônibus da empresa em questão. Nessas mensagens está dito que no Parque deve-se ter um comportamento coerente com os objetivos conservacionistas, como por exemplo, a recomendação de não alimentar os animais e sequer se aproximar deles.

No Plano de Revitalização criado para modernizar a área de uso público, foram estabelecidas novas atividades turísticas, como a descida de bote nas corredeiras do rio, observação de animais, caminhada em trilha suspensa, escalada na

rocha.¹³⁵ Além disso, foram previstas excursões nas trilhas que podem durar de um a três dias na “floresta, lagoas, brejos, pinheiral, rios incólumes, cachoeiras, corredeiras, encostas rochosas, planícies, vales úmidos, etc”.¹³⁶

Frente à mudança de objetivos do parque, indaga-se, seguindo os passos de Walter Benjamin (1996), se o que é atingido no parque é sua “*aura*” de natureza intocada, um espaço exclusivo dos demais seres da natureza e que a indústria de diversão transformou em mercadoria, na tentativa de agradar platéias fascinadas por novas sensações de aventura na natureza?

Possivelmente a resposta não se restrinja ao crescimento econômico e à diversificação de atividades, pois segundo o Plano de Manejo, o Parque vem sofrendo a ação de palmiteiros, caçadores e pescadores e a exploração madeireira (Beserra et alli, 1999: 57).¹³⁷ Na explicação de Júlio Gonchoroski, Chefe do Parque Nacional do Iguaçu: “Em todos os rios devem ter barcos com pescadores e caçadores. Então é muito melhor que nós tenhamos em todos os rios do parque possibilidades de se fazer passeios, *rafting*, *floating*” [entrevista em 28/02/02].¹³⁸ Embora não se compreenda como o turismo possa solucionar tais problemas, chama-se a atenção para os possíveis riscos ambientais decorrentes dessas atividades, como procurou mostrar Miguel Cifuentes. Afora isso, os exemplos de extinção de espécies no Parque Nacional de Galápagos, no Equador, e de poluição e desmatamento no Parque Nacional de Anapurna, no Nepal, levam a refletir acerca do turismo e dos objetivos da conservação ambiental nesse tipo de área.

¹³⁵ O *Parque Nacional del Iguazú*, na Argentina, já havia criado um Plano de Revitalização com o mesmo objetivo de aumentar o fluxo do turismo.

¹³⁶ Conforme Beserra et alli (1999: 28).

¹³⁷ O Plano de Manejo segue uma classificação e numeração própria do método atual adotado pelo Ibama.

¹³⁸ A Polícia Florestal do Paraná mantém uma equipe de guardas dentro do Parque e, muitas vezes, junto com o Ibama, ela realiza atividades fiscalizadoras das ações predatórias.

Das Cataratas no Parque ao Parque Nacional das Cataratas

Comparando-se a experiência brasileira com a costarriquenha, observa-se que desde o início do processo de implantação da infra-estrutura do Parque Nacional Vulcão Poás o Serviço Nacional de Parques estava interessado em fazer dele um projeto piloto. Para tanto, era preciso implantar um moderno Centro de Visitantes, capaz de atrair um crescente número de turistas, da Costa Rica e de outros países. No caso do Parque Nacional do Iguaçu, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente considerou-o, apenas, como o primeiro parque onde seria realizada uma experiência, em conjunto com o empresariado, de cessão das áreas de uso público e de desenvolvimento turístico. De acordo com o sistema denominado pelo Instituto de parceria, as empresas privadas se encarregam de construir as edificações do Centro de Visitantes e outras, onde se responsabilizarão pelas atividades de recepção turística durante 15 anos.¹³⁹

Por se tratar de um projeto pioneiro, a entidade procurou elaborar um novo Plano de Manejo para esse Parque, “já que eram algumas coisas fora do que estava estabelecido, fora do Plano de Manejo de décadas atrás”, como disse Ricardo Soavinski, então diretor da Diretoria de Ecossistemas do Ibama [entrevista em 15/10/02]. O novo Plano permitiu assegurar, legalmente, a aliança com o setor privado, para que esse pudesse desenvolver as atividades de turismo, que antes era uma atribuição exclusiva do Ibama.

No intuito de dividir as responsabilidades da recepção turística com mais de uma empresa e por medida de segurança, a direção do Ibama elaborou dois contratos de concessão, a serem executados em duas etapas. A duração de cada contrato de concessão é de 15 anos, ao fim dos quais poderá ser renovado. A proposta

¹³⁹ Outros planos serão implantados, iniciando-se em 2003 com os Parques Nacionais da Tijuca e Caparaó e na etapa seguinte com Serra dos Órgãos, Aparados da Serra, Chapada dos Veadeiros, Fernando de Noronha. A idéia é envolver os demais.

consta de cinco edificações, no total de 5.684 m² de área coberta, das quais a primeira encontra-se em fase final de acabamento.¹⁴⁰

Como se tratava de algo inusitado e tendo em vista as perspectivas de mudança, o corpo técnico da instituição, na primeira concessão realizada antes do término do Plano de Manejo, em dezembro de 1998, vetou o projeto de construção de uma torre de cem metros no Parque, após o parecer negativo da equipe do Plano de Manejo. Pode-se dizer que o equívoco se deve ao pioneirismo nas questões turísticas e à necessidade de maior integração entre os setores de meio ambiente e empresarial.¹⁴¹

O novo centro de visitantes denominado “Edificação Ambiental” foi construído pela empresa concessionária Cataratas S.A. Ele está localizado na entrada do parque e tem capacidade para receber cerca de 12 mil turistas por dia (Foto 28). Desde a rodovia a Edificação se destaca pela estrutura arquitetônica monumental e pelo emprego das cores fortes e contrastantes. Essa condição deve ser analisada pelo que expressa em termos simbólicos: a mudança do “velho e antiquado Parque” para o “novo e moderno Parque”(Fotos 29 e 30). Tanto a condição arquitetônica quanto o jogo de cores da edificação foram planejados para distinguirem visualmente dois espaços, o do meio urbano e o da “*natureza selvagem*”, servindo de marco divisório territorial. Significa dizer que ali se dá uma distinção à “*natureza selvagem*” como uma “*paisagem emoldurada*”, desde a entrada do Parque. Isso recorda o argumento de Jameson (1995) chamando a atenção para a produção e proliferação das imagens na contemporaneidade, em que a “visualidade é uma tendência cada vez mais abrangente, generalizada e difundida” (1995: 1).

¹⁴⁰ Após o vencimento, as edificações e benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio do Ibama, salvo se forem prorrogados os prazos, como vem ocorrendo com a empresa Tropical das Cataratas Hotel & Resort.

¹⁴¹ A empresa que baseara a sua análise econômica na visitação de 1.500.000 turistas no parque, devido à torre e ao restaurante panorâmico, agora alega que a interdição da obra da torre pelo Ibama e a crise da Argentina reduziram as chances de realizar parcerias, dificultando a manutenção do contrato. Diante disso, o Ibama e a empresa buscam uma solução.



Fotografia nº 28 – Vista panorâmica da entrada no “novo” Parque Nacional do Iguaçu (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 29 – Vista do Edifício Ambiental (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).



Fotografia nº 30 – Vista do ônibus de dois andares (Foto de Maria Luiza N. Paes - 26/02/2002).

No caso do Parque, acrescenta-se à visualidade o prefixo ECO, a ponto de os turistas entrarem no local, olharem as Cataratas e, de certa forma, a floresta, e dizerem que praticaram o ecoturismo. Para a turista brasileira Agnes, por exemplo, o que praticara no Parque era ecoturismo, ou seja, uma “opção de lazer em áreas de preservação ambiental” (entrevista em 01/03/02). Outra visitante, ao contrário, escreveu em seu questionário que praticara um “turismo de cenário”, já que considerava ecoturismo “um tipo de turismo que visa a integrar o homem à natureza tentando criar uma consciência que somos todos integrantes, parte da natureza” (24/02/02). Ao que tudo indica, a presença das estruturas arquitetônicas modernas e os serviços urbanos de transporte e comércio não a convenceu de que estava em um lugar da “*natureza selvagem*”.

Em janeiro de 2001, Wádis Benvenuti, Alexandre Shorz e demais sócios da empresa Cataratas S. A., entregaram o Edifício Ambiental (centro de visitantes) com o estacionamento (3.900 m²); e Porto Canoas, equivalente à praça de alimentação (774 m²). Antes de serem concluídas as salas de exposição e projeção, o grupo iniciou a segunda etapa correspondente ao Espaço Naipi (330 m²). Ali serão colocados os elevadores panorâmicos que interligarão o final das passarelas das Cataratas ao Porto Canoas, situado no nível superior. Faltam licitar as concessões do Espaço Tarobá (113 m²); da trilha suspensa da Represa com um outro edifício ambiental (148 m²) e do Espaço Santos Dumont (419 m²), correspondentes à segunda fase de concessão de uso das áreas de uso público.

Como parte do processo de mudança das edificações, a antiga entrada do Parque, com a sua guarita e o seu posto de guarda, na atualidade, serve somente à administração e à entrada dos hóspedes do Tropical Hotel das Cataratas. Agora, uma imensa parede vermelha separa visualmente os espaços dos estacionamentos de veículos do Edifício Ambiental dos espaços da cidade. O turista precisa atravessar a larga passagem para alcançar os guichês de informação e de bilheteria ou ir à loja de souvenirs, à lanchonete, aos sanitários, ao terminal bancário, aos telefones públicos e a

parte administrativa da empresa. O preço do ingresso é diferenciado para o turista local, devido ao argumento de que é preciso estimular a sua ida ao Parque.¹⁴²

Para o “novo e moderno Parque” foram encomendados equipamentos especiais, a exemplo dos ônibus de dois andares com a parte superior aberta e mecanismos de controle de poluição. Isso representa conforto para os turistas. Para conhecerem as Cataratas, eles saem da estação de ônibus, situada próxima à bilheteria, e dirigem-se aos atrativos turísticos. Nesse veículo, com capacidade para 72 passageiros, os visitantes recebem informações gravadas acerca do Parque, do comportamento com os animais e outras. Ali desfrutam da visão das árvores e das borboletas e procuram avistar outros animais nos 7 km que os separam da primeira parada de ônibus, no local designado para se fazer o Passeio do Macuco. Contudo, chamam a atenção durante o trajeto o ir-e-vir dos ônibus e carros na rodovia, as casas de funcionários, a escola de educação ambiental e o posto da Polícia Florestal localizados nas margens da rodovia. Além do Hotel Tropical das Cataratas, situado defronte a um outro hotel no parque argentino. O turista deslumbra-se com as Cataratas, mas sente-se muito próximo à cidade.

Cada edificação turística tem lojas, sanitários, telefones e locais para a venda de alimentos. Como explica Rifkin, na medida que os “serviços supõem sempre uma relação entre seres humanos e não uma relação entre uma pessoa e uma coisa”, doravante nos parques nacionais os turistas terão acesso aos prestadores de serviços “mediados cada vez mais por relações monetárias” (2000: 12).

A taxa de ingresso permite ao turista o uso da “praça de alimentação” em Porto Canoas e caminhar nas passarelas que margeiam o rio Iguaçu defronte às Cataratas. Por ora, o Ibama as mantêm com seu traçado irregular e os sinais de 40 anos de uso.¹⁴³ Apresentam os mesmos problemas de fluxo de tráfego, visualização,

¹⁴² Os turistas nacional e internacional pagam R\$ 8,00 e os locais R\$ 3,00.

¹⁴³ A exceção é a parte nova metálica que adentra o rio com 136 metros de extensão, construída pela Varig e a Companhia Tropical de Hotéis, depois que as enchentes do rio levaram as antigas estruturas no Brasil e na Argentina.

pavimentação e segurança de circulação. Esta é a chance de o turista vislumbrar as Cataratas do lado brasileiro. Atualmente as opções de passeio são as passarelas e o Macuco Safári.

Na segunda parada de ônibus, em frente ao Tropical das Cataratas Hotel & Resort, o turista inicia a sua visita às Cataratas. Ali ele começa a se surpreender ao ver o Salto Bossetti, na Argentina e depois, durante a caminhada pela passarela, passa a admirar a beleza do cenário e a grandiosidade da natureza. Afinal, em um percurso de 1.220 metros podem ser vislumbradas, continuamente, quedas d'água e saltos que formam uma cortina de água tendo, ao fundo, o verde da floresta situada na Argentina. Entretanto, nada se iguala à aproximação do “canyon” denominado “Garganta do Diabo”. Para se ter uma idéia, acima das Cataratas o rio mede 1.200 m de largura, depois se estreita para cerca de 65 m e precipita-se ruidosamente pela fenda tectônica em forma de ferradura. De perto e, abaixo dela, impressiona ver o volume de água passando pela fenda com 82 m de altura e formando uma bruma e, em meio a ela, alguns arco-íris. Na passarela metálica construída acima do rio é possível uma maior aproximação.

No edifício denominado Porto Canoas, o turista encontra uma “praça de alimentação” similar à de um shopping. Ali estão localizados as lojas de suvenirs, de alimentos naturais, o restaurante, os sanitários, o ambulatório, os telefones e os correios. Dos terraços ele pode ver o rio Iguazu e a curva da fenda da Garganta do Diabo.¹⁴⁴

No Brasil, o visitante tem a melhor vista panorâmica das Cataratas, mas somente na Argentina pode ficar próximo a elas. A direção do *Parque Nacional del Iguazú*, na Argentina, optou por concentrar a área de serviços em uma grande praça na entrada. Dali o turista dirige-se ao “*Camino Verde*”, uma trilha bem desenhada e, se não desejar caminhar, prossegue no “*Trem da Selva*”, movido a gás, com capacidade

¹⁴⁴ A empresa Cataratas S.A., mantém 100 pessoas trabalhando nas edificações. Com os 20 funcionários lotados no parque, o Ibama de não conseguiria assegurar o funcionamento dessa área.

para 150 pessoas. Ao chegar na passarela que passa em cima do rio Iguaçu, ele surpreende-se com a visão do rio aos seus pés ou nas aberturas da vegetação, quando pode não só ver como ouvir o ruído das Cataratas situadas abaixo. Em cima da Garganta do Diabo muitos turistas se sentem tomados pela emoção ao receberem os respingos de água e ouvirem o intenso estrondo da água caindo cerca de oitenta metros em um vazio existente logo abaixo de seus pés.

De volta ao Brasil e ao Parque Nacional do Iguaçu, pode-se dizer que existem passeios que, normalmente, não constam desses percursos turísticos. São operações de turismo que requerem licença especial e guias peritos para conduzirem observadores de pássaros pelas trilhas na floresta. Nesse sentido, indagou-se de Christoph Peter Hrdina, um economista alemão residente no Brasil, proprietário e guia da agência “André Safári”, como são as suas incursões nesse parque, e ele respondeu:

“(…) Pessoas de aves não conhecem horário na vida deles. Eles fretam seus serviços e têm a idéia que fretaram 24 horas ou 28, se possível. Na hora que você termina a diária eles falam: Vamos olhar as corujas. Porque a vida deles é ver o máximo de espécies de aves existindo na região onde nós estamos” [entrevista, 2/12/2002].

Para Christoph, esse tipo de turista não está interessado em ver paisagens e o que mais lhes chama atenção na natureza brasileira é o Pantanal, por exemplo, pela possibilidade de avistar animais. Por isso argumenta que, para um guia poder levar turistas para a floresta, deve conhecer a natureza e dominar idiomas, principalmente o inglês. Pode-se dizer que esse tipo de turismo se assemelha ao ecoturismo praticado na Costa Rica e em outros países.

Na perspectiva do guia Walmor Sparremberg de Souza, que conduz turistas para a agência Naipi Travel, dentre outras empresas, esse tipo de turismo pode ser percebido de outra forma. Quando se indagou acerca de seu público em Foz do Iguaçu, explicou:

“(…) A preferência é aquele turista norte-americano interessado em natureza. Nas horas vagas eu sou observador de pássaros, amador é

claro. [...] Que sejam observadores de pássaros e que um de seus objetivos seja, de além de conhecerem as Cataratas também tentem entender um pouquinho da nossa diversidade ao redor das Cataratas do Iguaçu, quer seja do lado brasileiro quer seja do lado argentino. [...]"

O público em que eu noto um maior interesse seriam pessoas entre 60 e 75 anos de idade, ainda em condições físicas muito boas, de classe média e classe média alta, aposentados dos Estados Unidos. São pessoas que se dedicam a pesquisar um pouquinho, seja na Internet ou na biblioteca sobre o destino. Então eles acabam chegando aqui com alguma informação a respeito do Parque Nacional, dos pássaros que se pode observar aqui, dos animais que nós temos aqui na nossa fauna. E são pessoas que também têm um certo interesse bastante particular de querer aprender. [...]

Durante o final do nosso inverno e princípio de nossa primavera que seria agosto, setembro e outubro, é quando os pássaros estão em maior movimento, porque estão acasalando. Nós temos aí a possibilidade de vê-los realmente quando se sai pela manhã ou se fica no Parque até um pouco mais tarde. [...]. Aqui no Brasil, tirando a trilha do Macuco, nós não temos nenhuma outra trilha que esteja habilitada ao público, mas do lado argentino há possibilidade de observação da avifauna" [entrevista em 26/02/02].

O que se quer demonstrar com tais exemplos é que, no caso do Parque Nacional de Iguaçu, esse segmento turístico diferencia-se do turismo convencional e da proposta do turismo de aventura que está sendo implantada. Para o turismo de aventura, por exemplo, não é importante o guia conhecer os temas ambientais, mas dominar idiomas, dominar alguns esportes e conhecer a região, como disseram os proprietários de agências entrevistados.

4.3 Os Parques Nacionais como atrativos do turismo de massa

Com o progressivo aumento no número de turistas nos Parques Nacionais do Vulcão Poás e do Iguaçu, surgiu a preocupação de se reestruturar a infraestrutura de recepção da área de uso público, conforme as normas internacionais de conforto, segurança e estética na arquitetura e, também, na especialização dos agentes de recepção como guias, lojistas, motoristas etc. No rearranjo de forças entre os organismos governamentais e as agências operadoras de turismo, prevaleceu a idéia de que parte da área pública dos parques poderia ser cedida sob regime jurídico especial,

temporariamente, ao setor privado. Nesse caso, cabe ao governo, no processo de administração ambiental, exercer um duplo papel: o de promotor de desenvolvimento econômico, possibilitando e colaborando para a acumulação de capital do setor privado, e ainda, o de responsável pela preservação e conservação ambiental.

A complexidade na configuração desse tipo de produto turístico se deve à concepção e venda dos roteiros por parte das agências de turismo no mercado internacional e nacional, a participação conjunta de organismos governamentais e privados na criação de material de propaganda e o empenho das instituições privadas para que os guias de turismo o apresentem de forma adequada, motivando os consumidores.

Como parte do processo de renovação dos atrativos turísticos naturais e de seu lançamento no mercado, foi preciso implantar edificações modernas nos dois parques e até reformar aquelas que estavam com mais de dez anos de uso, como foi o caso do Parque Nacional Vulcão Poás. O objetivo era satisfazer aos anseios de consumo dos turistas nacionais e internacionais. Na Costa Rica, o percurso entre os centros urbanos de San José, Heredia ou Alajuela e esse Parque leva cerca de uma hora e meia e possibilita uma aproximação gradativa do turista da floresta. À medida que o turista sobe a montanha, observa que o meio urbano vai ficando para trás, pois passa por campos cultivados até entrar na área conservada. No Brasil, não existe essa diferença entre a cidade de Foz do Iguaçu e o Parque Nacional do Iguaçu. O visitante prossegue na mesma rodovia do meio urbano, contemplando edificações, hotéis, desde a cidade até entrar no Parque. O percurso entre o centro da cidade e a área conservada demora quase meia hora. No caso, o Centro de Visitantes ou a Edificação Ambiental, como é chamada, é que delimita a fronteira geográfica entre o meio urbanizado e essa área de “natureza selvagem”, a última grande área florestada do Sul do país.

Para poderem receber um número cada vez maior de turistas, tais parques procuraram adotar os padrões de conforto do turismo internacional. No Brasil, foi preciso criar novos espaços de circulação e lugares de recreação e de informação

ambiental (esse ainda encontra-se em obra). Entretanto, observa-se que esses locais não propiciam o convívio entre familiares e amigos em um momento de lazer, como ocorre no parque costarriquenho. No Parque Nacional Vulcão Poás o Centro de Visitantes é mantido como um local de encontro. Afastadas dali encontram-se as áreas de recreação e de convívio, com mesas, bancos e churrasqueiras situados em locais cobertos ou abertos. Tais áreas são usadas por turistas nacionais, especialmente nos finais de semana e feriados, já que os turistas estrangeiros não querem usufruir desses equipamentos. Assim, as lojas são visitadas pelos turistas de fora, as áreas de recreação pelos do próprio país, as passarelas e os mirantes por todos, como foi observado durante o período de pesquisa.

No Parque Nacional do Iguaçu, as condições de uso das áreas de recreação são distintas em virtude da construção das novas edificações. Antes existia uma área rústica onde os turistas nacionais faziam os seus piqueniques. Com as novas edificações, essa área deixou de existir e, em seu lugar, foi construída a edificação denominada “Porto Canoas”, onde está localizada uma espécie de “praça de alimentação”, mais visitada pelos turistas internacionais, tendo em vista que o parque está situado ao lado da cidade.

De modo geral, observam-se restrições ao acesso e ao tempo de circulação dos visitantes no interior dos dois parques. Embora o turista presuma que, oportunamente, contemplará prazerosamente o cenário paisagístico do Vulcão Poás ou das Cataratas, poderá constatar que, mesmo pagando, não terá tempo suficiente para conhecê-lo e registrá-lo em fotos, vídeos e filmes. Quando muito, obterá informações junto aos guias sobre o contexto ambiental, histórico e cultural local. Isso gera insatisfação para os turistas e alguns guias. Nesses parques também passou a vigorar a lógica do comércio de mercadorias, como em outros locais de atração turística. A diferença é que ali é vendida a “imagem” do cenário paisagístico de uma área natural conservada pública, configurada pela publicidade e manipulada pela divulgação e *marketing* e pelo próprio público visitante.

Os organismos ambientais, as agências de turismo e os turistas vêm a décadas participando do processo de construção das Cataratas e do Vulcão Poás como atrativos turísticos. Não se trata de sua apropriação como objeto, mas de transformá-los em um bem econômico, o que será abordado no capítulo sobre o consumo da paisagem.

CAPÍTULO V

O consumo da paisagem

Na primeira parte deste capítulo faz-se uma abordagem acerca dos aspectos relativos ao consumo e, em especial, às atividades turísticas praticadas nos Parques Nacionais do Iguaçu e do Vulcão Poás. Na segunda parte, analisam-se os dados das entrevistas, questionários e observações pessoais da pesquisa realizada com os turistas, guias de turismo, agentes de recepção turística e funcionários dos respectivos parques.

Retomando-se as informações anteriores, entende-se que a área ambiental é pública e, na Costa Rica, está sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Áreas Conservadas – SINAC. A área turística é definida como sendo pública e privada, uma vez que está sob o controle indireto do Instituto Costarricense de Turismo – ICT- e o controle direto das agências de turismo que organizam esse tipo de atividade na zona de uso público do Parque Nacional Vulcão Poás. Da mesma forma, no Brasil compreende-se que a área ambiental é pública e permanece sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis – IBAMA. Na área turística, o controle é parcial e está sob a responsabilidade da empresa concessionária que implantou parte da infra-estrutura da área de uso público do Parque Nacional do Iguaçu. No caso, não há uma articulação entre o IBAMA e a EMBRATUR para a promoção dos parques nacionais e das áreas conservadas como atrativos turísticos especiais, nacional e internacionalmente, como

ocorre na Costa Rica em relação ao ICT e o Sistema Nacional de Áreas de Conservação - SINAC.¹⁴⁵

Segundo os dados da pesquisa, o que atrai os visitantes àquelas áreas é sua possibilidade de olhar cenários paisagísticos incomuns. Para promover a ida a esses locais, são utilizados recursos de divulgação que associam a “paisagem” à “natureza intocada”, explorando imagens culturalmente elaboradas a partir de valores da beleza e da raridade. No turismo desenvolvem-se atividades que possibilitam um consumo diferenciado de bens para suprir necessidades dos cidadãos, em contraste à sua condição urbana, como o retorno à natureza idealizada. Nesse processo, a paisagem configura-se, historicamente, como um bem econômico singular. Daí ser dito, no decorrer desse trabalho, que a paisagem transformou-se em mercadoria.

Para a apreciação e valorização da natureza contribuiu a pintura paisagística naturalista dos séculos passados. Assim, desde o século XVI a paisagem passou a ser um objeto artístico oferecido em um restrito mercado de arte, conforme visto no Capítulo I. Com Thomas Cook surgiu o turismo na Europa e a paisagem tomou uma nova forma e o seu consumo foi ampliada também pela possibilidade de registro em fotos e, depois, nos filmes. Isso se refletiu em termos de valor e venda no mercado capitalista quando cenários paisagísticos foram transformados em atrativos turísticos.

Como explica John Urry (1996: 18), no século XIX despendiam-se horas contemplando a paisagem. Na atualidade, com as possibilidades de sua reprodução, o turista que não dispõe de tempo para vê-la pode observá-la sob a forma de imagens nos cartões postais, fotos e filmes. Para Jeremy Rifkin (2000), o turismo passou a fazer parte da nova “*economia da experiência*”, da mesma forma que a chamada “*indústria do entretenimento e lazer*”. No contexto atual, a competição vem se dando tanto pela busca de paisagens excepcionais como pelo controle do acesso e

¹⁴⁵ A promoção turística atual focaliza a cidade de Foz do Iguaçu e as Cataratas, mas não o Parque Nacional de Iguaçu. As atenções ainda estão voltadas para o turismo convencional de “sol e praia” e só recentemente

do conteúdo das atividades recreativas em geral (Rifkin, 2000: 18). De alguma forma, isso explica a crescente pressão do setor privado, no Brasil e na Costa Rica, para que os governos dos respectivos países repassem, para empresas desse setor, as atribuições governamentais no atendimento público nos parques nacionais. Tal fenômeno manifestou-se na segunda metade da década passada, quando foi reconhecida a contribuição do turismo no balanço de pagamento dos dois países.

A partir do final dos anos 1980, tornou-se evidente para o mercado turístico que o Vulcão Poás, as Cataratas e muitos atrativos naturais deveriam ser transformados em mercadoria, distinguindo-se não só esteticamente, mas devido à sua “aura” dada pela vinculação ao prefixo “ECO”, o que incentiva a maior procura por áreas conservadas.

5.1 O consumo no turismo

Nas obras das ciências econômica e sociológica e, especialmente, nos escritos de Karl Marx e Max Weber, sempre houve uma preocupação em procurar compreender as atividades da produção capitalista em si, deixando-se de analisar com a mesma ênfase as feições da distribuição e do consumo. Alguns autores buscaram analisar aspectos relativos ao consumo, o assunto deste trabalho, a seguir, em razão da própria temática. No final do século XIX, o economista Thorstein Veblen foi um dos primeiros a elaborar uma teoria do consumo distinta daquelas da economia clássica. Em sua obra *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições* (1899), ele destaca que o incremento do consumo conspícuo da burguesia é decorrente da competição imitativa com a aristocracia e da emulação por status. Isso significa que a propensão ao consumo é orientada pela mudança nos valores e atitudes, e não pelo aumento do poder aquisitivo.

apresentaram-se as belezas naturais, sem especificar os parques nacionais ou as áreas naturais conservadas.

Algumas observações feitas, na mesma época, por outros sociólogos, como Georg Simmel, são importantes para compreender o consumo no que se refere à moda. Ao procurar compreender a integração e socialização do indivíduo à sociedade mediada pela economia monetária, o autor demonstrou a ampliação dos círculos sociais e os conseqüentes movimentos de “igualação” ou nivelamento entre indivíduos de distintos estratos sociais, e o de “compensação” que demarca a autonomia dos indivíduos em suas escolhas (1998: 164). Para Simmel, a vida na metrópole e o trabalho na indústria possibilitam que a moda e os objetos materiais e espirituais adquiram movimento próprio. Os limites entre os estratos sociais tornam-se fluidos, permitindo a ascensão individual e de grupos. Nesses termos, a essência fundamental da moda é parte das tendências contraditórias do próprio ser, manifestas pela necessidade e pelo desejo de vincular-se aos demais na competição, igualdade e imitação, e pela necessidade e possibilidade de distinguir-se por meio da diferenciação e individualização.

Segundo Mike Featherstone (1995), a idéia de Simmel de integração cultural não considera a diversidade e a desordem existentes nas sociedades quando os grupos dominantes tentam impor estratégias de monopolização, enquanto os marginalizados esforçam-se para derrubar o privilégio de monopólio desse reduto cultural. Isso significa dizer que a alta-cultura pode ter pouca ou nenhuma influência sobre a maioria das pessoas (Featherstone, 1995: 166). No entendimento de Mary Douglas, o consumo pode ser mais uma forma de cumprir obrigações sociais do que um prazer em si mesmo (Featherstone, 1995: 165 - 166).

Riesman et alli (1971) transferem o foco do consumo para a produção, esclarecendo que o princípio regulador das variações incessantes na produção não é a rivalidade de classes, como afirma Veblen, e sim a “diferenciação marginal”, ou seja, o indivíduo não se destaca dos demais indivíduos, grupos sociais etc por usar um produto diferente ou de qualidade e sim pelo signo que é reconhecível por peritos em uma competição velada (Riesman et alli, 1971: 111). A diferenciação é alimentada pela indústria, necessitada pelo comércio e, sistematicamente, estimulada pela

propaganda. A sua transformação em mecanismo institucional se deu a partir do momento em que as sociedades avançadas da América do Norte, Europa Ocidental e Orla do Pacífico começaram a organizar-se mais em torno do consumo e a depender dele, econômica e ideologicamente (Costa Lima, 2000: 53-54).

Para Colin Campbell (2001), o consumo não se restringe à escolha racional, decorrendo também da busca por prazer. O autor situa no século XVIII, na Inglaterra, a revolução do consumo e do lazer, como uma decorrência da Revolução Industrial e do surgimento dos estratos médios da sociedade. Segundo explica, em virtude da mudança nos valores e atitudes desses estratos, houve uma procura maior do romance moderno e, por conseqüência, a busca pelo amor romântico. Tais mudanças não podem ser explicadas somente pela emulação social, como entende Veblen. Por isso, Campbell afirma que, possivelmente, a burguesia aspirante desenvolveu uma estética própria, substituindo a “autoridade e razão tradicionais por intuição e sentimento” (2001: 286).

O autor prossegue dizendo que o consumidor, dali em diante, passou a desfrutar das imagens do objeto olhando vitrines, ilustrações etc. Em seu entendimento a “interação dinâmica entre a ilusão e a realidade é a chave para a compreensão do consumismo moderno e, na verdade, do hedonismo moderno em geral” (Campbell, 2001: 132). O desfrute estético gera prazer no indivíduo, mas o impulso ao consumo só se mantém graças ao “ciclo do desejo-aquisição-desilusão-desejo renovado”.

Dentre as críticas a tal proposta, destaca-se a de Featherstone (1995), que lembra a necessidade de se ter cautela ao afirmar a existência de uma força propulsora ativa da “ética do consumo”. A princípio, deve-se avaliar o uso prático das crenças em relação às alianças, interesses e disputas de grupos. Se essa hipótese é verdadeira, a sociedade requer um conjunto específico de crenças básicas para forjar um empenho e uma realização emocional intensa em grupos especiais.

Segundo Giles Lipovetski, a “cultura do consumidor” principiou nos anos 1920, quando as indústrias capitalistas serviram-se da arte e da moda em algumas cidades da Europa para aumentarem as suas vendas (1989: 32). Nesse sentido, Wolfgang Haug, levando em conta as análises da arte feitas por Walter Benjamin, esclarece que a “arte existe historicamente somente graças à forma da mercadoria. Antes disso [tinha] o culto, que não era arte; o artesão não era o artista” (1997: 134). Com o emprego da máquina de fotografar, as sociedades entraram na “era da reprodutibilidade técnica” e a crença na possível existência de uma “*aura*” em torno à obra de arte ficou abalada. Dali em diante, os seus apreciadores perderam a ilusão quanto à separação entre a arte e a mercadoria, a cultura e o mercado.

Lipovetsky, de certa forma, se opõe a esse argumento, revelando que não houve uma mudança nas relações entre a produção e o consumo, ao contrário elas compõem os dois lados da moeda, “era da eficácia e era das frivolidades, domínio racional da natureza e loucuras da moda são só aparentemente antinômicas” (1989: 34). Para ele, o rompimento das formas de socialização baseadas no espaço e tempo da tradição beneficiou a criação de um “elo inter-humano”, fundado na conjunção do efêmero e da fantasia estética no tempo presente” (Lipovetsky, 1989: 35).

As alterações na cultura e no padrão de vida de algumas sociedades no mundo, especialmente na norte-americana, tornaram-se evidentes somente nos anos 1970, com o alcance do progresso tecnológico. Na visão psicossocial de Christopher Lasch, em face das mudanças ocorridas “após a ebulição política dos anos 60, os americanos recuaram para preocupações puramente pessoais. Desesperançadas de incrementar suas vidas com o que interessa, as pessoas convenceram-se que o importante é o autocrescimento psíquico. [...] Viver para o momento é a paixão predominante – viver para si”. (1983: 24). Segundo esclarece, o progresso técnico gerou mudanças conjunturais e, especialmente estruturais, refletindo-se na forma de os indivíduos apreenderem o mundo. Muitos se exilaram no modo de vida alternativo, outros no conforto e na segurança, estratégias que apenas refletem a desesperança de mudar a sociedade ou de compreendê-la. No entendimento do autor, tais

transformações se devem às “mudanças bem específicas em nossa sociedade e cultura – da burocracia, da proliferação de imagens, de ideologias terapêuticas, da racionalização da vida interior, do culto do consumismo e, em última análise, das mudanças na vida familiar, assim como de padrões variáveis de socialização” (Lasch, 1983: 57).

Featherstone (1995) é uma fonte importante para entender o problema do consumo como manifestação cultural. Ele não o discute diretamente, mas, ao analisar a obra de diversos autores observa a existência de similaridades no consumo de bens materiais e simbólicos por meio das quais os indivíduos desenvolvem, nas experiências subjetivas privadas e nas práticas de isolamento, um modo de vida cada vez mais estilizado. Trata-se de um duplo movimento: o que procura eliminar a “aura” sagrada da obra de arte, questionando a sua posição de respeitabilidade nos museus, e aquele outro que tenta transformar a “vida” numa “obra de arte”, como um projeto de “estetização da vida cotidiana”.

Outros autores, como David Harvey (1998) destaca o aumento no consumo e o seu reflexo nas mudanças no estilo de vida das sociedades desenvolvidas, a partir dos anos setenta. A sua abordagem está centralizada em uma base histórica e material dessas sociedades na qual começou a se constituir o mundo das imagens. A fruição estética, como um fim em si mesmo, passou a gerar uma “onda de ‘subjetivismo radical’, de ‘individualismo desenfreado’ e da ‘busca da auto-realização individual’” (Harvey, 1998: 29). A produção da cultura “tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova (de roupa ao avião), em taxas de transferência cada vez maiores, agora atribuem uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação e às experimentações estéticas” (Harvey, 1998: 65). Um novo mercado revolucionou o lazer e a racionalidade da produção, aproximando-a ainda mais da do consumo.

Como explica Krippendorf, no que se refere às atividades do turismo, “uma mobilidade frenética tomou conta da maioria dos habitantes das nações industriais” (1989: 15). Sem necessidade aparente, uns começaram a sair nas férias, outros nos finais de semana e as motivações não se vinculavam mais ao desejo de descobrir ou de querer aprender algo (Krippendorf, 1989: 17). O autor enumera alguns motivos para isso: o desconforto nos locais de trabalho ou moradia; a monotonia do cotidiano; o empobrecimento das relações humanas; a degradação da natureza; a repressão de sentimentos. Ele chama a atenção para os pressupostos dos deslocamentos referentes ao tempo e aos recursos financeiros dos turistas.

Nesse período em que a maioria começou a enfatizar a produção e o consumo em massa, no sentido contrário surgiram os grupos, considerados da contracultura, que “predicavam a elevação do espírito humano e as experiências estéticas como liberação de uma vida de esforço incessante e constante acumulação material”, como explica Jeremy Rifkin (2000: 192). Em resposta ao crescimento dos movimentos ambientalistas, feministas, de defesa dos direitos humanos e outros, gradativamente a economia passou a apropriar-se de seus temas. Ao vinculá-los aos produtos e serviços, nas campanhas publicitárias, os novos intermediários culturais, como são chamados os empresários e especialistas em *marketing*, começaram a transformar a publicidade em um meio que “informa aos consumidores sobre a cultura, e lhes ensina que compras evocarão a conotação cultural e a experiência de vida mais adequada aos seus gostos” (Rifkin, 2000: 235).¹⁴⁶

Com o aumento do consumo, teve início a crescente produção de imagens, simulacros ou simulações descomprometidas com a realidade, como observa Jean Baudrillard (1975). Ao examinar a profusão de imagens e de cenários criados na esfera cultural mais ampla, o autor esclarece que a descartabilidade passou a fazer

¹⁴⁶ O reconhecimento de perspectivas diferentes, como as dos alternativos, é importante para entender as especificidades das atividades de “turismo na natureza” praticadas nos parques estudados. Porquanto ali podem ser encontrados especialistas ecológicos, naturalistas e turistas que apenas desejam observar um cenário paisagístico excepcional, sem a preocupação de conhecer ambientalmente a área.

parte desse processo em que os valores da eficiência econômica se estendem em todos os âmbitos da vida cultural.

Outros autores contemporâneos, igualmente preocupados com a proliferação de imagens, chamam a atenção para aspectos socioculturais diferenciados. Scott Lash e John Urry (1994) destacam o consumo específico do turismo, associando a “sociedade da imagem” ao deslocamento, especialmente, no que se refere às experiências de viagem e argumentam que o mundo moderno não pode ser concebido sem as formas de transporte de longa distância e as viagens. Daí entendem que o *flâneur* pedestre, a categoria que Baudelaire cria, já não é emblemático, e sim o “turista contemporâneo”, quer se trate do motorista de carro, do passageiro do trem ou do avião a jato (Lash e Urry, 1994: 252).

A mobilidade no turismo, dada a sua feição “industrial”, tornou-se “responsável por alterar a forma como as pessoas experimentam o mundo moderno, mudando conjuntamente suas formas de subjetividade e sociabilidade e sua apreciação estética da natureza, das paisagens naturais e urbanas e de outras sociedades” (Lash e Urry, 1994: 256). No pensamento dos autores, o deslocamento gera a expectativa de que é possível “olhar para muitos lugares diferentes, os quais podem ser comparados e justapostos um com o outro”, e que, a partir do conhecimento organizado das pessoas para si mesmas e para o seu mundo social originar-se-iam “*locais-mitos*” (1994: 256).

Duas questões são centrais na viagem e no turismo: uma decorre da “compressão tempo-espço” de que fala Harvey e a outra, da ação simultânea da visualização de imagens e do re-encantamento do consumo, como argumenta Fredric Jameson (1994). Tal re-encantamento se deve, segundo Jameson, ao fato de se apor sinais e imagens a todo e qualquer objeto e serviço, o que torna o consumo simbólico e não simplesmente funcional ou determinado pelo preço. Na abundância de ambientes temáticos como *shopping*, hotéis e feiras, as pessoas passam a agir como se fossem turistas, pois começam a ver, juntar e consumir sinais e imagens de outras culturas, de maneiras novas e diferentes (Jameson, 1994: 120). A estetização da realidade revela

um paradoxo: conquanto em todas partes sejam feitas “tentativas variadas de reinventar o Belo como uma categoria de experiência cultural”, uma expansão cultural dessa ordem traz em si o obscurecimento do sentido da distinção ou da especificidade do estético. Assim, “se toda a realidade tornou-se profundamente visual e tende para a imagem, então, na mesma medida, torna-se cada vez mais difícil conceituar uma experiência específica da imagem que se distinguiria de outras formas da experiência” (Jameson, 1994: 121).

A proliferação de imagens só se tornou possível porque no período atual, que muitos autores chamam de “pós-moderno”, já não se discute a fragmentação, a efemeridade, a descontinuidade do modernismo, nem se tenta transcendê-lo ou sequer definir elementos mais estáveis ou imutáveis que caracterizem a contemporaneidade. Para Harvey (1998), tal movimento teve início na arquitetura quando foi defendido, dentre outros interesses, o direito de cada um ter sua própria estética. Como argumenta o arquiteto Venturi, a “Disneyworld está mais próxima do que as pessoas querem do que aquilo que os arquitetos já lhes deram” (Harvey, 1998: 62).

Umberto Eco (1984) compreende tal fenômeno de forma distinta. Para ele: “A Disneylândia nos diz que a técnica pode nos dar mais realidade que a natureza” (1984: 56). De um lado, “além de se desfrutar uma imitação perfeita, desfruta-se a persuasão de que a imitação tenha atingido o próprio auge e que daqui em diante a realidade lhe será sempre inferior” (Eco, 1984: 58). Sua explicação assemelha-se a de Jameson, ao dizer que a proliferação de sinais e imagens no consumo tornou mais complexa a separação entre os modos de representação e a realidade, confundiu as fronteiras entre o jogo e a ilusão.

É nessa proposta construída entre as formas de representação e a realidade que o turismo desenvolve as suas atividades. Para Lash e Urry (1994: 271), em nenhuma outra atividade a aquisição e o consumo de imagens têm sido mais difundidos que nas práticas do turismo. O vertiginoso ritmo de suas atividades, o

acesso à informação e a frequência aos *shoppings centers*, parques temáticos etc têm problematizado a noção de paisagem e o fim do turismo. Eles argumentam que o fim do turismo seria decorrente da homogeneização ou da perda da especificidade da viagem que, por sua vez, é função da “diversidade manufaturada” de objetos e lugares.¹⁴⁷ Paradoxalmente, o turismo que sempre propiciou a distinção social, passa a engendrar a “*des-diferenciação*”, tanto pela recusa por parte do turista de se auto-reconhecer em tal condição, quanto pela proliferação do “olhar do turista” no cotidiano. Para os autores o pós-turista faz jus ao pós-modernismo, ao reconhecer no turismo uma série de jogos ou simulações e, estando consciente disso, se diverte com eles (1994: 275).

No entendimento de Urry, o “olhar do turista” é “socialmente sistematizado e organizado” e explica que, na atualidade, existem “muitos profissionais que ajudam a construir nosso olhar como turistas” (1996: 16).¹⁴⁸ Para o autor, esse olhar passou a ser “estruturado por noções culturalmente específicas daquilo que é extraordinário e, portanto, digno de ser visto”, isto é, por objetos e signos não-rotineiros (Urry, 1996: 96). Ele distingue algumas categorias de análise como o “olhar romântico” e o “olhar coletivo” (1996: 70-71). Assim, o “olhar romântico” é aquele que carrega a natureza do sentido do sagrado, do autêntico ou do intocado, daí interessar-se pela observação solitária da paisagem. Segundo Hirsch, o que importa para esse turista é o olhar inicial, por isso se dispõe a buscar incessantemente novos atrativos (Urry, 1996: 71).

Para Urry, o “olhar coletivo” exige a co-participação e a confirmação de o turista estar no local. Nesse caso, o fato de encontrar-se em meio à multidão de pessoas não lhe causa problemas, ao contrário, tais presenças podem significar a existência de uma série de comodidades, a exemplo de alguns locais frequentados pelo

¹⁴⁷ A homogeneização favorece a proliferação de redes similares de sinais e imagens, mas reduz as diferenças entre os locais (Lash e Urry, 1994: 260).

¹⁴⁸ John Urry (1999), realiza uma análise da prática turística na Europa e, principalmente, na Grã-Bretanha a partir do século XVIII. Ele procura desenvolver seu trabalho a partir do “olhar do turista”, como categoria de análise.

turismo de massa. Esse olhar “aprecia a convivência, a sociabilidade e o fato de fazer parte da multidão” (1999: 72).

Para satisfazer à crescente necessidade de produção dos destinos turísticos e à criação de novas experiências, o mercado começa a apropriar-se de locais públicos de interesse cultural e de experiências significativas ou de bens culturais incomuns, aos quais impõe critérios comerciais. Antes o acesso era livre, na atualidade é estabelecido o direito ao acesso aos bens públicos mediante o pagamento de ingresso. Na explicação de Rifkin (2000: 191):

“À medida que uma cultura compartilhada se decompõe em experiências fragmentadas, os direitos de acesso vão se transladando do domínio comum para o âmbito comercial. O acesso já não se baseia em critérios intrínsecos – tradições, direitos de livre circulação, família e amizade, etnia, religião ou sexo, senão em possibilidade de pagar seu valor de mercado”.

Nos parques nacionais, até os anos 1990, as instituições ambientais davam prioridade à dimensão técnico-científica da conservação e à proteção ambiental da área natural conservada. Na atualidade, com a falta de recursos financeiros e de pessoal, há uma diminuição das ações de proteção e educação ambiental. Em alguns parques, ganham destaque as atividades do lazer turístico, por isso faz-se necessária a preparação para a recepção de um crescente número de turistas.

5.2 A apresentação da paisagem pelo guia de turismo

O guia é o profissional que completa o processo de venda da viagem. Mesmo assim, não pode ser chamado de vendedor, como outros profissionais que vendem serviços. Ele assume papéis distintos como o de mediador entre a agência de recepção e o turista, o de educador ou informante que estimula o turista a ver, conhecer ou mesmo agir nos locais visitados e, ainda, aquele profissional que classifica e hierarquiza o que pode ser visto, ouvido ou tocado pelo visitante.

Conquanto a “qualidade da interação social entre o fornecedor do serviço” (o guia e a agência) e o consumidor faça parte do pacote turístico, também o local visitado deve transmitir significados culturais apropriados, para não comprometer o serviço (Urry, 1996: 64).

Para Maria Amalia Piza, funcionária da agência “Horizontes”, o sucesso da operação turística depende do guia, como explicou:

“(...) El papel del guía es fundamental. Realmente el guía es la imagen final de la empresa. Es para mí, la diferencia entre el éxito y el fracaso de un programa. Así que, para nosotros, el guía es importantísimo. Nosotros normalmente, como promedio, trabajamos de ocho meses a un año en un itinerario. Eso es, desde el momento en que se hacen las reservaciones, se trabaja el itinerario, se diseña el programa, etc., hasta el momento en que la gente llega al país. Y la diferencia de que sea un éxito todo lo que hemos trabajado durante un año, es el guía. Realmente el clima es importante, los lugares son importantes, la comida es importante, pero el guía es fundamental. En realidad es importantísimo” [entrevista em 21/02/01].

O que parece fazer parte de sua condição profissional é a repetida apresentação dos mesmos locais e objetos para distintos turistas.¹⁴⁹ Nas entrevistas, alguns guias disseram que, muitas vezes, o ato rotineiro do trabalho os levava a um desgaste e a uma desmotivação, tal como o trabalho em outras atividades do mundo contemporâneo. Isso é reforçado pelo fato de os serviços serem mal pagos pela agência contratante, o que os impede de interromperem um pouco o seu trabalho para adquirirem novos conhecimentos. Por sua vez os empresários alegam que a gorjeta que recebem seria uma forma de pagamento complementar. Em um levantamento nas lojas dos parques estudados constatou-se que essas pagam aos guias cerca de 10 a 15% do valor comprado pelos turistas, à exceção das lojas de alimentos como cafeteria, *fast-food* ou restaurantes que lhes oferecem a alimentação e, raramente, uma porcentagem de até 5% por turista.

¹⁴⁹ A propósito da repetição, o filósofo Ítalo Calvino argumenta que: “A cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes” (1990 a: 18).

No que se refere à repetição de textos indagou-se de Guiselle Quirós, uma ex-guia e atual proprietária da agencia emissiva “*Isla Bonita*”, se os profissionais não se cansavam de repetirem os roteiros de viagens e ela destacou o papel do guia como “ator” de teatro frente ao cenário paisagístico. Ressaltou também o cansaço físico, devido ao tempo gasto em cada viagem e a responsabilidade na execução de várias tarefas. Em suas palavras:

“(…) Bueno, es que en general Costa Rica es muy pequeña y los ‘tours’ ya están establecidos. Es muy difícil improvisar un ‘tour’. Entonces generalmente si uno quiere un muchacho especialista en aves, llama a tres o cuatro personas que sabemos que son muy buenas en eso y, como que se saben el texto de memoria y se saben las aves de memoria, y llega un momento en que, no sé, talvez, pues puedan hasta poner un nombre en que talvez no corresponda al pájaro. Pero al turista, pues, les encanta eso. Les encanta que les diga el nombre científico, les encanta que les diga que eso se llama así y se conoce como sá. En el caso, hay guías que, más que todo, hacen como una hora de teatro al momento de presentar una escena en el volcán o en... A veces es que involucra mucho cansancio, agotamiento. Hacen ‘tours’ de doce, quince horas seguidas. Hay guías que tienen que manejar su vehículo para llevar tres, cuatro personas hasta cierto lugar. Entonces involucra cansancio y todo se sabe de memoria y talvez no analicen bien lo que están diciendo”. [entrevista em 07/02/01].

Tanto no Brasil como na Costa Rica a maioria dos guias e motoristas trabalha como autônomo para as agências de viagem. Embora o turista os veja “vestindo a camisa da empresa”, é como se eles assumissem o papel da agência naquele momento. Não há um compromisso dessas agências no aprimoramento educativo e nas obrigações trabalhistas com esses profissionais.

Para Mauro, professor de geologia no curso de guia de turismo do SENAC, em Foz do Iguaçu, no Brasil o papel do guia exige certos atributos:

“O guia tem que ser sensível, ele tem que ser ouvinte muitas vezes, falando somente do que necessita passar de informação, não ir além da intimidade do turista que está ali [...] Ele tem que ter um discernimento muito grande, uma ética profunda. [...] Os guias são interpretadores, porque vão estar interpretando o espaço onde eles estão” [entrevista em 27/02/02].

Para analisar o papel do guia, é preciso saber como ele compreende a atividade do turismo e de que forma a realiza. Armando Lograz, por exemplo, foi entrevistado no Parque Nacional Vulcão Poás e disse que nesse dia fazia o tour *Poás-Sarchí* para a agência *Montaña Verde*.¹⁵⁰ Quando se indagou sobre o segmento do turismo no qual havia se especializado, respondeu: “*Turismo agradable, que es andar por todo el país y hacer traslados. Más que todo es llevar y traer gente de un lugar a otro. Tengo un poquito de conocimiento de lo que es biología general del país, pero no soy un guía especializado en biología*” [entrevista em 02/03/01]. Ele chama a atenção para a especificidade do papel do guia no “turismo na natureza”, que precisa ter conhecimentos básicos de vulcanologia, biologia, história do país.

Como o dia estava nublado, deixando o vulcão encoberto e causando frustração nos turistas, indagou-se sobre o que fizera nessa situação e ele explicou que, às vezes, é possível ficar por algum tempo ao lado da cratera esperando os ventos levarem as nuvens até descobri-la. O guia chamou a atenção para o fato de que as informações passadas para os turistas nada mais são que generalidades, de acordo com o interesse deles: “*Si vemos. Pero hay gente que llega y como que está nublado y se va. Nosotros sí, esperamos porque yo ya tengo la experiencia de que si uno se espera hay unos diez, quince minutos el cráter se despeja*”.

Esse guia está há cerca de 24 anos conduzindo turistas na Costa Rica, daí acreditar que o “turismo na natureza” que pratica não exige um aprofundamento no conhecimento ambiental. Para os turistas, segundo disse:

“les interesa la naturaleza, pero no es nada especializado y nada más que generalidades. [...] Bueno la experiencia es muy impresionante. La gente que nunca antes ha visto un volcán y tiene muchas preguntas y les intriga mucho el agua de la laguna, si es llovizna y si está caliente y cosas de este tipo”.

Em uma situação semelhante, outro guia, de nome Gerardo, teve um comportamento distinto.¹⁵¹ Ele tem curso superior e trabalha há 14 anos como guia autônomo e há dois anos com a agência *Ecoscape Nature Tours*, para a qual realizava naquele dia o tour 4x1.¹⁵² Ao ser indagado sobre que tipo de turismo praticava ali no Poás, respondeu que procurava passar as informações a respeito dos recursos naturais, como se fosse um professor. Acrescentou que esse empenho nem sempre era reconhecido pelos empresários de turismo, que partiam do princípio que os turistas não se interessam por elas:

“(...) Bueno, me gusta darle un énfasis del tipo naturalista, porque el tour se presta. [...] Hay guías que no tiene muchas informaciones naturalistas entonces terminan por hacer un tour de recreación, un pasecito. Pero es una lástima, se pierde mucho de la información. [...] El guía que no es un educador no sirve. No puede compartir la información para que tenga un efecto a largo plazo. No es solamente ganarse la plata, es más que eso.

Lamentablemente muchos empresarios en ese país, lo que piensan es en la cantidad de dinero que se gana, y pagan menos, no quieren pagar, prefieren contratar un guía de mala calidad. Yo incluso oí más de un empresario decir que los turistas son estúpidos, les da lo mismo Ana que Juana, un guía que otro.” [entrevista em 23/01/01].

Nesse dia estava chuvoso e ventando. Gerardo, ao aproximar-se do parque, avisou aos turistas que, possivelmente, não veriam a cratera do vulcão. Por isso, se indagou ao final da excursão acerca dessa preparação psicológica, e ele esclareceu que:

“Yo les digo que está con nubes antes de que lleguen para que se acostumbren a la idea. Porque si llevan una sorpresa arriba es aún más frustrante. Si yo les digo, vean está nublado, les voy preparando psicológicamente.

Ahora trato de compensarlos. Si yo veo que el volcán no se verá y que yo tengo un día más largo, les voy tratando de compensarlos. Vamos buscando pájaros, les voy hablando de plantas, les voy hablando de agua, de historia natural. [...] Si el contrato psicológico con el cliente

¹⁵⁰ Lograz começou a guiar há 24 anos, quando ainda não existiam cursos profissionalizantes no país. Devido à sua experiência, ensinou durante sete anos em um curso de guias.

¹⁵¹ A autora participou dessa excursão como parte da pesquisa.

¹⁵² Esse guia é formado em Psicologia e cursou disciplinas de Biologia na Universidade de Costa Rica e outras no *Instituto Volcanológico y Sismológico* e na *Organización de Estudios Tropicales*.

que recibe ciertos servicios no se cumple o si este es roto, las personas se van molestas. Y con toda la razón. Entonces hay que compensar y eso es lo que yo trato de hacer, las recompenso”.

Segundo as entrevistas com inúmeros guias e empresários de turismo, na Costa Rica e no Brasil, e as observações de campo, pode-se dizer que o turismo praticado nesses parques é o de massa ou “*generalista*”, como é chamado na Costa Rica. Sendo assim, os turistas não manifestam interesse em informações específicas da natureza, ao contrário dos ecoturistas ou naturalistas.

Berny Gutierrez, um guia costarricense autônomo que, ao ser entrevistado na Fazenda Santa Edwiges - Doka Estate, prestava serviços para a agência “*Camino Travel*”, manifestou outra opinião a respeito do papel do guia.¹⁵³ Para ele, cada excursão é diferente, improvisada e baseada na experiência pessoal e no estilo de cada um e depende também dos turistas e das agências de viagem. Por isso não trabalha no chamado “*one day tour*”, porque os guias transformam-se em “*máquinas prácticamente, diciendo todo el tiempo lo mismo que es memorizado*” [entrevista em 06/01/01].

Esse guia desenvolvia uma programação alternativa com atividades de “turismo rural” e de “turismo na natureza” com um grupo de fazendeiros. Eles passariam nove dias e oito noites na Costa Rica para conhecerem fazendas de plantio de cana-de-açúcar, café e banana, além dos Parques Nacionais Vulcão Poás e Arenal. Nesse tipo de experiência, certamente a paisagem não é o motivo principal de viagem, porquanto se tratam de profissionais que, em seu período de férias, buscam conhecer experiências em atividades correlatas às suas, intercalando visitas às fazendas com o passeio em áreas naturais conservadas cujos atrativos são os Vulcões Poás e Arenal. A associação feita entre a lide rotineira e conhecida dos visitantes e as atividades de lazer demonstram não somente a racionalidade em termos econômicos, mas uma diversidade de interesses com aqueles turistas, que viajam de fato para praticarem o

¹⁵³ Berny é engenheiro agrônomo formado pela Universidade da Costa Rica e realizou cursos de ornitologia, comportamento de mamíferos e de flora e fauna tropical. Ele guia para as agências *Camino Travel* e *Swiss Travel*.

“turismo na natureza”. Nesse caso, a interligação entre o tempo de trabalho e o de lazer permite a esse tipo de turista trocar informações, dar continuidade aos negócios e conhecer um país cuja natureza é tida como conservada e exótica.

É importante ressaltar a propaganda da televisão nos incentivos de visita aos parques nacionais estudados, tendo em vista a apresentação de locais exóticos, elementos da natureza e culturas diversas, nos canais especializados. No caso brasileiro e no que se refere ao público japonês, isso é relevante, como disse Lioje Kimura, brasileiro e guia de turismo em Foz do Iguaçu.¹⁵⁴ Ele vem trabalhando como autônomo na região há cerca de 15 anos, especialmente junto à agência *Tunibra Travel*. Para o guia aquele turismo praticado no Parque Nacional do Iguaçu é de massa e disse que os turistas não saem do Japão para a recreação ou o divertimento, mas somente para conhecerem as Cataratas de Iguaçu, trechos da Floresta Amazônica ou outros ambientes naturais da América do Sul:

“(…) Já está bem divulgado lá as três maiores quedas, né? Então, hoje de dez pessoas que vêm, acho que duas ou três já visitaram Niagara [nos Estados Unidos] e Victoria [em Zambewe] e querem conhecer a terceira. A metade, pelo menos, já conhece Niagara, então eles vêm para completar e visitar esses três quedas d’água” [entrevista em 04/03/02].

Ao se indagar se os turistas comparavam os ambientes naturais existentes na Ásia com o que estavam visitando na América, respondeu que era por isso que desejavam conhecer as Cataratas:

“Porque lá existe uma queda d’água conhecida que é um filete de água de 90 metros de altura. Então eles ficam impressionados com isso daqui com 270 quedas d’água. E isso é devido à divulgação, né? A televisão, principalmente, é quem tem divulgado as Cataratas de Iguaçu lá no Japão. Não somente como matéria de reportagens, como também comerciais é utilizado muito as Cataratas do Iguaçu”.

Ao que parece, para os turistas o desejo de contemplar tais paisagens, em particular, surge das primeiras imagens das Cataratas criadas a partir dos discursos

¹⁵⁴ Esse guia é formado em Teologia no Japão.

de amigos e parentes, da visão das fotos, vídeos, publicidades e filmes ou da leitura de reportagens.

Durante a pesquisa foi possível entrevistar a aprendiz Alejandra, da agência *Costa Rica Fun Adventures*, que conduzia, junto com uma guia, oito turistas da França e dos Estados Unidos na excursão *Poás-Sarapiquí*, na Costa Rica. Quando foi questionada acerca do tipo de informações do Parque que passava para os turistas, ela respondeu que procurava apresentar alguns dados do vulcão e da flora e fauna local, sem se aprofundar nos assuntos. Em suas palavras:

“Yo lo que hice fue buscar información del volcán en el OVSICORI, ahí en el Instituto Sismográfico y también busqué información en la documentación en Turrialba, en el Centro de Investigación de Plantas. [...] Algo muy básico, muy general. [...] Y como yo estoy empezando ahí voy cada vez aprendiendo más con la experiencia” [entrevista em 31/01/01].

A sua resposta não difere daquela dada, anteriormente, por um guia experiente. Ao ser indagada se os turistas não exigiam detalhes, reforçou que mencionava os dados gerais e mostrava apenas as plantas mais conhecidas:

“Lo que hago es decirles en general, las fechas más importantes de las erupciones del volcán, la forma en que está el volcán cuando lleguen a verlo, cuales son las tres cráteras, que hay una que no se ve y que hay otra que es la Laguna y que no vamos visitarla pero que está ahí. Acerca de la vegetación les enseñé algunas plantas gracias a que tuve la oportunidad de un ‘ranger’ de aquí que me enseñó lo que era la sombrilla de pobre, digamos, lo que son los arrayanes y...que sé yo, la poasana, la melastoma vulcánica”.¹⁵⁵

Para completar a entrevista, era preciso saber que tipo de turismo era praticado no local. Ela respondeu que era “recreativo” e um pouco de “pesquisa” que, para a guia significava, talvez, dar os nomes científicos e populares de algumas espécies de animais, como disse: *“Porque en lo que es el río se da un poquito más de especies de aves acuáticas, ¿verdad?”*

¹⁵⁵ “Ranger” é a palavra inglesa equivalente à espanhola “*parquista*” ou guarda parque.

Don Aldridge, Subdiretor de Ensino de Interpretação e Conservação na Escócia, durante sua palestra no II Congresso de Parques Nacionais, realizado em Yellowstone, Estados Unidos, em 1972, chamou a atenção para o despreparo de muitos guias. Em seu argumento, a informação acerca do parque deve ser oferecida de forma simples e adequada ao visitante, motivando-o na questão ambiental, do contrário ficará com vagas impressões. Em suas palavras:

“El visitante medio de un parque va a terminar con un recuerdo de impresiones muy borrosas de centros para su servicio, de senderos naturales y recorridos entre parques, todo ello mezclado sin remedio si la interpretación no selecciona los valores del parque en cada punto, y lo que es igual de importante, los comunica al visitante de modo sencillo y eficaz en una forma lógica, interesante y bien organizada para que puedan causarle impresión” (1974: 343).

A sua preocupação tem fundamento. Contudo, existem profissionais, como Lioje Kimura, um guia de turistas japoneses no Parque Nacional do Iguaçu, que procuram mostrar as Cataratas e repassar informações, embora os turistas estejam mais interessados em passear rapidamente pelas passarelas, fotografando e filmando as Cataratas. É preciso ver e registrar tudo em um curto intervalo de tempo. Daí indagar-se sobre o que os turistas manifestavam diante das Cataratas, no Brasil e na Argentina e ele respondeu:

“Normalmente eles fazem primeiro o passeio no Brasil e já fica satisfeito com isso. Alguns já manifestam: ‘Não tem necessidade de já ir pro outro lado, não é? Já viu tudo desse lado’. Mas depois que chega lá ele diz: ‘É diferente, é mais emocionante o lado de cá. O lado brasileiro é mais bonito. Mas aqui tem mais emoção. Chega mais próximo às Cataratas’. [...]

O turista japonês... Não sei, devido à vida que eles têm lá é... Se eles tão vendo uma coisa eles não prestam atenção ao resto, só aquilo né? Então, aqui na trilha das Cataratas muitas vezes nós temos que parar, né? Fazer com que os turistas parem e mostrar aquela borboleta ou aquela pranta, porque eles nem estão... Só estão olhando as Cataratas. Não se integram com a natureza (o homem dentro da natureza) [entrevista em 04/03/02]

Por essa explicação é possível pensar que existem condições alheias ao turismo em si que interferem na experiência turística e que podem estar afetando as

condições do turista observar a paisagem. Entretanto, o pouco tempo de visitação também pode interferir, a exemplo do visitante que queria vislumbrar melhor certos locais na excursão 4x1 (quatro em um), na Costa Rica. Como o turista tinha condi es de tempo e financeiras para tal, preferiu repetir a viagem no dia seguinte, conforme afirmou o proprietário da agência de viagem, para poder conhecer melhor os atrativos turísticos.

Um outro fator de diferença é o emprego, nas opera es turísticas, de guias menos especializados. Isso vem ocorrendo devido ao interesse do empregador em minimizar os custos trabalhistas e operacionais. Essa diferença pode ser compreendida na entrevista realizada com o guia Diego Muñoz, que prestava serviços para a ag ncia *Expediciones Tropicales*.¹⁵⁶ Indagou-se dele porque o turismo na área do Po s se resumia a uma ida   cratera e ele respondeu:

*“(...) Bueno, talvez sea por una cuestión de tiempo. Los **tour** cuentan con un itinerario ya organizado en el cual se puede gastar un cierto tiempo en tal lugar. Por ejemplo, para hacer el **tour** en ese tengo una hora y media, es el suficiente para el **tour** del Poás. Si, pero en la otra combinación que es la de Poás-Sarapiquí, cuando se va al río y otros lugares tenemos menos tiempo, entre cuarenta y cinco minutos y una hora. Y este tiempo es gasto en la cratera principal. Para irse a la Laguna Botos se ocupa un tiempo mínimo de treinta minutos con un grupo caminando sin hablar. Si quiere hablar acerca de la naturaleza, llevar personas de edad o con problemas físicos llevase entre cuarenta y cinco a cincuenta minutos para irse a la Botos y regresar. Por eso se deja de lado a la Laguna Botos. [...]*

Un sendero que acá normalmente dura de veinte minutos, con biólogos les duraría cerca de tres a cuatro horas. Eso es lo más rico hasta porque uno puede compartir conocimientos con gente de todas las partes del mundo. Enseñar la biodiversidad que es nuestro orgullo” [entrevistado em 13/02/01].

Ao ser indagado como qualificava aquele tipo de turismo, respondeu:

*“(...) Yo trato de que mis **tours** sean **ecotours** involucrando la ecología. Pero, en realidad creo que es más recreación. El hecho de venirse y observar una cratera preciosa y recrearse o simplemente observar. Muchos datos acerca de la cratera y, al fin, el turista se*

¹⁵⁶   época da pesquisa, esse guia estava se formando em Biologia pela Universidade de Costa Rica e prestava serviços h  tr s anos e meio para a ag ncia *Expediciones Tropicales* especialista em excurs es de um dia (*City tour, Poás-Sarchí* e o 4x1).

regresa para su hotel y no se acuerda ni de cuantos metros tenía, ni de la acidez y ni del agua. Porque acá lo que ellos recuerdan son los lindos lugares”.

Com relação ao tempo definido nos roteiros turísticos, para cada local visitado, cabe ressaltar que isso tem implicações na experiência turística e na observação da paisagem. A expectativa que o visitante tem na observação do atrativo vai depender dos padrões culturais de sua etnia. Tanto assim que, na Costa Rica um turista que tinha interesse em vislumbrar certos locais decidiu repetir a viagem no dia seguinte. Durante a pesquisa era comum ouvir de alguns visitantes que estavam frustrados por não poderem permanecer mais tempo observando a paisagem.

Um guia costarricense da agência “*Expediciones Tropicales*”, que preferiu não se identificar, explicou que há 24 anos vem levando grupos de dez a vinte turistas, entre duas a três vezes por semana ao Parque, nas excursões *Poás-Sarchí*, *Poás-Sarapiquí* e somente *Poás*, na alta temporada do turismo. Quando indagado sobre o tempo passado no parque, disse que dependia da excursão. Somente a visita ao Vulcão Poás despende duas horas no local e se incluir o rio Sarapiquí ou a cidade de Sarchí, os visitantes podem permanecer cerca de uma hora e trinta minutos em cada local. No entanto, existiam exceções, como esclareceu:

“La persona que compra Sarchí sabe que es un tour para irse primero a conocer la ciudad, conocer su historia y el origen de la artesanía de las carretas y también hay que comprender que la persona que se va a Sarchí, el quiere salir de compras. Entonces las personas que salen de compras y principalmente las mujeres no se deben presionar”.

Nesse caso, o guia podia aguardar o visitante fazer compras, mas não foi possível saber se também esperaria alguém contemplar a natureza no Parque.

A noção de tempo para o turista japonês foi analisada pelo guia Kimura que mostrou como ele idealiza a viagem, registrando a paisagem nas fotografias, filmes e vídeos, em um ritmo de caminhada acelerada, para que possa ver o maior

número de atrativos possível. Conforme o guia, esse comportamento talvez se deva às condições de trabalho no Japão e ao menor tempo de férias de muitos deles:

“Devido à vida que eles têm lá, por exemplo, o trajeto que aqui nós fazemos da Trilha das Cataratas brasileira em média é uma hora, uma hora e quinze minutos. Se deixarmos o turista japonês na frente, em trinta a quarenta minutos fazemos o passeio. Nós, os guias, praticamente procuramos fazer com que ele aproveite um pouco mais, diminuindo o ritmo da caminhada. Eles têm essa... não sei se ambição, de querer fazer alguma coisa depois a mais. Não aproveitando, contemplando a paisagem. Viu e já quer ver outro (risos).

Quando o japonês sai do Japão para a América do Sul quer conhecer tudo de uma só vez. Então seriam “pacotes” de quatorze dias para uma volta na América do Sul: Rio de Janeiro, São Paulo, Foz do Iguaçu, Buenos Aires, Lima, Cuzco e Machu Pichu, né? E de lá para Los Angeles, né? Então ele sai com esse pensamento”. [entrevista em 04/03/02].

Nesse discurso há uma relação com a análise de MacCannell (1999). Segundo o autor, ao contrário do peregrino religioso que rende homenagem a um determinado centro sagrado, os turistas procuram diversas atrações. Em decorrência disso é possível observar que: “O moderno turismo internacional de massa produz nas mentes dos turistas justaposições de elementos de culturas historicamente separadas e desse modo move-se mais depressa a diferenciação e modernização da consciência da classe média” (MacCannell, 1999: 27).¹⁵⁷ Correlacionando esse argumento às observações de pesquisa é possível pensar que o turista pode “ver” um certo número de atrações em um tempo mínimo, mas nem sempre chega a “conhecer” esses locais.

5.3 Atividades turísticas nos parques

Milhões de pessoas vêm se deslocando em diferentes países na tentativa de vislumbrarem áreas conservadas. Em meio às crescentes perdas ambientais e à manutenção das posturas predatórias das sociedades atuais, as idéias de retorno à natureza estão presentes nas experiências de “turismo na natureza”. Daí o

¹⁵⁷ Tradução livre da autora.

interesse em se analisar aqui práticas de turismo e de se tentar compreender como os grupos de turistas e as agências de viagem atribuem sentido ou valores ao ambiente natural nos parques estudados.

Nas palavras de Cosgrove: “o modo como um povo vê seu mundo é uma chave vital para o modo como eles entendem esse mundo e suas relações com ele” (1984: 9). A paisagem nos parques nacionais é parte de um recorte espacial estruturado política, cultural e socialmente, destacando-se propostas diversas baseadas em valores da conservação e preservação ambiental.

Os turistas buscam os parques por diferentes motivos. Daí se indagar sobre o que os leva a selecionarem tais locais. É preciso lembrar que muitos viajam mais de dezesseis horas para verem o Vulcão Poás ou as Cataratas, isto é, saem da Rússia, Malásia, Índia, Japão, Austrália em direção aos Estados Unidos para dali rumarem para a Costa Rica ou o Brasil. Acrescente-se ao percurso as distâncias entre os pontos de chegada nos Estados Unidos e os destinos turísticos. Os visitantes do Parque Nacional de Iguaçu percorrem um caminho mais longo, indo dos Estados Unidos para o Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro ou São Paulo e depois para a de Foz do Iguaçu. Os que vão dos Estados Unidos para a Costa Rica chegam à cidade de San José e levam cerca de uma hora para o Parque Vulcão Poás. Além disso, existem visitantes europeus, norte-americanos e de países da América Latina e aqueles do próprio país, Costa Rica e Brasil.

No sentido de conhecer os turistas, os seus dados demográficos, interesses de viagem e a percepção que teriam do parque nacional visitado, foram realizadas nos locais de visita uma pesquisa exploratória com questionários e entrevistas, além da observação participante. O universo de pesquisa no Parque Nacional Vulcão Poás, na Costa Rica, foi de 100 turistas e no Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil, de 127 turistas. Essa diferença se deve a alguns fatores, como o número de turistas do parque costarricense que é de aproximadamente 200.000 turistas por ano, enquanto que o parque brasileiro é visitado por cerca de 800.000

turistas por ano; a facilidade de entrega dos questionários e de obtenção de respostas foi maior no caso brasileiro, devido à permanência de grande parte dos turistas em Porto Canoas, onde se alimentam, ao passo que no parque costarriquenho os turistas ficam pouco tempo no Café Britt ou na loja de suvenirs e na entrada do Centro de Visitantes, onde era possível contatá-los.¹⁵⁸

Ressalve-se que os dados aqui apresentados não compõem uma amostra probabilística, o que impede a generalização dos resultados. No entanto, eles podem ser usados como elementos de análise.

Do total de respostas obtidas nos questionários, observa-se que a maioria dos turistas era do gênero feminino, com 65% no parque costarriquenho e 59,7% no parque brasileiro. Além disso, 65,1% tinham origem internacional e se dividiam entre 76,9% para a Costa Rica e 59,1% para o Brasil. Ressalte-se aqui que no levantamento de dados foram contatados muitos casais e visitantes do gênero masculino e os homens, algumas vezes, recusaram-se a responder ao *survey* ou a repassaram para as companheiras ou os filhos.

Quanto à escolaridade, dentre os que responderam grande parte tinham o nível universitário. Assim, 34,1% eram graduados e 17,9% pós-graduados, totalizando 52,0%. Afora isso, 17,3% deles cursavam a universidade e somente 30,7% tinham o primeiro ou o segundo grau. Observando-se cada país, separadamente, mantém-se a mesma variação nesse quadro. Na Costa Rica cerca de 26,6% eram graduados, 20,3% eram pós-graduados, 25,0% estavam em cursos universitários e 28,1% tinham o primeiro ou o segundo grau. No Brasil, aproximadamente 38,3% tinham o curso da universidade, 16,5% tinham o de pós-graduação, 13,0% cursavam a universidade e 32,2% tinham o primeiro ou o segundo grau. Possivelmente, a preferência dessas pessoas de nível escolar universitário se deva às facilidades de acesso às informações ambientais e o conhecimento acerca de áreas naturais

¹⁵⁸ Além disso, muitos só responderam a primeira página do questionário.

conservadas cujas paisagens são excepcionais. Para confirmar essa questão, é preciso correlacionar com outros dados, como os que indagam se o turista costuma visitar esse tipo de área, se pertence a alguma organização não-governamental ambiental e se conhece alguns dados ambientais daquele parque visitado.

Outras questões referentes ao perfil dos turistas são importantes, como a faixa etária. O maior número de visitantes no dois parques se distribui entre as faixas de 21 a 30 anos (38,5%); de 31 a 40 anos (20,3%); até 20 anos (15,1%); de 41 a 50 anos (12,5%); de 51 a 60 anos (8,9%); e de 61 em diante (2,7%). Assim, faixas etárias mais altas estão inversamente relacionadas ao número de turistas que visitam tais áreas. Em parte, atribui-se a diminuição no número de visitantes de maior idade menos ao desinteresse em visitar tais lugares do que às dificuldades de locomoção em terrenos desse tipo. Constatou-se em campo a dificuldade de deslocamento das pessoas de maior idade ou com menor capacidade física. Na Costa Rica a situação é mais difícil devido ao acesso íngreme, à altitude e às emanações esporádicas de gases. No Brasil, o problema refere-se à extensão das passarelas, bem como ao seu piso irregular. Falta sinalização de obstáculos como escadas. Nas áreas visitadas pelos turistas nesses parques existem inúmeros desníveis e escadas que limitam a livre circulação dos deficientes físicos.

Quanto às informações obtidas antes da visita, indagou-se dos visitantes como souberam do parque em seus países e 54,7% responderam que amigos e parentes os informaram, 21,9% haviam lido matérias publicadas em livros de viagem, 16,7% obtiveram informações nos programas de televisão, 14,6% nas revistas especializadas e 13,0% tiveram acesso à publicidade turística. Todavia, somente 11,5% haviam obtido dados junto às agências de viagem e 8,9% procuraram pesquisar na Internet. Grande parte dos turistas buscou mais de uma fonte de informação antes de fazer a sua programação de viagem.

No que diz respeito à motivação para a viagem, constata-se que nem sempre elas referem-se ao parque nacional. Dessa forma, 42,7% tinham interesse em

conhecer a natureza, o país, a cultura local e recrear-se, 26,5% estavam ali para observar a beleza natural (a paisagem do Vulcão ou das Cataratas), 15,4% apenas queriam mostrar aquele atrativo para os amigos ou parentes ou estavam atendendo às solicitações desses, 9,4% desejavam conhecer mais um local turístico e, 3,4% queriam obter uma experiência harmônica na natureza.

Nesse levantamento constata-se que nem sempre os dados obtidos em um parque são seguidos pelo outro. Por exemplo, na Costa Rica 8,9% viajaram para apreciar especificamente o Vulcão Poás, cerca de 60,7% se deslocaram de seu país para conhecer a Costa Rica, a sua natureza, a sua cultura e para recrear-se. No Brasil, 42,6% disse que viajara para conhecer as Cataratas e 26,2% manifestaram seu interesse em conhecer o país, sua natureza, cultura e recrear-se.

Para saber se eles faziam parte de grupos de excursionistas ou se vieram com amigos, observa-se que somente 9,4% dos turistas viajavam sozinhos, 48,9% com a família, 29,4% com os amigos e 7,8% faziam parte de grupos de excursões turísticas. Tais dados diferem nos países estudados. Por exemplo, na Costa Rica 9,5% vieram sozinhos para o parque, 28,6% vieram com a família, 36,5% com os amigos e 11,1% nas excursões turísticas. No Brasil 9,4% viajavam sozinhos, 59,0% com a família, 24,8% com os amigos e 6,0% nas excursões. Apesar do aumento no número de agências de viagem e do desenvolvimento do turismo nos últimos anos, o número de pessoas que independiam delas supera ao daqueles que viajavam com as agências. Nesse caso, é preciso fazer outra ressalva a respeito da pesquisa de campo: no caso dos turistas que vinham com as agências de viagem e com um tempo limitado de permanência no local, a maioria das vezes não foi possível fazer as entrevistas com eles ou entregar-lhes os questionários, ao passo que aqueles que permaneciam mais tempo na área podiam responder com facilidade às indagações.

Quando se indagou dos turistas que tipo de atividade praticaram, cerca de 29,5% responderam que era um “turismo de recreação”, 23,2% disseram que seria o “ecoturismo”, 18,8% o “turismo de cenários”, 16,1% o “turismo de aventura”, e

11,6% afirmaram ser o “turismo educacional”. Correlacionando-se tais informações com aquelas oferecidas pelos guias, agentes de turismo e funcionários de ambos os parques, esses disseram que nesses locais se praticava o “turismo de massa” ou “generalista” (como é dito na Costa Rica) e que há mais de 20 anos as atividades são realizadas dessa forma. Entretanto, quando o turista diz que praticou o ecoturismo, turismo de aventura e até educacional, pode estar indicando uma representação social. Para ele qualquer experiência realizada em um parque nacional é de cunho ambiental. De um lado, isso indica uma aceitação dos segmentos do “turismo na natureza” pelos consumidores, e do outro, a co-responsabilidade dos parques nas atividades turísticas que ressaltam a dimensão ecológica.

Ao serem questionados acerca da frequência de visita às áreas naturais conservadas, 31,0% dos visitantes disseram que fazem visitas entre duas a mais vezes ao ano, 24,6% o fazem ocasionalmente, 17,0% uma vez ao ano, 12,3% estavam em um parque nacional pela primeira vez e 4,1% visitavam parques nacionais uma vez ao mês. Como se observa, o turista que seleciona os parques nacionais para o seu lazer tende a repetir a experiência. Entretanto, quando se indagou se sabiam quais eram os ecossistemas da região visitada, 55,3% responderam que não e 71,4% tampouco conheciam as manifestações culturais locais. Mas 48,7% sabiam da importância do atrativo (Vulcão Poás ou Cataratas do Iguaçu), 55,6% sabiam sobre o que significava proteger aquele parque e 68,1% como se comportar responsavelmente no ambiente.

Quando se perguntou sobre o que mais chamara a sua atenção no parque visitado, 47,2% apontaram o contato com a natureza, 23,9% a beleza do cenário e 8,8% a imponência desse cenário. De acordo com essas informações, no passeio ao parque prevalece o interesse do turista em ter uma experiência na natureza, mais do que vislumbrar o cenário paisagístico. A grande maioria manifestou que desconhecia as informações ambientais e culturais e, de fato, não existem informações disponíveis em condições adequadas e suficientes, sob a forma de material publicado, vídeos, filmes nesses parques. Além disso, é possível que as informações que vêm sendo repassadas pelos guias sejam insuficientes.

No que diz respeito à conservação ambiental, 47,2% dos turistas na Costa Rica sabiam acerca do significado de se proteger uma área natural e no Brasil 60% deles tinham esse conhecimento. Isso é interessante de se ressaltar, já que muitos turistas viajam especialmente para a Costa Rica em função da divulgação internacional a respeito da conservação ambiental de seu território. Em compensação, 60,4% dos visitantes na Costa Rica responderam que sabiam da importância do atrativo na região, e apenas 42,4% dos turistas no Brasil tinham esse conhecimento. Nesse caso, as Cataratas seriam menos importantes como atrativo regional do que o Vulcão Poás? É provável que tais atrativos turísticos estejam sendo escolhidos em função de outras expectativas que não dizem respeito diretamente ao turismo ecológico e sim ao prazer do turista de conhecer algo diferente daquilo que encontra habitualmente no cotidiano.

O turista e a paisagem: a emoção de ver e sentir

O turismo pode ser visto, formalmente, como atividade econômica e sociocultural em que se distinguem os turistas, guias e as agências segundo critérios de conhecimento, motivação de viagem, situação financeira, dentre outros. No caso do ecoturismo, pressupõe o conhecimento científico e a familiaridade com operações turísticas especializadas. Mas, no caso das atividades praticadas na natureza, acrescenta-se à emoção do turista o prazer de estar visitando ambientes naturais e de conhecer outros povos, culturas e idiomas.

Para que isso ocorra, o turista precisa manter uma comunicação, alguma forma de integração, como se verá no caso de Bárbara, uma norte-americana de 53 anos pós-graduada e professora da rede privada nos Estados Unidos, foi contatada durante sua viagem ao Parque Nacional Vulcão Poás. Como especialista em pássaros, ela trabalha para a *Audubon Society* e outras associações em seu país, além de ser membro do *Sierra Club*. Seu interesse em conhecer esse vulcão surgiu após vê-

lo em uma revista. No entanto, ela estava desalentada por não compreender o idioma, o que a impedia de conhecer melhor os lugares. No questionário disse que:

“O tempo aqui é muito pequeno e não tenho certeza de onde permaneci localmente. Gostaria de voltar para uma ulterior exploração das trilhas. Eu não me senti confortável viajando na América Central sozinha como uma mulher de meia idade, então eu recomendaria um guia ou um *tour*, ou que viesse com amigos que conhecessem o idioma e os costumes locais”.

Essa turista manifestou o seu desconforto de ser estrangeira, ou seja, de não pertencer àquela sociedade e de sequer poder compreendê-la ou se fazer entender. Em seu argumento, a interação e integração social envolvem as questões de conhecimento do idioma e cultural ou a ajuda de um guia ou amigo, como intermediário.

Algumas pessoas, como Almira, de 55 anos, oriunda de Ohio, Estados Unidos, vieram à Costa Rica para encontrar outros membros da “Força da Amizade Internacional”, uma organização em defesa da paz com 360 representações no mundo. Ela era hóspede de uma família de Alajuela, cidade próxima ao parque e encontrava-se ali com o seu grupo para conhecerem o vulcão. Almira explicou: “Me surpreendeu muito a cor água-marinha e o fato de que existiam três homens em um bote na cratera. Estava surpresa de vê-los tão bem. A caminhada para a cratera foi difícil para minha respiração. A descida foi mais fácil”.¹⁵⁹ De tudo que viu, ela guardaria na memória: “A vegetação, a gente tão amável, a forma como esse lugar está sendo mantido. Os encarregados do parque estão fazendo um bom trabalho, estão cuidando muito bem dele” [entrevista em 08/01/01].

Sigrid, uma estudante norueguesa de 22 anos, soube do Parque Nacional do Iguaçu por amigos e parentes e também por livros. Resolveu conhecer as Cataratas porque “pareciam assombrosas e as fotos eram lindas” e, como viajava com

¹⁵⁹ Nesse dia, uma equipe de vulcanólogos da Universidade de Costa Rica fazia medições de temperatura e coletava amostras no interior da cratera.

os amigos nas férias e sem depender de operações turísticas, qualificou sua viagem de “turismo de aventura”. Do local visitado recordaria que “ela é tão grande, tão verde. As fotos não são o bastante. Você tem que estar aqui, cheirar, ver, ouvir”. Quando se indagou acerca do que diria aos amigos, respondeu: “Eu diria que se eles estivessem vindo para o Brasil, este era um dos pontos centrais! Muito diferente e belo” [entrevista em 01/03/02]. Acrescentou que já havia estado em uma porção de parques nacionais na Noruega e em alguns no México.

Nas representações da paisagem estão integrados os ruídos e o odor específico da floresta. Não é só o elemento visual, mas a associação de outros sentidos do corpo humano, como a audição e o olfato, que podem ser encontrados nas representações. Entende-se que não basta tirar uma foto, porque a paisagem está incompleta.

Um casal costarriquenho esclareceu que vinha de tempos em tempos ao Parque Nacional Vulcão Poás para descansar, como disse Jorge:

“Buena, a nosotros, primero las vacaciones de los niños y después que nos gusta venir aquí por el ambiente, es un ambiente muy bonito. El clima, y la naturaleza encantan a nosotros. [...] Yo siento que nosotros aquí es como un descanso para seguir con el trabajo. Para tomar un nuevo aire para seguir con el trabajo”. [entrevista em 30/01/01].

Há uma associação da paisagem com o clima e o ar que se respira ali. Isso é novamente referido no discurso de sua esposa. Para ela, o importante era “*conservar la naturaleza tal como está aquí, sin tocar mucho por el hombre. El aire puro, el oxígeno que se respira aquí. Ese es un ambiente muy diferente de lo que tenemos. Allá es de altos, de casas y eso es como un descanso*” [entrevista em 30/01/01].

Nas representações do cenário paisagístico também estão associadas algumas funções do corpo humano, no caso a respiratória. Dessa forma, é interessante correlacionar a sensação de “*respirar ar puro*”, repetida por inúmeros turistas

costarriquenhos, com a observação de Alicia, uma estudante de “Turismo e Hotelaria” da Universidade de Heredia, contatada durante sua visita ao parque, explicou:

“Yo trabajé aquí en la Cafetería [Britt] y hubo dos días en que el volcán ha hecho tanto gas, tanto gas que nos preocupó, porque nosotros estábamos en la Cafetería. Y además lo que entraba era tan fuerte, tan fuerte que tuvimos que mandar a pedir oxígeno, porque era demasiado. O sea, por la respiración y todo nos dificultaba. [...] O sea, los que vienen aquí también tienen que estar concientes de que es algo de la naturaleza que a cualquier momento se activa” [entrevista em 15/01/01].

A informação foi corroborada por um funcionário que, à época, estava saindo do Parque Nacional Vulcão Poás para trabalhar em outro parque.¹⁶⁰ Quando se indagou em que consistia o seu trabalho na área, esclareceu:

“Bueno, en vigilancia en el cráter y en la Laguna porque, como hay mucho turismo y a veces hay emanaciones de gases, entonces hay que estar siempre pendiente de algún turista que tenga algunos síntomas como tose y irritación en los ojos, y básicamente es eso” [entrevista em 09/01/01].

Nesse caso, tem-se uma oposição entre os turistas locais que vão ao Vulcão Poás, esporadicamente, exaltando o “ar puro” e o “oxigênio” respirado ali e aqueles que trabalham no local e vivem, de fato, os problemas do ar ocasionalmente impregnado das emanções sulfurosas. Observa-se que, culturalmente, existe uma crença naquela sociedade de que nas montanhas respira-se um ar puro e isso está contido nas representações sociais sobre a paisagem.

Outros turistas relembram os tempos da infância, quando respiravam o “ar puro da natureza”. Paula, uma brasileira de 25 anos que viera com a família para o Parque Nacional do Iguaçu, explicou que ali recordava da sua “infância aos onze anos de idade. No local que morava existia natureza, rios, árvores. Hoje sinto falta do ar puro. [...] É lindo, a natureza, a vista, o ar. Diferente da cidade”. Talvez retornasse

¹⁶⁰ O turista, ao entrar no parque, não recebe qualquer informação acerca das emanções, mas uma ambulância permanece ao lado do Centro de Visitantes durante o período de visita.

algum dia “por ser um lugar ótimo de ambiente, de paisagem. Uma criação divina”. Em seu discurso, ela associa a paisagem ao sagrado e à morada da infância, quando respirava ar puro distinto do da cidade. No caso, há distinção entre esses parques, o do Vulcão Poás recebe as emanções sulfurosas e o do Iguaçu é uma floresta situada ao lado de uma cidade sem poluição industrial.

Para certos visitantes, as fotos não registram o que a natureza lhes transmite em termos de sentimentos, como explicou Maria, uma turista oriunda de Iquique, no Chile. Ela viera para o Brasil somente para conhecer as Cataratas do Iguaçu e ainda encontrava-se emocionada quando se indagou sobre o que sentira ao vê-las:

“El hecho de estar en la Garganta del Diablo fue emocionante, me llené de lágrimas. Yo pensaba en mi gente. Pero contar no es lo mismo que estar acá. Se va a llevar las filmaciones, las fotos y ellos van a escuchar nuestros relatos. Pero el sentir eso, la naturaleza mismo, estar uno acá. Porque hay nos damos cuenta que somos tan pequeños ante lo maravilloso que es la naturaleza. Y lo que más hemos hecho es no cuidarla. Nosotros mismos estamos recibiendo nuestro castigo de muchas formas. Que la capa de ozono, que los mares contaminados, es que nosotros nunca supimos aprovechar lo lindo que Dios nos da” [entrevista em 17/02/02].¹⁶¹

O fato de estar no local adquire tal importância que é preciso produzir imagens e depois mostrar aos que permaneceram em sua cidade. A emoção da turista de se encontrar junto à paisagem é tanta que a faz associar a paisagem ao sentido do sagrado e à responsabilidade de cada pessoa cuidar da natureza.

Alguns turistas viajam determinados a conhecer certos atrativos como Jordi, um biólogo e servidor público oriundo de Barcelona, Espanha, que programou conhecer os vulcões da Costa Rica, como havia feito em outros países. Quando se indagou sobre o que o motivara a escolher aquele parque, respondeu:

¹⁶¹ Alguns turistas chilenos revelaram que não puderam viajar para locais à beira-mar em seu país devido à contaminação da maré vermelha, e que haviam selecionado Foz do Iguaçu, no Brasil, porque era mais barato e podiam conhecer as Cataratas.

“Bueno, a los volcanes me gusta, he visitado bastante. [...] he dormido en el Stromboli, he subido en Kilimanjaro, conozco Teidi. Los volcanes me gustan. [...] Este me gustó estéticamente. El color del agua, la encontré muy bonita. Extremamente bonita y las fumarolas y el azufre que veía. Lo vi estéticamente muy bonito. [...]Lo que más me gustó fueron las dos lagunas, esa que está dentro del cráter y la otra, la Botos” [entrevista em 30/01/01].

Na comparação feita entre o Poás e outros vulcões, ele ressaltou a beleza e a cor azul turquesa da lagoa da cratera. Muitos turistas disseram o mesmo.

Além dos visitantes que programam a sua viagem, existem aqueles que deixam ao acaso a seleção do local a ser visto, a exemplo de Silvia, uma argentina, estudante universitária de 21 anos, que pesquisara sobre o país em livros.

“Acabé de llegar ayer y... bueno, empiece por acá. No he visto fotos, nada. Todo fue por una sola palabra que decía - Volcán Poás. Me emocionó lo turquesa de la laguna, es tanto que me quede sin respiración. Y los senderos también, me he quedado sola como para oír los ruiditos de los animales. Pues si hay mucha gente uno no puede captar lo que dice el lugar”.

Ela faz referência à cor, mas também às trilhas que são rústicas e aos pequenos animais (ali existem esquilos e alguns pássaros). Para ela, o turismo que praticara era o ecoturismo, como explicou:

“Yo, lo que entendí por ecoturismo, si me imagino es como tratar de conectarse con la naturaleza, con la verdadera. Y de pronto, el hombre, la gente que viene perturba el ambiente natural. Yo no sabría como se podría hacerlo para que no se haga tanto impacto en la naturaleza”.

Alguns visitantes reclamam da falta de informações acerca do parque. Outros, como José, um argentino de 28 anos, que viera para o Parque Nacional do Iguaçu com amigos somente para se recrearem, disse que: *“todas las informaciones correspondieron a las expectativas porque vinimos a descubrir lo bueno de la*

naturaleza y lo logramos”. O importante era levar: *“buenos recuerdos y sobre todo la paz que necesitamos los argentinos por estos días”*.¹⁶²

Essa ligação feita por ele entre a natureza e a paz é usual. Entretanto, o que grande parte dos turistas expressou foi seu desejo de desfrutar de momentos de lazer, ou de conhecer o monumento natural (Vulcão Poás ou Cataratas). Nessa pesquisa, nenhum turista revelou que viajara até o local para conhecer a geologia, a fauna, a flora ou outro elemento da natureza, conquanto alguns tenham dito que visitaram ou que costumam visitar outros parques nacionais. A que se deve a viagem? Como dizem Gustavo Ribeiro e Flávia Barros (1997: 36):

“É igualmente notável o casamento entre ecologia e turismo, em uma era em que o ambientalismo se afirma como uma poderosa ideologia/utopia. Tudo leva a crer que tanto o ambientalismo resgatador da singularidade do natural, quanto o turismo resgatador da experiência do “eu estava lá” e, portanto, de uma certa singularidade do sujeito na sociedade de massas, vieram para se estabelecer como dois grandes fatores de diferenciação social no presente”.

A maioria dos turistas restringe-se aos espaços de circulação, outros rompem as normas estabelecidas, como ocorreu no Vulcão Poás. Um grupo originário da província de Naranjo entrou no parque pela parte de trás do vulcão, numa antiga trilha conhecida dos mais velhos da equipe. Depois de caminhar a metade da borda da cratera, passou pelos demais turistas no mirante e desceu a estrada em direção ao Centro de Visitantes. Surpresos, os que observavam a cena, os guarda-parques inclusive, indagaram como entraram naquele “local proibido”. Algo semelhante ocorreu no Iguaçu, quando um casal de turistas entrou no parque durante o dia e, depois de passar a noite na floresta, foi abordado pelos guardas florestais na manhã seguinte, em Porto Canoas, enquanto se alimentava. A empresa concessionária detectou o comportamento do casal e solicitou-lhe que saísse do local.

¹⁶² Durante a pesquisa, a crise econômica da Argentina se agravou e a sua população turística quase desapareceu

Olhares de tantas paisagens e paisagens de tantos olhares

Na forma como se apreende culturalmente o mundo, é possível pensar que paisagem e imagem se equivalem na percepção visual do turista e na forma como procura exercer um “controle visual sobre a realidade externa” (Cosgrove, 1998).¹⁶³ Por meio do olhar que o turista busca realizar a “mediação entre o real físico e concreto e a capacidade perceptiva que acende o conhecimento e a imaginação” (Ferrara, 2002: 73).

Na Costa Rica, a visão que o turista tem da paisagem do vulcão pode variar, conforme o céu esteja limpo de nuvens e o clima ameno. Se estiver nublado e o clima frio, com vento e chuva, a tendência é fazer referências negativas e até pedir o dinheiro do ingresso de volta, já que não “consumiu a mercadoria”, como esclareceu Juan Dobles, Administrador do Parque Nacional Vulcão Poás:

“(...) Porque es una realidad que, en Poás la visita es por el cráter, una fotografía y regresar ¿Después de la gente llegar al edificio qué hacen si el volcán está nublado? No podían verlo. La gente se desilusiona, se decepciona e inclusive llegan a pedir el tiquete, que se lo devuelvan. Eso es una cosa que nos da risa, pero la gente es así. La justificativa de ellos es venir y ver el cráter, si no lo vieron, le quitaron la plata: ‘¿Porque me cobraron si vine a ver al cráter y...? Por favor, devuelvame el tiquete’”. [entrevista em 19/03/01]

Em um dia de muitas nuvens e chuva Thomas, suíço e engenheiro, disse que somente recordaria de que aquele lugar tinha “muitas nuvens” e não voltaria, pois “não é a melhor coisa para se ver”. Diria ao amigo que “bom tempo - vá; mau tempo - descanse”. Nesse mesmo dia, Christiane, uma alemã, gerente de processamento de dados, disse que não apreciava a “chuva e o ‘fog’ no vulcão” [entrevista em 13/02/01]. Mesmo assim, diria a um amigo que ali era “pura natureza tudo está bem conservado, há uma porção de animais diferentes”. Para saber acerca do

do parque.

¹⁶³ A propósito, Calvino (1990) e Jameson (1994) criaram o termo “civilização da imagem” para salientarem o predomínio da imagem na contemporaneidade.

bosque e dos animais, ela deve ter andado nas trilhas, ao invés de permanecer no Café, como o fez o outro turista.

No Brasil também existem os períodos chuvosos, mas durante a temporada alta do turismo é possível contemplar as Cataratas sem esses problemas.

Na Costa Rica constatou-se que muitos visitantes recomendariam a ida ao país e não exatamente ao vulcão ou ao parque. Um norte-americano que visitava um parque nacional pela primeira vez explicou que “nunca havia visto nada parecido com um vulcão nos Estados Unidos [...] É um dos lugares mais bonitos que jamais vi”. Ao ser indagado sobre o que contaria a um amigo, disse: “eu recomendaria fortemente Costa Rica, diria para ir devagar, movendo-se em busca do melhor caminho de modo a ver as coisas vagarosamente”.

Um aeroviário originário de Nova York, de 34 anos disse que aquela era a segunda vez que visitava a Costa Rica e trouxera o pai para conhecê-la. Ele se sentira muito atraído pela “beleza natural e as diferenças de clima, flora e fauna”. Por isso contaria a um amigo que “esse país é um lugar incrível para aprender acerca da América Latina, seu povo, sua cultura e o ecoturismo. Certamente eu o recomendaria”.

Um costarricense de 20 anos escolheu o lugar para poder “*conocer más las zonas ecológicas de mi país*”. Outra turista de 26 anos, originária de Limón, na costa caribenha, e que também estava ali pela primeira vez, se disse interessada em “*conocer más mi país, mirar la naturaleza y, sobretudo, el bosque*”. Para ela, ecoturismo é “*algo muy importante, porque la persona se conoce y conoce entonces el lugar de donde viene. Y así se puede conocer como es nuestro país y, si posible ver más allá*”.

Como se observa, na Costa Rica alguns turistas estrangeiros e do próprio país configuraram o parque nacional como parte da identidade do país. Talvez isso decorra da integração anteriormente estabelecida entre o Serviço de Parques

Nacionais, o Instituto Costarricense de Turismo e a rede de ensino no país e o desenvolvimento de trabalhos dos ambientalistas e voluntários nas áreas conservadas e, sobretudo, da ampla divulgação internacional e nacional do país como “guardião da natureza e da paz”, entre os anos 1970 e 1980. Isso, de certa forma, perdura no discurso turístico.

No Brasil, somente um turista, brasileiro, de 53 anos, disse ter selecionado aquele local para visitar “por ser no meu próprio país e por ser uma das mais belas paisagens turísticas no país em sentido natural”.

Para outros turistas, a paisagem pode estar associada à aquisição de conhecimentos, ao conforto, prazer ou às questões estéticas e ambientais. Cita-se aqui o caso de Susie, uma turista de 26 anos, dos Estados Unidos, professora pós-graduada que conhece outros parques nacionais (Masai Mara na África e Yellowstone, Glacier, Shenandoah nos USA). O que a atraía em sua vista ao Vulcão Poás era o “cenário, a tranquilidade, a quietude nos bosques densos e as vistas pitorescas”. Descreveu a paisagem como sendo “incomum, luxuriante, verde, mas me incomodou o cheiro [dos gases da cratera]”.

Kátia, uma brasileira de 30 anos, esclareceu que escolhera o Parque Nacional do Iguaçu pela “natureza, a possibilidade de descanso sem ficar no mato ‘*tipo camping*’”. O que mais lhe chamou a atenção no passeio foi “a diversidade e a descontração das pessoas e o efeito da higiene mental”.

Tomoko Dobst, uma turista norte-americana que veio com um grupo de fazendeiros para a Costa Rica, explicou que havia desejado viajar para conhecer a floresta tropical, pois estava preocupada com o seu desaparecimento, como disse:

“Nós viemos em virtude da floresta tropical, porque gostamos da natureza e meu marido gosta de biologia e dos recursos naturais. E, antes que desapareçam viemos aqui. Eu não creio que esta desapareça na Costa Rica, porque os parques nacionais são protegidos pelo

governo, mas sabemos que isto está ocorrendo em todo o mundo”. [entrevista em 06/02/01].

Como argumenta Lash e Urry (1994), em decorrência do extraordinário crescimento da mobilidade, dentro e entre os países, as pessoas obtiveram novas experiências, mudando as suas formas de subjetividade e sociabilidade e a sua apreciação estética da natureza, da paisagem etc. Isso pressupõe uma postura de abertura para o outro, uma disposição para assumir riscos e uma habilidade para refletir acerca dos diferentes locais naturais, culturas e sociedades.

Nesses termos, Rubens, um aeroviário que estava correndo no Parque Nacional do Iguaçu em um dia de domingo, explicou que visitara aquele local anteriormente e sempre se sentia satisfeito de poder estar em uma área conservada, como disse:

“(...) Esta não é a primeira vez. Cada vez que eu venho aqui é inexplicável o que a gente sente, não é? É uma coisa profunda. É muito bom. Nas Cataratas a gente sente realmente o contato e vê o quanto é bonita a natureza. E essa parte que é o parque nacional que, graças a Deus está preservado por lei, não é?” [entrevista em 18/03/03].

Para um amigo diria: “Olha! Eu posso dizer que eu já tive oportunidade, graças a essa minha profissão, de conhecer muitos lugares. Voei muitos anos, mais de dez anos na área internacional e é um dos lugares mais bonitos que eu tive o prazer de conhecer – as Cataratas”.

Hanne Marit, uma turista norueguesa, solteira, veio ao Brasil com mais cinco estudantes do curso de Arquitetura Paisagística. Disse que soubera do local em um livro e quis conhecer: “a maior queda d’água do mundo, desejei ver as Cataratas e esta era uma boa oportunidade”. Para ela “é realmente importante salvar a natureza! Eu estou preocupada com a natureza, e é importante ser ecológico”. Guardaria na memória aquelas “Cataratas enormes. Assombrosas”. O que mais lhe chamou a atenção foi “ficar no mirante da plataforma, na margem olhando as quedas”. E o que

menos lhe agradou foi “toda aquela gente ficando em fila para fotografar” [entrevista em 01/03/02].

De um lado, a turista mostrou-se interessada em contemplar a paisagem, o que para ela parece representar algo mais do que ver, fotografar e sair. Daí sentir-se incomodada pelos demais turistas que permaneciam mais tempo em um dado lugar, traduzindo uma tensão nesse encontro. Os mirantes existentes na passarela, a princípio, servem para a contemplação, filmagem, fotografia etc. Como o fluxo era intenso, na temporada alta do turismo, ela sentiu-se incomodada. Muitos turistas, como ela, disseram o mesmo nas entrevistas (ou escreveram sobre isso nos questionários) nos dias de maior fluxo de entrada nos dois parques.

Um outro exemplo é dado por René Delgado, um costarrriquenho que visitava o Parque Nacional Vulcão Poás junto com a família. Ao ser indagado acerca do que chamara a sua atenção naquele dia, respondeu:

“(...) El cráter. Muy bonito el cráter. Yo conozco varios volcanes y para mí, ese es el mejor cráter en Costa Rica ¿verdad? Lo que a mí me ha llamado la atención es la cantidad de turismo que ha estado llegando más aquí al volcán. Hace algunos años venían menos. Ahora viene mucho turismo aquí”.
[entrevista em 19/03/01].

Naquele dia, entraram cerca de seis mil turistas e a movimentação foi intensa até às cinco horas da tarde. Como explica Urry, nesse tipo de economia “o custo do turista marginal não leva em conta os custos de uma congestão adicional, impostos pelo turista extra” (1996: 65). Tal movimentação pode gerar um aumento de ruído, congestionamento em locais-chaves, uma destruição da paisagem e outros efeitos ambientais.

Nas observações de campo, freqüentemente os turistas qualificaram as Cataratas ou o Vulcão Poás de sublime ou revestiram as paisagens da idéia de uma força descomunal da natureza, contrastando a magnificência da obra do Ser Criador à insignificância humana, ou enaltecendo a beleza, a composição estética da natureza.

Alguns visitantes parecem evocar imagens do mundo primitivo, associando-o aos trópicos, como Erika, uma norte-americana. Para ela, a paisagem no Parque Nacional Vulcão Poás “é muito primitiva. Me lembra de como deve ter sido há centenas e centenas de anos atrás. Nessa floresta úmida, a vegetação parece muito maior, como por exemplo, as samambaias e as orquídeas. É muito tropical”. Sobre a Lagoa Botos, disse: “Me pareceu um lugar que não foi tocado por nós. Quando vimos a Lagoa, tudo estava em silêncio, um grande silêncio. Uma pessoa poderia imaginar que ninguém havia estado ali por muito tempo”.

Como naquela parte da floresta vista por ela não existem edificações e a vegetação recomposta tem uma aparência exuberante, isso lhe possibilitou remeter a idéia de paisagem de um outro lugar pertencente a um outro tempo no mundo primitivo. Em um mundo permeado pelo predomínio de imagens é possível pensar na correspondência entre as práticas sociais e as representações. Assim, não é a imagem da paisagem em particular que importa, mas o emprego do prefixo “ECO” e o que esse significa para a sociedade contemporânea em termos de natureza.

Essa questão pode ser percebida de uma outra forma, na perspectiva do guia Walmor Sparremberg de Souza. Ao ser indagado acerca do tipo de turista que costumava levar ao parque, explicou que muitos eram observadores de pássaros e que a atividade requer um dia inteiro de alto contato dos turistas entre si, destes com o guia e o lugar, tido por eles como especial. Para Urry (1996), esse seria um “olhar romântico” do turista. Em seu argumento isso denota a busca de conhecimento e também a de valores de distinção social, quando o consumo se estende da paisagem à “composição social dos outros consumidores” (1996: 99). Assim, o “olhar do turista” pode deslocar-se da paisagem das Cataratas para a da floresta, não só pelo desejo de conhecer ou reconhecer animais, mas para obter novas experiências junto aos demais turistas na natureza. Como tal perfil de visitante foge do usual no Parque Nacional do Iguaçu, indagou-se acerca do tempo de permanência e a prática turística, e ele respondeu:

“Duas noites, às vezes dois dias e duas noites ou três dias e duas noites. Essa é a média. [...] Pra se conhecer as Cataratas do lado argentino como se deve, precisa-se de um dia inteiro. No lado brasileiro é um pouco mais fácil, caminha-se menos e como não temos trilhas abertas ao público, trilhas de interpretação, se passa meio dia calmamente. E como outra opção, que ocupa duas horas a duas horas e meia e até três horas é o Passeio do Macuco, que apesar de muitas pessoas aqui dizerem que se trata de um passeio ecológico não é. [...] é um passeio turístico comercial de massa, inclusive.” [entrevista em 26/02/02].

No turismo especializado é o “olhar romântico” e exigente do visitante que determina a existência de um guia e de uma agência de turismo adequados à sua recepção, embora o custo da viagem seja elevado.¹⁶⁴ No turismo de massa, ainda que o guia seja especializado, ele está sujeito às normas da empresa no que se refere ao tempo, local e roteiro de visita. Além disso, deve satisfazer a um público amplo, sem especificações de qualquer ordem, a menos que seja solicitado para tal.

Alguns turistas, diante da variedade de paisagens, não conseguem distinguir o que viram, como explicou Alfredo Valverde, proprietário da agência *Ecoscape Nature*:

*“(...) Hemos tenido gente que ha tomado este **tour** tres, cuatro veces, incluso. A unos cuatro a cinco años hemos tenido casos de gente que tomó el **tour** dos veces seguidas, dos días seguidos porque no les alcanzó la película para tomar fotos [sonrisas], o quieren en un día tomar fotos y en otro día disfrutar del **tour** sin sacar fotos ¿verdad?”* [entrevista em 14/03/01].

Como se observa, para o turista o pouco tempo de estadia em cada local visitado faz com que ele, muitas vezes, não distinga uma paisagem da outra e talvez nem chegue a vê-las, de modo a apreendê-las.

¹⁶⁴ No caso desta agência Naipi Travel, em particular, o fato de possuir o certificado da ISO 9000 demonstra sua experiência no controle de qualidade da prestação de serviços.

A constante busca de novas paisagens

Nas últimas décadas, segundo Urry, as pessoas passaram a se isolar do turismo de massa. A difusão do “olhar romântico” tem transformado alguns turistas em “coleccionadores” de lugares (1999: 93). Acostumado ao vislumbre frequentemente superficial da natureza eles vêm perdendo a noção específica daquilo que, até então, era considerado extraordinário, a ponto de fazê-los viajarem largas distâncias para vê-lo.

Quanto à experiência do “turismo na natureza”, conforme se observou, prepondera a característica da metonímia em que as paisagens valem pelo todo. Com o predomínio da fragmentação e da desarticulação dos lugares visitados com o “modo de vida”, a cultura, a história e a economia das comunidades locais, por exemplo, perde-se a noção do todo espacial e cultural. No entendimento de Meneses:

“A descontinuidade tempo-espacial, a seqüência, a velocidade, a transitoriedade tornam a paisagem algo decomposto – que é preciso recompor para perfazer a percepção, se quisermos ir além da mera sensação.” (2002: 46).

Conseqüentemente, as agencias de recepção turística constroem códigos e leituras de paisagem nos quais o turista se mantém alheio à identidade do lugar, às comunidades locais, às riquezas naturais e culturais. Como se observa no caso da turista argentina Maria Isabel, uma agente imobiliária de 50 anos, com curso universitário, o que a levou ao Parque Nacional Vulcão Poás foi conhecer “*la magnitud del cráter, que creo que es el cráter más grande del mundo. Antes era el primero, pero ahora pasó a ser el segundo porque descubrieron a otro más grande que no sabría decirle donde queda*”. Ela reclamou ter andado na via em declive até a cratera, pois, segunda disse “*aquí hacen falta las escaleras mecánicas*”.

A tendência, nessa fase da modernidade, é o turista exigir, sobretudo, o conforto do mundo urbano na viagem às áreas naturais conservadas. Isso faz com que

os turistas almejem encontrar bens e serviços conhecidos em seus países de origem, nos indistintos países visitados. Exigem, inclusive, que se fale o mesmo idioma, que se tenha a mesma comida e que se forneça os elementos de conforto a que estão acostumados.

No tocante à percepção dos turistas acerca da natureza e das atividades nos parques, Maria Isabel disse ter praticado ecoturismo que, segundo ela:

“Es tratar de la naturaleza a la medida que uno siente, la palpa y la asimila. Porque no todos tenemos la misma sensibilidad. Hay gente que pasa por los lugares indiferentemente. Otra gente la vive con mucha intensidad. Otra se emociona. Por ejemplo, en los lugares con guía, el guía empezó a hablar y en cinco minutos yo me aburrí de lo que dijo el guía, porque a lo mejor era muy técnico. Me interesa más la vivencia que la información” [entrevistada em 28/12/00].

Como ela veio no ônibus público, é possível que tenha ouvido explicações de algum guia junto à cratera ou no museu. De qualquer forma, guardaria na memória que

“Ese viaje al volcán me impactó. Lo primero que me pregunté es ¿Qué pasaría si empezara una lluvia ácida en este momento que yo estaba viendo? Una sensación como de respecto a la naturaleza, y a su vez de temor, porque la naturaleza puede agredirte cuando menos tu lo piensas. Pero no volveré a verlo. Yo no retorno a los lugares porque siempre tengo interés de conocer otros nuevos”.

Em seu argumento há uma contraposição entre o ser humano que visa transformar a natureza em objeto e o mesmo ser humano que pode se tornar vítima de uma natureza indomável.

Mesmo sem conhecer o ambiente visitado, o turista, em geral, tende a confirmar a fama socialmente consolidada do atrativo visitado. Quais as implicações disso nos parques estudados? Em geral as pessoas se voltam para a beleza da paisagem. Por exemplo, Eli, um estudante israelita de 23 anos, soube das Cataratas por amigos quando se encontrava no Chile, em sua viagem de férias e explicou: “Eu ouvi

dizer que elas eram muito bonitas. Um lugar bonito o suficiente para viajar do Chile até aqui justo para vê-lo, e foi valioso. [...] Eu não conheço muito do lugar, mas voltaria para usufruir dessa beleza”. Levaria na memória esse “surpreendente lugar – o paraíso na terra”. E completou explicando que diria ao amigo: “não esqueça isso no mundo”.

Muitos turistas e também a publicidade turística utilizam-se de palavras como paraíso, criação divina, Éden etc para qualificar o local natural visitado. Esse visitante, por exemplo, vinculou o impacto de sua experiência ao prazer de imaginariamente contemplar o “paraíso no mundo”. Como esclarece Campbell, “é necessário estar consciente das sensações a fim de extrair delas prazer, pois ‘prazer’ é, efetivamente, um julgamento feito por quem o experimenta” (2001: 92). Nesse caso, o atrativo turístico comparado ao mito religioso é singular pela promessa de obtenção do prazer no momento do consumo.

A imagem associada à vontade de conhecer um cenário paisagístico considerado belo pode ser um motivo para as pessoas viajarem. Rosana, uma brasileira de 35 anos, economista, de São Paulo, viajara para o Parque Nacional do Iguaçu para conhecer a “beleza natural” das Cataratas e pretendia retornar algum dia porque “é uma beleza incansável de se ver”. Para ela, o que havia realizado era ecoturismo, ou seja, “a junção do passeio, natureza, ecologia e conscientização ambiental”. Como não obteve dados junto ao parque ou guia, pois veio só, disse que “sem as informações necessárias não podemos agir com total respeito à natureza”.

Nos parques estudados observou-se que a experiência de lazer é praticada em um tempo mínimo, inclusive pelos turistas que não vêm em excursões. Daí a tendência dos guias de simplificarem ao máximo a interpretação dos complexos dados históricos, culturais e ambientais. Nesse caso, a visão da paisagem e o “sentido de natureza” que se obtêm são insuficientes para o cultivo do sujeito, na acepção de Simmel (1998). Pois, segundo a explicação do autor, o sujeito só é cultivado se tiver desenvolvido em si “este ou aquele saber ou capacidades específicas”, e se estes

“servirem ao desenvolvimento daquela centralidade anímica, ao qual estão ligados e com o qual não coincidem” (Simmel, 1998: 81). Para os naturalistas, o saber ambiental requer interiorização, reflexão e envolvimento com o mundo natural e, se esse conhecimento nada acrescenta à personalidade do indivíduo, não há cultivo.

Correlacionando-se as informações dos turistas àquelas prestadas pelo guia Walmor Sparremberg de Souza, é possível compreender o tipo de turismo praticado e o fascínio dos turistas pelo cenário paisagístico: “Se nós formos analisar o que significa turismo ecológico, nós não temos turismo ecológico em Foz do Iguaçu. Primeiro porque é um turismo de massa, e o turismo ecológico e o de massa são divergentes”. Acrescentou:

“Ser guia em Foz do Iguaçu é muito fácil porque o turista pode reclamar do hotel, da comida, do carro e do guia, mas ele não pode reclamar das Cataratas. O produto é excelente. É da melhor qualidade. [...] A maioria arrasadora das pessoas que conheci nesses últimos quinze anos me disseram sempre: ‘as Cataratas superaram as expectativas’. Então é muito fácil seguir com o turismo em Foz do Iguaçu, porque o produto é bom” [entrevista em 26/02/02].

Ao que parece, o importante é o espetáculo das Cataratas. Como manifesta Debord, “o consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral” (1997: 33). Mesmo assim, é possível praticar outras atividades nessas áreas, como explica Maria Amalia Piza, da agência Horizontes, a propósito do Vulcão Poás:

“El Volcán Poás se maneja de diferentes formas. Desde luego depende del interés del grupo. Por ejemplo, los grupos más tradicionales quieren ir al Volcán Poás a visitar el cráter y hacer la visita al Centro de Visitantes y ya está. Sin embargo, en muchos de nuestros grupos su interés es más abierto, digámoslo así. Es una excelente área para ver ciertos tipos de aves, por ejemplo los colibríes. Y además es una zona muy interesante para hablar de lo que es el tipo de bosque, como ha sido el bosque afectado por las erupciones, por la altura. En fin, la formación geológica también es una parte muy importante. Entonces digamos que nosotros ponemos el énfasis de acuerdo al interés del grupo” [entrevista em 21/02/01].

Comparativamente, nos parques estudados vigora o turismo convencional de massa, como explica Diego Vasquez, um guia que presta serviços para a agência *Costa Rica Fun Adventures*:

“Acá se ve que casi nunca viene el turismo especializado. Usted difícilmente encuentra una persona que venga en ese sector, por ejemplo, que venga y que le diga a usted que anda buscando planta. Aquel que viene para eso ya viene directo desde su país para el destino. [...] Lo que se maneja acá es sobretudo el turista que espera una información general de lo que es el bosque, las plantas, los animales, pero nada en especial, sino un poco de todo. El turismo que es practicado en el Poás tiende más para la recreación. Es un turista que viene acá y le gusta que le hablen de las plantas y de los animales, pero si usted al final del día le pregunta lo que vio primero, normalmente no se acuerda” [entrevista em 14/02/01].

Um funcionário do parque confirmou a sua opinião:

“En Poás, básicamente la principal atención es el cráter. Si el cráter está nublado, pues, la gente se desilusiona porque no tiene otra... ellos creen que no tiene otra alternativa, excepto que sea el cráter. Porque aquí hay colibríes, hay bastante flora. Pero es poco y contado el turista que llega a observar aves” [entrevista em 09/01/01].

Como se observa, o que se supõe seja natural ao ser humano - apreciar a paisagem – é parte de uma construção histórica e cultural. Contudo, a forma veloz como isso ocorre no turismo nos faz lembrar que a mercadoria passou a ocupar a vida social, transformando tudo em espetáculo.

O aspecto comercial dos serviços oferecidos pelos parques é tão acentuado que alguns turistas manifestaram-se avessos, como Patricia, uma chilena de 59 anos, secretária, que disse que a visão das Cataratas no Brasil lhe despertou “*sentimiento de introspección al ver la magnificencia del Creador*”, mas não retornaria porque “*es demasiado comercializado*”. Ao contrário, Julia, uma chilena de 62 anos, estava satisfeita em andar sobre as trilhas pavimentadas de cerâmica do Parque Nacional Iguazú, Argentina e disse: “*Me encanta por la comodidad. En el medio de la selva es algo insólito* [risas]. *Eso demuestra la capacidad turística de los*

argentinos que lo hicieron así. Se pierde lo natural, pero es cómodo para caminar por ahí y por eso me gustó”.

A procura pelo que é estranho, fora do comum e imponente e as visitas rápidas às atrações turísticas caracterizam o turismo de massa. O turismo ecológico também pode buscar o inusitado, mas requer tempo para observá-lo, classificá-lo e até qualificá-lo conforme os padrões científicos, como o fazem alguns especialistas.

CONCLUSÃO

A construção da paisagem nas artes plásticas surgiu em um momento histórico em que a Igreja perdeu o controle sobre o trabalho dos artistas e o antropocentrismo substituiu o teocentrismo. O pensamento deixou de ser focalizado em Deus e o homem centralizou em si as deliberações sobre o que devia ou não ser objeto de conhecimento. A tomada de consciência da perda da natureza pela progressiva derrubada das florestas, causou mudanças nas relações do homem com o trabalho e o mundo natural e influenciou no desenvolvimento de técnicas para os trabalhos artísticos, arquitetônicos e decorativos.

Com as alterações no espaço geográfico e na disposição dos elementos naturais (rios, matas etc), têm-se novas concepções e imagens da natureza, definindo-se distintas representações sociais em um mundo em transformação. Observa-se ainda a incorporação de simbologias diferenciadas e de novos enunciados filosóficos e científicos.

Animais, árvores, flores, folhas e montanhas foram considerados pelos pintores como “objetos” que poderiam ser vistos isoladamente, como fragmentos da natureza. Assim, surgem as primeiras paisagens constituídas por esses elementos individuais dispostos decorativamente nos quadros. Posteriormente, a composição paisagística foi alcançada com a criação das técnicas de iluminação e da perspectiva nas artes, quando a natureza passou a ser representada pelas suas formas estéticas conforme os padrões culturais de cada época e das interpretações e idealizações dos artistas.

Durante quase cinco séculos, esses artistas aplicaram as suas habilidades para tentar imitar a natureza. Nesse período, numerosas técnicas foram aperfeiçoadas, culminando com aquela que inseria a luz na composição. No século XIX, no meio artístico começou-se a questionar acerca do interesse na reprodução dos elementos da

natureza, uma vez que a técnica fotográfica possibilitava isso instantaneamente e a sua prática tornava-se usual. Entretanto, se a fotografia abalou o conceito de que a arte deve preocupar-se com a imitação da natureza, de modo mais sutil ela permitiu aos artistas aumentarem as suas experiências estéticas além daquelas que poderiam obter diretamente da natureza. Com isso, muitos procuraram usar a composição estética das fotos ao invés da reprodução direta da natureza.

A ciência moderna transformaria as formas de relação do homem com os elementos do mundo natural e, conseqüentemente, o seu próprio conceito. Da sua apropriação pelos diferentes ramos da ciência (história natural, botânica, química, física) parecem resultar imagens e concepções fragmentadas da natureza, mediante as referências de cada área científica.

A preocupação com as perdas das florestas, a apreciação de jardins e as exposições de flores correspondem ao surgimento de novos valores e atitudes e, portanto, de novas categorias para a classificação dos elementos da natureza.

Alguns artistas, principalmente na Itália e na Grã-Bretanha, começaram a pintar paisagens substituindo os camponeses em sua labuta no campo por ovelhas pastando e temas mitológicos da Antiguidade Clássica. Essa atitude parece refletir uma forma de “negação” das progressivas transformações do mundo natural. Em contraposição a essa tendência artística, muitos ingleses de estratos sociais de renda mais elevada passavam a mobilizar-se em busca de áreas agrestes, montanhas longínquas, em viagens que se tornavam cada vez mais organizadas.

No século XIX, em países da Europa, como a Grã-Bretanha e a França, começou-se a questionar a “dita” superioridade dos seres humanos sobre os demais seres da natureza. E, do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos da América, intelectuais, pintores e naturalistas manifestavam a sua preocupação com a preservação ambiental.

John Muir, ao ter partido para uma ação efetiva nos Estados Unidos, com a proposta de criação do Parque Nacional de Yellowstone, tentou mostrar que o ser humano deveria visitar mais lugares da “*natureza selvagem*” para aproximar-se dela e reconhecê-la como parte de si mesmo. Para muitos naturalistas, essa tendência transformou-se quase em um “ato religioso” em que a natureza não precisava ser considerada esteticamente bela, tal como o foram algumas pinturas da paisagem, mas benéfica e capaz de agir como um catalisador de transformações profundas para aquelas pessoas que poderiam se dispor a viver uma experiência ímpar. A exemplo de Yellowstone outros parques nacionais foram criados em muitos países do mundo, como lugares de “*natureza selvagem*”, objetivando a sua proteção face à ameaça da sociedade urbano-industrial, “destruidora” do meio ambiente.

No ato fundador do Parque Nacional de Yellowstone, a idéia da proteção se conjugou à da contemplação e do lazer, interditando-se legalmente qualquer atividade humana fora desses propósitos. Na institucionalização dos parques nacionais, ficou definido o controle estatal, o que daria um caráter burocrático à gestão dessas áreas.

A partir daí o conceito de parque nacional passaria por inúmeras mudanças, em decorrência da maior preocupação com a degradação da natureza, do avanço dos conhecimentos científicos e de outros. Do objetivo da contemplação e lazer, no final do século XIX, passou-se para o da proteção dos ecossistemas representativos, nos anos 1950 e deste para o da conservação da biodiversidade para os fins da biotecnologia e como forma de manter o equilíbrio da natureza, além do objetivo do turismo como uma estratégia de sustentação econômica dos parques nacionais.

O turismo, de modo geral, passou a ser tratado a partir dos anos 1970 como atividade econômica importante, com medidas governamentais voltadas para o seu incremento. As facilidades de deslocamento, as organizações turísticas e a divulgação dos atrativos possibilitaram a ida dos turistas aos locais de mais difícil acesso na Ásia, África e América Latina. Durante essa década, muitos realizavam as chamadas “viagens de aventura”, outros saíam em busca dos lugares da “*natureza selvagem*”, com interesse nas

espécies em extinção ou raras ou dispostos a conhecerem mais a natureza. Nos anos 1970 e 1980 os Parques Nacionais de Galápagos, no Equador, Anapurna, no Nepal, Serengeti, na Tanzânia, e a Reserva de Caça Maasai Mara, no Kenya, significavam o “sonho” de viagem dos turistas, naturalistas e aventureiros dos países de primeiro mundo. A publicidade prometia-lhes que ali encontrariam o “Jardim do Éden”. Contudo, não eram somente esses locais que eram tidos como mais atraentes para esse tipo de turismo nos anos 1980. Países considerados como conservadores da natureza, a exemplo da Costa Rica, começaram, também, a ser procurados.

O governo costarriquenho institucionalizou, em 1955, os parques nacionais nas áreas do entorno às crateras dos vulcões, colocando-os sob a guarda do Instituto Costarriquenho de Turismo. Faltavam condições de acesso e não havia recursos para implementar a infra-estrutura para isso e para a recepção dos turistas. A exceção, mesmo em condições precárias, era dada pelos poucos turistas nacionais e internacionais que visitavam os Vulcões Poás e Irazú desde o início do século XX. No caso do Poás, isso se devia à excepcionalidade do cenário de sua cratera. Segundo me relataram, ela tinha em seu centro uma lagoa de cor negra que, ao se esvaziar em uma grande erupção, novamente se encheu e tomou a cor turquesa atual.

Na década de 1970, esse parque do Vulcão Poás passou para a responsabilidade do Serviço de Parques Nacionais, cuja função era a preservação e conservação ambiental. Pela primeira vez criava-se um modelo de parque nacional com um projeto de recepção turística (via de acesso, mirante e áreas de recreação). Com isso, abriu-se a área para o “turismo na natureza”.

Na década de 1980, com o Premio Nobel da Paz dado a Oscar Arias, o país destacou-se no cenário internacional e, com o reforço dado pela divulgação das viagens dos ecoturistas “*descobridores da natureza primitiva*”, começou a crescente entrada de visitantes com outro perfil que também se diziam “ecoturistas”. No entanto, eles esperavam encontrar um hotel de padrão internacional, um guia poliglota e passeios menos “selvagens”.

O governo fomentou o turismo, estimulando as micro-empresas, investindo na capacitação de pessoal e na divulgação e, sobretudo, procurando atrair cadeias hoteleiras multinacionais. Com os dados que analisei, pude observar que o reconhecimento do potencial turístico da Costa Rica se deve aos esforços conjuntos das organizações ambientalistas e de turismo, não-governamentais e governamentais, para promoverem o país como lócus da natureza conservada.

Com base nos dados estatísticos do ICT e da pesquisa, pude ainda constatar que, em aproximadamente dez anos, deu-se uma gradativa mudança do “ecoturismo” para o turismo “convencional”, que continua a ser chamado de “ecoturismo”, pelos próprios turistas e as agências de viagem. Elas buscam atrair turistas e, conseqüentemente, o lucro. Isso se explica, de um lado, pelas manipulações dos valores da conservação ambiental e, do outro, pelo desconhecimento do turista, que não faz a diferenciação formal dos segmentos do turismo. Nas representações dos turistas está presente a idéia de que ir a um parque nacional significa praticar o turismo ecológico. Muitos deles estão imbuídos do sentimento da conservação da natureza que se traduz em padrões idealizados para uma vivência em plena harmonia com a natureza.

Na década de 1990 o governo fomentou o turismo de massa, especialmente o de “sol e praia” e segmentos do “turismo na natureza”, diferentes do ecoturismo e, ainda, estimulou a implantação de grandes hotéis.

Ao dar prioridade, de início, à promoção do ecoturismo, o governo costarrriquenho assegurou no exterior a imagem de um país que conserva a natureza, atraindo turistas de países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos, por situarem-se mais próximos e disporem de mais recursos.

No Brasil, apesar de existirem áreas naturais conservadas desde 1937, as atenções para a conservação ambiental foram pouco expressivas nas propostas governamentais, praticamente até o final dos anos 1950. A prioridade estava voltada para

o crescimento industrial e outros setores da economia e pouca atenção foi dada para as áreas de conservação e proteção ambiental e o turismo.

Como mostrei, a base legal ambientalista e os parques nacionais criados nos anos 1930 somente se consolidaram nas três últimas décadas. As possibilidades de crescimento econômico eram amplas e não havia a preocupação com as conseqüências ambientais.

A criação dos primeiros parques foi motivada por objetivos diferenciados: os do Itatiaia e o da Serra dos Órgãos para o lazer e a conservação ambiental; os do Parque Nacional do Iguaçu, mesmo tendo sido criado de modo semelhante na lei, tinha outros objetivos, conforme penso. A minha hipótese é de que tenha sido criado para marcar a fronteira Brasil-Argentina, pois se tratava de uma área completamente isolada do restante do país, onde era falado o espanhol, a moeda adotada era a da Argentina e o acesso se dava por via marítima até Buenos Aires e fluvial pela Bacia do Rio da Prata até Foz do Iguaçu. Ademais, na região se encontravam as Cataratas e o Salto de Sete Quedas, representando um grande potencial hídrico e, em termos territoriais, no momento em que a ideologia nacionalista era dominante, aquela área deveria ser integrada ao restante do país.

Nesse local, visitado por argentinos e paraguaios desde o início do século, com a implantação do parque é construída a infra-estrutura de recepção turística e administrativa, além do aeroporto na cidade de Foz do Iguaçu, o que favoreceu a entrada de turistas nacionais e internacionais. Contudo, somente após a abertura da via rodoviária e da ponte ligando o Brasil ao Paraguai teve início o aumento do turismo na área que, progressivamente, deu ao parque a posição de maior relevância no país, em termos da inigualável paisagem. Conquanto a infra-estrutura adequada de recepção tenha sido implantada somente em 1999, as Cataratas do Iguaçu vêm sendo conhecidas no Brasil e exterior, a ponto de serem consideradas nos dias atuais como um dos atrativos internacionais do turismo.

A solução encontrada pelos dirigentes ambientais para o Parque Nacional do Iguaçu - a de criar uma ampla e moderna infra-estrutura para incrementar a entrada de turistas, assegurando-lhes as condições de conforto e segurança conforme os padrões internacionais do turismo - talvez não consiga atingir os fins desejados no curto prazo, tendo em vista que essa é uma nova proposta, a menos que se realizem campanhas de divulgação das áreas conservadas, como o fez Costa Rica.

No sentido de compreender o fenômeno de atração turística, busquei, no trabalho de pesquisa, observar como os turistas definiam os Parques Nacionais Vulcão Poás e Iguaçu, de modo a obter dados sobre as representações sociais dos turistas acerca da paisagem desses parques e de sua experiência em áreas naturais conservadas. Verifiquei, ainda, que a configuração institucional dos parques nacionais da Costa Rica, desde o início, se distingue da praticada no Brasil, devido à aliança existente entre as organizações de turismo e meio ambiente, governamentais e privadas, e à contribuição dada aos parques por indivíduos e organizações privadas. Nesse país, as áreas protegidas passaram a ser vistas, igualmente, por seu valor ecológico e pelo valor econômico dado pelo turismo. Entretanto, se as idéias de proteção da natureza são decorrentes desse empenho, a consolidação dessas áreas, é uma consequência da aceitação da sociedade e da prática de lazer nos parques nacionais. Tais elementos atuaram (e ainda atuam) como auxiliares na formação de uma teia de significados acerca da natureza, o que reforça os objetivos de conservação ambiental e a fruição das áreas para o lazer.

Nesse trabalho parto do pressuposto de que as diferenças entre os países estudados ocorrem desde os anos 1970, quando a Costa Rica começou a apresentar ao mundo uma imagem “da natureza tropical, conservada e exótica”, o que a tornou reconhecida como um “destino turístico natural”. O que atrai o turismo pra a Costa Rica é a compreensão de que aquelas paisagens são conservadas, exóticas e multidiversificadas, concentrando-se em um território relativamente pequeno, o que oferece inúmeras oportunidades de conhecer vulcões, praias, floresta nublada, bosque seco, floresta anã. No espaço de poucas horas é possível visualizar paisagens diferentes. Os turistas nem sempre

podem ter acesso a uma paisagem tão distinta e bela, com as condições de recepção e de segurança que existem no Parque Nacional Vulcão Poás.

O Brasil, ao contrário, fomentou (e ainda fomenta nos dias atuais) o turismo denominado “sol e praia”, com o aproveitamento de outros cenários paisagísticos e sem dirigir as atenções especificamente para o “turismo na natureza”. Daí ressaltar em folhetos e cartazes as imagens de atividades de lazer no Rio de Janeiro e negócios em São Paulo. Desse modo, o país não tem aproveitado os atrativos de natureza da Amazônia, do Pantanal Mato-grossense e dos parques nacionais, que são de fato os que o diferenciam dos demais países. No turismo de “sol e praia”, o Brasil compete com toda a faixa litorânea dos países da América Latina (do México à Argentina), além das Ilhas do Caribe.

Na Costa Rica, os objetivos da política de turismo, de certa forma, se coadunam aos da política do meio ambiente, enquanto no Brasil a política para o turismo está dissociada da ambiental. Sob a alegação da necessidade de assegurar a conservação da natureza e da inexistência de uma infra-estrutura adequada à recepção na maioria das áreas conservadas, sobressaía (e ainda sobressai) no Brasil a baixa capacidade operacional para receber um número crescente de visitantes. Na Costa Rica, também se observa a falta de capacidade para receber o incremento turístico e que se expressa, em ambos os países, na implantação da parceria com os empresários privados na cessão de uso de certos locais e serviços. Nisso está implícita uma série de fatores, como o despreparo do corpo técnico e administrativo na gestão e manejo dos parques nacionais para receber os turistas, poucos guias de turismo treinados e capacitados na condução do turismo ecológico e a investida dos empresários em serviços, que até há pouco tempo, eram da responsabilidade do governo.

Com a constatação de que todos aqueles cenários paisagísticos trariam divisas para o país, compensando o investimento por serem análogos a outros tipos de mercadorias, houve uma mobilização, não somente das áreas governamental e privada, como de segmentos da população para o projeto turístico dos países estudados.

A imagem da “natureza tropical, conservada e exótica” apresentada internacionalmente, tornou, especialmente, a Costa Rica conhecida como “destino turístico natural”. Foram atribuídos à natureza singularidades e valorações específicas. Não se pode dizer o mesmo do Brasil, cujas atenções se voltaram para o turismo convencional, além de inúmeros outros.

No que diz respeito às atividades de turismo praticadas nesses dois parques, podem ser observadas semelhanças. A maioria dos turistas caracterizou a atividade ali exercida como sendo de “turismo de recreação”, seguindo-se de perto do “ecoturismo”, indicando que qualquer atividade desempenhada em um parque nacional é “ecoturismo”. Essa é uma atividade divulgada na imprensa e na televisão, especializada ou não, que desperta interesse na atualidade. Contudo, os guias e os funcionários contatados em ambos os parques classificam diferentemente o turismo ali praticado. Quase todos disseram que era um turismo de massa.

A maioria dos turistas disse que costumava visitar áreas naturais conservadas. Entretanto, havia procurado fazer aquela viagem para conhecer não somente a natureza, mas o país e as suas características culturais, além de recrear-se. No Brasil, os turistas acrescentaram que haviam selecionado o Parque Nacional do Iguaçu para poderem olhar a beleza das Cataratas e, na Costa Rica, o conhecimento da natureza do país, de modo geral, em suas características culturais e da recreação superou a observação da cratera do Vulcão Poás. Isso, possivelmente, demonstra que eles viajam para esse país para conhecer a natureza, o seu povo e para recrearem-se.

Como explicou o guia especialista no turismo japonês no Brasil, os seus turistas saem do Japão determinados a conhecerem as Cataratas, conforme referências que obtiveram nos filmes, na publicidade ou junto aos amigos ou parentes. De certa forma, outros turistas disseram o mesmo quando foram entrevistados. Não importa o lugar de onde tenham saído, do Chile à Noruega, Malásia ou Rússia, essa resposta foi dada freqüentemente. Na Costa Rica, de forma similar, alguns turistas manifestaram que

tinham um conhecimento prévio acerca do Vulcão Poás e, por isso, haviam programado visitar o local.

Entretanto, o que chamou a atenção na pesquisa de campo foi o que os turistas expressaram defronte aos cenários paisagísticos. Quase sempre a magnificência das Cataratas do Iguaçu e a cor turquesa da lagoa do Vulcão Poás foram mencionadas por eles. Outros se referiram ao mau odor exalado da cratera, que é sulfurosa, ou às nuvens que, muitas vezes encobrem o Vulcão. Mas, quase todos disseram que a paisagem vislumbrada era maravilhosa, assombrosa ou divina e outros qualificativos.

Por se tratarem de cenários situados em lugares da “*natureza selvagem*”, indagou-se, ainda, aos turistas se conheciam algumas trilhas nos parques ou os ecossistemas locais e a importância do parque na região. A grande maioria respondeu que somente conheciam o atrativo principal do parque. Observaram, também, que no parque não lhes foram oferecidas quaisquer informações de teor ambiental, histórico e outras.

A experiência de recreação nos parques, tal como é dito no Plano de Manejo e na lei de criação desse tipo de área, pretende relacionar a proposta ideal ambientalista de interpretação e educação ambiental com a vida cotidiana, isto é, visa a estimular um sentimento de harmonia das pessoas para com os demais seres da natureza. Entretanto, eu entendo que o lazer nos parques em questão significa, sobretudo, vislumbrar o atrativo e adquirir algum objeto. O que não implica que as pessoas não sintam o prazer de estarem visitando esses locais.

Nas considerações finais ainda retomo algumas observações, como vêm a seguir. Nos quadros, a paisagem é representada de forma estática e associada somente ao sentido da visão. Com os jardins, reproduzindo a natureza que estava sendo perdida, foi preciso associar outros sentidos do corpo humano para “*sentir a natureza*”, a exemplo do olfato, da audição, do tato, e, mesmo, o do paladar. Nos parques nacionais, como o do Vulcão Poás e o das Cataratas do Iguaçu, nas representações dos turistas sobre as paisagens vislumbradas estão contidas as interações com os sentidos do visual, do olfato e

da audição. Nesses termos, a pesquisa realizada junto aos turistas mostrou que eles faziam novas e constantes associações da paisagem com a grandiosidade da natureza ou do ser divino, com o sentimento de paz, com a beleza do atrativo e até com a identidade da Nação.

A paisagem em áreas conservadas públicas, como nos casos desse estudo, passa a ser objeto de consumo, comercializado pela “indústria do turismo”. Karl Marx referiu-se à sociedade moderna como “produtora de mercadorias, que se sujeita a um fetichismo análogo na forma de dinheiro e de seu movimento de exploração em empresas...”¹⁶⁵ Se a mercadoria “existia” por ela mesma – e não por fruto do trabalho humano, passa ter um “fetiche” e a ser vista como um objeto de consumo. Entendo, com base em categorias de análise do referido autor que, no caso da paisagem, ela adquire um valor econômico nos seguintes termos: em valor de uso, pela sua utilidade, e, em valor de troca, pelo pagamento a ser feito – no caso, para a “contemplação do belo”.

Nas áreas dos parques, se paga para entrar: há um aparato de recepção do visitante, com segurança, informações, certo conforto etc. Sendo esta – a “paisagem espetacular” – uma mercadoria *sui generis*, propiciada pela natureza, no Vulcão Poás e nas Cataratas do Iguaçu, a partir da entrada tudo tem um preço. Associando-se o prefixo “ECO” com o conjunto de mercadorias lá oferecidas, reforça-se o pressuposto, ideologicamente definido, de se ter um comportamento desejável e coerente com valores de um ideal de contemplação, preservação e conservação da natureza.

¹⁶⁵ In: Pequeno glossário. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkuz36htm>. Acesso em: 30 de jul. 2003.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALDRIDGE, Don. Mejora de la interpretación de los parques y la comunicación con el público. In: UNIÓN INTERNACIONAL PARA LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA Y LOS RECURSOS NATURALES. **Segunda Conferencia Mundial sobre Parques Nacionales** – Parque Nacional Yellowstone y Grand Teton, EUA. Morges, Suiza, 1972. pp. 337-348.
- ALMEIDA, Carlos Augusto de. **Anuário estatístico - Perfil 2001**, Foz do Iguaçu, PR, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 1994.
- BALDI, Oscar F. **Modelos de desarrollo y crisis ambiental em Costa Rica**. Asociación Ecologista Costarricense. Serie Cuadernos de Estudio. San José, CR, 1992.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BARRETTO Fº, Henyo Trindade. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.
- BARROS, Wanderbilt Duarte de. **Parques Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro. Série Documentária, nº 1, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. 1952.

- BASTIDE, Roger. 1979. **Arte e Sociedade**. Trad. Gilda de Mello e Souza. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sombra das Maiorias Silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. Trad. Suelli Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís C. Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. MMA – PNMA, 1995.
- _____. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo. E; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996, Pp. 181-192.
- BELLUZZO, Ana M. de Moraes. Vol. I: O Imaginário do Novo Mundo. In: **O Brasil dos Viajantes**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Fundação Odebrecht. São Paulo: Metalivros, 1994.
- _____. 1994. Vol. II: “Um Lugar no Universo”.
- _____. 1994. Vol. III. “A Construção da Paisagem”.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 2. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.
- BESERRA, Margarene et alli. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Iguçu**. Brasília, 1999.
- BOO, Elizabeth. 1995. “O planejamento ecoturístico para áreas protegidas”. In: Krieg Lindberg, Donald E. Hawkins, (ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1995.

BOZA, Mario Andrés Loria. **El Sistema de Parques Nacionales de Costa Rica: una década de desarrollo**. San José, CR: UNED, 1981.

BOZA, Mario Andrés Loria. Costa Rica: un ejemplo de estrategia para establecer parques nacionales en un país en desarrollo. In: UNIÓN INTERNACIONAL PARA LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA Y LOS RECURSOS NATURALES. **Segunda Conferencia Mundial sobre Parques Nacionales** – Parque Nacional Yellowstone y Grand Teton, EUA. Morges, Suiza, 1972. Pp. 207-216.

_____. **Plan de manejo y desarrollo para el Parque Nacional Volcán Poás, Costa Rica**. Tesis (Magister Scientiae), Departamento de Ciencias Forestales, Unidad de Manejo de Áreas Silvestres, Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA, Turrialba, CR, noviembre, 1968.

BRASIL.

_____. Decreto N° 86.876 de 01 de dezembro de 1981 estabelece limites atuais do Parque Nacional do Iguaçu. Brasília, 1981.

_____. Decreto N° 84.653 de 23 de abril de 1980. Brasília, 1980.

_____. Código Florestal, Lei N° 4.771 de 15 de setembro de 1965. Brasília, 1965.

_____. Decreto N° 6.506 de 17 de maio, Decreto N° 6.587 de 14 de junho, Decreto N° 6.646 de 07 de julho de 1944. Rio de Janeiro, 1944.

_____. Decreto N° 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Rio de Janeiro, 1939.

_____. Decreto N° 2.153 de 20 de outubro de 1930. Curitiba, PR, 1930.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**, Vol. I. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1983.

BUDOWSKI, Tamara. Ecoturismo a la tica. In: Stanley Heckadon (et al). **Hacia una Centroamerica verde: seis casos de conservación integrada**. San José, CR: DEI, 1990. pp. 73-84.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mainairdi. 13° reimp. São Paulo: Companhia das Letras. 1990 a.

_____. **Seis propostas para o novo milênio: lições americanas**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras. 1990 b.

- CAMARGO, Mário Pimentel de. **Relatório de atividades**. Parque Nacional do Iguaçu, Departamento de Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Agricultura, Foz do Iguaçu. 1959 a 1962.
- CAMPBELL, Colin. **A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CANCLINI, Nestor García. **A Socialização da Arte: teoria e prática na América Latina**. Trad. Maria Helena R. da Cunha; Maria Cecília Moraes Pinto. São Paulo: CULTRIX. 1984.
- CANTO, Mário Câmara. **Relatório de atividades**. Parque Nacional do Iguaçu, Serviço Florestal, Ministério da Agricultura, Foz do Iguaçu. 1942 a 1950.
- CLARK, Kenneth. **A paisagem na arte**. Trad. Rijo de Almeida. Lisboa: Ulisseia, 1961.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development**. IV World Congress on National Parks and Protected Areas, IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 1996.
- CERVANTES, Silvia Rodriguez. **Conservation, contradiction, and sovereignty erosion: The Costa Rica State and the natural protected areas (1970 – 1992)**. Thesis of post graduated. University of Wisconsin, Madison, USA. 1993.
- CÉSPEDES, Ana Patrícia Torres. **Las Políticas de Protección Ambiental Aplicadas al Proyecto Turístico Golfo de Papagayo**. Monografia de Licenciatura en Ciencias Políticas de la Facultad de Ciencias Sociales, Escuela de Ciencias Políticas, Universidad de Costa Rica, Costa Rica, 1995.
- CHASTEL, André. **A arte italiana**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

COSGROVE, Denis E. A geografia está por toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens.

In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL; Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

_____. **Social formation and symbolic landscape**. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.

COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da cultura de massa: introdução, comentários e seleção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

COSTA RICA, ASAMBLEA LEGISLATIVA. Ley de Creación del Servicio de Parques Nacionales N° 6.084 del 17 de agosto. San José, CR, 1977.

_____. Ley de Fundaciones N° 5.338. San José, CR, 1977.

_____. Ley de Creación del Parque Nacional Volcán Poás N° 4.714 de 23 de enero de 1971. San José, CR, 1971.

_____. Decreto de Ampliación de área del Parque Nacional Volcán Poás N° 18.063 de 26 de febrero. San José, CR, 1988.

_____. Decreto de Ampliación de área del Parque Nacional Volcán Poás N° 22.961 de 09 de marzo. San José, CR, 1994.

_____. INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. Ley N° 1.917 del 9 de agosto de 1955. s.p.

CROSBY, Alfred W. **O Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900 - 1900**. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. (Coleção Turismo). São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: SOUZA, Maria José de. (Org.). **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Ministério do Meio Ambiente. 2002.

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1977.
- DE LA TORRE, Oscar. **El Turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. In: **Revista Ambiente & Sociedade**. Unicamp: Campinas, São Paulo. Ano II nº 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.
- DUARTE, Rodrigo de Paiva. **Marx e a Natureza em “O Capital”**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo, Perspectiva. 1973.
- DURKHEIM, Émile. **Las formas elementares de la vida religiosa: el sistema totémico en Australia**. Trad. Ramon Ramos. Madrid, España: Akal Editor, 1982.
- _____. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Trad. Mario Sabino Filho; revisão técnica Roberto Romano. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- EMBRATUR. **Anuário Estatístico 2002**. Brasília: Embratur, 2002.
- _____. **Estudo da demanda turística internacional, 2001**. Brasília: Embratur. 2001.
- _____. **Anuário Estatístico 2000. Brasília**: Embratur, 2000.
- _____. **Anuário Estatístico 1999. Brasília**: Embratur, 1999.
- _____. **O turismo na economia nacional: a revolução silenciosa**. Brasília: Embratur, 1999.
- _____. **Anuário Estatístico 1998. Brasília**: Embratur, 1998.
- _____. **Anuário Estatístico 1997. Brasília**: Embratur, 1997.
- _____. **Anuário Estatístico 1996. Brasília**: Embratur, 1996.

_____. **Anuário Estatístico 1994/1995**. Brasília: Embratur, 1995.

_____. **Anuário Estatístico 1992/1993**. Brasília: Embratur, 1993.

_____. Apelo e aplauso. In: **EMBRATUR**. Ano I, nº 2, novembro e dezembro, 1974

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília, DF, 1994.

EVANS, Sterling. **The Green Republic: conservation history of Costa Rica**. Texas, USA: University of Texas Press, 1999.

FALCÃO, José Augusto Guedes. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGI, Eduardo et al. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FAORO, Raymundo. 1979. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. V II. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. Tradução Júlio Assis Simões. São Paulo: Estúdio Nobel, 1995.

FERRARA, Lucrécia A. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia (org.). **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec.

_____. 2002. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Turismo Contexto. 2002.

FERREIRA, Lourdes M. A estrada do colono e fragmentação de habitat no Parque Nacional do Iguaçu: politicagem mais que uma questão ecológica. In: MILANO, Miguel Serediuk; THEULEN, Verônica. **Anais: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. II – Trabalhos técnicos**. Campo Grande, 2000.

FONSECA, Luís Adão da. O Imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16. In: **Estudos Avançados** 6 (16). 1992.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva. (Estudos, 21), 1982.

FRIEDMANN, George. **O Trabalho em Migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (FADE - UFPE); EMBRATUR; MICT. **Estudo econômico-financeiro dos meios de hospedagem e parques temáticos no Brasil**. Brasília, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

FYNN, Enrique. **O Desempenho heterogêneo de onze países latino-americanos em turismo internacional receptivo: fatores estocásticos, perspectivas e sugestões**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, março. 1996.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUSP. 1991.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

GOMBRICH, Ernst Hans. 1984. **Norma y forma: estudios sobre el arte del renacimiento**. Versión Remigio Gómez Díaz. Madrid: Alianza Editorial. 319 p.

GOULART, Laura Duarte; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Org.). **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

GUTHERY, Dennis; PHILLIPS, Robert. **O desenvolvimento de Sauípe – um novo destino turístico para o século XXI**. In: LAGE, Beatriz Gelas; MILONI, Paulo César (Org.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. Pp. 185-195.

- GUTIERREZ, Marisol G. **Análisis del apoyo de la Administración Oscar Arias al desarrollo turístico de Costa Rica.** Tesina para el bachiller en Turismo. Universidad Internacional de las Américas. San José, Costa Rica. 1990.
- GUTIERREZ, Rafael; JIMENEZ, Sandra. Resultados de una encuesta reciente: Quiénes visitan nuestras áreas silvestres protegidas y cuánto están dispuestos a pagar por cuáles servicios. In: **Ambientico**. Costa Rica, San José, Setiembre, 2000.
- HALL, Carolyn. **El Café el desarrollo histórico-geográfico de Costa Rica.** San José. Editorial Costa Rica. 1991.
- HARROY, Jean-Paul. Un siglo de evolución del concepto de “parque nacional” a través del mundo. In: UNIÓN INTERNACIONAL PARA LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA Y LOS RECURSOS NATURALES. **Segunda Conferencia Mundial sobre Parques Nacionales** – Parque Nacional Yellowstone y Grand Teton, EUA. Morges, Suiza, 1972. Pp. 24-33.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 7º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- HAUG, Wolfgang. **De Nietzsche a Marx.** Trad. Karen M. Lisboa. Revista Praga. Estudos Marxistas, nº 3. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HECKADON, Stanley (et al). 1990. Centroamérica: tierra tropical y volcanes. In: **Hacia una Centroamérica verde: seis casos de conservación integrada.** San José, Costa Rica: DEI. Pp. 19-31.
- HERRERA, José Francisco Vargas. **El papel de la prensa en el desarrollo turístico de Costa Rica, con énfasis en el aspecto cultural-ecológico.** Tesis de Licenciatura de la Comunicación Colectiva. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Costa Rica. San José. Costa Rica, 1994.
- HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- HOLLER, Jackson Luis et al. **Projeto de roteiro turístico para Foz do Iguaçu e Região Missioneira**. Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas. Curso de Turismo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 1996.
- HONEY, Martha. **Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?** Washington, D.C. Covelo, CA: Island Press. 1999.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Trad. Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Vozes, 2001.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IASBECK, Luiz Carlos. **A arte dos slogans: as técnicas de construção das frases de efeito do teto publicitário**. São Paulo: Annablume: Brasília: Upis, 2002.
- ICT. **Plano Estratégico de Desarrollo Turístico Sustentable de Costa Rica (1993-1998)**, Síntese Executiva. San José, Costa Rica, 1998 a
_____. **Anuário Estadístico de Turismo**. San José, Costa Rica. 1998 b.
- JACOBI, Pedro. 1989. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez.
- JAMESON, Fredric. 1994. **Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Org. e trad.: Ana Lúcia Almeida Gazolla. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- KARSTEN, Márcia Schölz de Andrade; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Nossa Terra**. Curitiba, Paraná: Casa de Idéias Editora de Vídeo e Gráfica Ltda. 1989.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1989.
- LACALLE, Carlos. **Noticias sobre Alvar Nuñez Cabeza de Vaca: Hazañas americanas de um Caballero andaluz**. Madrid: Sociedad Estatal Quinto centenario. 1990.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Kairós, 1983.

LASH, Christopher. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASH, Scott; URRY, John. **Economies of signs and space**. London: SAGE Publications, 1994.

LEITÃO, Olival. **Relatório de atividades**. Parque Nacional do Iguaçu, Serviço Florestal, Ministério da Agricultura, Foz do Iguaçu, Paraná, 1953.

LIMA, Ricardo Barbosa de. **Natureza: uma categoria social – elementos para pensar as representações sociais acerca do mundo natural. Na região dos cerrados**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 1999.

LIMA NETO, João de Mendonça. **Promoção do Brasil como destino turístico**. Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

LITTLE, Paul Elliott. 1999. **Ecología política del Cuyabeno: el desarrollo no sostenible de la Amazonía**. Investigadores: OBANDO, Gerardo; Trujillo, BETTY; AGUILAR, Roberto. Quito, Ecuador: ILDIS, ABYA-YALA, 1992.

LINS RIBEIRO, Gustavo; BARRO, Flávia L. “A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo”. In SERRANO, Célia M. Toledo. BRUHNS, Heloísa T. (Org.). 1997. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Trad. Maria Lúcia Machado. 2º reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- MacCANNELL, Dean. **Empty Meeting Grounds: the tourist papers**. London: Routledge. 1992.
- _____. **The Tourist: a new theory of the leisure class**. London: Macmillan. 1976.
- McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- McINTOSH, Robert; GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent. **Turismo: Planeación, Administración y Perspectivas**. México, Editorial Limusa, 1999.
- McNEELY, Jeffrey A. Prologo. In: BARZETTI, Valerie (ed.). **Parques y progreso: áreas protegidas y desarrollo económico en América Latina y el Caribe**. Washington, D.C.: UICN; BID, 1993.
- MADRIGAL, Giselle Maria Castro. **Mal país exótica y bella: cambio cultural y turismo en una comunidad costera**. Tesis de Graduación en Antropología Social. Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Antropología. Universidad de Costa Rica. San José. Costa Rica. 1997.
- MAGASICH-AIROLA, Jorge; BEER, Jean-Marc de. **América mágica: quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o paraíso**. Trad. Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAUSS, Marcel. *Categorias coletivas de pensamento e liberdade (1921)*. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva. 1999.
- MENDONÇA, Luciana de Andrade. **Parques Nacionais do Iguçu/Iguazú: fronteira e integração no MERCOSUL**. Dissertação de Mestrado no Curso de Antropologia Social, Universidade de Brasília. Brasília-DF. 1999.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Turismo Contexto. 2002.

- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Natureza: notas: cursos no Collège de France**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 448p. 2000.
- MOLINA, Ivan; PALMER, Steven. **Historia de Costa Rica: breve, actualizada y con ilustraciones**. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2000.
- MOLINA, Luis Gerardo Mendez. 1984. **Estudio de Planificación Operativa de las Áreas del Servicio de Parques Nacionales de Costa Rica**. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrícolas e Recursos Naturais da Universidad de Costa Rica e do Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza. Turrialba, Costa Rica.
- MOSCOVICI, Serge. 1994. Prefácio In: JOVELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MUNNÉ, Frederic. **Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque crítico**. México: Trillas, 1980.
- NADER, Laura. Comparative consciousness. In: BOROFSKY, Robert (ed.). **Assessing Cultural Anthropology**. New York: McGraw-Hill, 1994. Pp 84-101
- NASH, Roderick. **Wilderness and American Mind**. 3ª ed., New Haven, Yale University Press, 1982.
- OELSCHLAEGER, Max. **The idea of wilderness: from prehistory to the age of ecology**. New York: Vail-Ballou, 1991.
- O'NEILL, M. Naturally attractive. **Pacific Monthly**, September, 25.1991.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Compendio de Estadísticas del Turismo**. Madrid, 1996.

PÁDUA, José Augusto. **A profecia dos desertos da Líbia: economia da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio**. Palestra apresentada no XXIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, MG, 1999.

_____. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PARISI JUNIOR, Affonso. **Usina hidrelétrica do Rio São João: a história**. Pesquisa: 1993.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. **Levantamento da afluência turística (período de 1972 – 1999)**. Foz do Iguaçu, PR. 2000.

PEQUENO GLOSSÁRIO. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkuz36htm>. Acesso em: 30 de jul. 2003.

POUPARD, Jean Paul. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Iguaçu**. Brasília, IBDF/MA/FBCN. 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Parque Nacional do Iguaçu – pólos emissores – 1979 a 1999**. Foz do Iguaçu, PR, 2000.

QUESADA, Rebeca Araya. **La Política Ecoturística en Costa Rica de 1990 a 1994: analisis del Proyecto Playa Tambor**. Tesis de Licenciatura en Ciencias Políticas. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Costa Rica. San José, 1995.

QUINTÃO, Ângela Tresinari B. 1983. Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. In: **Brasil Florestal**, (54): 13-28, 1983.

RIESMANN, David et alli. **A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

RIFKIN, Jeremy. **La era del acceso**. Trad. Jeremy P. Tarcher. Barcelona, España: Editorial Paidós, 2000.

- RIOS, Dalcy Cabrera. **Importancia de las políticas sociales en los programas de ajuste estructural – estudio de caso: Costa Rica**. Tese de graduación (Maestría en Relaciones Internacionales), Universidad para la Paz, San José, Costa Rica, marzo, 1993.
- RIOS, Elfrida Nunes. **A passagem de Santos Dumont pela Vila Iguaçu**. (s.l.) (Relato para o Concurso do Aeroclube do Paraná), 10 p. (mimeografado), Foz do Iguaçu, Paraná, 1973.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001. 3ª ed.
- SAID, Edward W. 1995. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni e MORLINO, Leonardo. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial. 2002.
- SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, LOBATO Roberto Rosendahl; **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO, DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS TURÍSTICOS. **Parque Nacional do Iguaçu: pólos emissores – 1979 a 1999**. Foz do Iguaçu, 2000.

SERRANO, Célia M. Toledo. **A invenção do Itatiaia**. Campinas, Dissertação de mestrado em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo. 1993.

SERVICIO DE PARQUES NACIONALES; MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA; ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN (FAO). Plan maestro para la protección y uso – Parque Nacional Volcán Poás. San José, CR, 1974.

SERVICIO DE PARQUES NACIONALES; UNIVERSIDAD DE COSTA RICA, INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. Plan General de Manejo para el Parque Nacional Volcán Poás. San José, CR, enero, 1994.

SILVA, Ângela Maria; SAVARIS, Rosângela Rabaiolli. **Vôo charter e sua importância para o desenvolvimento do turismo em Foz do Iguaçu**. Trabalho de graduação para o Curso de Turismo, Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 1997.

SIMMEL, Georg. Da psicologia da moda: um estudo sociológico. In: SOUZA, Jessé e OËLZE, Berthold (org.). 1998. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé e OËLZE, Berthold (org.). 1998. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macro social Inquiry. In: **Society form Comparative Study of Society and History**. Harvard University. USA. 1980.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.

- SOLERA, Alonso R.; ULLOA, Tirso M. **Desarrollo socioeconómico y el ambiente natural de Costa Rica: situación actual y perspectivas**. Fundación Neotrópica, Serie Informes sobre el Estado del Ambiente, 1988.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. 1500-1800**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- TORRES, Cláudio José Canales. **Reseña monográfica del Cantón de Poás**. San Pedro de Poás, Costa Rica: Liceo de Poás, 1976.
- URBAN, Teresa. **Saudade do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: FPR; FBPN. 1998.
- URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Trad. Carlos E. Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC. 1996.
- VALENCIANO, Teresa B.; BERMUDEZ, Maritza O.; VASQUEZ, Xinia V. **Evaluación de la expectativa turística de los visitantes de cuatro parques nacionales de Costa Rica**. Trabajo final de graduación en Empresas y Actividades Turísticas. Colegio Universitario de Cartago. Cartago. Costa Rica, 1981.
- VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Trad. Olívia Kräbenbühl; apresentação Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril S.A. Cultural. 1983.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole. 2001.

WILLEKE, Maria Alexandra Rivera. **Diagnostico de los efectos derivados por la gestión administrative de comercialización y divulgación del I.C.T. bajo el concepto “Costa Rica no artificial ingredients”**. Tesis para el grado de licenciatura en Administración de Actividades y Empresas Turísticas, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Internacional de las Ameritas. Costa Rica. San José, 1998.

WRIGHT MILLS. **A nova classe média (White Collar)**. Trad. Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 (Biblioteca de Ciências Sociais).

LISTA DE ENTREVISTADOS

BAEZ, Ana Luíza, consultora de ecoturismo, entrevista no dia 29 de novembro de 2001, San José, Costa Rica.

BOZA, Mario, presidente do Fondo de Naturaleza, entrevista no dia 26 de fevereiro de 2001, San José, Costa Rica.

CIFUENTES, Miguel, consultor ambiental e professor do Centro Agronómico Tropical de Enseñanza, entrevista no dia 16 de janeiro de 2001, San Pedro de Poás, Costa Rica.

CRISTI, Valdir Pedro, proprietário da agência de viagem Serviço e Transporte Turístico Cataratas, entrevista no dia 22 de março de 2002, Foz do Iguaçu, Brasil.

DINIZ, Mariléia, gerente da Embratur, entrevista no dia 2 de abril de 2002, Brasília, Brasil.

DOBLES, Juan, administrador do Parque Nacional Vulcão Poás, entrevistas nos dias 16 de janeiro de 2001 e no dia 19 de março de 2001, Parque Nacional Vulcão Poás, San Pedro de Poás, Costa Rica.

DUCCA, Gabriel Rivas, ambientalista e guia de turismo, entrevista no dia 25 de fevereiro de 2001, Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica.

GONCHOROSKI, Julio, administrador do Parque Nacional do Iguaçu, entrevista no dia 28 de fevereiro de 2002, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Brasil.

GUTIERREZ, Berny, guia de turismo, entrevista no dia 6 de janeiro de 2001, Fazenda Santa Edwiges, Sabanilla, Costa Rica.

HERNANDEZ, Mauricio, proprietário da agência de viagem Camino Travel, entrevista no dia 15 de fevereiro de 2001, San José, Costa Rica.

HRDINA, Christoph Peter, proprietário e guia da agência André Safari, entrevista no dia 2 de dezembro de 2002, Brasília, Brasil.

KIMURA, Lioje, guia de turismo, entrevista no dia 4 de março de 2002, Foz do Iguaçu, Brasil.

LOMANTO, Marcos, diretor de marketing da Embratur, entrevista no dia 15 de novembro de 2002, Brasília, Brasil.

MARTIN, Fernando, proprietário da agência Martin Travel, entrevista no dia 23 de fevereiro de 2002, Foz do Iguaçu, Brasil.

PIZA, Maria Amalia, funcionária da agência Horizontes, entrevista no dia 21 de fevereiro de 2001, San José, Costa Rica.

QUIRÓS, Guiselle, proprietária da agência Isla Bonita, entrevista no dia 7 de fevereiro de 2001, San José, Costa Rica.

QUIRÓS, Víctor Julio, funcionário do Sistema Nacional de Áreas Conservadas, entrevista no dia 5 de março de 2001, San Rafael de Atenas, Costa Rica.

RODRIGUEZ, José Maria, consultor ambiental da Organización de Estudios Tropicales, entrevista no dia 1 de março de 2001, San José, Costa Rica.

SALAS, Alberto, coordenador de vendas do Instituto Costarriquenho de Turismo, entrevista no dia 1 de março de 2001, San José, Costa Rica.

SANCHEZ, Alberto, coordenador do Instituto Costarriquenho de Turismo, entrevista no dia 1 de março de 2001, San José, Costa Rica.

SOAVINSKI, Ricardo, Assessor do Ministro do Meio Ambiente, entrevista no dia 15 de novembro de 2002, Brasília, Brasil.

SOUZA, Walmor Sparremberg de, guia de turismo, entrevista no dia 26 de fevereiro de 2002, Foz do Iguaçu, Brasil.

UGALDE, Álvaro, consultor ambiental, entrevista no dia 4 de janeiro de 2001, San José, Costa Rica.

TOMAZZI, Silvia, professora de turismo da Universidade do Oeste do Paraná, entrevista no dia 19 de fevereiro de 2002, Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Brasil.

VALERIO, Ricardo, diretor da Área de Conservação Cordilheira Vulcânica Central, entrevista no dia 15 de março de 2001, San José, Costa Rica.

VALVERDE, Alfredo, proprietário da agência Ecoscape Nature Tours, entrevista no dia 14 de março de 2001, San José, Costa Rica.

ANEXOS

TOURISM POLL

Dear friend,

I appreciate your taking time and cooperation to fill out this questionnaire that will support an investigation that will lead to a doctoral thesis in sociology at the “*University of Brasilia*” in Brazil. This research is under the orientation of the professors Dr. Paul Elliot Little of the same university and Dr. Gerardo Budowski of the “*Universidad Para La Paz*”, in Costa Rica. This investigation compares the tourism practiced in the National Parks of Iguassu, in Brazil, and Poás Volcano, in Costa Rica.

I. GENERAL INFORMATION

1. INFORMANT (first name): _____ 2. Sex: F M

3. CITIZENSHIP:
Country: _____ City: _____ 4. Age: _____

5. MARITAL STATUS:

single married divorced
 widower/widow other no response

6. EDUCATION

primary completed high school university (incomplete)
 university post graduate no response

7. PROFESION: _____

8. OCUPATION CONDITION:

family work student professional liberal employee
 private employer public clerk retired no response
 other, specify: _____

II. REASON FOR TRAVEL

9. How did you learn about this place?

by friends and parents newspapers
 books specialized brochures and other publications
 internet travel agency
 videos tourism publicity
 television no response
 others, specify: _____

10. What were your reasons for visiting this place?

11. Are you traveling as part of your vacation?

yes no no response

12. Who did you travel with?

- by myself my friends other
 my family on an tour no response

13. How did you come here?

- By my own car rent a car regular bus by bus (travel agency)
 by van (travel agency) no response other, specify _____

III. ENVIRONMENTAL PERCEPTION

14. What is ecotourism for you?

15. How do you classify your trip at this particular place?

- educational tourism escenary tourism adventure tourism
 leasure tourism ecotourism research tourism
 no response other, specify _____

16. Did you come here with a guide?

- yes no no response

17. Did you receive in this National Park or from our guide any information about:

- A) the ecosystems of this region? B) how to behave responsibly at the environment?
 yes no no response yes no no response
 C) what means to protected this nature area? D) the cultural activities of this local people?
 yes no no response yes no no response
 E) the importance of the Iguacu River in that region?
 yes no no response

18. Does this information agree/disagree with the previously information received by you?

- yes no no response

19. Why?

20. What kind of memory or feeling did this trip have for you?

21. Would you come back to this National Park?

- yes no no response

22. Why?

23. What you tell a friend about this traveling experience?

IV. ENVIRONMENTAL INTEREST

24. Is this your first visit to Foz de Iguaçu National Park?

- yes no no response

25. How long do you plan to stay in this National Park? _____

26. Which places of this National Park do you visit today?

- ticket office room of exhibition bathroom souvenir shop
 Falls' trail Macuco's trail Bananeira's trail Poço Preto's trail
 elevator restaurant Porto Canoas coffee shopp
 fast food other, specify _____

27. Which others parks have you visited in this country and elsewhere?

28. Do you belong to any kind of environmental conservation organization?

- yes no no response

29. Which one? _____

30. How many times have you visited natural protected areas in our country and elsewhere?

- first time once a month once a year
 twice or more a year occasionally I don't do this kind of tourism

31. What has attracted your attention mostly during this trip?

32. What was least enjoyable in this place?

33. Do you have a word to describe the landscape that you have seen? _____

34. What was important for you while your stayed here? Please circle the items that best fit your impression:

(1) without importance (2) of little importance (3) indifferent (4) important (5) very important

A) to rest

1 2 3 4 5

D) travel with friends and/or family

1 2 3 4 5

B) escape from the city and/or tensions

1 2 3 4 5

E) know the Iguassu Falls

1 2 3 4 5

C) contemplated landscape of great scenic beauty

1 2 3 4 5

THANKS SO MUCH FOR YOUR COOPERATION.

This investigation, after it's approval, will be available at the libraries of the universities involved as well as the environmental conservation areas that were investigated.

INVESTIGACIÓN DE TURISMO

Apreciado(a) amigo(a)

Solicito su colaboración para responder a este cuestionario que apoyará una investigación para fines de doctorado en Sociología de la “Universidade de Brasilia” en Brasil bajo la orientación de los Profesores Dr. Paul Elliot Little, de esa Universidad, y del Dr. Gerardo Budowski de la “Universidad Para la Paz”, en Costa Rica. En esa investigación se comparará el turismo practicado en los Parques Nacionales de Iguazú en Brasil y Volcán Poás en Costa Rica.

I. IDENTIFICACIÓN

1. INFORMANTE (primer nombre): _____ 2. Sexo: F M

3. ORIGEN: País: _____ Ciudad: _____ 4. EDAD: _____

5. ESTADO CIVIL:

- soltero /a casado /a divorciado /a
 viudo /a otro no responde

6. ESCOLARIDAD

- primaria secundaria universitaria (en curso)
 universitaria pos-graduado no responde

7. PROFESIÓN: _____

8. OCUPACIÓN O TRABAJO:

- ama de hogar estudiante profesional liberal empleado
 empresario servidor público jubilado no responde
 otro, especifique: _____

II. MOTIVACIONES DEL VIAJE

9. ¿Cómo supo Ud. del área visitada?

- información de amigos y/o parientes periódico
 libros folders y otras publicaciones técnicas
 internet agencia de turismo
 videos publicidad turística
 televisión no responde
 otros, especifique: _____

10. ¿Qué lo motivó a escoger ese sitio de turismo? _____

11. ¿Está Ud. viajando como parte de sus vacaciones?

- sí no no responde

12. ¿Con quién vino Ud. en este viaje?

- solo con amigos otros
 con la familia en excursión no responde

13. ¿Cómo vino Ud. para este Parque Nacional?

- carro propio carro alquilado autobus regular autobus (agencia de viajes)
 van (agencia de viajes) no responde otro, especifique _____

III. PERCEPCIÓN DE LA NATURALEZA

14. ¿Qué es ecoturismo para Ud.?

15. ¿Cómo clasifica Ud. el turismo que ha hecho en este lugar?

- turismo educacional turismo escénico ecoturismo
 turismo de recreación turismo de investigación turismo aventura
 no responde otro, especifique _____

16. ¿Vino Ud. con guía?

- sí no no responde

17. ¿Recibió Ud. del guía y/o del Parque alguna información acerca de?

A) ¿los ecosistemas de este sitio? B) ¿cómo comportarse responsablemente durante su visita?

- sí no no responde sí no no responde

C) ¿qué significa proteger un área natural? D) ¿las manifestaciones culturales locales?

- sí no no responde sí no no responde

E) ¿la importancia del río Iguazú en la región?

- sí no no responde

18. ¿Estas les correspondieron a sus expectativas?

- sí no no responde

19. ¿Porqué? _____

20. ¿Cuales recuerdos o sentimiento en lo íntimo le despertó este viaje?

21. ¿Retornaría Ud. a este sitio?

- sí no no responde

22. ¿Porqué? _____

23. ¿Qué le contaría a un amigo sobre esta experiencia de viaje?

IV. INTERESES AMBIENTALES

24. ¿Es esta su primera visita al Parque Nacional de Iguazú?

- sí no no responde

25. ¿Cuánto tiempo permanecerá Ud. en este Parque? _____

26. ¿Cuáles sitios de este parque ha visitado Ud.?

- Boletería Sala de exhibición Tienda de souvenir Fast food
 Sendero de las Cataratas Sendero del Macuco Sendero Bananeiras Sendero Poço Preto
 Ascensor Restaurante Porto Canoas Cafetería
 Otro, especifique _____

27. ¿Cuáles otros parques nacionales conoce Ud. en este país y/o en otro?

28. ¿Pertenece Ud. a alguna organización de defensa y protección de la naturaleza?

- sí no no responde

29. ¿Cuál?

30. ¿Con qué frecuencia visita Ud. áreas naturales conservadas?

- Primera vez 1 vez al mes 1 vez al año ocasionalmente
 2 o más veces al año no acostumbro hacer este tipo de turismo

31. ¿Qué le llamó más su atención en este paseo?

32. ¿Qué fue lo que menos le interesó en este sitio?

33. ¿Con qué palabra describe Ud. los paisajes que vio? _____

34. ¿Qué fue lo importante para Ud. durante su estadía en este sitio? Por favor, haga un círculo en los ítems que mejor califiquen su impresión:

1) sin importancia (2) poca importancia (3) indiferente (4) importante (5) mucho importante

A) Descansar

B) Huir del ambiente de la ciudad e/o tensiones

1 2 3 4 5 1 2 3 4 5

C) Desfrutar de los paisajes en compañía de amigos y/o parientes

1 2 3 4 5

D) Pasear con los amigos y/o con la familia

E) Conocer las Cataratas de Iguazú

1 2 3 4 5 1 2 3 4 5

MUCHAS GRACIAS POR SU COLABORACIÓN.

Este trabajo, después de su aprobación, estará en el acervo de la biblioteca de ambas universidades (Universidade de Brasília en Brasil y Universidad Para La Paz en Costa Rica) así como en ambos los parques nacionales.

PESQUISA DE TURISMO

Apreciado(a) amigo(a)

Solicito sua colaboração para responder a este questionário que apoiará uma pesquisa para fins de doutorado em Sociologia da “Universidade de Brasília”, no Brasil, sob a orientação dos Professores Dr. Paul Elliot Little, dessa Universidade e do Dr. Gerardo Budowski, da “Universidad Para la Paz”, na Costa Rica. Nessa pesquisa compara-se o turismo praticado nos Parques Nacionais do Iguazu, no Brasil e Vulcão Poás, na Costa Rica.

I. IDENTIFICAÇÃO

1. INFORMANTE (primeiro nome): _____ 2. Sexo: F M

3. ORIGEM: País: _____ Cidade: _____ 4. IDADE: _____

5. ESTADO CIVIL:

- solteiro /a casado /a divorciado /a
 viúvo /a outro não responde

6. ESCOLARIDADE

- primeiro grau segundo grau universitária (em curso)
 universitária pós-graduação não responde

7. PROFISSÃO: _____

8. OCUPAÇÃO OU TRABALHO:

- dona de casa estudante profissional liberal empregado
 empresário/a servidor público aposentado não responde
 outro, especifique: _____

III. MOTIVAÇÕES DE VIAGEM

9. Como você soube da área visitada?

- informação de amigos e/ou parentes jornais
 livros publicidade turística
 internet agência de turismo
 vídeos revista especializada
 televisão não responde
 outros, especifique: _____

10. Que o/a motivou a escolher esse local de turismo?

11. Você está viajando em suas férias?

- sim não não responde

12. Com quem você veio nessa viagem?

- sozinho com amigos outros
 com a família em excursão não responde

13. Com que transporte você veio para o Parque?

- carro próprio carro alugado ônibus da rede pública
 ônibus (agencia de viagem) van (agencia de viagens) não responde
 outro, especifique _____

III. PERCEPÇÃO DA NATURALEZA

14. O que é ecoturismo para você?

15. Como você classifica o turismo que praticou nesse Parque?

- turismo educacional turismo de cenário turismo de aventura
 ecoturismo turismo de pesquisa turismo de recreação
 não responde outro, especifique _____

16. Você veio com guia?

- sim não não responde

17. Recebeu do guia e/ou do Parque alguma informação sobre?

A) os ecossistemas dessa região do Parque? B) como se comportar responsabilmente no ambiente?

- sim não não responde sim não não responde

C) que significa proteger um área natural? D) as manifestações culturais locais?

- sim não não responde sim não não responde

E) a importância do Rio Iguaçu na região?

- sim não não responde

18. Essas corresponderam a suas expectativas?

- sim não não responde

19. Porque? _____

20. Quais recordações ou sentimento no íntimo lhe despertaram esta viagem?

21 Você retornaria a esse Parque Nacional?

- sim não não responde

22. Porque?

23. O que você contaria a um amigo sobre essa experiência de viagem?

IV. INTERESSES AMBIENTAIS

24. Essa é sua primeira visita ao Parque Nacional do Iguaçu?

- sim não não responde

25. Quanto tempo você permanecerá nesse Parque? _____

26. Quais locais desse parque você visitou?

- bilheteria sala de exibição loja de souvenir lanchonete (fast food)
 Trilha das Cataratas Trilha do Macuco Trilha das Bananeiras Trilha do Poço Preto
 elevador restaurante Porto Canoas cafeteria
 outro, especifique _____

27. Quais outros parques nacionais você conhece nesse país e/ou em outro?

28. Você pertence a alguma organização de defesa e proteção da natureza?

- sí no no responde

29. Qual? _____

30. Com que frequência você visita áreas naturais conservadas?

- primeira vez 1 vez ao mês 1 vez ao ano
 2 ou mais vezes ao ano não costumo fazer esse tipo de turismo ocasionalmente

31. O que mais lhe chamou a atenção nesse passeio?

32. O que menos lhe interessou?

33. Com que palavra você descreve as paisagens que viu? _____

34. O que foi o importante para você durante sua estadia nesse lugar? Por favor, faça um círculo nos itens que melhor qualifiquem sua impressão:

1) sem importância (2) pouca importância (3) indiferente (4) importante (5) muito importante

- | | | |
|---|--|---|
| A) Descansar | | B) Fugir do ambiente da cidade e/ou tensões |
| 1 2 3 4 5 | | 1 2 3 4 5 |
| C) Desfrutar das paisagens na companhia de amigos e/ou parentes | | |
| 1 2 3 4 5 | | |
| D) Passear com os amigos e/ou com a família | | E) Conhecer as Cataratas de Iguaçu |
| 1 2 3 4 5 | | 1 2 3 4 5 |

MUITO OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO.

Este trabalho, depois de sua aprovação, estará no acervo da biblioteca de ambas universidades (Universidade de Brasília, no Brasil, e Universidad Para La Paz, na Costa Rica) assim como nos parques estudados.